



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 198, QUARTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2021

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 163ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021

1.1 – ABERTURA 15

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 67/2021, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).* **Aprovado.** 15

Redação final do Projeto de Resolução nº 67/2021 (**Parecer nº 326/2021-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À promulgação. 17

1.2.2 – Item extrapauta

Mensagem nº 21/2021 (nº 271/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 18

1.2.3 – Oradores

Senador Plínio Valério – Manifestação favorável à regulamentação da exploração mineral na Amazônia, em benefício dos amazônidas, em contraposição à atual garimpagem predatória e clandestina. 18

Senador Paulo Paim – Preocupação com a disseminação pelo mundo da nova variante Ômicron do Coronavírus. Defesa da rejeição, pelo Congresso Nacional, do Veto nº 48/2021, sobre a quebra de patentes de vacinas e remédios para combate à pandemia da Covid-19, e do item nº 8 do Veto nº 44/2021, que trata do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. 20

1.2.4 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 21/2021 (nº 271/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2025, na vaga decorrente do término do mandato de Henrique Balduino Machado Moreira. **Aprovada** (votação nominal). 21



1.2.5 – Item extrapauta

Mensagem nº 14/2021 (nº 136/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. 21

1.2.6 – Oradores (continuação)

Senador Jorge Kajuru – Considerações sobre a importância da vacina para o enfrentamento das novas variantes da Covid-19 e sobre a necessidade de uma solução global para a erradicação da doença. .. 22

Senador Izalci Lucas – Preocupação com a exclusão de beneficiários do auxílio emergencial diante da eventual aprovação da PEC nº 23/2021, que estabelece o novo regime de pagamentos de precatórios. Posicionamento favorável ao pagamento dos precatórios da União, dos Estados e Municípios, após a apuração de sua legitimidade. 23

1.2.7 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 14/2021 (nº 136/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. **Aprovada** (votação nominal). 24

1.2.8 – Item extrapauta

Mensagem nº 68/2021 (nº 592/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RAIMUNDO CARREIRO SILVA para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. 24

1.2.9 – Oradores (continuação)

Senador Omar Aziz – Anúncio de projeto de lei, a ser apresentado por S. Exa., que concederá autonomia à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para determinar a adoção de medidas que protejam o País contra a entrada e propagação das novas variantes da Covid-19. Registro do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, celebrado em 29 de novembro. 28

1.2.10 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 68/2021 (nº 592/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RAIMUNDO CARREIRO SILVA para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. **Aprovada** (votação nominal). 29

1.2.11 – Item extrapauta

Mensagem nº 53/2021 (nº 555/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, ao Principado de Liechtenstein. 29

1.2.12 – Oradores (continuação)

Senador Nelsinho Trad – Exposição sobre o Requerimento nº 2293/2021, de autoria de S. Exa., que solicita a realização de Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir a realização do Carnaval em 2022, no contexto atual da pandemia. Pesar pelo falecimento do Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja, de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. 30



Senador Jayme Campos – Registro da apresentação, por S. Exa., de requerimento à CI solicitando aos diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) o comparecimento à Comissão para prestar esclarecimentos sobre os problemas que afetam o setor aéreo nacional. 31

1.2.13 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 53/2021 (nº 555/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, ao Principado de Liechtenstein. **Aprovada** (votação nominal). 33

1.2.14 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 6/2021, do Conselho Nacional do Ministério Público, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ÂNGELO FABIANO FARIAS para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. 33

1.2.15 – Oradores (continuação)

Senador Carlos Viana – Considerações sobre o esforço do Estado de Israel pela convivência pacífica com o povo palestino. Expectativa pela paz entre os povos em Jerusalém. 34

1.2.16 – Item extrapauta (continuação)

Ofício "S" nº 6/2021, do Conselho Nacional do Ministério Público, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ÂNGELO FABIANO FARIAS para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 35

1.2.17 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 9/2021, do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. 35

1.2.18 – Oradores (continuação)

Senadora Zenaide Maia – Críticas ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, pelo não cumprimento das orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que recomendou a cobrança do passaporte de vacinas de qualquer viajante que desejasse entrar no País. 36

1.2.19 – Item extrapauta (continuação)

Ofício "S" nº 9/2021, do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 36

1.2.20 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 11/2021, da Procuradoria Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 37

1.2.21 – Item extrapauta



Ofício "S" nº 12/2021, do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MAURO PEREIRA MARTINS para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado** (votação nominal). 39

1.2.22 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 14/2021, do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado** (votação nominal). 40

1.2.23 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 10/2021, do Conselho Nacional do Ministério Público, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JAIME DE CASSIO MIRANDA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 42

1.2.24 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 8/2021, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO CEZAR PASSOS para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 43

1.2.25 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 13/2021, do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RICHARD PAULRO PAE KIM para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado** (votação nominal). 45

1.2.26 – Item extrapauta

Mensagem nº 65/2021 (nº 581/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. **Aprovada** (votação nominal). 45

1.2.27 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 15/2021, do Superior Tribunal de Justiça, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. DANIEL CARNIO COSTA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 46

1.2.28 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 7/2021, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RINALDO REIS LIMA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal). 48

1.2.29 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 18/2021, do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado** (votação nominal). 49

1.2.30 – Item extrapauta



Mensagem nº 28/2021 (nº 317/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). **Aprovada** (votação nominal). 50

1.2.31 – Item extrapauta

Mensagem nº 46/2021 (nº 506/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador. **Aprovada** (votação nominal). 51

1.2.32 – Item extrapauta

Mensagem nº 37/2021 (nº 405/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. 52

1.2.33 – Oradores (continuação)

Senador Luis Carlos Heinze – Considerações sobre o sucesso do sistema vacinal brasileiro. Satisfação com o trabalho das cinco universidades brasileiras na produção de vacinas nacionais. 53

1.2.34 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 37/2021 (nº 405/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. **Aprovada** (votação nominal). 53

1.2.35 – Item extrapauta

Mensagem nº 43/2021 (nº 493/2021, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai. **Aprovada** (votação nominal). 54

1.2.36 – Oradores (continuação)

Senador Eduardo Girão – Críticas ao Presidente do STF por recentes declarações a respeito da PEC nº 159/2019, que fixa em 70 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos. Questionamento quanto à harmonia entre os três Poderes e supostas interferências do STF nas Casas Legislativas. 56

1.2.37 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa semipresencial para 1º de dezembro de 2021, às 16 horas. 57

1.3 – ENCERRAMENTO 57

1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO 58

PART E II



2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 163ª SESSÃO**2.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****2.1.1 – Projeto de Resolução nº 67/2021**

Redação final (Parecer nº 326/2021-CDIR/PLEN-SF). 61

2.1.2 – Mensagem nº 21/2021

Lista de votação 66

2.1.3 – Mensagem nº 14/2021

Lista de votação 69

2.1.4 – Mensagem nº 68/2021

Lista de votação 72

2.1.5 – Mensagem nº 53/2021

Lista de votação 75

2.1.6 – Ofício "S" nº 6/2021

Lista de votação 78

2.1.7 – Ofício "S" nº 9/2021

Lista de votação 81

2.1.8 – Ofício "S" nº 11/2021

Lista de votação 84

2.1.9 – Ofício "S" nº 12/2021

Lista de votação 87

2.1.10 – Ofício "S" nº 14/2021

Lista de votação 90

2.1.11 – Ofício "S" nº 10/2021

Lista de votação 93

2.1.12 – Ofício "S" nº 8/2021

Lista de votação 96

2.1.13 – Ofício "S" nº 13/2021

Lista de votação 99



2.1.14 – Mensagem nº 65/2021

Lista de votação 102

2.1.15 – Ofício "S" nº 15/2021

Lista de votação 105

2.1.16 – Ofício "S" nº 7/2021

Lista de votação 108

2.1.17 – Ofício "S" nº 18/2021

Lista de votação 111

2.1.18 – Mensagem nº 28/2021

Lista de votação 114

2.1.19 – Mensagem nº 46/2021

Lista de votação 117

2.1.20 – Mensagem nº 37/2021

Lista de votação 120

2.1.21 – Mensagem nº 43/2021

Lista de votação 123

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Abertura de prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei nº 4223/2021. 126

3.1.2 – Comunicações

Da Liderança do PODEMOS, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (**Ofício nº 61/2021**) 128

Da Liderança do PSD, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos (**Ofício nº 94/2021**) 129

Do Senador Flávio Bolsonaro, de desfiliação partidária de S. Exa. do PATRIOTA e filiação ao PL (**Ofício nº 28/2021**). 130

3.1.3 – Indicação

Nº 75/2021, do Senador Telmário Mota, que *sugere, ao Presidente da República, o estabelecimento pelo Ministério do Meio Ambiente de protocolos no âmbito dos órgãos executores da política ambiental, de modo a reduzirem as ações violentas e o emprego desnecessário da força perpetradas na fiscalização ambiental.* 132

3.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 327/2021, na origem (**Mensagem nº 79/2021, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mauricio Oscar Bandeira Maia 138

Nº 651/2021, na origem (**Mensagem nº 80/2021, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). 165

Nº 652/2021, na origem (**Mensagem nº 81/2021, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). 169

Nº 653/2021, na origem (**Mensagem nº 82/2021, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MAURÍCIO NUNES DA SILVA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). 174

Nº 654/2021, na origem (**Mensagem nº 83/2021, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALEXANDRE FIORANELLI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). 184

Nº 637/2021, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 113/2017, sancionado e transformado na Lei nº 14252/2021. 235

3.1.5 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 30/2021-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 4396/2019 238

Nº 31/2021-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 72/2021 246

Nº 32/2021-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 764/2019 257

Nº 33/2021-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 73/2021 266

Nº 34/2021-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 6579/2019 277

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 6579/2019 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 21/2021-CAE). 286

Nº 37/2021-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 793/2015 288

Nº 38/2021-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9/2017 297

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 793/2015 e 9/2017 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 46 e 47/2021-CAS) 309



Nº 17/2021-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021	312
Nº 18/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 12/2021	347
Nº 19/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 13/2021	357
Nº 20/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 14/2021	368
Nº 21/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 15/2021	377
Nº 22/2021-CCJ, sobre a Mensagem (SF) nº 65/2021	387
<i>Conclusão da instrução da Mensagem nº 65/2021.</i>	<i>397</i>
Nº 23/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 16/2021	398
Nº 24/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 18/2021	408
Nº 25/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 17/2021	418
Nº 26/2021-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 19/2021	428
<i>Conclusão da instrução dos Ofícios "S" nºs 16, 17 e 19/2021.</i>	<i>438</i>
Nº 21/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 49/2021	439
Nº 22/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 74/2021	449
Nº 23/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 75/2021	458
Nº 24/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 78/2021	467
Nº 25/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 50/2021	475
Nº 26/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 59/2021	483
Nº 27/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 61/2021	492
Nº 28/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 77/2021	501
Nº 29/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 48/2021	510
Nº 30/2021-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 69/2021	519
<i>Conclusão da instrução das Mensagens nºs 48, 49, 50, 59, 61, 69, 74, 75, 77 e 78/2021.</i>	<i>527</i>
Nº 11/2021-CI, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279/2016	530



<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 279/2016 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 89/2021-CI).</i>	538
Nº 12/2021-CI, sobre o Projeto de Lei nº 4009/2021	540
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 4009/2021 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 90/2021-CI).</i>	548
Nº 13/2021-CI, sobre o Projeto de Lei nº 3598/2019	550
Nº 14/2021-CI, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 712/2015	560
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 3598/2019 e o Projeto de Lei do Senado nº 712/2015 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 91 e 92/2021-CI).</i>	570
Nº 15/2021-CI, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 702/2015	573
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 702/2015 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 94/2021-CI).</i>	582
Nº 16/2021-CI, sobre o Projeto de Lei nº 3258/2019	584
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 3258/2019 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 93/2021-CI).</i>	592
Nº 17/2021-CI, sobre a Mensagem (SF) nº 1/2020	594
<i>Conclusão da instrução da Mensagem nº 1/2020.</i>	601
Nº 10/2021-CTFC, sobre o Projeto de Lei nº 5325/2019	602
3.1.6 – Projeto de Decreto Legislativo	
Nº 1076/2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que “Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018”.</i>	612
3.1.7 – Projetos de Lei	
Nº 4221/2021, da Senadora Maria Eliza, que <i>institui o bônus creche para a matrícula de crianças em instituições privadas ou comunitárias de educação infantil.</i>	617
Nº 4223/2021, do Senador Esperidião Amin, que <i>dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.</i>	625



3.1.8 – Projeto de Lei Complementar

Nº 200/2021, do Senador Rogério Carvalho, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de despesas do Programa Cisternas*. 634

3.1.9 – Projetos de Resolução

Nº 67/2021, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. 640

Nº 68/2021, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Indaiatuba – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. 654

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução do Senado nº 68/2021. 669

3.1.10 – Requerimentos

Nº 2314/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Nery Sá e Silva de Azambuja 671

Nº 2316/2021, do Senador Paulo Rocha, de retirada do Projeto de Lei nº 4157/2021. 674

Nº 2317/2021, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, de voto de aplauso à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). 676

3.1.11 – Término de Prazos

Término do prazo, em 29 de novembro de 2021, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 4028, 5227 e 5718/2019; e 3682/2020. 681

Término do prazo, em 29 de novembro de 2021, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 35/2017. 682

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 683

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 686

6 – LIDERANÇAS 687

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 690

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 698

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 702

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 755



Ata da 163ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial, em 30 de novembro de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 18 horas e 28 minutos e encerra-se às 21 horas e 36 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Início da Ordem do Dia

Neste momento, serão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

Para os Senadores presentes no Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições que se encontra sobre a mesa.

Para os Senadores presentes remotamente, as inscrições serão feitas através do sistema de videoconferência.

Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas.

A presente sessão deliberativa semipresencial é destinada à apreciação de autoridades submetidas à deliberação do Senado Federal, bem como à deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, de iniciativa da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, conforme pauta publicada anteriormente.

Nesta sessão, os Senadores deliberarão indicações de autoridades, nos termos do art. 52, inciso III e IV, da Constituição Federal.

Portanto, eu peço aos Senadores e às Senadoras que possam permanecer no Plenário ou nos seus gabinetes para que tenhamos a melhor dinâmica possível. Que possamos agilizar e, atingido o quórum suficiente, já abrir cada uma das votações e passar para a votação subsequente, porque são muitas autoridades a serem apreciadas pelo Senado Federal.

Serão adotados, para as deliberações, os seguintes procedimentos, conforme o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020, combinado com decisões e procedimentos adotados em sessões anteriores:

- cada autoridade será anunciada e votada individualmente;
- os Senadores que estiverem participando da sessão exclusivamente de maneira remota poderão participar das discussões, entretanto, por questões de segurança, não poderão participar das votações nominais das autoridades, por se tratar de votações secretas, que exigem o uso de biometria do Senador para assegurar o voto secreto;
- sendo o voto secreto, não caberá orientação de votação pelas Lideranças partidárias;
- aberta a votação, os Senadores poderão registrar seu voto no interior do Plenário, a partir de suas bancadas, em totens próximos ao Plenário, ou ainda em totens na pista de acesso à Chapelaria, pelo sistema *drive-thru*, para aqueles que preferirem não adentrar nas dependências do Senado Federal, portanto o voto pode ser feito no Plenário ou numa das cabines, inclusive, na Chapelaria do Senado Federal;
- nos totens será exibido o painel de votação, com a identificação e a descrição da matéria, o nome e o cargo da autoridade e a confirmação de voto das Senadoras e dos Senadores.

Portanto, essas são as orientações do sistema de votação das autoridades.

Peço, uma vez mais, a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, na data de hoje, no Senado Federal, para que possamos apreciar o máximo de autoridades possível nesta sessão.

Acabamos de começar a sessão.

Para que possamos permitir a presença dos Senadores, que já se estão encaminhando para o Plenário do Senado, eu vou incluir um item extrapauta, que é um empréstimo para o Município de Curitiba.

Item extrapauta.

Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2021 (apresentado como conclusão do Parecer nº 31, de 2021, da Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Relator é o Senador Oriovisto Guimarães), que autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com a garantia da



República Federativa do Brasil junto ao New Development Bank, o NDB, no valor de até US\$75 milhões.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Passa-se à discussão da matéria.

O parecer já foi lido. (*Pausa.*)

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria, o empréstimo para o Município de Curitiba.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto de resolução, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de resolução.

Eu gostaria de...

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Um minuto apenas.

Eu gostaria de fazer um registro.

Ontem, estive no Município de Curitiba. Fui recebido, na ocasião, pelo Prefeito Rafael Greca, por sua equipe da prefeitura municipal. Pude me encontrar com o nosso colega querido Senador Oriovisto Guimarães. Recebi a Ordem da Luz dos Pinhais, que é a principal condecoração do Município de Curitiba.

E gostaria de cumprimentar o Prefeito Rafael Greca, ao tempo em que agradeço, especialmente o seu trabalho à frente da administração municipal de Curitiba. Exemplar, dedicado, um homem muito sensível, muito capacitado, que faz a boa política em todos os postos que assumiu, como Deputado, como Ministro de Estado e como Prefeito de Curitiba.

Portanto, esse registro importante.

Também fiz uma visita ao Governador do Estado, Ratinho Júnior, com quem estive, juntamente com o seu secretariado, e pude participar de um encontro também com o empresariado local.

E me comprometi, na ocasião, juntamente com o Senador Oriovisto Guimarães, de votarmos esta mensagem, este projeto de resolução de um empréstimo importante, que significará recurso para mobilidade urbana sustentável do Município de Curitiba, que é uma referência de mobilidade urbana no Brasil, sobretudo no eixo Leste-Oeste de Curitiba, recurso esse que virá deste empréstimo ora autorizado pelo Senado Federal.

Com a palavra, Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para, em nome de Curitiba, do Prefeito Rafael Greca e do Estado do Paraná, agradecer a inclusão na pauta e agradecer a todos os colegas a aprovação deste projeto, que foi relatado por mim hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

Realmente, Curitiba tem um sistema de transporte privilegiado, é quase um metrô a céu aberto, com canaletas exclusivas para os ônibus expressos.

Esse dinheiro vai reforçar e melhorar ainda mais esse sistema de transporte.

É modelo para muitas cidades até fora do nosso país. De forma que, mais uma vez, quero agradecer a todos os colegas pela aprovação e, em especial, dizer que fiquei muito feliz de poder recebê-lo ontem na Prefeitura Municipal de Curitiba e de, hoje, estarmos aprovando aqui esse importante projeto para aquela cidade.

Muito obrigado.

Muito obrigado a todos os Parlamentares aqui presentes que votaram favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Oriovisto



Guimarães, e cumprimento toda a bancada do Paraná no Senado Federal, Senador Alvaro Dias, Senador Flávio Arns, que compõem uma valorosa bancada do Estado, defendendo os interesses de Curitiba e de todos os Municípios paranaenses.

O Parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 326/2021-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Cid Gomes, com a palavra pela ordem.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo pelo recebimento da comenda, queria parabenizar o Município de Curitiba, o Estado do Paraná, e todos os representantes desse Estado aqui na Casa, e queria, por se tratar de assunto similar, rogar a V. Exa. e ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Otto Alencar, a seguinte questão que vitima o Estado do Ceará hoje.

O Estado do Ceará é dos poucos Estados brasileiros que tem a análise fiscal, a pontuação, o *ranking* que permite que o Estado pleiteie financiamentos. E o Estado do Ceará tem uma longa relação com instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano. E já estão na Casa Civil, Senador Otto, dois projetos do Ceará, e simplesmente porque o Governador é de partido de oposição ao Governo Federal, esses ofícios não são encaminhados para cá.

Então, trata-se de uma discriminação, e penso que esta Casa ou a Comissão de Assuntos Econômicos – e eu lembro que a Bahia já sofreu isso durante um longo período –, devemos tomar posição em relação a isso.

Eu estou na vida pública há mais de 35 anos e já tive a oportunidade de ser de situação e de oposição a governo federal e a governo de Estado. E nunca vi, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, no Governo do Presidente Lula, no Governo da Presidente Dilma, no Governo do Presidente Itamar, no Governo do Presidente Michel Temer tal discriminação acontecer.

Então, eu gostaria de fazer esse registro aqui de público e apelar para que a Comissão de Assuntos Econômicos e o próprio Senado Federal se posicionem e demandem à Casa Civil que seja enviada para cá a mensagem, autorizando financiamento ao Estado do Ceará para que esta Casa analise.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Cid Gomes, sem prejuízo das providências da Comissão de Assuntos Econômicos e do próprio Senado Federal em relação a essa matéria, eu gostaria de afirmar e de enaltecer o fato de que o Senado Federal tem sido absolutamente colaborativo com as pautas do Governo Federal e do Brasil. Aprovamos recentemente o Marco Legal das Ferrovias, aprovamos a BR do Mar, que é o projeto de cabotagem, está na pauta o projeto de mudança da lei cambial, estamos a apreciar a PEC dos precatórios, que vai ser importante para o estabelecimento do Auxílio Brasil. Hoje foi designado o Relator da medida provisória do Auxílio Brasil, que é um programa social que todos nós defendemos e queremos ver implementado no Brasil. Aprovamos todas as medidas provisórias do Poder Executivo e esperamos reciprocidade a todos os Estados brasileiros, independentemente de quem sejam os governadores e de que partido pertençam.

Então, eu queria fazer de fato esse apelo ao Governo Federal para que possa fazer o encaminhamento de todas essas mensagens que interessam aos Estados da Federação. E nós, aqui no Senado, temos



obrigação de defender os nossos Estados; V. Exa., o Estado do Ceará, o Senador Otto, o Estado da Bahia, eu, o Estado de Minas Gerais, na condição de Presidente, todos os Estados, inclusive, o de V. Exa.

Portanto, conte comigo nessa empreitada. Haverá a tomada de providência por parte do Senado Federal para que isso se concretize, Senador Cid Gomes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, questão de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Otto Alencar; na sequência, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a oportunidade de esclarecer ao Senador Cid Gomes. Todas as matérias de empréstimos para Estados ou Municípios, inclusive, recentemente, para o Poder Judiciário do Estado do Ceará, nós colocamos em votação imediatamente na CAE. Aprova-se o requerimento de urgência. Vem aqui para o Plenário, como aconteceu hoje com esse empréstimo da capital do Estado do Paraná, Curitiba.

Mas eu queria dizer ao Senador Cid Gomes que a Bahia sofre do mesmo problema, a mesma marcação cerrada, o mesmo cerco do Governo Federal. O último empréstimo conseguido pela Bahia nós conseguimos através de decisão judicial que foi dada para que o Governo Federal, a Casa Civil do Governo Federal, encaminhasse aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos. Recomendo a V. Exa., ao Governador Camilo que faça o mesmo processo: entre na Justiça e peça uma decisão judicial obrigando aquilo que é de direito do Estado do Ceará, como foi no caso da Bahia e que, infelizmente, o Governo Federal, através de Senhor Presidente da República, marca os Estados do Nordeste para que sequer tenham direito aos empréstimos que são de obrigação da União repassar aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos. Esse foi o problema que aconteceu com a Bahia e eu recomendo a V. Exa. que proceda do mesmo jeito. Só com decisão judicial o Presidente Jair Bolsonaro autoriza mandar para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Anuncio a Mensagem nº 21, de 2021, (nº 271, de 2021 na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com mandato até 31 de dezembro de 2025, na vaga decorrente do término do mandato de Henrique Balduino Machado Moreira.

Parecer nº 4, de 2021, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ciro Nogueira.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta da primeira indicação na data de hoje no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar nominalmente.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as cenas que os senhores viram, as fotos que os senhores viram, os vídeos da garimpagem no Rio Madeira nos obrigam a tomar posição aqui da tribuna do Senado. Estas cenas só podem ser compreendidas dentro do atual quadro de exploração das riquezas minerais brasileiras, particularmente na Amazônia, onde se proíbe tudo. Onde não se pode nada, pode-se tudo. Essa forma de explorar que devasta e que choca só é possível porque não há regras, não há lei, não há permissão para se permitir onde se pode explorar e proibir onde deve ser proibido. Embutido nessa cena



dantesca que agride o meio ambiente, há também o lado social muito mais do que o lado econômico. As balsas que foram queimadas são balsas de pessoas ricas que exploram mesmo o nosso caboclo, o nosso ribeirinho que ficou à míngua – que ficou à míngua.

Então, eu estou cobrando aqui, Senador Lucas, para acabar com essa hipocrisia: chega de dizer o que nós não podemos fazer; tem que se dizer o que podemos. Qual a opção que se dá não ao dono da balsa, não àquele que contrata os garimpeiros, que faz do ribeirinho, que faz do pequeno agricultor o garimpeiro. O se oferece para essa gente? O que se oferece para esses nossos irmãos que não têm renda para comprar o sal, para comprar o açúcar e para comprar o óleo? Nada! Só se proíbe.

Eu não estou aqui defendendo o garimpo predatório. Eu estou dizendo que há um mapa geológico na Amazônia listando e mostrando onde se podem explorar riquezas minerais. E pode, sim, e deve, sim, porque, se você organiza, você pode coibir, você pode proibir e você pode punir. E o que temos hoje, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, de ambos os lados: daqueles que exploram o meio ambiente e o degradam, e daqueles que vão lá proibir e daqueles que vão lá tocar fogo no bem dessa gente? Não se defendem garimpeiros que depredam, mas se defende a legalização do que pode ser legalizado.

O que não se pode admitir é que os nossos recursos naturais permaneçam artificialmente intocáveis, pois, na verdade, significa que se pode tocar em tudo. Quanto mais bagunçado, melhor! Quanto mais sem lei, melhor, porque há sempre a ousadia de quem financia – uma balsa daquela custa 2 milhões, 3 milhões –, de quem pode bancar. Eu estou falando dos garimpeiros, daqueles que são explorados e não têm alternativa.

Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, pode ser até uma jogada inteligente o Brasil prometer que vai cumprir as metas que exigem na questão ambiental, mas não vai ter colaboração, não se vai dar dinheiro para que o País possa cumprir com suas metas. Portanto, em nome da Amazônia e dos amazônidas, eu estou aqui, mais uma vez, a protestar quando esclareço, a protestar quando digo que é preciso olhar para o lado humano também. Aqueles que condenam a garimpagem predatória e clandestina...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... hão que nos apontar as soluções também. Não vou, nunca, defender a clandestinidade e a ilegalidade, mas vou defender, acima de tudo, Presidente, que se explore o que pode ser explorado, que se permita o que pode ser permitido, que se proíba o que deve ser proibido. Fora disso, é cretinice, fora disso, é hipocrisia. De dizerem o que nós não podemos fazer estamos cansados; a gente quer que nos digam o que devemos fazer: políticas públicas para gerar renda, para gerar trabalho para essa gente.

Portanto, chega de hipocrisia, chega de exploração mesquinha, vaidosa e daqueles que insistem em assumir o complexo do colonizado. Nós, amazônidas, precisamos de políticas públicas que nos digam o que fazer para comer, para vestir, para morar e para viver, porque na Amazônia morrem mais de mil crianças todos os anos sem completar um ano, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores que possam votar.

Senador Rodrigo Cunha, Senador Jorge Kajuru...

Votar, Kajuru.

Senadora Rose de Freitas, Senador Nelsinho Trad...

Nelsinho, votar. Estamos em processo de votação.

Senadora Soraya Thronicke, Senadora Simone Tebet, Senador Paulo Rocha, Senador Marcos Rogério,



Senador Flávio Arns, Senador Chico Rodrigues, Senador Mecias de Jesus, Senador Telmário Mota, Senador Eduardo Gomes.

Peço ao Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso, que venha ao Plenário votar.

Senador Paulo Paim, Senador Lucas Barreto, Senador Plínio Valério, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel, Senador Jaques Wagner, Senador Eduardo Girão, Senador Chiquinho Feitosa...

Senador Chiquinho Feitosa, estamos em processo de votação nominal.

Senador Carlos Fávaro, Senador Jarbas Vasconcelos, Senadora Eliane Nogueira, Senador Marcelo Castro, Senador Flávio Bolsonaro.

Peço que venham ao Plenário votar.

Senador Styvenson Valentim, Senador Esperidião Amin, Senador José Aníbal, Senadora Mara Gabrilli.

Estamos em processo de votação nominal. Atingido o quórum, vamos abrir a votação.

Senador Paulo Paim, com a palavra como orador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Minhas saudações a todas as autoridades sabatinadas que terão seus nomes apreciados no dia de hoje.

Agradeço, Presidente, por ter já promulgado o Selo Zumbi dos Palmares, no mês de novembro, Dia da Consciência Negra.

Senhoras e senhores, quero, mais uma vez, alertar: a situação da pandemia volta a assustar. A nova variante Ômicron tem trazido preocupações em todo o mundo devido à sua rápida propagação e às múltiplas mutações. Já foram confirmados casos de infectados com a nova cepa em 14 países, e o mundo fecha as portas para essas nações.

O Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde declarou, esta semana, que apenas 6% das vacinas foram distribuídas aos países pobres, a maioria na África, e mais de 80% ficaram com aqueles que compõem o G20.

Os ministros da saúde dos países do G7 se reuniram ontem, em Londres, para discutir como frear o avanço da Ômicron.

Sr. Presidente, a ameaça de uma nova variante altamente contagante da covid-19 requer ação urgente. A Organização Mundial de Saúde e especialistas afirmam que somente a vacinação em massa será capaz de frear o avanço da pandemia. É preciso produzir mais imunizantes, a um preço mais barato, para socorrer os países pobres, de menor renda. As promessas dos países mais ricos de doarem vacinas pelo consórcio Covax não foi cumprida.

Faço, mais uma vez, um apelo, Sr. Presidente, aqui no nosso Plenário, para que se coloque na pauta da próxima sessão do Congresso, prevista para o dia 7 de dezembro, o Veto 48, da quebra temporária de patentes de vacinas, missão já cumprida pelo Congresso brasileiro, mas infelizmente parte foi vetada. A derrubada desse veto vai possibilitar o fornecimento de material biológico e o repasse do conhecimento para a produção de vacinas e medicamentos no nosso País e nos países mais pobres. A Lei 14.200, de 2021, que trata da licença compulsória, será aplicada imediatamente se derrubarmos os entraves que estão ali no Veto 48. Somente uma maior cobertura vacinal vai garantir a interrupção da disseminação da covid-19 e do surgimento de mais variantes. Derrubar o Veto 48 é salvaguardar a saúde dos brasileiros, é abrir a possibilidade de ajudar países pobres e tornar o Brasil um exemplo para o mundo, baseado no projeto que começou com o apoio de V. Exa. aqui no Senado. Temos que enfrentar este momento com uma visão global de que somente estaremos a salvo quando todos tiverem acesso às vacinas e medicamentos.

A África, com apenas 10% de sua população vacinada, pode vir a ser o novo grande foco da pandemia. Enquanto a desigualdade se alarga, os lucros das farmacêuticas vão muito bem. Estima-se que a Pfizer,



BioNTech e Moderna, juntas, lucram em torno ou até mais de US\$1 mil por segundo. Segundo cálculos divulgados em relatório, agora neste mês, pela organização Médicos sem Fronteiras, há 870 milhões de doses sem uso nos dez países mais ricos, que poderiam ser doadas.

Derrubar o Veto 48 é dar uma resposta de solidariedade, fraternidade e humanidade ao mundo.

Termino, Presidente, só dizendo que derrubar também o Veto 44, item 8, é fazer justiça com os agentes comunitários que estão lá na linha de frente no combate à covid-19.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pergunte para os outros partidos, Presidente.

O SR. CHIQUEINHO FEITOSA (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só o Podemos não tem quórum para encerrar a votação.

O SR. CHIQUEINHO FEITOSA (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Chiquinho Feitosa.

O SR. CHIQUEINHO FEITOSA (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - CE. Pela ordem.) – Eu não estou conseguindo digitar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que auxilie o Senador Chiquinho Feitosa, garantindo obviamente o sigilo na votação. (*Pausa.*)

Senador Chiquinho.

O SR. CHIQUEINHO FEITOSA (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - CE) – Obrigado, Presidente. Já corrigiu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Conseguiu? Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Vai haver outra votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 51 Senadores; NÃO, 7 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

Uma abstenção.

Está aprovada a indicação do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Será feita a devida comunicação à Presidência da República. (*Pausa.*)

Mensagem nº 14, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Otávio Brandelli, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.



Parecer nº 3, de 2021, da CRE, Relator: Senador Fernando Collor, Relator *ad hoc*, Senador Antonio Anastasia.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – V. Exa. está inscrita para falar como orador. *(Pausa.)*

Próximo orador inscrito, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências e patrões, seu empregado público Jorge Kajuru volta à tribuna deste Senado para um assunto pelo qual eu tenho paixão: a saúde, cuidar dela, pensar nela.

Presidente Rodrigo Pacheco, amigos do Plenário, a preocupação que tomou conta do mundo, com o surgimento da nova variante do SARS-CoV-2, o vírus causador do covid-19, sequenciada pela primeira vez na África do Sul há uma semana: a variante foi batizada pela Organização Mundial da Saúde de ômicron, que é a décima quinta letra do alfabeto grego.

No início, a Organização Mundial da Saúde alertou que a variante apresenta um grande número de mutações, algumas delas preocupantes. Em comunicado posterior, assinalou que teremos semanas, pela frente, até a ciência descobrir os efeitos das muitas mutações da ômicron.

A maior preocupação é saber até que ponto as vacinas existentes são eficazes contra a nova variante, mas o fato é que só existe um tipo de proteção disponível. Qual é? Vacina, vacina e vacina. E, segundo os especialistas, algum grau de proteção os atuais imunizantes devem oferecer contra a ômicron.

Nesse aspecto, o Brasil se encontra numa situação favorável com 62,9% da população totalmente vacinada, índice bem superior ao da média mundial, que hoje é de 42,7%. E os epidemiologistas não param de dizer: quanto mais brasileiros tomarem a segunda dose – ou a dose de reforço – mais chances certamente teremos de enfrentar com êxito não só a ômicron, como novas variantes que certamente poderão vir.

Há, porém, uma questão de fundo, que afeta a todos do planeta Terra. Mais de 80% das vacinas disponíveis estão nas mãos do G20, os países mais ricos. Em contrapartida, mais de cem países – de acordo com a Organização Mundial da Saúde – ainda não chegaram a vacinar 40% de suas populações.

Concluo dizendo que vale repetir frase dita recentemente pelo Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom. Abro aspas:

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – "Equidade vacinal não é caridade. Nenhum país pode vacinar sozinho para sair da pandemia". Fecho aspas. Da mesma forma, a revista *Science* advertiu que só existe uma maneira para a humanidade declarar vitória na guerra contra o coronavírus, qual seja, vacinar o mundo. Gostemos ou não, Presidente Rodrigo Pacheco, o problema é global e é evidente que a solução também deve ser global.

Muito obrigado pelo espaço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru. V. Exa. já pode votar, inclusive, Senador Jorge Kajuru.

Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.



Senadores Marcio Bittar, Sérgio Petecão, Zequinha Marinho, Kátia Abreu, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Chico Rodrigues, Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, estamos em processo de votação.

Paulo Paim, Lasier Martins, Eduardo Gomes...

Solicito ao Senador Eduardo Gomes que venha a Plenário votar.

Senador Marcelo Castro, Senadora Eliane Nogueira, Senador Humberto Costa, Senador Cid Gomes, Senador Angelo Coronel, Senador Giordano, Senador José Aníbal, estamos em processo de votação nominal

Senador Izalci Lucas, com a palavra como orador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós fizemos, na segunda-feira passada, uma audiência pública sobre a PEC nº 23. Essa audiência pública era para tratar, realmente, da questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, da questão dos precatórios.

O Senador Paulo Rocha apresentou um requerimento, aprovando aqui a participação da ex-Ministra Tereza Campello, que participou da audiência. E a ex-Ministra trouxe um dado para o qual eu quero pedir a atenção do Líder do Governo – viu, Senador Paulo?

Senador Paulo Rocha, na reunião que fizemos na segunda-feira, a ex-Ministra Tereza Campello trouxe um dado de que o auxílio emergencial foi pago para 43 milhões de pessoas – 43 milhões! –, dos quais 14 milhões do Bolsa Família e 39 milhões do auxílio emergencial. A PEC que veio para cá contemplava, inicialmente, 17 milhões, e, agora, na medida provisória, ampliaram para 20.

Eu pergunto ao Líder do Governo... Eu fiz uma audiência pública, Senador Fernando Bezerra, eu fiz uma audiência pública ontem de manhã e convidei o Governo para, exatamente, ter o contraponto dessa informação. Lamentavelmente, o Governo não compareceu. Quem esteve aqui foi apenas a Consultoria do Senado, que trouxe, de fato, essa confirmação de que onde... Quem vai pagar por esses 20 milhões que ficaram fora, desses 39 milhões de pessoas que hoje estão passando fome, que estão dependendo do auxílio emergencial?

Nenhum Parlamentar aqui, nenhum Senador, nenhuma Senadora é contrário ao auxílio emergencial; muito pelo contrário, é unanimidade. Agora, da forma como está sendo apresentado, eu não sei o que o Governo está pensando com relação aos 20 milhões de excluídos.

Por isso, quero fazer um apelo aqui ao Presidente, Senador Rodrigo, nosso querido Presidente... Senador Eduardo Braga, queria fazer um apelo a V. Exa. Eu fiz aqui uma indagação ao Líder do Governo.

Pelos dados que recebi da Consultoria do Senado, da ex-Ministra que veio aqui na audiência, nós temos aí quase 20 milhões de pessoas que receberam o auxílio emergencial e que estão ficando fora do programa. Então, a gente precisa saber disso antes e a gente precisa conhecer o texto final para a gente votar isso. Eu peço, faço um apelo a V. Exa., no mínimo, que a gente aprove isso amanhã. Não dá para relatar isso, aqui, agora, em um novo relatório que está sendo proposto, sem saber desses detalhes.

Então, eu quero, primeiro, que se leia o relatório, sem problema nenhum, mas que a gente vote amanhã; e, segundo, que o Governo nos informe, exatamente, o que ele está fazendo com esses 39 milhões que recebiam, cuja metade a gente não sabe para onde... como é que o Governo vai pagar.

Lógico que nós somos de acordo, também, com o pagamento do Fundeb. É óbvio! Os professores precisam receber o precatório, aliás, acho que todos precisavam receber. O Governo disse, por diversas vezes, que foi surpreendido, com o que eu não concordo. Dizer que o Ministério da Economia foi surpreendido com o precatório?! Nós temos um AGU, que, todo dia, informa a situação. O que faltou foi a iniciativa do Governo de ir ao Supremo e negociar com o Supremo isso, como sempre fizeram, porque houve um



aumento dos precatórios de mais de 60% este ano. Então, é uma questão que tem que ser apurada aqui também. Antes de pagar esses precatórios da União, dos Estados e Municípios, precisamos apurar, seja com a CPI do Precatório, seja com a Comissão de Assuntos Econômicos, o que nós não podemos é ficar pagando precatório, também, sem uma fiscalização, sem uma auditoria.

Mas eu quero conhecer o texto e proponho que se faça a leitura, mas que não se vote, hoje, essa matéria, que fique para amanhã, Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 59 Senadores; NÃO, 07 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.3 do Sumário**)

Uma abstenção.

Está aprovada a indicação do Sr. Otávio Brandelli para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Mensagem nº 68, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Raimundo Carreiro Silva para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Parecer nº 17, de 2021, da Comissão de Relações, Senador Renan Calheiros.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga, com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, estamos, neste momento, Sr. Presidente, em processo de votação para a escolha do Ministro Raimundo Carreiro da Silva para a Embaixada de Portugal.

O Ministro Raimundo Carreiro serviu a esta Casa durante algumas décadas, serviu ao Senado da República. Foi Secretário-Geral da Mesa desta Casa – lugar hoje ocupado com brilhantismo pelo jovem Gustavo Sabóia. E aqui, nesta Casa, construiu um conceito de sistematização e um conceito sobre a sua carreira pública.

Raimundo Carreiro chega ao Tribunal de Contas como um resolvidor de problemas, dentro da lei, dentro dos parâmetros legais, obedecendo à Constituição e marca, de forma indelével, a sua carreira no Tribunal de Contas da União, a exemplo do que fez no Senado da República.

Nós, do MDB, temos muita satisfação de poder, no dia de hoje, Sr. Presidente, não só já ter votado, ainda há pouco, favoravelmente à indicação do Ministro Raimundo Carreiro para a Embaixada portuguesa, mas de fazer aqui o reconhecimento aos 50 anos de vida pública dedicados a resolver problemas, a encontrar soluções para que a lei funcione para melhorar a vida do cidadão brasileiro, do cidadão que mora nos lugares mais remotos, mais longínquos do nosso País e que, muitas vezes, por uma questão burocrática ou outra, deixava de cumprir alguma exigência formal no Tribunal de Contas da União.

Sempre o Ministro Carreiro era uma voz a orientar, numa verdadeira pedagogia de como cumprir a



lei, aplicar de forma correta o dinheiro público, dando um bom exemplo.

Portanto, Sr. Presidente, é com muita satisfação que eu venho, hoje, a esta tribuna dar um testemunho sobre a vida de um grande servidor público, que serviu a esta Casa, o Senado da República, como servidor, como Secretário-Geral da Mesa, e serviu ao País como Ministro do Tribunal de Contas, representando a Casa do Senado da República, a alta Casa da política brasileira, e que foi aprovado por unanimidade naquela época.

Espero que hoje o nosso então Ministro – agora, Embaixador – possa também receber a votação, à unanimidade, dos colegas pares do Senado da República, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de subscrever a fala do Líder Eduardo Braga.

O Ministro e, daqui a pouquinho, Embaixador Raimundo Carreiro, além de todos os adjetivos, todos os predicados, todas as referências boas que nós temos dele, ao longo desses 50 anos de vida pública, é um bom maranhense – São Raimundo das Mangabeiras –, e todos nós, claro, estamos muito felizes porque sabemos que Portugal é ali o início, para nós, da Europa, e temos condição de ter uma pessoa da estatura do Ministro Carreiro para nos representar.

Eu tenho certeza de que, em breve, ele estará lá em Lisboa, defendendo o povo brasileiro, defendendo as nossas políticas e, claro, levando sempre esse bom exemplo, como ele fez aqui ao longo dos 50 anos de vida pública como um grande servidor.

Então, o Senado faz justiça, e, claro, convidamos todos os Senadores a virem votar e homenagear esse grande servidor, que agora será o nosso Embaixador de Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra. Na sequência, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com alegria que eu venho a esta tribuna para trazer aqui uma palavra de apoio, de reconhecimento à trajetória política, administrativa do servidor Raimundo Carreiro. Foi servidor desta Casa, do Senado Federal, por muitos anos e chegou a assumir a Secretaria-Geral da Mesa do Senado. Daqui saiu em votação unânime para poder representar o Senado Federal no Tribunal de Contas da União.

E lá, naquela corte, eu tive a oportunidade de conviver com o Ministro Raimundo Carreiro à época em que fui Ministro de Estado, ouvindo dele orientações, aconselhamentos, procurando me guiar melhor nas decisões da pasta que comandava. E quero aqui dar o testemunho de que muito do trabalho que fizemos contou com essas orientações e com essas diretrizes.

Agora que o Presidente da República, o Presidente Bolsonaro resolve designar o Ministro Raimundo Carreiro para ser o nosso representante em Portugal, para ser o nosso Embaixador em Lisboa, a nossa alegria de poder ter sabatinado, de poder ter participado da reunião na Comissão de Relações Exteriores, comandada pela nossa querida amiga, a Senadora Kátia Abreu, quando ele teve a oportunidade de receber o afeto, o carinho, o reconhecimento dos Senadores desta Casa.

Por isso que eu gostaria de pedir a todos os meus colegas Senadores e Senadoras que pudéssemos honrar com a votação, se possível, unânime de Raimundo Carreiro para ser o Embaixador em Lisboa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Flávio Bolsonaro... Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) –



Presidente, eu também gostaria apenas de deixar aqui o registro do voto favorável à indicação do Ministro do Carreiro para a Embaixada em Portugal, uma pessoa que, pelo seu histórico, pelas suas qualidades, pela sua simpatia, pelo seu jeito de ser, pelo seu entendimento político, inclusive, é alguém que chega ao ápice da sua carreira pública, indo representar o Brasil num país irmão como Portugal.

Eu o conheço há pouco tempo, mas tive oportunidade de acompanhar um pouco do seu trabalho, em especial na missão oficial aos Estados Unidos, em que nós pudemos aprimorar ainda mais as relações, explicar melhor como o Brasil está revolucionando aqui o País, no tocante à comunicação, por ocasião da apreciação pelo TCU do leilão do 5G, que já aconteceu. E o Ministro Carreiro foi fundamental em todo esse processo.

Então, mais uma conquista na sua carreira, de ajudar a levar internet, ajudar a incluir digitalmente dezenas de milhões de brasileiros que até hoje estão fora desse mundo virtual que é também, podemos considerar, um mundo real.

Então, todo sucesso ao Ministro Carreiro. É uma grande honra para nós do Governo Bolsonaro ser o instrumento que viabiliza, que sugere, que indica o seu nome ao Senado para assumir uma missão internacional tão importante. Certamente, fará muita falta no Tribunal de Contas da União, independentemente de quem venha a preencher a sua vaga, mas compensará, melhorando as relações entre Brasil e Portugal. Tenho certeza de que este Plenário vai aprovar, com louvor, sua indicação.

Então, parabéns! Sucesso! Que Deus o abençoe, Ministro Carreiro!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; Sras. Senadoras; Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, uso a palavra para referendar aqui e juntar-me a todos os elogios justos feitos ao Ministro Raimundo Carreiro, hoje Embaixador, pela sua trajetória, citada aqui por muitos Senadores e Senadoras, que coroa uma carreira espetacular.

Também aqui quero fazer referência ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, que escolhe, recomenda a esta Casa, para a Embaixada em Portugal, um cidadão brasileiro, nordestino, que, no Senado Federal, fez história de todas as formas, com seu gesto simples de figura humana e com sua capacidade profissional.

Sr. Presidente, eu só posso dizer ao Ministro e hoje Embaixador Raimundo Carreiro que tenha sucesso na sua carreira diplomática,

Está aqui um Senador que foi incentivado, estimulado por ele, por todos aqueles que vieram de São Raimundo das Mangabeiras para a cidade de Palmas, no início da sua capital, e que me apoiaram, lá naquele tempo, para Vereador, recomendados ainda pelo Secretário-Geral da Mesa do Senado Raimundo Carreiro.

Então, hoje é uma satisfação muito grande saber que, nos nossos primeiros passos políticos, eu tive a orientação e o apoio, que hoje posso retribuir com o voto, que é simples, mas que faz sintonia com a grande maioria, com a totalidade desta Casa, Sr. Presidente.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, obrigada.

Eu gostaria de cumprimentar a todos os meus colegas que estão aqui nesse esforço concentrado. A coisa melhor do mundo é ver este Plenário cheio, com todo mundo aqui discutindo, conversando sobre o Brasil, e rever os colegas.

Mas eu venho agora, Sr. Presidente, também para complementar uma fala sobre o Ministro Carreiro. Eu gostaria que todos os meus colegas tivessem tido a oportunidade de ouvir o relatório da sabatina do



Relator Renan Calheiros a respeito do trabalho desse homem no TCU, de todas as matérias que ele relatou. E eu queria falar de uma só, Sr. Presidente, uma só, para não cansar os colegas.

Zenaide, Leila, escutem só.

Do 5G resultou uma outorga de R\$3,1 bilhões. Todo o valor dessa outorga do 5G ele negociou pessoalmente, e todo esse recurso vai para implementar internet nas escolas do Brasil. Então, nós temos um caixa de R\$3 bilhões de todo o leilão do 26GHz. Vendeu-se tudo? Não! Ainda vai haver mais leilão do 26GHz e vai-se continuar investindo nas escolas.

Segundo ponto, colegas Senadores e Senadoras, Mailza, todas as multas por não cumprimento do contrato das empresas com o 5G, por 20 anos, irão para investimento de internet nas escolas de TI, laboratórios, equipamentos, reforço da internet.

Então, graças ao Ministro Carreiro, que hoje vai, se Deus quiser, nos honrar em Portugal, ser um grande Embaixador... Ele tem a consciência tranquila, eu tenho certeza, de tudo que ele fez e prestou de serviço ao Brasil enquanto esteve no TCU, fora em outras oportunidades, como Secretário-Geral da Mesa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senadora Kátia Abreu.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tão somente e de maneira célere para reiterar o que disse na sabatina, lembrando que o eminente Ministro Carreira, agora Embaixador em Portugal, é um tríplice coroado, na medida em que teve uma belíssima carreira no Legislativo, agora no Tribunal de Contas da União, um órgão de jurisdição administrativa, e vai ao Executivo como Embaixador do Brasil em uma Nação tão importante como Portugal. Certamente lá estará coroando a sua carreira e a sua trajetória pública com o aplauso unânime dos brasileiros e uma carreira dedicada ao serviço público com grande louvor.

É um tríplice coroado, portanto, que nós referenciamos e referendamos nessa homenagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, serei breve, mas eu não me permitiria e não me perdoaria nesta noite, que para todos nós tem sido importante por força de estarmos aqui nos detendo na apreciação dos nomes que foram devidamente sabatinados pelas nossas Comissões, mas eu não deixaria de louvar a oportunidade que nós temos de fazer justiça, Senador Anastasia, a um grande servidor público; são mais de 50 anos de vida dedicados ao serviço público.

Falo do Ministro Carreiro, que vai assumir, não apenas por um coroamento dessa trajetória de dedicação de quem aqui esteve, Senadores, companheiros, Senadoras que dividiram esse mesmo ambiente ao tempo em que o então Secretário-Geral da Mesa esteve a servir ao Senado, servindo ao Brasil... V. Exas. bem o sabem de tudo o que o caracteriza: seu perfil, sua lhanza, seu equilíbrio, sua competência, sua dedicação para cada recebida missão.

Assim não foi diferente no Senado Federal, Presidente Rodrigo Pacheco, como também não diferente no Tribunal de Contas da União. E, nesta oportunidade de alguns anos, pude acompanhar mais proximamente e gozar, porque não assim dizer, de uma relação afetiva, mas muito mais de quem um pouco a distância reconhecia um brilhante julgador. Um cidadão reto, probo, dedicado, estudioso, eu me repito, e que haverá de fazer – e quero aqui ressaltar –, além das menções, Senador Líder Eduardo Gomes, que são pertinentes ao reconhecimento a essa história que vai ser coroada com a sua presença em terras lusitanas, mas, além desse reconhecimento, além da alegria pessoal gerada na figura do Ministro, do



futuro Embaixador Raimundo Carreiro, o Brasil sai maior no instante em que tem num país de tamanha importância na comunidade europeia um Embaixador que tem por si a capacidade diplomática de ajudar fervorosamente numa área e numa seara em que nós precisamos, nós bem o sabemos disso.

Por essas razões, Presidente Rodrigo Pacheco, me somo, penso eu – e tomara, a todo o Colegiado que, por unanimidade, haverá de reconhecer o servidor público que continuará servindo com competência o nosso País em terras lusitanas.

Muito grato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano.

Senador Omar Aziz.

Na sequência do Senador Omar Aziz, nós vamos encerrar a votação.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu queria, aqui, tratar de dois assuntos.

O primeiro assunto: é importante o Senado Federal e o Congresso Nacional se posicionarem e não esperarem as coisas acontecerem como aconteceram num passado recente. Agora, nós vivemos espantados com a existência de uma nova variante que chega ao Brasil, como já chegou a vários países da Europa. Com certeza, vai chegar ao Brasil.

Semana passada, por mais de uma vez, num mesmo dia, o Presidente da República se posicionou contra qualquer medida de isolamento ou de não permitir a entrada de aeronaves de outros países, que poderiam trazer essa variante para o Brasil.

Nós sabemos que o Brasil é um país continental. E nós ficamos à mercê da boa vontade de quem está na Presidência da República. Se for uma pessoa que acredita na ciência, tomará uma medida; se for uma pessoa que não acredita na ciência, não tomará nenhuma medida que proteja a população brasileira.

Por isso devo apresentar, ainda nesta semana, um projeto de lei que dá autonomia à Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil para que ela não apenas recomende. Hoje, ela faz recomendação, Sr. Presidente. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem o poder e terá o poder, caso seja aprovado pelos nossos Pares, de, em vez de recomendar, determinar que sejam tomadas as providências necessárias, para que não paguemos, como já pagamos, com a vida de mais de 600 mil brasileiros.

Esse é um assunto que eu vou trazer aqui. Lógico que, nestes dois dias, nós estamos num esforço concentrado, mas trarei isso antes do final deste ano, para que possamos apreciar. E peço o seu apoio.

A outra questão: é do conhecimento de todos os companheiros e companheiras Senadores e Senadoras que eu sou filho de palestino, membro da Federação Árabe Palestina do Brasil.

No dia 29 de novembro de 1977, foi criado o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino.

O povo palestino, há muitos anos, sofre por não ter direito a um lar, por não ter direito às suas terras. Há como se conviver em paz. Há como os povos conviverem em paz. Nós, aqui, nos solidarizamos com os palestinos que vivem no Brasil e com aqueles que estão hoje em terras, infelizmente, ocupadas. Mas é necessário não se esquecer nunca de que a Palestina tem o seu território. A ONU o reconhece, sabe dos desmandos que acontecem naquela região.

O povo brasileiro sempre foi solidário e sempre acolheu bem todos os imigrantes que vieram a este País, seja árabe, seja judeu, seja europeu, seja italiano, seja americano, seja de qualquer nacionalidade. O Brasil sempre recebeu de braços abertos.

Da mesma forma, o Brasil sempre foi solidário à luta e à causa palestina. Por isso, ontem, dia 29 de novembro, em 1977, a ONU criava o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino.

Eu queria registrar isso aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Omar Aziz. Vou



aguardar mais alguns instantes para que o Relator, o Senador Renan Calheiros, possa votar. Então, mais alguns minutos, e, na sequência, se não votar, eu vou precisar encerrar a votação.

Senador Nelsinho Trad é o próximo orador inscrito.

Solicito aos Senadores e Senadoras que possam votar. Senador Angelo Coronel, Senador Cid Gomes, Senador José Aníbal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, quero aproveitar este espaço e pedir a V. Exa., conforme a disponibilidade de pauta, duas matérias pacíficas, simbólicas, que recolhi em andanças pelo interior do Rio Grande do Sul na semana passada. É o Projeto de Lei nº 1.855, de 2021, que confere o título de Capital Nacional das Etnias à cidade gaúcha de Ijuí. Capital brasileira das etnias, nº 1.825.

O outro projeto de lei torna o Município gaúcho de Santa Rosa berço nacional da soja. Projeto de Lei nº 5.647, de 2019.

Eles estão nos acompanhando, tanto lá em Ijuí como em Santa Rosa, esse pedido que estou encaminhando a V. Exa. Quando conseguir pauta, ficarei muito agradecido, em nome dessas duas importantes cidades gaúchas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 65 Senadores; NÃO, 05 Senadores.

Uma abstenção. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.4 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Raimundo Carreiro Silva para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Como Presidente do Senado Federal e também em meu nome pessoal, gostaria de subscrever todas as falas que foram dirigidas ao Sr. Raimundo Carreiro, Ministro do Tribunal de Contas da União e próximo Embaixador do Brasil em Portugal, um homem de mais de 50 anos dedicados à administração pública, à vida pública, de forma reta e exemplar. Minhas homenagens ao Ministro e Embaixador Raimundo Carreiro.

Senador Nelsinho, só vou anunciar e, na sequência, passo a palavra a V. Exa.

Anuncio a Mensagem nº 53, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Sra. Claudia Fonseca Buzzi, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Parecer nº 10, de 2021, da CRE, Relator: Senador Nelsinho Trad.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema nominal.



(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Nelsinho Trad.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, naturalmente, após a fala do próximo orador, eu gostaria que V. Exa. me desse a palavra para fazer um breve comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para discursar.) – Sr. Presidente, está sobre a mesa requerimento extrapauta que V. Exa. deve, naturalmente, como faz de praxe, colocar para a apreciação dos pares, no final da sessão. Trata da realização, que estou propondo, de debate temático, a ser realizado em data a ser escolhida junto com a Secretaria-Geral da Mesa, e com o aval de V. Exa., a respeito do Carnaval de 2022.

A indagação que faço é a seguinte: Estamos preparados para realizar uma festa dessa magnitude?

Eu digo a V. Exa. que, quando protocolei esse requerimento, não havia tido essa descoberta da variante africana, e a preocupação já batia, principalmente, na qualidade de médico que sou, no sentido de verificar se uma festa dessa magnitude poderia ou não levar à disseminação de novas cepas do vírus do Covid-19, e com isso voltar aqueles tempos sombrios, que ninguém mais quer ver na nossa frente.

Elenquei aqui com a intenção não de se ter um juízo pré-formado antes do debate, mas para que a gente possa formar um juízo, diante de especialistas, que haverão de elucidar quais são os limites e quais são as providências que devem ser oportunizadas para a realização de um evento dessa magnitude.

Nós vamos convidar um representante do Ministério da Saúde; da Fiocruz; da Anvisa; representantes do Consórcio Nordeste; da Sociedade Brasileira de Infectologia; médicos sanitários; da Secretaria Extraordinária de Combate ao Covid; representante das Secretarias Municipais de Saúde de cidades que têm, como carro-chefe, a festa do Carnaval, no caso, Rio de Janeiro e Salvador; representantes do Comitê Científico de Assessoramento ao Enfrentamento da Pandemia; do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Secretários Estaduais de Saúde e representantes da Frente Nacional de Prefeitos.

Qual é a intenção dessa forma de debate que a gente propõe aqui no Senado da República? É justamente dar oportunidade para que aqueles que queiram realizar eventos de grande magnitude, como Réveillon ou Carnaval, possam dizer para todo o Brasil qual é a fórmula para se fazer evento dessa natureza, com o mínimo de segurança, para evitar uma nova propagação do Covid-19.

É uma preocupação que eu entendo ser válida. Estamos entrando nesse debate sem nenhuma concepção pré-formada, se é a favor ou se é contra, mas justamente para poder ouvir a opinião de especialistas...

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para discursar.) – ... porque, amanhã ou depois, se porventura ocorrer — mais um minuto, Sr. Presidente — a volta dessa terrível doença, ninguém vai poder dizer que a gente não alertou aqui para que pudesse haver os cuidados necessários para evitar tamanho mal.

Dessa forma, fica já registrada a justificativa do requerimento, que vai ser lido por V. Exa. oportunamente, na certeza do apoio e da colaboração de todos os pares.

Aproveito, nestes poucos segundos que me restam, para pedir que V. Exa. possa, de acordo com as tradições da Casa, inserir em ata voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja, lá da minha cidade, Campo Grande, do meu Estado, Mato Grosso do Sul, bem como...



(*Soa a campanha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – ... a apresentação de condolências à sua família e ao seu irmão, nosso amigo Dr. Walfrido Ferreira de Azambuja Junior.

Essas eram as minhas manifestações, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação?

Senador Jayme Campos, para um breve comunicado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero só dizer a V. Exas. que hoje entrei com um requerimento na Comissão de Infraestrutura, solicitando a convocação ou convite aos diretores da Anac, tendo em vista o desarranjo que está acontecendo no transporte aéreo brasileiro.

Não é de hoje que estamos reclamando dos gargalos que afetam o transporte aéreo brasileiro, desrespeitando os nossos consumidores, o que tem ocorrido frequentemente. Infelizmente, é comum que passageiros sejam pegos de surpresa com problemas em seus voos, e um desses percalços é justamente o *overbooking*, situação que acontece com quase todas as companhias aéreas que fazem uma sobrevenda, ou seja, vendem mais passagens aéreas do que podem atender. Trata-se de um verdadeiro absurdo que precisa ser combatido pelas autoridades competentes.

Também destaco, Sr. Presidente, o elevado preço das passagens aéreas do Brasil, com tarifas estratosféricas, com isso a impedir uma maior circulação de viajantes, seja por motivo de turismo ou lazer ou negócios. Para os destinos regionais, particularmente do Centro-Oeste e Norte, temos sofrido com a interrupção de rotas antes operadas pelas companhias. Quero lembrar que esses voos, mais do que comerciais ou turísticos, são humanitários, pois permitem a viagem de doentes de uma cidade para outra, a fim de buscarem melhores meios de tratamento médico.

Sras. e Srs. Senadores, diante de tantos problemas e desafios, protocolei hoje, como bem disse, na Comissão de Infraestrutura do Senado, um requerimento convidando a diretoria da Anac, da Aviação Civil, para cobrar melhorias e concorrência no setor aéreo nacional. Sejam quais forem os melhores caminhos, precisamos avançar na redução do preço médio das passagens aéreas e combater a prática de *overbooking*, garantindo respeito ao consumidor pelas empresas de aviação. Só assim teremos o nosso potencial turístico ampliado e, claro, maior possibilidade de movimentação de trabalhadores e cargas no processo de retomada da nossa economia.

Portanto, Sr. Presidente, estamos acompanhando bem de perto, e, lamentavelmente, a cada dia que passa fica pior. Mato Grosso é um exemplo. Na semana passada, os voos que estavam programadas para quinta-feira pela manhã, dois voos, nós não tivemos. Tivemos que aguardar o período da tarde e o período noturno. Então, lamentavelmente, as empresas de transporte aéreo, além de estarem cobrando preços absurdos... Só vou dar um exemplo aqui, meu querido Senador Omar Aziz. Cuiabá-Brasília, uma hora e 15 de voo, R\$2,6 mil. Estão roubando a população brasileira. Lamentavelmente...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Pior é que nós, aqui no Senado, fizemos de tudo. O passageiro tem que pagar a bagagem, não sei o quê... Tudo! E, aí, prometiam que iam fazer voo para o Acre...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Lembro.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... para o Amazonas... Tudo conversa fiada! Nós temos que rever tudo aquilo fizemos. O Senado Federal tem que rever. A verdade é que, no Brasil, as pessoas não estão acostumadas a baixar preço de nada.



O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nada.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não adianta. Se zerar o imposto de qualquer produto, tenha a certeza de que o preço lá... Vai ser o mesmo preço. Aqui não há essa cultura.

Infelizmente, as empresas que transportam passa...

(Soa a campanha.)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E mais: você vê aqui a hipocrisia brasileira. Vamos lá. Você entra num avião da TAM ou da GOL, seja qual for o avião. As duas primeiras cadeiras são dois passageiros. O do meio fica vago, porque você está pagando mais caro. Da terceira em diante, são três passageiros. Veja bem, veja bem... Então, o cara que está ali, há duas cadeiras, está colado. Para entrar no aeroporto, você fica a dois metros de um passageiro para o outro. Quando entra no avião, vocês ficam ali todos juntos. Todos nós ficamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Podemos concluir?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, só um minutinho. O que o Senador Jayme Campos traz é uma coisa séria. Aliás, aprovada por nós aqui, aprovada por nós. E com essa conversa fiada, vários Senadores defendendo isso aqui, dizendo que tinha que desonerar, que tinha que baixar o preço do querosene, que o ICMS era isso, era aquilo, que o passageiro tinha que pagar passagem...

(Soa a campanha.)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Inclusive o Governo. O Governo do Presidente Bolsonaro apoiava essas medidas. E está dando o que está.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, nós estamos com o nosso querido amigo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad, o microfone ali na tribuna.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Concede a palavra para o Nelsinho lá, Presidente. Abre a voz para ele lá.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar V. Exa. por levantar esse tema. Realmente, é um absurdo o que está acontecendo com o consumidor que precisa utilizar o transporte aéreo no Brasil. Eu vou participar, junto com V. Exa., somar esforços para a gente poder questionar a agência de regulação, porque, se houve um setor que o Governo do Presidente Bolsonaro ajudou, esteve presente a tempo e a hora, foi o setor de aviação, e não se justifica esse descaso que estão fazendo com a população brasileira.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Nelsinho.

Deixa só eu acrescentar um... Sabe quanto custa, Senador Jayme Campos, para um menor viajar desacompanhado, o que era de graça? Custa R\$250 cada perna. E pode estar no passaporte de que ele pode viajar desacompanhado, por autorização dos pais, que a companhia está cobrando, por cada perna, R\$250. É preço fixo. Pode haver dez crianças, uma criança, que vai pagar R\$250 cada uma.

Muito bem colocado, Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Para concluir, Senador Jayme.



O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um segundo só.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Está acompanhando aqui o filho do nosso querido Presidente Dário Berger.

Presidente Dário, já encaminhei o requerimento e faço um apelo a V. Exa.: convocar a diretoria da Anac aqui para prestar esclarecimentos.

Lamentavelmente, as companhias aéreas estão assaltando a população brasileira. Lamentavelmente, as agências têm que funcionar, têm que largar de ser cabide de emprego, de indicações políticas e botar, com certeza, pessoas que têm compromisso lá para fazer cumprir o papel das agências. Caso...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... tratado como se fosse, talvez, bicho. E nós estamos pagando muito caro por um transporte de péssima qualidade.

Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 59 Senadores; NÃO, 06 Senadores.

Uma abstenção. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.5 do Sumário)**

Está aprovada a indicação da Sra. Cláudia Fonseca Buzzi para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio o Ofício nº 6, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ângelo Fabiano Farias, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Parecer nº 5, de 2021, da CCJ. Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar, lembrando que esta indicação precisa da maioria absoluta, de 41 votos "sim". Portanto, solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenários ou a uma das posições de votação do Senado Federal, para que possam votar o mais rapidamente possível, de preferência.

Próximo orador inscrito, Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Senadores e às Senadoras que possam votar.

Com a palavra, o 1º Vice-Presidente do Senado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, eu me sinto na obrigação, por força... Numa obrigação prazerosa, por força



de ter participado da sabatina do Dr. Ângelo Fabiano, inclusive sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia. E haverá muito bem de recordar, no momento em que, conjuntamente, outros integrantes apresentados à composição do CNMP também estiveram sendo questionados. E foi um momento muito oportuno, engrandecedor e enriquecedor, porque, de longe, não fizemos apenas, porque assim nunca nos detivemos a fazer, o devido e protocolar processo de sabatina, mas tivemos uma discussão, debates, questionamentos, e ouvimos as impressões dos futuros – tomara – integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público.

E no que coube, Presidente Rodrigo Pacheco, V. Exa. que conhece o indicado, e sabedor, portanto, dos seus qualificativos, eu faço não pelas relações de quase conterraneidade, afinal o Dr. Ângelo Fabiano, desde o período em que se formara – graduado, portanto, na capital paraibana, depois pós-graduação e especialização – e ao tempo em que ingressou na carreira do Ministério Público, foi e tem sido um período exitoso de dedicação plena, estudioso que tem sido e tem demonstrado.

Por essas razões, Presidente Rodrigo Pacheco, é muito bom quando nós falamos por laços de afinidade, de conhecimento, de proximidade, mas também com a responsabilidade, porque aqui não estaria a pedir às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, Senador Esperidião Amin, diante da responsabilidade que cada um de nós tem no instante em que assume a incumbência por designação de relatar. E, notadamente, quem relatamos e para quais funções, competências e atribuições assim o fazemos, claro que nos tocam a alma, nos tocam o coração, nos tocam a sensibilidade essas relações de aproximação, mas falo com a plena consciência de quem pede por quem tem e detentor que é de valores profissionais, dedicado que tem demonstrado à sua carreira profissional e de quem haverá de se desincumbir da maneira como deve no papel à frente de uma das vagas, de uma das cadeiras do CNMP.

Por essa razão, companheiros e companheiras, eu peço, encarecidamente, para que nós ponhamos as nossas digitais para confirmarmos a indicação do Dr. Ângelo Fabiano Farias.

Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Solicito ao Senador Marcio Bittar, ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Paulo Rocha, à Senadora Simone Tebet, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Oriovisto Guimarães, ao Senador Chico Rodrigues, ao Senador Irajá, ao Senador Plínio Valério... Estamos em processo de votação nominal. Há necessidade do quórum qualificado nesta votação. Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar: Senador Cid Gomes, Senador Chiquinho Feitosa, Senador Wellington Fagundes, Senador Marcelo Castro, Senador José Aníbal. O Senador José Aníbal também ainda não votou. Aníbal, a votação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Carlos Viana com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discursar.) – Boa noite, Presidente. Boa noite a todos os Senadores e Senadoras.

Quero complementar aqui, no tempo em que temos para a votação, uma fala que o Senador Omar Aziz trouxe sobre a questão da Palestina e o posicionamento do Brasil.

A nossa visão e, naturalmente, a nossa posição diplomática são sempre pela paz, pelo encontro dos povos e que eles possam conviver pacificamente. Eu, como amigo de Israel, como aquele que já visitei várias vezes o Estado de Israel, digo que, apesar de tudo que se fala sobre Israel e Palestina, o Governo israelense faz um esforço muito grande pela convivência pacífica juntamente com o povo palestino, tanto que todos os anos o Governo de Israel emite, pelo menos, 100 mil vistos de trabalho para os palestinos em território israelense, fora os quase 30% da população que é de origem árabe e que hoje serve, inclusive, no exército de Israel.



Portanto, quero aqui com o Senador Omar Aziz abraçar o desejo ao povo palestino e dizer dos esforços que nós brasileiros esperamos, incentivamos e apoiamos para que haja paz em Jerusalém, para que haja paz entre israelenses, árabes, palestinos, um novo esforço dentro do chamado Acordo de Abraão. E que o Brasil possa ser um parceiro importante do povo palestino, mas também do povo de Israel, lugar onde somos recebidos de uma maneira sempre espetacular.

É o posicionamento aqui, somando ao Senador Omar Aziz, Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 61 Senadores; NÃO, 05 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.6 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Ângelo Fabiano Farias para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 9, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Parecer nº 8, de 2021, da CCJ, Relator: Senador Sérgio Petecão.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Há necessidade também de quórum qualificado da maioria absoluta de Senadores para a aprovação desta indicação.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento aí no dia 19 de outubro de 2021, para um debate temático, e o requerimento tem o nº 2.177. Eu gostaria que apreciasse esse requerimento no dia de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Luiz do Carmo, infelizmente hoje nós não apreciaremos requerimentos; hoje será só para indicações. Mas me comprometo em aprovar amanhã o requerimento de V. Exa. logo no início da sessão.

Agradeço a V. Exa.

Estamos em processo de votação nominal. Aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que ainda não votaram eu peço que votem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., de forma muito humilde, que nós estabelecêssemos também como prioridade hoje para ser votada, até pela nossa preocupação com a falta de quórum, a indicação



do nosso querido Brigadeiro Luiz Ricardo de Souza, que é indicado para Diretor da Anac. Eu gostaria que o senhor estabelecesse com o nosso Secretário da Mesa como prioridade, até para nós já começarmos a cobrar dele, a partir de agora, as providências para o setor aéreo brasileiro – Luiz Ricardo de Souza, indicado para Diretor da Anac.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Jayme Campos. No curso da sessão...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Que V. Exa. leve em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – ... nós submeteremos o nome desse indicado.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – É somente para fazer coro com o Senador Jayme, do pedido do Brigadeiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Um pedido de peso do Senador Jayme Campos e do Senador Antonio Anastasia; apreciaremos no curso da sessão.

Estamos em processo de votação nominal.

Essas indicações são indicações que exigem a maioria absoluta. Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Senador Marcio Bittar; Senador Sérgio Petecão; Senador Renan Calheiros; Senador Rodrigo Cunha; Senador Reguffe; Senadora Rose de Freitas; Senador Vanderlan Cardoso; Senador Zequinha Marinho; Senador Jaques Wagner, que ainda não votou; Senador Jean Paul Prates; Senador Cid Gomes; Senador Eduardo Girão; Senador Chiquinho Feitosa, da bancada do Ceará; Senador Weverton; ainda não votaram.

Senadora Zenaide Maia, a próxima oradora inscrita.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui, com a minha fala, complementar a fala do colega Nelsinho Trad.

Uma pergunta que não quer calar: por que o Presidente da República desobedece a uma orientação, a uma recomendação da Anvisa para exigir o passaporte de vacinas de quem vier para o Brasil? Não há nenhum país para o qual vá brasileiro que não exija o passaporte de vacina mais o teste PCR-RT 72 horas antes.

Eu pergunto: o Presidente da República tem poder de desacatar uma orientação da vigilância sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária? Eu acho que esta Casa não se pode calar, gente. O mundo todo exige um passaporte de vacina e o Brasil aceita, mesmo com essa nova variante, que de onde vierem, exceto daqueles seis países, podem entrar no Território brasileiro sem vacinação, sem nenhum controle, gente. Esta Casa tem que fazer algo. Está vindo aí a Ômicron, que, aparentemente, pode não ser grave, mas os países, como a Alemanha, todos já estão tomando medidas.

Não seguir a orientação da Anvisa é uma afronta ao povo brasileiro. Era isso que eu queria registrar aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Podemos encerrar a votação? Todos já votaram?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, só um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Quem pediu?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aqui atrás. Um



minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal, já encerraremos a votação.

Votou, Senador Davi?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 60 Senadores; NÃO, 05 Senadores.

Uma abstenção. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.7 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 11, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Antonio Edílio Magalhães Teixeira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Parecer nº 10, de 2021, da CCJ, Relatora a Senadora Daniella Ribeiro.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, de, pelo menos, 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, finalmente, após o intervalo que veio desde o último dia em que votamos autoridades, e o Dr. Antonio Edílio Magalhães Teixeira foi a última expectativa daquela noite e que aguardávamos até o dia de hoje para que, na tarde de hoje, pudéssemos... E aqui peço encarecidamente aos colegas Senadores e Senadoras que possam votar por esse que é um homem que iniciou sua carreira profissional como advogado no Estado do Ceará, que, após aprovação em concurso público, ingressou nos quadros da Promotoria de Justiça do Estado do Maranhão, tendo atuado em diversas comarcas, e que, em seguida, tornou-se Procurador da República na Paraíba, onde também exerceu as atribuições de Procurador-Chefe entre 2003 e 2004. Foi ainda Procurador-Chefe do Ministério Público da 5ª Região, com sede em Recife, de 2015 a 2016. Desde então, segue lotado no Estado da Paraíba.

Já recebeu diversas medalhas e homenagens, destacando-se os títulos de cidadão paraibano e pernambucano, recebidos em 2001 e em 2018, respectivamente; bem como a Medalha Olavo Bilac, conferida pela Academia de Estudos e Assuntos Históricos do Exército Brasileiro, em 2018.

Mas eu queria destacar, Sr. Presidente, o trabalho que o Dr. Antonio Edílio Magalhães Teixeira exerce no Ministério Público Federal paraibano.

Sr. Presidente, sendo submetido à apreciação do Senado na tarde de hoje, nos termos do art. 130,



inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do mesmo para compor o CNMP, conforme a lista tríplice do Ministério Público Federal, com muita honra, fui sua Relatora. E, na Paraíba, posso dizer que, falando pelos paraibanos e por todos aqueles que ele representará, venho aqui abraçá-lo, assim como sua família, que, com toda a certeza, representa a família de todos os paraibanos pelo homem honrado e digno que aqui, na tarde de hoje, está sendo julgado pelo Senado Federal.

Assim, agradeço pela oportunidade, Sr. Presidente.

Meu muito obrigada a todos os colegas Senadores e Senadoras por esse voto também de confiança.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Pego aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que permaneçam no Plenário para que possamos esgotar a pauta das indicações tanto quanto mais possível – não é, Senador Veneziano? –, para que possamos ter a aprovação e deliberação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Apenas um esclarecimento no tocante à pauta.

Colho de V. Exa. a informação se teremos hoje a votação da chamada PEC dos precatórios, se está confirmada a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – A PEC dos precatórios está na pauta de hoje a princípio para ser apreciada na data de hoje. Se houver dificuldade em relação à apreciação na data de hoje, nós podemos transferi-la para amanhã, antes das apreciações das indicações. Mas, obviamente, nós vamos consultar o Plenário oportunamente. Neste instante, nós estamos apreciando as autoridades.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, eu quero fazer das palavras, creio, autorizado que eu seja, da Senadora Daniella Ribeiro, que foi a Relatora de um outro querido companheiro, com que eu me sentiria, de pronto e plenamente satisfeito em repetir nas palavras que anteriormente proferi a respeito do Dr. Ângelo Fabiano o mesmo, inobstante um pouco mais de experiência, de vivência pela própria idade de Dr. Antonio Edílio.

Sr. Presidente, eu penso que cada um dos nossos pares teve a oportunidade de receber em mãos, conhecendo Dr. Edílio, indicado também a uma das vagas do CNMP, e não há dúvidas – não restaria qualquer uma que fosse – a respeito de todo o seu currículo, invejável currículo, experimentado currículo de um cearense, Senador Cid Gomes. E V. Exa. estava, inclusive, na sabatina e teve a oportunidade, até por conhecimento regional, nas menções em detalhe da própria cidade onde nasceu Dr. Antonio Edílio e depois passando em outros Estados do Nordeste e chegando à nossa Paraíba, sempre laureado pela sua vocação ao servir ao Ministério Público, pela sua capacidade, pelo seu equilíbrio, Governador Jaques Wagner... Às vezes nós carecemos tanto para as relações institucionais que nós desejamos e que tanto cobramos nos dias atuais.

Essas são as razões, Sr. Presidente, rápidas, que não dizem tudo, muito antes, pelo contrário, não dizem quase nada do quanto merecedor é Dr. Antonio Edílio para estar como integrante do CNMP. Por motivos que aqui expendo, peço encarecidamente a coparticipação das Sras. e Srs. Senadores para que aproveemos essa indicação.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Está encerrada a votação.
Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 62 Senadores; NÃO, 03 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.8 do Sumário)**

Aprovada a indicação do Sr. Antonio Edílio Magalhães Teixeira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador, em todas as votações nós tivemos 65 votos, 60 "sim" e 5 "não". Esse é o primeiro que a gente tem 62 "sim" e 3 "não". Então, eu acho que esses votos vêm do Ceará, é do Ceará esse "não", porque, em todas as votações que nós tivemos, eram 65 votos, 60 "sim", 5 "não". É a primeira vez, Senador Oriovisto, que é 62 "sim" e 3 "não". Acho que é o Ceará que vota maciçamente sempre "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O método dedutivo de V. Exa. pode ser falho, Senador Omar Aziz. O voto é secreto. O voto é secreto.

Anuncio o Ofício nº 12, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Mauro Pereira Martins para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada a desembargador de Tribunal de Justiça.

Parecer da CCJ, Relator Senador Carlos Portinho.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Há pouco, o senhor falou que a PEC dos precatórios está na pauta. Eu estou preocupado, eu votei "sim" na CCJ, mas eu temo que, se for votado hoje, a gente vai ter uma confusão aqui, Presidente. Seria bom, mais aconselhável, se é que eu posso, para amanhã, para que a gente possa tomar ciência do novo texto, analisar e ver, e quem sabe chegar a um acordo. É a sugestão que estou dando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Eu acolho a sugestão de V. Exa., Senador Plínio Valério.

Consulto o Plenário se estão todos de acordo.

Nós não votaremos a PEC na data de hoje e será o primeiro item da sessão de amanhã.

De acordo, Senador Fernando? *(Pausa.)*

Então, acolho a súplica do Senador Plínio Valério.

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que permaneçam no Plenário, para que possamos



esgotar a pauta das indicações. *(Pausa.)*

Será amanhã o primeiro item a proposta de emenda à Constituição e, na sequência, nós ingressaremos nas autoridades que ficarão pendentes para amanhã e quinta-feira.

Aliás, peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam permanecer no esforço concentrado até a sessão de quinta-feira à tarde do Senado Federal. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Senadora Zenaide Maia, peço que vote; Senador Jean Paul Prates; Senador Jorginho Mello; Senador Romário; Senador Flávio Bolsonaro, peço ao Senador Flávio Bolsonaro; Senador Carlos Portinho, que permaneça no Plenário; Senador Jayme Campos; Senador Chiquinho Feitosa; Senador Eduardo Braga, estamos em processo de votação; Senador Plínio Valério está votando; Senador Jaques Wagner, peço ao Senador Jaques Wagner que possa votar; Senador Otto Alencar; Senador Renan Calheiros, votar; Senador Rodrigo Cunha...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu queria pedir aos meus colegas o voto favorável à indicação do Desembargador Mauro Martins. Como eu falei, na CCJ, um ano atrás, estava lá eu fazendo o meu contencioso, minha tribuna, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, antes, no Juizado Especial, Juizado do Torcedor, e o Dr. Mauro Martins, posso atestar, como profissional do Direito, que é um desembargador absolutamente comprometido e preparado para nos representar a todos no CNJ.

Então, queria aqui endossar o seu nome e pedir o voto favorável de todos os meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

O Senador Telmário Mota ainda não votou.

Senador Marcos Rogério, Senador Mecias de Jesus, Senador Irajá, Senadora Kátia Abreu.

Peço aos Senadores e Senadoras que permaneçam no Plenário. Ainda temos muitas votações na data de hoje. *(Pausa.)*

Senador Alessandro Vieira, Senadora Maria do Carmo. *(Pausa.)*

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Podemos encerrar a votação? Todos já votaram? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 56 Senadores; NÃO, 4 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.9 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Mauro Pereira Martins para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 14, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho. Parecer da CCJ, Relator: Senador Antonio Anastasia.



A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Questão de ordem, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é para registrar a presença da Dra. Ivana Franco Cei, Presidente do CNPG e Procuradora-Geral do Amapá; também a presença da Dra. Janaína Carneiro, Procuradora-Geral do Estado de Roraima; e também do Sr. José Barreto, Presidente da associação dos promotores do Amapá.

Feito o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Lucas Barreto. A Presidência também deseja boas-vindas à Dra. Ivana Cei e a todas as autoridades nominadas pelo Senador Lucas Barreto. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal!

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Senadores que possam votar.

Senador Omar Aziz ainda não votou.

Senador Plínio Valério. *(Pausa.)*

Senador Lucas Barreto.

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Chiquinho Feitosa.

Senador Weverton. *(Pausa.)*

Senador Wellington Fagundes.

Senador Flávio Bolsonaro. *(Pausa.)*

Senador Flávio, pode votar?

Senador Carlos Portinho. *(Pausa.)*

Senador Jorginho Mello. *(Pausa.)*

Senador José Aníbal ainda não votou. *(Pausa.)*

Senador Paulo Rocha. *(Pausa.)*

Senador Fabiano Contarato. *(Pausa.)*

Senador Vanderlan Cardoso.

Senador Luiz do Carmo. *(Pausa.)*

Senadora Maria Eliza.

Senador Alvaro Dias. Estamos em processo de votação, Senador Alvaro. *(Pausa.)*

Senador Luiz do Carmo, já votou? *(Pausa.)*

Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Senador Jarbas Vasconcelos. *(Pausa.)*

Senador Fernando Bezerra, estamos em processo de votação.

Peço a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras: estamos em processo de votação nominal.

Senador Jean Paul Prates. *(Pausa.)*

Senador José Aníbal. *(Pausa.)*



Já temos 57 Senadores que votaram. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu.

Senador Irajá.

Senador Alessandro Vieira.

Senador Flávio Arns.

Senadora Simone Tebet.

Senador Chico Rodrigues.

Senador Mecias de Jesus.

Senador Telmário Mota.

Senador Chiquinho Feitosa. (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado. (*Pausa.*)

Desculpa, Senadora Simone, eu acabei vendo V. Exa. só depois.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 55 Senadores; NÃO, 04 Senadores.

Duas abstenções. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.10 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 10, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jaime de Cassio Miranda para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Parecer nº 9, de 2021, do Senador Antonio Anastasia.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Senador Carlos Fávaro, Senador Jayme Campos, processo de votação. (*Pausa.*)

Senador Luiz do Carmo, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Rogério Carvalho, Senador Petecão, Senador Zequinha Marinho, processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Senador Randolfe, Senador Weverton. (*Pausa.*)

Senador Renan Calheiros, Senador Eduardo Braga, Senador Carlos Viana. Já votou, Senador Carlos Viana? Agradeço. Senador Eduardo Gomes, Senador Flávio Bolsonaro. (*Pausa.*)

Senador Romário, Senador Marcelo Castro, Senador Elmano Férrer.

Senador Fernando Collor de Mello está votando neste momento, na cabine de votação externa ao Plenário. (*Pausa.*)

Senador Jorge Kajuru, Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)



Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin. Estamos em processo de votação nominal, Senador Esperidião. (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul Prates. Peço ao Senador Jean Paul que possa votar. (*Pausa.*)

O Senador Humberto Costa ainda não votou. (*Pausa.*)

Senador Fernando Bezerra. Senador Fernando. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Senador Fernando Bezerra, vai votar? Vamos encerrar a votação. Vai votar, Fernando? Peço atenção do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra. Estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação?

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 55 Senadores; NÃO, 06 Senadores.

Duas abstenções. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.11 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Jaime de Cassio Miranda para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 8, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Cezar dos Passos para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

O Parecer nº 7, de 2021, da CCJ, Relator: Senador Lucas Barreto.

A matéria depende para sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Rogério Carvalho, pode votar.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Acir Gurgacz, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Wellington Fagundes, Senador Omar Aziz, Senador Marcos Rogério, estamos em processo de votação nominal.

Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Dário Berger, Senador Randolfe, Senador Weverton.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discutir.) – É apenas para registrar que o Dr. Paulo Passos é oriundo de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e que é a primeira vez que a nossa cidade ou o nosso Estado vai ter, com a aprovação dos pares, a honra de fazer parte desse colegiado. Nunca o Conselho Nacional do Ministério Público nem o CNJ tiveram integrantes do Mato Grosso do Sul. Vai ser a primeira vez. Então, eu peço a todos os pares que possam nos ajudar colocando o voto favorável.



Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer coro ao que acabou de dizer o Senador Nelsinho Trad e pedir voto, avalizar, o nome do Procurador Paulo Cezar dos Passos. Vai ser a primeira vez que o Mato Grosso do Sul terá um nome no CNMP.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Senadores e Senadoras que possam votar.

Senador Izalci Lucas, Senadora Leila, estamos em processo de votação.

Senador Fabiano Contarato, Senador Marcio Bittar, Senadora Simone Tebet.

Senador Paulo Rocha, estamos em processo de votação nominal.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Otto Alencar, Senador Jaques Wagner.

Senador Humberto Costa. Estamos em processo de votação nominal, Senador Humberto.

Senador Romário, Senador José Aníbal, Senador Jorginho Mello.

Senador Styvenson Valentim, estamos em processo de votação nominal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – A Senadora Simone Tebet com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Apenas para dar um testemunho, como Senadora de Mato Grosso do Sul.

Conheço pessoalmente o Dr. Paulo Cezar dos Passos e não é de agora. Quero dizer que ele é uma pessoa extremamente equilibrada, que sabe respeitar a política e a boa política, sabe o papel dele – foi Procurador –, o papel do Ministério Público, sabe respeitar a Constituição Federal. Tenho certeza de que fará, no Conselho Nacional do Ministério Público, o que fez como Procurador-Geral. É um homem do diálogo, do equilíbrio, da ponderação. É um homem que vai abrilhantar o Conselho Nacional, elevando também o nome de Mato Grosso do Sul.

Por isso, peço o apoio e o voto para o Dr. Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Senador Chiquinho Feitosa.

Senador Jean Paul Prates, estamos em processo de votação nominal.

Senador Telmário Mota, Senador Jorge Kajuru. *(Pausa.)*

Senador Alessandro Vieira, Senador Chico Rodrigues, Senador Fabiano Contarato, estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 54 Senadores; NÃO, 05 Senadores.



Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.12 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Paulo Cezar dos Passos para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário. *(Pausa.)*

Anuncio o Ofício nº 13, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Richard Paulro Pae Kim para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em vaga destinada a juiz estadual.

Parecer da CCJ, Relator, Senador Antonio Anastasia.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos, 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – É a indicação do Sr. Richard Paulro Pae Kim para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que ainda não votaram que possam votar: Senador Angelo Coronel, Senador Jaques Wagner, Senador Otto Alencar, Senador Romário, Senador José Aníbal, Senador Jean Paul Prates, Senador Alessandro Vieira, Senador Alvaro Dias – Senador Alvaro Dias, estamos em processo de votação nominal –, Senador Jorge Kajuru, Senador Fabiano Contarato. *(Pausa.)*

Podemos encerrar a votação?

Todos os Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Todas as Senadoras também já votaram.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 58 Senadores; NÃO, 04 Senadores.

Nenhuma abstenção. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.13 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Richard Paulro Pae Kim para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Será cumprida a deliberação do Plenário. *(Pausa.)*

Anuncio a Mensagem nº 65, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Morgana de Almeida Richa para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Parecer da CCJ, Relator: Senador Eduardo Gomes.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Indicação da Sra. Morgana de Almeida Richa para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar: Senador Zequinha Marinho, Senador Sérgio Petecão, Senador Carlos Viana, Senador Jayme Campos...

A Senadora Mailza Gomes acaba de votar.

Senador Eduardo Braga, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Carlos Viana...

Senador Jayme Campos, estamos em processo de votação nominal.

Senador Carlos Viana, estamos em processo de votação nominal.

Senador Jaques Wagner, Senador Eduardo Braga, Senador Omar Aziz...

Peço aos Senadores que permaneçam no Plenário. Ainda teremos votações na data de hoje.

Senador Humberto Costa, processo de votação nominal.

Senador Irajá, Senadora Kátia Abreu, Senador Marcos Rogério, Senador Fabiano Contarato...

Senador Flávio Bolsonaro, estamos em processo de votação nominal.

Senador José Aníbal, Senador Irajá, Senador Esperidião Amin, Senador Rogério Carvalho, Senador Alessandro Vieira... *(Pausa.)*

O Senador Roberto Rocha ainda não votou.

Senador Jean Paul Prates...

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 56 Senadores; NÃO, 04 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.14 do Sumário)**

Aprovada a indicação da Sra. Morgana de Almeida Richa para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Ofício nº 15, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Daniel Carnio Costa para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

O parecer é da CCJ, o Relator é o Senador Chiquinho Feitosa.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Indicação do Dr. Daniel Carnio Costa para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Sérgio Petecão, Senadora Mailza, Senador Luiz do Carmo, estamos em processo de votação.

Senador Fernando Bezerra...



Deputado Sergio Souza, seja bem-vindo ao Senado Federal, no retorno à sua Casa!

Senador Dário Berger, Senadora Zenaide Maia, Senador Marcelo Castro, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Weverton, o processo é de votação nominal.

Senador Eduardo Braga, Senador Renan Calheiros, estamos em processo de votação nominal.

Senador Humberto Costa, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Eduardo Girão, Senador Lasier Martins, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Irajá, Senador Dário Berger, Senador Cid Gomes, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet, Senador Nelsinho Trad, Senador Rodrigo Cunha, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Senador Nelsinho Trad, Senador Romário, Senador José Aníbal, Senador Jean Paul Prates.

Peço aos Senadores que permaneçam no Plenário, ainda temos votações na data de hoje, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Acabou?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Não. Ainda temos votações na data de hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ah, ainda temos votação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O Rio Grande do Norte presente, Senadora Zenaide.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Quantos faltam, Presidente? Quantos faltam?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Faltam muitos, Senador Lasier Martins. (*Risos.*)

Eu vou fazer a contagem e encaminho a V. Exa.

Eu peço a permanência de todos no Plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Eu não estou ouvindo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. *Fora do microfone.*) – Foi a melhor resposta que ele poderia ter.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Eu vou contar exatamente, Senador Lasier. É porque são muitos e, aí, com a fala da Presidência de que são muitos, todos permanecem no Plenário.

É importante a permanência em Plenário, nós estamos tendo uma produtividade histórica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, para o ser humano, ultrapassou as duas mãos é muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – É a 14ª votação, e com um quórum muito qualificado. Eu quero parabenizar os Senadores e as Senadoras que vieram ao esforço concentrado e estão presentes no Plenário, votando.

Senador Romário, Senador Otto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pedido de V. Exa. é ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Viana.



Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 52 Senadores; NÃO, 07 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.15 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Daniel Carnio Costa para compor Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário. *(Pausa.)*

Anuncio o Ofício nº 7, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Rinaldo Reis Lima para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

O Parecer nº 6, de 2021, da CCJ, Relator: Senador Fabiano Contarato.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

O Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar na indicação do Sr. Rinaldo Reis Lima.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Senador Sérgio Petecão, Senador Vanderlan, Senador Luiz do Carmo, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Viana, Senador Marcos do Val, Senadora Soraya Thronicke, Senador Carlos Fávaro, Senador Antonio Anastasia. *(Pausa.)*

A Bancada do Ceará já votou toda: Senador Cid Gomes, Senador Eduardo Girão e Senador Chiquinho Feitosa.

Senador Humberto Costa, estamos em processo de votação nominal.

Senador Rodrigo Cunha, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel...

O Senador Fernando Collor de Mello vota nesse instante.

Senador Flávio Bolsonaro... *(Pausa.)*

Senador Jorginho Mello, estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Senador Carlos Portinho, Senador Romário, Senador Elmano Férrer, Senador Marcelo Castro, estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

O Senador Nelsinho Trad ainda não votou. *(Pausa.)*

Senador Chico Rodrigues, Senador Telmário Mota, Senadora Simone Tebet, Senador Esperidião Amin, estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

O Senador Wellington Fagundes ainda não votou. *(Pausa.)*

O Senador Wellington Fagundes vota nesse momento.

O Senador Portinho acaba de votar.

O Senador Davi Alcolumbre... *(Pausa.)*

Senador Weverton... Peço ao Senador Weverton que possa votar. *(Pausa.)*

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.



Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 50 Senadores; NÃO, 09 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.16 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Rinaldo Reis Lima para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 18, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Jane Granzoto Torres da Silva para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Parecer da CCJ, Relator: Senador Omar Aziz.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O Senador Wellington Fagundes ainda não votou.

Senador Jaques Wagner, Senador Otto Alencar, Senador Lucas Barreto, Senador Rodrigo Cunha, Senador Nelsinho Trad, Senador Irajá, Senador Jean Paul Prates, Senador Weverton, Senador Eduardo Girão, Senador Cid Gomes, Senador Chiquinho Feitosa, Senador José Aníbal... *(Pausa.)*

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, uma palavra rápida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Recebi a visita da nossa Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Sandra Goulart.

Quero parabenizar a todo o grupo acadêmico pela escolha do nome da Professora Sandra Goulart para continuar à frente da Universidade Federal de Minas Gerais, o que muito nos honra.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Reitora nos trouxe uma notícia muito importante, de que a vacina que está sendo desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais já está sendo ampliada e poderá ajudar na imunização dessa nova cepa, que foi descoberta agora na África do Sul. A vacina está entre as mais modernas desenvolvidas no Brasil e poderá, muito em breve, imunizar a todos os brasileiros já com a nova cepa.

Considero essa uma notícia muito importante, o que mostra a capacidade dos nossos pesquisadores e a necessidade que temos de incentivar cada vez mais os nossos profissionais da ciência, da tecnologia, que nos dão os resultados necessários. É uma questão apenas de investimento e de confiança por parte do Estado, renovação e apoio financeiro por parte do Estado.

Trago, portanto, os parabéns à comunidade acadêmica da UFMG e a notícia de que poderemos imunizar os brasileiros com essa nova cepa por meio da vacina que está sendo desenvolvida em Minas Gerais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Viana.



Também cumprimento a Magnífica Reitora, Professora Sandra, Reitora da nossa UFMG, em Minas Gerais.

Estamos em processo de votação nominal, solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que ainda não votaram que possam votar.

Senador Rodrigo Cunha, Senador Alessandro Vieira, Senador Irajá, Senadora Kátia Abreu, Senador Cid Gomes, Senador Chiquinho Feitosa, Senador Jean Paul Prates, Senador Romário, Senador José Aníbal e Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 47 Senadores; NÃO, 08 Senadores.

Duas abstenções. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.17 do Sumário**)

Está aprovada a indicação da Sra. Jane Granzoto Torres da Silva para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio a Mensagem nº 28, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Sr. Luiz Ricardo de Souza Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), na vaga decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman.

Parecer nº 7, de 2021, da Comissão de Infraestrutura, Relator: Senador Luis Carlos Heinze.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta à indicação do Sr. Luiz Ricardo de Souza Nascimento para a Anac.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir.) – Muito obrigado.

Eu queria só fazer uma referência ao nome do Brigadeiro Luiz Ricardo, um oficial General de primeira qualidade, recebendo o beneplácito do Senador Marcos Rogério, do Senador Jayme e de outros tantos, que vai exercer as suas funções na Anac e, certamente, com muito brilho, porque é um especialista na matéria.

Faço aqui este registro com muita justiça.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Anastasia.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Luiz do Carmo, estamos em processo de votação nominal.

Senador Jorge Kajuru, Senador Zequinha Marinho...

A Senadora Simone Tebet está votando neste momento.

Senador Nelsinho Trad, Senador Davi Alcolumbre, Senador Eduardo Braga, Senador Chiquinho Feitosa, Senador Cid Gomes, Senador Jayme Campos, estamos em processo de votação nominal.

Senador Wellington Fagundes, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Carlos Portinho, Senador Romário.



Bancada do Rio de Janeiro, do PL: Senador Carlos Portinho, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Romário – toda do PL.

Senador Jean Paul Prates...

O Senador Renan Calheiros ainda não votou.

Senador Reguffe, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Lasier Martins, estamos em processo de votação nominal, indicação da Anac.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Quero agradecer a V. Exa. ter pautado o nome do querido Brigadeiro Luiz Ricardo para Diretor da Anac.

Entretanto, já aproveitando a ocasião de corpo presente, quero dizer a V. Exa., caro indicado, Dr. Brigadeiro Luiz, nestes próximos dias, V. Exa. vai receber, com certeza, o convite da nossa Comissão de Infraestrutura para vir aqui na nossa Comissão e, certamente, trazer boas notícias em relação ao transporte aéreo brasileiro.

V. Exa. acompanhou aqui a nossa fala, naturalmente o aparte do Senador Omar Aziz, do Senador Nelsinho Trad, Carlos Portinho. Esse é o sentimento de nós Senadores e, sobretudo, daqueles que têm compromisso com a sociedade brasileira.

Portanto, desejo sucesso, muitas felicidades!

Que faça o trabalho à altura do cargo para o que V. Exa. foi indicado, que é da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Sucesso! Que Deus abençoe V. Exa. nessa nova missão!

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Estamos em processo de votação nominal.

Todos já votaram?

Senadora Zenaide, já votou? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre, no painel, o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 47 Senadores; NÃO, 06 Senadores.

Duas abstenções. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.18 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Luiz Ricardo de Souza Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Mensagem nº 46, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Parecer nº 19, de 2021, da CRE, Relator: Senador Esperidião Amin, Relatora *ad hoc*: Senadora Nilda Gondim.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.



(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Eu solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar. Estamos em processo de votação nominal.

Senador Luiz do Carmo, Senador Jayme Campos, estamos em processo de votação.

Senador Marcos do Val, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jorginho Mello, Senador Lasier Martins.

Em processo de votação nominal, Senador Jorginho.

Senador Esperidião Amin, Senador Humberto Costa, Senador Acir Gurgacz, Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Humberto Costa já votou.

Senadora Eliane Nogueira, Senador Elmano Férrer, Senador Carlos Portinho, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Romário, Senador Weverton. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Wellington Fagundes, Senador Davi Alcolumbre, Senador Lucas Barreto, Senador Jean Paul Prates. *(Pausa.)*

Podemos encerrar a votação? Todos já votaram? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 43 Senadores; NÃO, 06 Senadores.

Quatro abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.19 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Pompeu Andreucci Neto, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 37, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Parecer nº 6, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Esperidião Amin.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Antonio Anastasia, Senador Carlos Fávaro, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Marcos do Val, Senadora Soraya Thronicke, Senadora Leila, Senador Izalci, Senador Acir Gurgacz, Senador Randolfe, Senador Wellington Fagundes, estamos em processo de votação nominal.

Senador Jayme Campos, Senador Styvenson Valentim, Senadora Zenaide Maia, Senador Jean Paul Prates, Senador Zequinha Marinho, Senador Styvenson, Senador Plínio Valério, Senador Styvenson, estamos em processo de votação nominal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.



O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, é apenas para pedir aos colegas que possamos votar o Embaixador Sérgio França, Embaixador do Peru. Nós, lá no Acre, sempre tivemos uma relação muito próxima, por ser um país fronteiriço, e é importante nós votarmos o Embaixador Sérgio, meu xará. Eu não tive a oportunidade e o prazer de conhecê-lo, mas com certeza nós, lá no Acre, vamos precisar, e muito, dele.

O ex-Embaixador que serviu ali naquela embaixada foi um Embaixador muito importante para nós acrianos, e eu não tenho dúvida de que esta Casa irá aprovar o Embaixador Sérgio França, que não medirá esforços também para ajudar o nosso querido Estado do Acre.

Quero desejar boa sorte e nos colocar aqui à disposição do Embaixador Sérgio, para que nós possamos estreitar, cada vez mais, essa nossa relação entre o Brasil e o Peru, em especial o nosso Estado do Acre, que faz fronteira pelo Município de Assis Brasil com o Município de Iñapari, do lado peruano.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, apenas ouvi as falas anteriores com relação às vacinas mineiras e quero dizer que o Brasil até ontem havia distribuído 372 milhões de doses de vacina. A população vacinal brasileira está na ordem de 178 milhões – jovens de 12 anos até qualquer idade. São 356 milhões o total da população vacinal brasileira. Então, já há mais de duas doses para toda a população brasileira.

O meu Estado, Rio Grande do Sul, tem 9,8 milhões de gaúchos e gaúchas a serem vacinados. O Governo do Estado já recebeu 20,165 milhões de doses. Da mesma forma, no meu Estado já chegaram mais de duas doses para toda a população gaúcha.

E outro trabalho importante. A Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais, faz um trabalho de acompanhamento, já há uns cinco ou seis meses, do número de casos de covid e mortes de covid por Município. Em um dado agora do mês de outubro, nós tínhamos lá 3.640 Municípios com zero caso de covid. Então, está funcionando o sistema vacinal brasileiro.

Quero cumprimentar aqui o nosso Ministro Queiroga e todas as 48 mil equipes de vacinação em todo o Brasil. É muito importante esse sistema que está perpassando o Estado brasileiro.

E, com relação às vacinas, Senador Lasier, há cinco vacinas bem adiantadas: a mais adiantada é a da universidade que nós temos hoje dentro da Federação das Indústrias da Bahia, com uma vacina que já está em testes clínicos; a da Federal de Minas Gerais; a da Federal do Rio de Janeiro; a da USP de Ribeirão Preto; e também a do Instituto de Cardiologia de São Paulo. São cinco as vacinas que já estão mais adiantadas, em testes clínicos finais, e nós esperamos que, daqui a dois, três meses, estejam prontas para poderem ser fabricadas.

Então, são notícias boas. Mesmo que nós tenhamos essa terceira cepa, seguramente os cientistas brasileiros já estarão trabalhando para adequar essas vacinas à terceira onda desse vírus. Houve primeira, a segunda e, agora, a terceira onda desse vírus. Então, notícia boa para os cientistas brasileiros comemorarem em nome dessas cinco universidades que estão trabalhando fortemente nessas vacinas para o covid, em Fase I, II e também III.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam votar.

Senador Lucas Barreto, Senador Eduardo Braga, Senador Jaques Wagner, Senador Cid Gomes,



Senador Weverton, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Portinho...

Já atingimos o quórum necessário, de 41 votos. Já podemos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 39 Senadores; NÃO, 05 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.20 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Sérgio França Danese para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

Anuncio a Mensagem nº 43, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Parecer nº 7, de 2021, da CRE, Relator: Senador Nelsinho Trad.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadora já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Carlos Fávaro, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Marcos do Val, Senadora Soraya Thronicke, estamos em processo de votação nominal.

Senador Eduardo Girão, Senador Plínio Valério, Senador Rodrigo Cunha, Senador Styvenson Valentim, Senador Jorginho Mello, Senador Dário Berger. *(Pausa.)*

Eu solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar. Será a última votação da data de hoje. Portanto, preciso que haja o quórum para o encerramento dessa votação. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues, estamos em processo de votação nominal.

Senador Vanderlan Cardoso.

Senadora Leila Barros ainda não votou.

Senador Flávio Bolsonaro, Senador Carlos Portinho, Senador Romário, Senador Jayme Campos, Senador Lucas Barreto, Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Giordano.

Senador Romário.

Senador Flávio Bolsonaro.

Senador Carlos Portinho.

Senador Marcelo Castro.

Senador Renan Calheiros.

Senadora Mailza Gomes.

Senador Marcio Bittar.

Senador Fabiano Contarato.

Senador Nelsinho Trad.

É a última votação desta sessão de hoje. Esta é a 20ª votação, Senador Eduardo Girão. Tivemos uma grande produtividade na sessão do Senado Federal de hoje. Agradeço a todos os Senadores e a todas as Senadoras pela presença em Plenário. *(Pausa.)*



Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema eletrônico.

A Senadora Kátia Abreu chega ao Plenário neste momento para votar. Vamos aguardar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Presidente, o anterior foi o Embaixador do Peru?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Exatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E o outro? Foram dois?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – E o Embaixador Pompeu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Perdi esses dois votos maravilhosos. Dois embaixadores de altíssimo nível em quem eu teria o maior prazer de votar aqui. Mas votei na Comissão, fizemos a sabatina, e eu desejo muito boa sorte aos dois. Agora vou ter a alegria de votar, pelo menos pela última vez, no do Uruguai.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Kátia. O mais importante é que foram aprovados. Então... (*Pausa.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de dar apenas um aviso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... aos nossos diplomatas que estão nos ouvindo neste momento, acompanhando a sabatina. A votação foi invertida para os cargos da Justiça, CNMP e CNJ, porque se precisava de um quórum qualificado, e para os embaixadores é uma maioria simples. Então, por isso, os da Justiça foram colocados primeiro e os embaixadores depois, e não por ordem de preferência pessoal pelas categorias.

Então, só gostaria de explicar, a título de V. Exa., que foi necessário fazê-lo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, Senadora Kátia. Esclarecimento muito oportuno. Na verdade, nós começamos a sessão com os embaixadores, justamente porque não necessitam do quórum qualificado, e aí testamos o quórum; quando há o quórum qualificado, no alto da sessão do Senado, colocamos aqueles de maioria absoluta, e depois voltamos aos embaixadores. Então, essa é a razão de ser.

Estamos em processo de votação nominal.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação?

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Votaram SIM 35 Senadores; NÃO, 06 Senadores.

Duas abstenções. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.21 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Marcos Leal Raposo Lopes para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Essa foi a última votação, Senadora Kátia Abreu. Foi a vigésima votação? Foram 20? (*Pausa.*)



Foram 20 votações na data de hoje, e amanhã nós continuamos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Amanhã nós continuamos com as autoridades e também os embaixadores.

Parabéns, Presidente Rodrigo Pacheco!

Uma votação recorde tanto nas Comissões como aqui no Plenário. É trabalhando duro para fazer jus ao nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, Senador Rodrigo Pacheco.

Muito boa noite, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, povo brasileiro que nos assiste pela estrutura de comunicação do Senado Federal.

Senador Marcos do Val, o Presidente do Supremo Tribunal Federal declarou que via como quebra de harmonia entre os Poderes a recente decisão da CCJ, da Câmara, Senador Rodrigo Pacheco, nosso Presidente, a respeito da revogação da PEC da Bengala, fazendo retornar aos 70 anos a idade limite para a aposentadoria compulsória.

Sobre o mérito da PEC da Bengala, existem, naturalmente, prós e contras, que devem ser devidamente analisados, debatidos e, por fim, levados a votação pelo Congresso Nacional dentro das prerrogativas constitucionais.

Nossa Constituição deixa claro que os três Poderes da República devem ser harmônicos entre si, respeitando cada um as suas atribuições, mas o que temos assistido ultimamente, infelizmente, são contínuas interferências justamente do STF tanto sobre o Poder Executivo quanto sobre o Poder Legislativo, ratificadas, aliás, agora, 15 dias atrás, pela estranha declaração do Ministro Toffoli dizendo que, na prática, o Brasil já vive um regime semipresidencialista, tendo o STF como poder moderador.

As perguntas que eu faço são as seguintes: não constitui quebra de harmonia ministro se reunir com lideranças partidárias de alguma forma tentando lhe influenciar sobre o voto auditável? Isso não é quebra de harmonia?

Não constitui também quebra de harmonia ministro mandar instalar a CPI da Covid?

Não constitui quebra de harmonia um único Ministro, no mesmo inquérito – que, a meu ver, e respeito quem pensa diferente, é ilegal –, indiciar, julgar, condenar?

Não constitui quebra de harmonia o ministro, com uma canetada, mandar prender um Deputado Federal por crime de opinião? Aliás, esse Deputado não pode nem dar entrevista, é um Parlamentar zumbi, como eu falei aqui na semana passada – Parlamentar zumbi! Quem será o próximo?

O STF deixa de cumprir sua obrigação constitucional quando, deliberadamente, não julga processos de flagrante corrupção cometida por Parlamentares, por exemplo...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... no âmbito da Operação Lava Jato. E esses processos estão parados há anos. Tal obrigação só pode ser cumprida por esse Poder enquanto perdurar o foro privilegiado.

Esse é o grande problema do Brasil. O câncer da corrupção sobrevive muito por causa desse guarda-chuva da impunidade que nós temos aqui ainda no País, um dos poucos países que tem foro privilegiado – da mesma forma que apenas o Senado tem o poder de coibir abusos cometidos por ministro da Suprema Corte. Mas esta Casa também vem preferindo a omissão, enfraquecendo a nossa democracia



perante a sociedade...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... atônita, que está realmente assustada com essa escalada autoritária sem freio.

Termino lembrando este belo poema publicado em 1964 pelo escritor e poeta Eduardo Alves da Costa e que é tão atual diante dessas interferências e omissões em curso no Brasil. Abro aspas:

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, [eles] já não se escondem;
[...] [roubam todas] as flores,
[...]
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...

arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade e pela tolerância.
Deus abençoe esta Nação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Eu agradeço aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o ex-Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, pelo trabalho realizado na CCJ na data de hoje: fizemos a apreciação de 20 autoridades nesta sessão do Senado Federal, todas elas aprovadas na data de hoje.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa semipresencial para amanhã, quarta-feira, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 36 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

163º Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas
Presenças no período: 30/11/2021 07:00:00 até 30/11/2021 21:40:00
Votos no período: 30/11/2021 07:00:00 até 30/11/2021 21:40:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	

Emissão 30/11/2021 21:43:22





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

163º Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas

Presenças no período: 30/11/2021 07:00:00 até 30/11/2021 21:40:00

Votos no período: 30/11/2021 07:00:00 até 30/11/2021 21:40:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
PSL	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
MDB	RO	Maria Eliza	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 80 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 163^a SESSÃO

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 67/2021



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 326, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2021.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2021, que *autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 30 de novembro de 2021.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

IRAJÁ

WEVERTON



ANEXO DO PARECER Nº 326, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2021.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2021

Autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo com o New Development Bank (NDB), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo com o New Development Bank (NDB), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba – Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Curitiba (PR);

II – credor: New Development Bank (NDB);



III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – juros: taxa de juros baseada na *Libor* semestral acrescida de *spread* de 0,95% a.a. (noventa e cinco centésimos por cento ao ano);

VI – cronograma estimativo de desembolsos: US\$ 7.480.000,00 (sete milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 21.985.000,00 (vinte e um milhões e novecentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 23.290.000,00 (vinte e três milhões e duzentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, US\$ 15.082.500,00 (quinze milhões, oitenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, e US\$ 7.162.500,00 (sete milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2025;

VII – comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor não desembolsado, sendo incidente:

a) 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 10% (dez por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

b) 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 40% (quarenta por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

c) 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 70% (setenta por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

d) 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

e) 60 (sessenta) meses e depois disso, sobre o valor total não desembolsado do contrato de empréstimo;

VIII – *front-end fee*: 0,25% do valor do financiamento, pago de uma só vez no primeiro desembolso;

IX – prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses, sendo que as amortizações serão realizadas semestralmente, pelo sistema de amortização constante.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Se os montantes desembolsados no final do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo excederem, respectivamente, 10% (dez por cento), 40% (quarenta por cento), 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo, a comissão de compromisso será nula.

§ 3º A comissão de compromisso deverá ser paga anualmente em até 45 (quarenta e cinco) dias após a contagem de cada período de 12 (doze) meses.



Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba, no Estado do Paraná, na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Curitiba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 21/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 21, de 2021 - Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo (CVM)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com mandato até 31/12/2025, na vaga decorrente do término do mandato de Henrique B. Machado Moreira.

Matéria **MSF 21/2021**

Início Votação **30/11/2021 18:43:51**

Término Votação **30/11/2021 18:57:33**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
PSL	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO

Emissão 30/11/2021 18:57:37





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 21, de 2021 - Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo (CVM)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com mandato até 31/12/2025, na vaga decorrente do término do mandato de Henrique B. Machado Moreira.

Matéria **MSF 21/2021** Início Votação **30/11/2021 18:43:51** Término Votação **30/11/2021 18:57:33**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:51 NÃO:7 ABST.: 1

TOTAL:59

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 18:57:37



Mensagem nº 14/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 14, de 2021 - Otávio Brandelli (Representante Permanente do Brasil junto à OEA)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Otávio Brandelli, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Matéria **MSF 14/2021**

Início Votação **30/11/2021 18:58:43**

Término Votação **30/11/2021 19:10:22**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO

Emissão 30/11/2021 19:10:26





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 14, de 2021 - Otávio Brandelli (Representante Permanente do Brasil junto à OEA)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Otávio Brandelli, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Matéria **MSF 14/2021** Início Votação **30/11/2021 18:58:43** Término Votação **30/11/2021 19:10:22**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:59 NÃO:7 ABST.: 1

TOTAL:67

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 19:10:26



Mensagem nº 68/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 68, de 2021 - Raimundo Carreiro Silva (Portugal)

Escolha do Senhor Raimundo Carreiro Silva, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Matéria **MSF 68/2021**

Início Votação **30/11/2021 19:11:13**

Término Votação **30/11/2021 19:33:52**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO

Emissão 30/11/2021 19:33:58





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 68, de 2021 - Raimundo Carreiro Silva (Portugal)

Escolha do Senhor Raimundo Carreiro Silva, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Matéria **MSF 68/2021** Início Votação **30/11/2021 19:11:13** Término Votação **30/11/2021 19:33:52**
 Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:65 NÃO:5 ABST.: 1

TOTAL:71

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 19:33:58



Mensagem nº 53/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 53, de 2021 - Claudia Fonseca Buzzi (Suíça e Liechtenstein)

Escolha da Senhora Claudia Fonseca Buzzi, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Matéria **MSF 53/2021**

Início Votação **30/11/2021 19:35:35**

Término Votação **30/11/2021 19:48:43**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO

Emissão 30/11/2021 19:48:46





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 53, de 2021 - Claudia Fonseca Buzzi (Suíça e Liechtenstein)

Escolha da Senhora Claudia Fonseca Buzzi, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Matéria **MSF 53/2021**

Início Votação **30/11/2021 19:35:35**

Término Votação **30/11/2021 19:48:43**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:59 NÃO:6 ABST.: 1

TOTAL:66

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 19:48:46



Ofício "S" nº 6/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 6, de 2021 - Ângelo Fabiano Farias (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP no biênio 2021/2023, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Matéria OFS 6/2021

Início Votação 30/11/2021 19:50:03

Término Votação 30/11/2021 19:57:11

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO

Emissão 30/11/2021 19:57:14





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 6, de 2021 - Ângelo Fabiano Farias (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP no biênio 2021/2023, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Matéria OFS 6/2021

Início Votação 30/11/2021 19:50:03

Término Votação 30/11/2021 19:57:11

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:61

NÃO:5

ABST.: 2

TOTAL:68

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 19:57:14



Ofício "S" nº 9/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 9, de 2021 - Oswaldo D`Albuquerque Lima Neto (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor OSWALDO D`ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Matéria OFS 9/2021

Início Votação 30/11/2021 19:58:12

Término Votação 30/11/2021 20:03:42

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:03:45





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 9, de 2021 - Oswaldo D`Albuquerque Lima Neto (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor OSWALDO D`ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Matéria OFS 9/2021

Início Votação 30/11/2021 19:58:12

Término Votação 30/11/2021 20:03:42

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:60 NÃO:5 ABST.: 1

TOTAL:66

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:03:45



Ofício "S" nº 11/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 11, de 2021 - Antonio Edílio Magalhães Teixeira (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, e ao art. 1º, da Lei 11.372, de 28 de novembro de 2006, a indicação do Senhor ANTONIO EDÍLIO MAGALHÃES, para compor o CNMP, conforme a lista tríplice do Ministério Público Federal.

Matéria OFS 11/2021

Início Votação 30/11/2021 20:04:41

Término Votação 30/11/2021 20:11:24

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:11:29





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 11, de 2021 - Antonio Edílio Magalhães Teixeira (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, e ao art. 1º, da Lei 11.372, de 28 de novembro de 2006, a indicação do Senhor ANTONIO EDÍLIO MAGALHÃES, para compor o CNMP, conforme a lista tríplice do Ministério Público Federal.

Matéria OFS 11/2021

Início Votação 30/11/2021 20:04:41

Término Votação 30/11/2021 20:11:24

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:62

NÃO:3

ABST.: 2

TOTAL:67

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:11:29



Ofício "S" nº 12/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 12, de 2021 - Mauro Pereira Martins (CNJ)

Indicação do Desembargador Mauro Pereira Martins, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 12/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:13:16**

Término Votação **30/11/2021 20:19:29**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:20:50





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 12, de 2021 - Mauro Pereira Martins (CNJ)

Indicação do Desembargador Mauro Pereira Martins, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 12/2021** Início Votação **30/11/2021 20:13:16** Término Votação **30/11/2021 20:19:29**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:56 NÃO:4 ABST.: 2

TOTAL:62

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:20:50



Ofício "S" nº 14/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 14, de 2021 - Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (CNJ)

Indicação do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 14/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:20:21**

Término Votação **30/11/2021 20:25:14**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:25:53





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 14, de 2021 - Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (CNJ)

Indicação do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria OFS 14/2021

Início Votação 30/11/2021 20:20:21

Término Votação 30/11/2021 20:25:14

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:55 NÃO:4 ABST.: 2

TOTAL:61

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:25:53



Ofício "S" nº 10/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 10, de 2021 - Jaime de Cassio Miranda (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º, §2º, da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor JAIME DE CASSIO MIRANDA, para compor o CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Matéria **OFS 10/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:26:06**

Término Votação **30/11/2021 20:30:00**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:30:54





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 10, de 2021 - Jaime de Cassio Miranda (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º, §2º, da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor JAIME DE CASSIO MIRANDA, para compor o CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Matéria **OFS 10/2021** Início Votação **30/11/2021 20:26:06** Término Votação **30/11/2021 20:30:00**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:55 NÃO:6 ABST.: 2

TOTAL:63

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:30:54



Ofício "S" nº 8/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 8, de 2021 - Paulo Cezar dos Passos (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CESAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Matéria **OFS 8/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:31:02**

Término Votação **30/11/2021 20:35:13**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:37:11





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 8, de 2021 - Paulo Cezar dos Passos (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CESAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Matéria **OFS 8/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:31:02**

Término Votação **30/11/2021 20:35:13**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:54 NÃO:5 ABST.: 2

TOTAL:61

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:37:11



Ofício "S" nº 13/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 13, de 2021 - Richard Paulro Pae Kim (CNJ)

Indicação do Juiz de Direito Richard Paulro Pae Kim, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual.

Matéria **OFS 13/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:36:15**

Término Votação **30/11/2021 20:40:25**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:40:30





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 13, de 2021 - Richard Paulro Pae Kim (CNJ)

Indicação do Juiz de Direito Richard Paulro Pae Kim, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual.

Matéria **OFS 13/2021** Início Votação **30/11/2021 20:36:15** Término Votação **30/11/2021 20:40:25**
Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:58 NÃO:4 ABST.: 0

TOTAL:62

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:40:30



Mensagem nº 65/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Mensagem nº 65, de 2021 - Morgana de Almeida Richa (TST)

Indicação da Senhora Morgana de Almeida Richa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Matéria **MSF 65/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:41:32**

Término Votação **30/11/2021 20:45:03**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:46:24





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Mensagem nº 65, de 2021 - Morgana de Almeida Richa (TST)

Indicação da Senhora Morgana de Almeida Richa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Matéria **MSF 65/2021**

Início Votação **30/11/2021 20:41:32**

Término Votação **30/11/2021 20:45:03**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:56 NÃO:4 ABST.: 2

TOTAL:62

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:46:24



Ofício "S" nº 15/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 15, de 2021 - Daniel Carnio Costa (CNMP)

Indicação do Senhor Daniel Carnio Costa, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria OFS 15/2021

Início Votação 30/11/2021 20:45:57

Término Votação 30/11/2021 20:49:49

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:49:54





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 15, de 2021 - Daniel Carnio Costa (CNMP)

Indicação do Senhor Daniel Carnio Costa, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 15/2021** Início Votação **30/11/2021 20:45:57** Término Votação **30/11/2021 20:49:49**
 Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:52 NÃO:7 ABST.: 2 TOTAL:61

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:49:54



Ofício "S" nº 7/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 7, de 2021 - Rinaldo Reis Lima (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Matéria OFS 7/2021

Início Votação 30/11/2021 20:51:08

Término Votação 30/11/2021 20:55:24

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO

Emissão 30/11/2021 20:55:28





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 7, de 2021 - Rinaldo Reis Lima (CNMP)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Matéria OFS 7/2021

Início Votação 30/11/2021 20:51:08

Término Votação 30/11/2021 20:55:24

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:50

NÃO:9

ABST.: 2

TOTAL:61

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 20:55:28



Ofício "S" nº 18/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 18, de 2021 - Jane Granzoto Torres da Silva (CNJ)

Indicação da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria OFS 18/2021

Início Votação 30/11/2021 20:56:22

Término Votação 30/11/2021 21:02:45

Sessão 163ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
MDB	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO

Emissão 30/11/2021 21:02:55





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Qualificado

Ofício nº 18, de 2021 - Jane Granzoto Torres da Silva (CNJ)

Indicação da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 18/2021** Início Votação **30/11/2021 20:56:22** Término Votação **30/11/2021 21:02:45**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:47 NÃO:8 ABST.: 2

TOTAL:57

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 21:02:55



Mensagem nº 28/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 28, de 2021- Luiz Ricardo de Souza Nascimento (ANAC)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Ricardo de Souza Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman.

Matéria **MSF 28/2021**

Início Votação **30/11/2021 21:03:56**

Término Votação **30/11/2021 21:07:58**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO

Emissão 30/11/2021 21:08:01





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 28, de 2021- Luiz Ricardo de Souza Nascimento (ANAC)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Ricardo de Souza Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman.

Matéria **MSF 28/2021** Início Votação **30/11/2021 21:03:56** Término Votação **30/11/2021 21:07:58**

Sessão **163ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:47 NÃO:6 ABST.: 2

TOTAL:55

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 21:08:01



Mensagem nº 46/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 46, de 2021 - Pompeu Andreucci Neto (Equador)

Escolha do Senhor Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Matéria **MSF 46/2021**

Início Votação **30/11/2021 21:08:46**

Término Votação **30/11/2021 21:12:28**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO

Emissão 30/11/2021 21:12:32





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 46, de 2021 - Pompeu Andreucci Neto (Equador)

Escolha do Senhor Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Matéria **MSF 46/2021** Início Votação **30/11/2021 21:08:46** Término Votação **30/11/2021 21:12:28**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:43 NÃO:6 ABST.: 4

TOTAL:53

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 21:12:32



Mensagem nº 37/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 37, de 2021 - Sérgio França Danese (Peru)

Escolha do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Matéria **MSF 37/2021**

Início Votação **30/11/2021 21:13:16**

Término Votação **30/11/2021 21:19:21**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO

Emissão 30/11/2021 21:19:24





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 37, de 2021 - Sérgio França Danese (Peru)

Escolha do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Matéria **MSF 37/2021** Início Votação **30/11/2021 21:13:16** Término Votação **30/11/2021 21:19:21**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **30/11/2021 16:00:00**

PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styverson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:39 NÃO:5 ABST.: 2

TOTAL:46

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 21:19:25



Mensagem nº 43/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 43, de 2021 - Marcos Leal Raposo Lopes (Uruguai)

Escolha do Senhor Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Matéria **MSF 43/2021**

Início Votação **30/11/2021 21:20:13**

Término Votação **30/11/2021 21:27:45**

Sessão **163º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

30/11/2021 16:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PSD	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SECRETO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SECRETO
Cidadania	DF	Leila Barros	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	RO	Marcos Rogério	SECRETO
MDB	RO	Maria Eliza	SECRETO
MDB	PB	Nilda Gondim	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
MDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO

Emissão 30/11/2021 21:28:06





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 43, de 2021 - Marcos Leal Raposo Lopes (Uruguai)

Escolha do Senhor Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Matéria	MSF 43/2021	Início Votação	30/11/2021 21:20:13	Término Votação	30/11/2021 21:27:45
Sessão	163º Sessão Deliberativa Ordinária	Data Sessão	30/11/2021 16:00:00		
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO		
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO		

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:35 NÃO:6 ABST.: 2 TOTAL:43

Primeiro-Secretario

Emissão 30/11/2021 21:28:06



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



- Projeto de Lei nº 4223, de 2021, do Senador Esperidião Amin, que *dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde*.

A matéria vai à CAS, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Podemos

Of. 061/2021-GLPODEMOS.

Brasília, em 30 de novembro de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Nesta




Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência, indicar o seguinte senador do PODEMOS para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE:

- **(Titular)** Senador EDUARDO GIRÃO, no lugar do Senador MARCOS DO VAL.

Atenciosamente,


Senador ALVARO DIAS
Líder do PODEMOS



**SENADO FEDERAL**

Liderança do Partido Social Democrático

OFÍCIO Nº 094/2021/GLPSD

Brasília, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição na CAE.

Senhor Presidente,

Solicito a substituição, na **Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**, do
Senador Carlos Fávaro (PSD/MT) pelo **Senador Irajá (PSD/TO)** na vaga de **titular**.

Atenciosamente,

Senador **NELSINHO TRAD**
Líder do Partido Social Democrático





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



OFÍCIO Nº 028/2021-GSFB

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

*A publicação
em 30/11/21
José Roberto Leite de Matos*
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Assunto: Informo a desfiliação do Patriota e filiação ao Partido Liberal

Senhor Presidente,

Venho à ilustre presença de Vossa Excelência, bem como da Mesa Diretora desta Casa, dar conhecimento de minha desfiliação do Partido Patriota, a contar de 29 de novembro de 2021.

Aproveitando o ensejo, informo minha filiação ao Partido Liberal a partir do dia 30 de novembro de 2021.

Em face disso, solicito a Vossa Excelência as providências cabíveis decorrentes das informações acima.

Cordialmente,

Flávio Bolsonaro
Senador FLÁVIO BOLSONARO



Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO – Representante do Estado do Rio de Janeiro - E-mail: sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br
Senado Federal - Anexo I - 17º andar – CEP.: 70165-900 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3303-1717/ 3303-1718

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 20A9F37800417



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 75, DE 2021

Sugere, ao Presidente da República, o estabelecimento pelo Ministério do Meio Ambiente de protocolos no âmbito dos órgãos executores da política ambiental, de modo a reduzirem as ações violentas e o emprego desnecessário da força perpetradas na fiscalização ambiental.

AUTORIA: Senador Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Telmário Mota

INDICAÇÃO Nº , DE 2021

Sugere ao Presidente da República o estabelecimento pelo Ministério do Meio Ambiente de protocolos, no âmbito dos órgãos executores da política ambiental, de modo a reduzirem as ações violentas e o emprego desnecessário da força perpetradas na fiscalização ambiental.

Com fulcro no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019, solicito que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República a sugestão de estabelecimento, pelo Ministério do Meio Ambiente, de protocolos, no âmbito dos órgãos executores da política ambiental, de modo a reduzirem as ações violentas e o emprego desnecessário da força perpetradas na fiscalização ambiental.

JUSTIFICAÇÃO

Lamentavelmente, não são incomuns notícias de operações empreendidas por fiscais ambientais que se caracterizam pelo emprego desmedido e desnecessário da força, com agressões físicas e até mesmo vítimas fatais.

Geralmente, os que mais padecem essas consequências são os mais pobres. É preciso dar um basta a essa injustiça seletiva.

Note-se bem que não estamos a defender o desarmamento dos fiscais ambientais. Seríamos ingênuos e inconsequentes se pretendêssemos



SF/21373.92632-50





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Telmário Mota

desproteger os agentes públicos, que se embrenham em matas e covis, lugares remotos e de difícil acesso. Quem conhece a realidade das operações de campo e o dia a dia vivenciado pelos fiscais ambientais sabe bem que muitas vezes é a arma de fogo o único meio capaz de coibir a prática ilícita e de protegê-los de perigos nem sempre anunciados.

Mas é preciso separar o joio do trigo. Assim como há os bons agentes, que utilizam as armas de fogo como último recurso, existem aqueles que acreditam que a primeira língua que se deve pronunciar é a linguagem da bala. Esses são os criminosos travestidos de fiscais.

E é a esses que a nossa indicação pretende alcançar. Com o presente expediente, pretendemos que o Chefe do Poder Executivo oriente o chefe da pasta de meio ambiente para que estabeleça protocolos claros para o emprego das armas de fogo, com vistas à redução das ações violentas e do emprego desnecessário da força. Mas que sejam protocolos rígidos, bem delineados, cujas práticas sejam continuamente recicladas, pois a vida humana é o bem mais precioso a ser salvaguardado.

Queremos o meio ambiente protegido, mas que o ser humano venha em primeiro lugar, pois é a sua proteção que faz a conservação ambiental adquirir sentido. E queremos que o órgão ambiental seja parceiro do povo e a população seja sua aliada. Não se pode conceber uma relação entre administração e administrado fundada na desconfiança e no pavor, muito menos se desta relação depende a conservação dos recursos naturais.

Por entender que o assunto é candente, pois envolve questões essenciais para o bem-estar da nossa população e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, apresentamos, com arrimo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a corrente indicação ao Exmo. Sr. Presidente da República que esperamos ver aprovada.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

SF/21373.92632-50





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Telmário Mota

INDICAÇÃO Nº , DE 2021

Sugere ao Presidente da República o estabelecimento pelo Ministério do Meio Ambiente de protocolos, no âmbito dos órgãos executores da política ambiental, de modo a reduzirem as ações violentas e o emprego desnecessário da força perpetradas na fiscalização ambiental.

Com fulcro no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019, solicito que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República a sugestão de estabelecimento, pelo Ministério do Meio Ambiente, de protocolos, no âmbito dos órgãos executores da política ambiental, de modo a reduzirem as ações violentas e o emprego desnecessário da força perpetradas na fiscalização ambiental.

JUSTIFICAÇÃO

Lamentavelmente, não são incomuns notícias de operações empreendidas por fiscais ambientais que se caracterizam pelo emprego desmedido e desnecessário da força, com agressões físicas e até mesmo vítimas fatais.

Geralmente, os que mais padecem essas consequências são os mais pobres. É preciso dar um basta a essa injustiça seletiva.

Note-se bem que não estamos a defender o desarmamento dos fiscais ambientais. Seríamos ingênuos e inconsequentes se pretendêssemos



SF/21373.92632-50





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Telmário Mota

desproteger os agentes públicos, que se embrenham em matas e covis, lugares remotos e de difícil acesso. Quem conhece a realidade das operações de campo e o dia a dia vivenciado pelos fiscais ambientais sabe bem que muitas vezes é a arma de fogo o único meio capaz de coibir a prática ilícita e de protegê-los de perigos nem sempre anunciados.

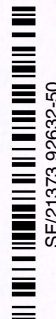
Mas é preciso separar o joio do trigo. Assim como há os bons agentes, que utilizam as armas de fogo como último recurso, existem aqueles que acreditam que a primeira língua que se deve pronunciar é a linguagem da bala. Esses são os criminosos travestidos de fiscais.

E é a esses que a nossa indicação pretende alcançar. Com o presente expediente, pretendemos que o Chefe do Poder Executivo oriente o chefe da pasta de meio ambiente para que estabeleça protocolos claros para o emprego das armas de fogo, com vistas à redução das ações violentas e do emprego desnecessário da força. Mas que sejam protocolos rígidos, bem delineados, cujas práticas sejam continuamente recicladas, pois a vida humana é o bem mais precioso a ser salvaguardado.

Queremos o meio ambiente protegido, mas que o ser humano venha em primeiro lugar, pois é a sua proteção que faz a conservação ambiental adquirir sentido. E queremos que o órgão ambiental seja parceiro do povo e a população seja sua aliada. Não se pode conceber uma relação entre administração e administrado fundada na desconfiança e no pavor, muito menos se desta relação depende a conservação dos recursos naturais.

Por entender que o assunto é candente, pois envolve questões essenciais para o bem-estar da nossa população e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, apresentamos, com arrimo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a corrente indicação ao Exmo. Sr. Presidente da República que esperamos ver aprovada.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

SF/21373.92632-50



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2021

(nº 327/2021, na origem)

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mauricio Oscar Bandeira Maia.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 327

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mauricio Oscar Bandeira Maia.

Brasília, 5 de julho de 2021.



00001.005105/2021-88



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 579/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 06 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mauricio Oscar Bandeira Maia.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.005105/2021-88

SEI nº 2702635

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

CPF 014.430.577-11

Brasileiro, natural no Rio de Janeiro, RJ

Casado

Data de nascimento: 22/08/1975 (45 anos)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Mestre em Direito e Políticas Públicas – UniCEUB (2012)
 - Dissertação: “Poder Normativo das Agências Reguladoras e Controle Judicial”
- Pós-Graduação em Direito Público (Constitucional, Administrativo e Tributário), UNESA (2009)
- Bacharelado em Direito, UNESA (2004)
- Bacharelado em Ciências Navais com habilitação em eletrônica, Escola Naval (1995)

CURSOS

- Negotiation and Leadership – Harvard Law School
- Técnicas de Negociação para Advogados – Fundação Getúlio Vargas (GV Law)
- Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários, Escola de Guerra Naval – EGN – Primeiro lugar da turma de oficiais Fuzileiros Navais

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

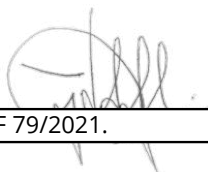
- Procurador Federal (2006 – atual)
 - Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (2016-2021)
 - Funções de Coordenador de Assuntos Tributários e, posteriormente, de Subchefe Adjunto de Política Econômica



- Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal (2009-2016)
 - Atuação perante o STF e Tribunais Superiores
 - Exerceu funções de Coordenador da Divisão de Contencioso e Pagamentos Judiciais, Diretor Substituto e Diretor do Departamento de Contencioso, coordenando nacionalmente o contencioso de todas as autarquias e fundações federais
- Procuradoria Seccional Federal de Volta Redonda, RJ (2006-2009)
 - Atuação em defesa de autarquias e fundações federais perante a primeira instância
 - Cargo de Procurador-Chefe seccional, de 2007 a 2009
- Examinador de Bancas de Concurso – CESPE/CEBRASPE (2014-atual)
 - Participação como examinador em diversas bancas de concurso nas matérias de Tributário, Constitucional e Administrativo, em concursos para Juiz, Ministério Público, Tribunal de Contas, Procuradorias, Polícia Federal, entre outros
- Conselheiro da EPL – Empresa de Planejamento e Logística (2018-2019)
 - Membro do Conselho de Administração
- Professor Universitário e de Pós-Graduação (2008-2009)
 - Professor da UBM (Universidade de Barra Mansa), de 2008 a 2009, nas cadeiras de Constitucional, Tributário e Previdenciário
- Oficial do Corpo de Fuzileiros Navais, Marinha do Brasil (1996-2006)
 - Chegou ao posto de Capitão-Tenente, tendo exercido, entre as suas funções, o cargo de chefe da Assessoria Jurídica do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- AGÊNCIAS REGULADORAS E O PODER NORMATIVO, Baraúna, 1ª Ed., 2013, ISBN 978-8579236723
- MANUAL DE NEGOCIAÇÃO BASEADO NA TEORIA DE HARVARD, Escola da Advocacia-Geral da União, coord. Márcia Maraschin, co-autor, 2017



DECLARAÇÃO

(Art. 383, inciso I, alínea “b”, do Regimento Interno do Senado Federal)

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Eu possuo um irmão, FÁBIO CAETANO FREITAS DE LIMA, que é membro da Advocacia-Geral da União, tendo sido nomeado no cargo de Advogado da União desde 2014. Trata-se de servidor público concursado com o qual eu não tenho, nem terei, relacionamento profissional direto.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.

Fui sócio quotista da empresa HEXAEDRON BAZAR E COMÉRCIO LTDA-ME, sem qualquer papel de gestão, no período de 1996 a 2006. Trata-se de uma empresa familiar do ramo de comércio de vestuário, que era gerenciada pelo meu pai e que hoje se encontra inativa.

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não possuo nenhuma pendência fiscal perante qualquer das esferas de governo.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Sou autor de uma ação judicial cível em face da incorporadora São Fernando Patrimonial, Processo nº 0170955-96.1999.8.19.0001 da 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Trata-se de uma ação de responsabilidade civil por atraso na entrega de bem imóvel adquirido por mim, da qual eu sou parte credora e que se encontra em fase de execução.

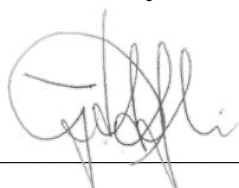
5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Fui conselheiro da empresa EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA, empresa estatal dependente controlada pela União, tendo sido membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração entre 2018 e 2019.



Até outubro de 2016, eu atuei perante o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Superiores como representante das agências reguladoras, autarquias e fundações federais, na qualidade de Procurador Federal.

Brasília, 06 de julho de 2021



GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

(Art. 383, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimo Senhor Relator,

Para fins do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, apresento a argumentação a seguir, a fim de demonstrar que minha experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral me habilitam para o exercício do cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme indicação do senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Sou graduado em Direito desde 2004, com cerca de 15 anos de exercício do cargo de Procurador Federal da Advocacia-Geral da União, estando atualmente na mais alta categoria da carreira (categoria especial). Tenho o título de Mestre pela *UniCEUB*, na área de Direito e Políticas Públicas. No meu mestrado, fui orientado pelo hoje desembargador Roberto Freitas Filho, tendo redigido uma dissertação intitulada “Poder Normativo das Agências Reguladoras e Controle Judicial”, na qual me aprofundi no tema das agências reguladoras, particularmente da regulação econômica.

Ainda sobre a minha formação acadêmica, tenho curso de pós-graduação *latu sensu* na área do Direito Público (Constitucional, Administrativo e Tributário) e cursos de “Negociação e Liderança” pela *Harvard Law School* e de “Técnicas de Negociação para Advogados” pela *Fundação Getúlio Vargas (GV Law)*.

Sou autor do livro “Agências Reguladoras e o Poder Normativo”, publicado em 2013, que se debruça sobre o papel das agências reguladoras e o seu poder-dever de emitir atos normativos em complemento ao marco regulatório de cada setor. Também tive a oportunidade de ser um dos autores do “Manual de Negociação Baseado na Teoria de Harvard”, publicado pela *Escola da AGU*, e que é uma referência para a atividade de negociação da Advocacia-Geral da União.

Na minha atuação como Procurador Federal, tive uma longa experiência na defesa judicial das agências reguladoras, autarquias e fundações federais, incluindo a atuação perante o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Superiores. Tive a felicidade, dentre outras funções, de ter sido o Diretor do



Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, função na qual eu coordenava, em âmbito nacional, toda a defesa judicial de mais de 150 entidades, incluindo todas as agências reguladoras federais.

Nos últimos quatro anos, tenho atuado na assessoria jurídica da Presidência da República, tendo tido o prazer de servir sob dois Presidentes diferentes. Dentro da SAJ (Subchefia para Assuntos Jurídicos), minha atuação se deu especificamente na Subchefia Adjunta de Política Econômica, onde tenho atuado diretamente com leis e atos normativos envolvendo Direito Financeiro, Orçamentário, Tributário e Política Econômica. Nos últimos dois anos, eu chefei esse setor na qualidade de Subchefe Adjunto, atuando tanto na fase de formulação de Emendas Constitucionais, Leis, Medidas Provisórias e Decretos, como na sanção de atos legislativos submetidos ao Presidente da República.

Entre os atos mais relevantes que tive a oportunidade de trabalhar, em conjunto com as equipes do Ministério da Economia, da Casa Civil e do próprio Poder Legislativo, destaco a Lei de Liberdade Econômica, o Marco Legal das Startups, as primeiras fases da Reforma Tributária, a Reforma Previdenciária, a autonomia do Banco Central, as medidas emergenciais relativas à mitigação dos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 – como medidas de facilitação de acesso ao crédito, abertura de créditos extraordinários, sanção e prorrogação do Pronampe e do auxílio emergencial – além de atuação nas peças orçamentárias anuais, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a abertura de créditos extraordinário, especial e suplementar.

Também tive a oportunidade de ter contato com a atividade empresarial, tendo atuado como conselheiro da Empresa de Planejamento e Logística, onde fui Vice-Presidente do Conselho de Administração e pude melhor conhecer as questões relativas à infraestrutura do país, notadamente a rodoviária, ferroviária e portuária.

Antes da minha atuação como Procurador Federal, tive o prazer de ter sido, por cerca de 10 anos, oficial do Corpo de Fuzileiros Navais, onde, dentre outras funções, exerci cargos como assessor jurídico e na área de tecnologia (telecomunicações), tendo chegado ao posto de Capitão-Tenente. Assim, somando o meu tempo como oficial e como procurador federal, possuo mais de 25 anos de vida pública ilibada.

Na parte acadêmica, eu participo e participei de diversas bancas de concurso organizadas pelo Cebraspe (antigo CESPE), tendo sido examinador de inúmeros certames para Juiz, Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas, Receita Federal, Procuradorias Estaduais, AGU, entre tantos outros. Fui professor universitário, nas cadeiras de Direito Constitucional, Tributário e Previdenciário, e instrutor do curso de formação de Procuradores Federais. Além disso, tenho diversos artigos publicados na área da Regulação Econômica e do Direito.

Não possuo, como é o mínimo de se esperar para tão importante indicação, nenhum fato, processo ou acusação que macule a minha reputação pessoal e profissional, como comprovam os documentos em anexo.

Assim, estou convicto de que posso contribuir para o aprimoramento da política antitruste brasileira e que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional me habilitam para o desempenho do cargo de conselheiro do Conselho



Administrativo de Defesa Econômica, caso me seja concedida esta honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 06 de julho de 2021



GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA





MESTRADO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Reconhecido pela Portaria MEC nº 2.878, de 24/08/05, publicada no D.O.U. nº 165, de 26/08/05, seção I, pág. 21.

Getúlio América Moreira Lopes
Reitor

Centro Universitário de Brasília

Diploma Registrado por delegação do Ministério da Educação nos termos do Decreto n.º 5786/06, D.O.U n.º 99, de 25/05/2006.

Registro n.º 00135/2012

Livro n.º 001 Folha n.º 006

Processo n.º 018585/2012

Data do Registro 21.09.2012

Lucy Ribeiro
Lucy Ribeiro
UnICEUB - Secretária-Adjunta
Mat. 5708-6



011587




CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CERTIFICADO

Certificamos que **GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA**
concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu / Especialização em **DIREITO PÚBLICO: CONSTITUCIONAL, ADM. E TRIBUTÁRIO**
realizado no período de 15 de **SETEMBRO** de 2007 a 14 de **FEVEREIRO** de 2009
com carga horária total de 360 horas.

Rio de Janeiro, 28 de **SETEMBRO** de 20⁰⁹


Reitor


UNIVERSIDADE
Estácio de Sá


Vice-Reitor



O CURSO FOI REALIZADO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N.º 1 DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PUBLICADA NO D.O.U. EM 09-04-2001.

Reitor: ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA CALDAS FREIRE



Certificado registrado em 28/09/2009.

No livro 21

Folha(s) 10

Trabalho Final:
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO:
VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SÚMULA VINCULANTE 10 DO STF.

Vera Lucia Pereira
Supervisora

PG 017475





UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

O Reitor da *UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ*, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do
Curso de DIREITO, em 02/08/2004,
confere o título de BACHAREL EM DIREITO a
GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA,
cédula de identidade nº 505384-6, órgão expedidor M.B,
nascido(a) em 22/08/1975, natural RIO DE JANEIRO,
e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 2008.


Diplomada


UNIVERSIDADE
Estácio de Sá


Reitor



Reitor: GILBERTO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO

Therese Cristina Villela
Secretaria Geral

Curso de DIREITO
Reconhecido pelo Decreto Federal nº 74258
D.O.U. 09/07/1974
Reconhecimento renovado pela Portaria MEC nº 66
D.O.U. 13/01/2006

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

DIPLOMA registrado sob o nº 7590
Livro M-04 Fls. 68V em 11/06/2008
Processo nº SRD 42807, 2008, nos
termos do art. 48 § 1º Lei 9394, de 20/12/96.
Secretaria de Registro de Diplomas 11/06/2008

Rajane Moreira de Farias

Funcionário Responsável

Rajane Moreira de Farias

Assistente

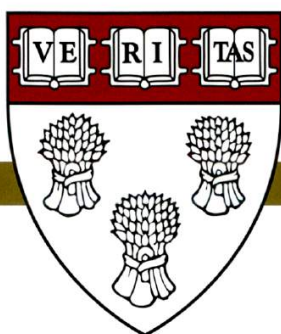
Edmaria Gomes M. Carvalho

Secretário da S.R.D.

Edmaria Gomes M. Carvalho

Secretaria de Registro
de Diplomas





CERTIFICATE OF COMPLETION

PROGRAM ON NEGOTIATION AT
HARVARD LAW SCHOOL

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

HAS SUCCESSFULLY COMPLETED
NEGOTIATION AND LEADERSHIP
OCTOBER 27-29, 2014

Robert H. Mnookin
Samuel Williston Professor of Law and
Chair, Program on Negotiation at Harvard Law School

PROGRAM ON NEGOTIATION
HARVARD LAW SCHOOL



Program on Negotiation at Harvard Law School is a university consortium dedicated to developing the theory and practice of negotiation and conflict management. Harvard | MIT | Tufts





Secretaria Acadêmica

O(A) aluno(a) obteve aproveitamento de:
100% (cem por cento) de
frequência e média 10 (dez).

Certificado registrado sob número 0387,
livro número 03, folha 387.

Karina Rodrigues Camargo Brazil
Secretaria de Ensino
26.277.890-7





06/07/2021

Portal de Serviços da Receita - Secretaria de Economia do Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 200090204452021

NOME: GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

ENDEREÇO: COND SOLAR DE BRASILIA NRO Q3 CJ 24 CS 26

CIDADE: LAGO SUL

CPF: 014.430.577-11

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CPF acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.
Válida até 4 de outubro de 2021. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 06/07/2021 às 12:00:34 e deve ser validada no endereço

<https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.CD:01



06/07/2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
CPF: 014.430.577-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:52:48 do dia 06/07/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/01/2022.

Código de controle da certidão: **89C7.FF21.F34A.6EF8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 06/07/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

014.430.577-11

(DENISE ELIANE FREITAS DE LIMA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/07/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.JJNW.1ED2.YU84.OC93.DPF4**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 06/07/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

014.430.577-11

(DENISE ELIANE FREITAS DE LIMA / GUSTAVO CAETANO ALVES DE LIMA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/07/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.OWA2.F3GI.A8F6.X6QM.EILX**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

13286832/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO** CONSTAM, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CÍVEIS** em tramitação contra:

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

CPF/CNPJ: 014.430.577-11

Certidão emitida em: 06/07/2021 às 12:04:41 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 13286832

Código de Validação: 95265277EA4F4A91C786ACA620CEADBC

Data da Atualização: 18/06/2021 às 4:45 AM



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

13286760/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA

CPF/CNPJ: 014.430.577-11

Certidão emitida em: 06/07/2021 às 12:02:27 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 13286760

Código de Validação: 8E4BDA11F4072622485C53DFD9F74E39

Data da Atualização: 18/06/2021 às 4:45 AM



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL



A Mensagem nº 79, de 2021, vai à CAE.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 80, DE 2021

(nº 651/2021, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da posse do Senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho no cargo de Diretor-Presidente da ANS.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais



[Página da matéria](#)




MENSAGEM Nº 651

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da posse do Senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho no cargo de Diretor-Presidente da ANS.

Brasília, 30 de novembro de 2021.

 **SERPRO**
Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS

Endereço eletrônico: eacastromedeiros@hotmail.com

Defensorapublica.elianemedeiros@outlookl.com

Telefone: (31) 99999-3546

Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO PROFISSIONAL

Competência no atendimento jurídico, com histórico na área cível, em especial as demandas de família; área de execução penal em MG e nas unidades penais dos estados do PA, RN e RO, área da saúde (conhecimento da estrutura do SUS) e mediação de conflitos, além de vasta experiência na administração pública, gestão de pessoas nos vários cargos/funções exercidas.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

2020/2021 – Atualmente no cargo eletivo de Diretora Vice-Presidente de entidade classista denominada ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ADEP/MG

1988/2020 – **Aposentada** como Defensora Pública do Estado de Minas Gerais.

2014 – Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG - Secretária de Saúde

2012/2013 – Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana – Assistente Jurídica

2009/2011 – Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG – Secretária de Saúde, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Administração e Gerente da Procuradoria Jurídica do Município.

1998/2000 – Governo do Estado de Minas Gerais - Secretaria de Estado e Defesa Social – Assistente Jurídico

1985/1987 – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga - Advogada e Professora

1983/1991 – Prefeitura Municipal de Ipatinga - Secretaria de Educação (cargo comissionado) e de carreira como “Procuradora” do Município, lotada na Procuradoria Geral do Município.



1981/1983 – Celulose Nipo-Brasileira S/A. – CENIBRA – Assistente Administrativo

1979/1981 – Banco Real – Assistente Administrativo

1978/1979 – Bradesco – Assistente Administrativo

FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Bacharelado em Direito – Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – 1982

Membro do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família

Especialização em Políticas Públicas – Escola da ALMG

Curso de Mediação de Conflitos pelo IDDE/MG

Participação no projeto do Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário – DEPEN – Projeto “Defensores Sem Fronteiras” em vários estados da federação na área de execução penal, trabalhando em unidades penais.

3º Lugar no III Concurso de Práticas Exitosas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais com o Projeto “Escuta Afetiva”, onde se busca valorizar a escuta do ser humano, despertando e melhorando a autoestima, o exercício da confiança, projeção de sentimentos e a busca de posturas positivas (2015)

2º Lugar no IV Concurso de Práticas Exitosas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais com o Projeto “Sala de Espera”, afirmação da cidadania das pessoas vulneráveis e hipossuficientes (2016)

Artigo na Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Artigo no site Âmbito Jurídico

VOLUNTARIADO

Instituto Casa do Caminho – Associação em BH que acolhe pessoas doentes do interior de MG para tratamento na rede SUS, juntamente com seus acompanhantes, oferecendo acolhida com hospedagem, 4 refeições/dia, atendimento psicológico, social, jurídico e espiritual.

NAVE - Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança, instituição em Sabará/MG voltada para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade vitimadas pela violência intrafamiliar (em especial crianças e mulheres vítimas de abuso sexual), prestando atendimento psico-social, econômico, jurídico e espiritual.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2021

(nº 652/2021, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Scarabel Barbosa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 652

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Scarabel Barbosa.

Brasília, 30 de novembro de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>





DR. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO

(21) 99983-6851

Rua Visconde de Pirajá, 330 /
sala 304
Galeria Cidade Ipanema

franciscobarreira@terra.com.br

PERFIL

Exerce desde 1974 as especialidades de cardiologia, geriatria e clínica médica tanto em nível de consultórios particulares, bem como em Instituições Públicas.

Diretor do departamento médico e de saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro por dois biênios (2015/2016 e 2019/2020).

Atua nos hospitais Copa Star, Samaritano, Pró Cardíaco, Casa de Saúde São José, Copa Dor e Casa de Saúde São Vicente.

PREMIAÇÕES

- Medalha Tiradentes em 2003
- Título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro em 2015
- Troféu JK - Juscelino Kubitschek em 2016

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- Diretor do Centro de Geriatria e Gerontologia do Rio de Janeiro Hospital Eduardo Rabelo no período de 1980/83;
- Criador do Curso de Residência Médica em Geriatria do Hospital Eduardo Rabelo (primeiro curso da especialidade na Cidade do Rio de Janeiro);
- Participante permanente da Banca de Concurso Público da FESP na especialidade de Geriatria e Gerontologia;
- Ministrou aulas no Curso de Cardiologia na Faculdade de Medicina de Teresópolis;
- Aprovado em Concurso Público Nacional para médicos peritos no ano de 1976;
- Médico do Instituto de Assistência aos Servidores no Estado do Rio de Janeiro desde 1975;
- Responsável e criador do Primeiro Concurso Público na especialidade de Geriatria no Brasil;
- Participação no World Congress of Cardiology 2008;
- Participated in the 20th Scientific Meeting of the International Society of Hypertension, which took place from February 15 to 19, 2004, at the TransAmerica Expo Center in São Paulo - Brazil;
- Ministrou aula sobre "insuficiência Cardíaca" no dia 24 de outubro de 1983 no Hospital Eduardo Rabelo;
- Participação como coautor do trabalho na sessão de mural sobre: "Importância do reconhecimento da área necrosada pelo eco cardiograma bidimensional para avaliação prognóstico e funcional do coronariopata";
- Ministrou aula sobre o tema: "Conceito Básico de Geriatria" no dia 19 de março de 1984, no Hospital Eduardo Rabelo;
- Participou como coordenador da Sessão de temas livres murais em "Cardiologia Geral e Arritmias";
- Frequentou com assiduidade e aproveitamento o Curso denominado O Eletrocardiograma, ministrado pelo Dr. Eneas Ferreira Carneiro no anfiteatro do Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro;
- Diplomado pelo Centre Francais d'information Permanent du Medicin
- Participation in the department of Surgery portion of the Miami Program of Health - 14th of July, 1995.
- Participação no XXII Congresso do "Programa Brasília/Miami de Política, Administração Pública e Saúde - Miami-EUA, 1995.
- Certificado de médico visitante no Jackson Memorial Hospital in Metropolitan Day Country, Florida- 1995
- Distinguished Visitor - University of Miami / Jackson Memorial Medical Center.

HISTÓRICO ACADÊMICO

- Graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1974);
- Monitor da cadeira de Clínica Médica do Professor Anibal Nogueira na Escola de Medicina e Cirurgia no ano 1973;
- Residência médica em Cardiologia feita no Instituto de Investigações Cardiovasculares - Rio de Janeiro no período de 1975/76;
- Pós-graduado em Cardiologia na Escola de Pós-graduação Médica Carlos Chagas - Rio de Janeiro em 1975;
- Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Cardiologia;
- Sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.



30/11/2021 22:24

SEI/PR - 3041647 - OFÍCIO

00001.009433/2021-53



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 983/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal - Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

1 Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Scarabel Barbosa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 30/11/2021, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3041647** e o código CRC **84E72D93** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009433/2021-53

SEI nº 3041647

Página 4 de 5

Avulso da MSF 81/2021.

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3397633&id... 172

30/11/2021 22:24

SEI/PR - 3041647 - OFÍCIO

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 82, DE 2021

(nº 653/2021, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor MAURÍCIO NUNES DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rodrigo Rodrigues de Aguiar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais



[Página da matéria](#)




MENSAGEM Nº 653

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor MAURÍCIO NUNES DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rodrigo Rodrigues de Aguiar.

Brasília, 30 de novembro de 2021.

 **SERPRO**
Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



ART. 381, I, *a* – CURRICULUM VITAE



MAURÍCIO NUNES DA SILVA

Rua Coelho Neto nº 52 – Ap. 705 B
Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.231-110

Nascimento: 26/09/1973

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: Rio de Janeiro

Filiação: Altamiro Nunes da Silva e Wanda Nunes da Silva

Registro Geral: 09120976-7 DETRAN/RJ

CPF: 012.428.137-05

Inscrição no Conselho Federal de Administração: 20-57454-1 CRA/RJ

FORMAÇÃO ACADÊMICA

2017 - 2018

Mestrado Profissional em Administração Pública.

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro, Brasil

Título: Peso Administrativo e Aprendizagem Regulatória, Ano de obtenção: 2018¹

Orientadora: Alketa Peci

2008 - 2009

Especialização em Finanças Públicas.

Universidade Cândido Mendes, UCAM, Rio de Janeiro, Brasil

Título: Pregão Eletrônico. Impactos na Administração Pública federal.

Orientador: Neilton F. Macharete

1999 - 2004

Graduação em Administração.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

julho/2005 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento funcional: Analista Administrativo (maio/2007 – Atual).

Técnico Administrativo (julho/2005 a maio/2007)

Cargos de Direção e Assessoramento Superiores

a. Diretor Substituto da Diretoria de Fiscalização (CD-II)

maio/2020 até a presente data

¹ <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25847/DISSERTAÇÃO%20FINAL%20-%20MAURÍCIO%20NUNES%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



Atividades: Fiscalizar as atividades das operadoras e zelar pelo cumprimento das normas do setor. Instaurar, instruir e decidir, em primeira instância, processos administrativos, oportunizar e estimular a resolução de conflitos e coordenar o atendimento aos consumidores por meio de canais de relacionamento, inclusive pessoalmente nos Núcleos da ANS. Realizar articulações com órgãos e entidades de defesa do consumidor por meio do Programa Parceiros da Cidadania.

b. Diretor-Adjunto da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos (DAS-5)

setembro/2018 até a presente data

Atividades: Planejar, coordenar, organizar e controlar das atividades de regulamentação, habilitação e acompanhamento dos planos privados de saúde; atividades relacionadas à regulação assistencial, incluindo a revisão periódica do Rol de Procedimentos, o monitoramento do risco assistencial, a instauração do regime de direção técnica, o monitoramento da garantia de atendimento, a definição e o monitoramento das políticas de preço na saúde suplementar, as regras de portabilidade de carências e o acompanhamento e controle das transferências de carteira de beneficiários.

c. Gerente-Geral de Administração e Finanças (DAS-5)

agosto/2015 a maio/2016

Atividades: responsável pelas atividades de orçamento e finanças, material e patrimônio e serviços gerais; avaliação da execução de contratos, convênios e demais ajustes e as unidades administrativas; atividades voltadas à aquisição de bens, obras e serviços no âmbito da ANS; coordenação do processo de prestação de contas anual da ANS, junto aos órgãos central e setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; e atividades de cobrança e arrecadação dos créditos de diversas origens, no âmbito da ANS.

d. Coordenador de Avaliação de Riscos Institucionais (DAS-5)

março/2014 a agosto/2015

Atividades: implementação do Projeto de Gestão de Riscos no âmbito da ANS. Definição das regras gerais para a análise e a identificação dos riscos institucionais e o seu gerenciamento, auxiliando na definição de diretrizes e na implementação de ações estratégicas.

e. Gerente de Relações com Prestadores de Serviços Substituto (DAS-5)

setembro/2012 a julho/2013

Atividades: Responsável pela propositura e acompanhamento de normas que tratam do relacionamento entre operadoras e prestadores de serviços de saúde como, por exemplo, normas da contratualização, programas de qualificação dos prestadores e modelos de remuneração.

f. Coordenador de Monitoramento da Contratualização (DAS-3)

outubro/2011 a agosto/2012; setembro/2012 a julho/2013

Atividades: Estabelecimento e acompanhamento das características gerais dos instrumentos contratuais utilizados no relacionamento entre as operadoras e os prestadores de serviços de saúde.



g. Cargo Comissionado Técnico III (DAS-3)

fevereiro/2010 a outubro/2011

Atividades: Suporte técnico quanto ao estabelecimento e acompanhamento das características gerais dos instrumentos contratuais utilizados no relacionamento entre as operadoras e os prestadores de serviços de saúde.

Wireless World Service Ltda

outubro/2000 – setembro/2003

Vínculo: Celetista

Atividades: Coordenador Técnico

Picolli Service Com. e Prestação de Serviços Ltda

novembro/1999 – agosto/2000

Vínculo: Celetista

Atividades: Encarregado Técnico

L F Graça Aranha Com. de Artigos Imp. Ltda

novembro/1997 – julho/1999

Vínculo: Celetista

Atividades: Técnico de dispositivos móveis celulares

Tele Celular Imp. e Com. de Eletroeletrônicos Ltda

novembro/1995 – abril/1997

Vínculo: Celetista

Atividades: Assistente Técnico

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS EM GERAL

1º Seminário da ANS de Gestão de Riscos, 2014.

Política de Gestão de Riscos da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

17º Congresso Latino-Americano de Serviços de Saúde - Sistema de Saúde Público/Privado, 2012.

16º Congresso Latino-Americano de Serviços de Saúde, 2011.

VIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e Contratações Públicas, 2011.

15º Congresso Latino-Americano de Serviços de Saúde, 2010.

5º Congresso Brasileiro de Gestão em Clínicas Médicas, 2010.

Seminário de Desenvolvimento Setorial - ANS, 2010.

36º World Hospital Congress – International Hospital Federation - IHF, 2009.



Seminário Internacional: ATS e Qualificação dos Prestadores para a Qualidade na Assistência à Saúde, 2009.

VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e Contratações Públicas, 2009.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Curso de Análise Ex-Ante de Políticas Públicas (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Brasília, Brasil, 2020.

Curso de Análise de Impacto Regulatório no Processo Decisório da ANS. (Carga horária: 7h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

Curso de Planejamento e Desdobramento Estratégico Sustentável na Prática. (Carga horária: 14h). Visão Estratégica e Ação, VISÃO, Brasil, 2018.

Curso em Programa de Alta Performance em Gestão. (Carga horária: 40h). Fundação Dom Cabral, FDC, Nova Lima, Brasil, 2015.

Curso em ISO 31000 - Capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos. (Carga horária: 40h). QSP - Centro da Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e AL, QSP, São Paulo, Brasil, 2015.

Curso de Gestão de Riscos no Setor Público. (Carga horária: 32h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

Curso de Planejamento Estratégico com uso do BSC. (Carga horária: 32h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

Curso de Gestão de Riscos. (Carga horária: 24h). Instituto dos Auditores Internos do Brasil, IIA BRASIL, Brasil, 2014.

Curso de Gestão de Adversidades para Gestores. (Carga horária: 16h). Acordo - Treinamento e Desenvolvimento, ACORDO, Brasil, 2014.

Curso em ISO/IEC 31010:2009 Avaliação de Riscos. Seleção de Ferramentas e Técnicas. (Carga horária: 32h). QSP - Centro da Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e AL, QSP, São Paulo, Brasil, 2014.

Curso “A Regulação de Saúde em Ambiente de Mudanças”. (Carga horária: 4h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

Curso de Processo Administrativo. (Carga horária: 32h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

Curso de Auditoria em Saúde. (Carga horária: 40h). Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

Curso de Gestão de Projetos. (Carga horária: 40h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

Curso de Direito da Regulação Avançado. (Carga horária: 16h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil, 2012.

Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil, 2012.

Curso de Técnicas de Negociação e Administração de Conflitos. (Carga horária: 16h). RM Treinamento, RM, Brasil, 2012.



Curso de Direito Econômico. (Carga horária: 15h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

Curso “A Política da Regulação e a Regulação em Saúde”. (Carga horária: 20h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

Curso de Técnicas de Apresentação e Formação de Instrutores de Treinamento. (Carga horária: 24h). RM Treinamento, RM, Brasil, 2010.

Curso de Regulação e Defesa da Concorrência. (Carga horária: 20h). Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

Curso de Princípios da Administração Pública. (Carga horária: 32h). Instituto de Professores Públicos e Particulares, IPPP, Brasil, 2008.

Curso de SIAFI GERENCIAL. (Carga horária: 16h). Escola de Administração Fazendária - ESAF, EAFE_FORN, Brasília, Brasil, 2007.

CERTIFICAÇÕES

Certificação Internacional C31000 – Certified ISO 31000 Risk Management Professional – concedida pela Global Institute for Risk Management Standards – G31000.

PUBLICAÇÕES E ELABORAÇÃO DE CARTILHAS E MANUAIS

SILVA, Maurício Nunes da. *Ação Estatal e Avaliação do Impacto Regulatório*. Revista Brazilian Journal of Development (ISSN 2525-8761), v.6, n. 11, p. 88482-88485, nov/2020.²

Cartilha de Gestão de Riscos, ANS³

Cartilha Guia Prático da Contratualização, ANS⁴

De Rio de Janeiro/RJ para Brasília/DF, 05 de julho de 2021.

MAURÍCIO NUNES DA SILVA

CPF/MF nº 012.428.137-05

² <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/issue/view/109>

³ http://www.ans.gov.br/images/stories/A_ANS/Transparencia_Institucional/gestao_de_riscos/cartilha-gestao-de-riscos.pdf

⁴ http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Materiais_por_assunto/21052013guia_pratico_contratualizacao.pdf



30/11/2021 22:20

SEI/PR - 3041649 - OFÍCIO

00001.009434/2021-06



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 984/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal - Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

1 Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURÍCIO NUNES DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rodrigo Rodrigues de Aguiar.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 30/11/2021, às 22:19, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3041649** e o código CRC **79E6D2B1** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009434/2021-06

SEI nº 3041649

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

30/11/2021 22:20

SEI/PR - 3041649 - OFÍCIO





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2021

(nº 654/2021, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ALEXANDRE FIORANELLI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Simone Sanches Freire.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais



[Página da matéria](#)




MENSAGEM Nº 654

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ALEXANDRE FIORANELLI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Simone Sanches Freire.

Brasília, 30 de novembro de 2021.

 **SERPRO**
Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



ALEXANDRE FIORANELLI

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2009

Doutorado em Medicina (Cirurgia).

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.

Título: Tratamento endovascular para dissecação de aorta torácica tipo B de Stanford complicada: fatores relacionados à mortalidade e seguimento à médio prazo com angiotomografia de múltiplos canais, Ano de obtenção: 2009.

Orientador: Rodrigo Altenfelder Silva.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Palavras-chave: tratamento endovascular; dissecação de aorta.

Grande área: Ciências da Saúde

Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: cirurgia endovascular.

Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: cirurgia endovascular /

Especialidade: cirurgia vascular.

2002 - 2004

Mestrado em Medicina (Cirurgia) (Conceito CAPES 3).

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.

Título: Estudo Comparativo Entre Índice de Pressão Arterial e Exame Arteriográfico em Vítimas de Trauma Vascular Periférico com Suspeita de Lesão Arterial Oculta, Ano de Obtenção: 2004.

Orientador: Valter Castelli Junior.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

1999 - 2000

Especialização - Residência médica.

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil. Residência médica em: cirurgia vascular e angiologia

Número do registro: .

Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

1997 - 1998

Especialização - Residência médica.

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil. Residência médica em: cirurgia geral

Número do registro: .

2003 - 2004

Especialização em CECE - Especialização Cirurgia Endovascular. (Carga Horária: 382h).

Hospital Samaritano, SAMARITANO, Brasil.

Título: ..

Orientador: Armando de Carvalho Lobato.

1991 - 1996

Graduação em medicina.

Universidade São Francisco, USF, Brasil.

Formação Complementar

2010 - 2010

I Curso de Salvamento de Membros Inferiores (SALVMI) -Hospital Israelita Al. (Carga horária: 10h). Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEPAE, Brasil.	2004 - 2004
Curso Continuação de Cirurgia Endovascular. Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, SBACV, Brasil.	2004 - 2004
I Treinamento Hands-on de Filtro de Veia Cava Temporário Tempofilter® II. Centro de Estudo do Hospital Sírio Libanês, CEHSL, Brasil.	2003 - 2003
Extensão universitária em Endovascular. Washington University in St Louis - School of Medicine, WUSL, Estados Unidos.	2003 - 2003
Curso Continuação de Cirurgia Endovascular. Unidade de Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental da ISCMSP, UTECE, Brasil.	2002 - 2002
Marketing para médicos, dentistas e profissionais de saúde. (Carga horária: 15h). Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM, Brasil.	2001 - 2001
Extensão universitária em Endovascular. Washington University in St Louis - School of Medicine, WUSL, Estados Unidos.	2001 - 2001
Extensão universitária em Thoracoabdominal Aortic Aneurysm surgery. The University of Texas - Houston Health Science Center, UT, Estados Unidos.	2000 - 2000
II Curso Avançado Aperfeiçoamento nas Técnicas Tratamento das Microvarizes. Clínica Dr. Hiroshi Miyake, CDHM, Brasil.	2000 - 2000
Curso de Angiologia e Cirurgia Vascular 2000-2001. (Carga horária: 4h). Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, SBACV, Brasil.	1997 - 1997
Curso de Atualização em Trauma Abdominal. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.	

Atuação Profissional

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - Atual

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor assistente, Carga horária: 20

Vínculo institucional



2004 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor assistente

Outras informações

Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Vínculo institucional**2002 - Atual**

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Assistente

Outras informações

Assistente da Angiorradiologia Diagnóstica e Intervencionista - Exames diagnósticos - Procedimentos endovasculares e intervenções em trauma e urgências não traumáticas

Vínculo institucional**2001 - Atual**

Vínculo: voluntario, Enquadramento Funcional: Assistente

Outras informações

Assistente da Equipe de urgência traumática e não traumática do Pronto Socorro da Santa Casa de São Paulo Assistente da Equipe de cirurgia eletiva da disciplina de cirurgia vascular

Vínculo institucional**2003 - 2012**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor assistente

Outras informações

Curso de Especialização em Angiorradiologia e Cirurgia Vascular 300 horas/ano

Atividades**01/2002 - Atual**

Ensino, Medicina (Cirurgia), Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Cirurgia Vascular e Angiologia

09/2001 - 11/2003

Estágios , Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Estágio realizado
Angiorradiologia e Cirurgia Endovascular.



Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEPAE, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Instrutor

Outras informações

Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular- CATE

Hospital São Luiz Itaim -Rede D'or SP, HSL, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - Atual

Vínculo: Prestador de Serviço, Enquadramento Funcional: Chefe de Equipe Cirurgia Vascular

Endologix, ENDOLOGIX, Estados Unidos.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Vínculo: Prestador de Serviço, Enquadramento Funcional: Médico Proctor Internacional

Hospital Panamericano, H PANAMERICANO, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: Prestador de Serviço, Enquadramento Funcional: Equipe Cirurgia Vascular

Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, SBACV, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual

Vínculo: Sócio Efetivo, Enquadramento Funcional: Sócio Efetivo

Atividades

01/2010 - 12/2011

Direção e administração, Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.



Cargo ou função
Vice-Diretor Científico.

01/2008 - 12/2009

Direção e administração, Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Cargo ou função
Vice-Tesoureiro.

01/2006 - 12/2007

Direção e administração, Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Cargo ou função
Diretor de Publicações.

01/2004 - 12/2005

Direção e administração, Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Cargo ou função
Diretor de Publicações.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - AMB. DE ESP. DR GERALDO PAULO
BOURROUL, AME, Brasil.**

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: PRESTADOR DE SERVIÇO, Enquadramento Funcional: Chefe de Equipe de Cirurgia Vascular, Carga horária: 10

Atividades

04/2015 - Atual

Direção e administração, Ambulatório de Especialidades Dr. Geraldo Paulo Bourrol.

Cargo ou função
Chefe da Equipe de Cirurgia Vascular.

Revisor de periódico

2014 - Atual

Periódico: Annals of Vascular Surgery (Print)

2015 - Atual

Periódico: Clinics (USP. Impresso)



Áreas de atuação

1.
Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Cirurgia.
2.
Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: cirurgia endovascular.
3.
Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: cirurgia endovascular/Especialidade: cirurgia vascular.
4.
Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Radiologia intervencionista.

Idiomas

- Inglês**
Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

- 2014**
Título de Especialista em Diagnostico por Imagem com Atuação em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia, Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.
- 2011**
Vice-Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional de São Paulo., Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira d.
- 2010**
Vice-Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional de São Paulo., Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira d.
- 2009**
. 1º Vice Tesoureiro da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo.
- 2008**



- . 1º Vice Tesoureiro da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo. 2007
- . Diretor de publicações da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo. 2006
- . Diretor de publicações da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo. 2005
- . Diretor de publicações da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo. 2005
- Título de Especialista em Cirurgia Vascular, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2004
- . Diretor de publicações da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular ? Regional de São Paulo. 2002
- Sócio Aspirante, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2002
- Full Member, International Society of Endovascular Specialists.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

SciELO

Total de trabalhos:5

Total de citações:5

ALEXANDRE FIORANELLI, FIORANELLI,A Data: 30/04/2016

Artigos completos publicados em periódicos

1.

FIORANELLI, ALEXANDRE; CARPENTIERI, EDUARDO ANTONIO ; WOLOSKE, NELSON ; CASTELLI, VALTER ; CAFFARO, ROBERTO AUGUSTO . Rupture of Thrombosed Popliteal Aneurysm: A Case Report. ANNALS OF VASCULAR SURGERY **JCR**, v. 10, p. 1016, 2018.

Citações: WEB OF SCIENCE™ 2



2.

FIORANELLI, A.; CARPENTIERI, EDUARDO ANTONIO ; WOLOSKEK, NELSON ; CASTELLI, VALTER . Rupture of Thrombosed Popliteal Aneurysm: A Case Report. ANNALS OF VASCULAR SURGERY **JCR**, v. 10, p. 1016, 2018.

Citações: WEB OF SCIENCE™ 2

3.

WOLOSKEK, NELSON ; **FIORANELLI, ALEXANDRE** ; FERREIRA, MARCELO ; TACHIBANA, ADRIANO ; LEMBRANÇA, LUCAS ; OLIVEIRA, CARLOS . Endovascular Repair of Ruptured Thoracoabdominal Aortic Aneurysm with an Off-the-shelf Endoprosthesis. ANNALS OF VASCULAR SURGERY **JCR**, v. 43, p. 1-312, 2017.

4.

MENDES, CA ; MARTINS, AA ; FUKUDA, JM ; PARENTE, JB ; MUNIA, MA ; **FIORANELLI, A** ; TEIVELIS, MP ; VARELLA, AY ; CAFFARO, RA ; KUZNIEC, S ; WOLOSKEK, N . Randomized trial of radiofrequency ablation versus conventional surgery for superficial venous insufficiency: if you don't tell, they won't know. CLINICS **JCR**, v. 71, p. 650-656, 2016.

Citações: WEB OF SCIENCE™ 7

5.

TACHIBANA, ADRIANO ; DIAS, BIANCA OBERHUBER ; FAILLA, BRUNA BONAVENTURA ; SILVA, CAMILA DOS SANTOS ; BELCZAK, SERGIO QUILICI ; MENDES, CYNTHIA DE ALMEIDA ; **FIORANELLI, ALEXANDRE** ; WOLOSKEK, NELSON . Optimized Protocol for Fast CT Angiography of Lower Limbs Using 160-Row Detector. JOURNAL OF COMPUTER ASSISTED TOMOGRAPHY **JCR**, v. 40, p. 1-957, 2016.

6.

MENDES, CA ; MARTINS, AA ; FUKUDA, JM ; PARENTE, JB ; MUNIA, MA ; **FIORANELLI, A** ; TEIVELIS, MP ; VARELLA, AY ; KUZNIEC, S ; WOLOSKEK, N . Randomized trial of radiofrequency ablation versus conventional surgery for superficial venous insufficiency: if you don't tell, they won't know. CLINICS **JCR**, v. 71, p. 650-656, 2016.

Citações: WEB OF SCIENCE™ 7

7.

MENDES, CA ; MARTINS, AA ; TEIVELIS, MP ; KUZNIEC, S ; VARELLA, AY ; **FIORANELLI, A** ; WOLOSKEK, N . Carbon dioxide contrast medium for endovascular treatment of ilio-femoral occlusive disease. Clinics (USP. Impresso) **JCR**, v. 70, p. 675-679, 2015.

Citações: WEB OF SCIENCE™ 2 | SCOPUS 1

8.

PARK, JH ; RAZUK, A ; SAAD, PF ; TELLES, GJP ; KARAKHANIAN, WK ; **FIORANELLI, A** ; RODRIGUES, AC ; VOLPIANI, GG ; CAMPOS, P ; YAMADA, RM ; CASTELLI, V ; CAFFARO, RA . Carotid stenosis: what is the high-risk population?. Clinics (USP. Impresso) **JCR**, v. 67, p. 865-870, 2012.

Citações: WEB OF SCIENCE™ 8 | SCOPUS 4



9.

FIORANELLI, ALEXANDRE; RAZUK FILHO, ÁLVARO ; CASTELLI JÚNIOR, VALTER ; KARAKHANIAN, WALTER ; GODOY, JOSÉ MARIA PEREIRA DE ; CAFFARO, ROBERTO AUGUSTO . Mortality within the endovascular treatment in Stanford type B aortic dissections. Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (Impresso) **JCR**, v. 26, p. 250-257, 2011.

Citações: **WEB OF SCIENCE** 13|**ScELO8**|**SCOPUS**12

10.

MARQUES, CLÁUDIA GURGEL ; **FIORANELLI, ALEXANDRE** ; TELLES, GUSTAVO POLITZER ; SAAD, PAULO ; RAZUK FILHO, ALVARO ; KARAKHANIAN, WALTER KHEGAM ; CASTELLI JUNIOR, VALTER ; CAFFARO, ROBERTO AUGUSTO . Fístula aortoesofágica após correção endovascular da dissecação de aorta torácica tipo B de Stanford. Jornal Vascular Brasileiro (Impresso), v. 9, p. 51-56, 2010.

11.

NOVAES, GABRIEL SANTOS ; RAZUK FILHO, ÁLVARO ; POZZAN, GEANETE ; REIS, ANDREA ; **FIORANELLI, ALEXANDRE** ; CASTELLI JR., VALTER ; KARAKHANIAN, WALTER KHEGAN ; CAFFARO, ROBERTO AUGUSTO . Técnica para quantificação e qualificação de material coletado em filtros de proteção cerebral. Jornal Vascular Brasileiro (Impresso), v. 8, p. 307-312, 2009.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKEK, N. ; ZERATTI, AE . Cirurgia vascular e endovascular: abordagem prática. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2017. v. 1. 860p .

Capítulos de livros publicados

1.

FIORANELLI, ALEXANDRE; MARQUES, C. G. . Tratamento Endovascular de Estenose da Artéria Carótida. In: Alexandre Fioranelli; Nelson Wolosker; Antonio Eduardo Zerati. (Org.). Cirurgia Vascular e Endovascular Abordagem Prática. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 359-.

2.

FIORANELLI, A; FERREIRA, M. ; TRAVASSOS, F. B. . Correção Endovascular para Aneurismas Toracoabdominais. In: Alexandre Fioranelli; Nelson Wolosker; Antonio Eduardo Zerati. (Org.). Cirurgia Vascular e Endovascular Abordagem Prática. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 428-.

3.

FIORANELLI, A. Dissecação da Aorta. In: Alexandre Fioranelli; Nelson Wolosker; Antonio Eduardo Zerati. (Org.). Cirurgia Vascular e Endovascular Abordagem Prática. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 531-.



4.

FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. . Tratamento endovascular de estenose da artéria carótida. In: Roberto Kalil Filho; Valentim Fuster; Cícero Piva de Albuquerque. (Org.). Medicina Cardiovascular: reduzindo o impacto das doenças. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2016, v. 1, p. 1565-1582.

5.

FIORANELLI, A.; Batizada AGB . Cateteres e Dispositivos Endovasculares para Tratamento da Trombose Venosa Profunda. In: Armando de Carvalho Lobato; Adamastor Humberto Pereira, Arno Von Ristow; Dino Fecci Colli Jr; Fausto Miranda Jr; Leiberato Karaoglan de Moura; Ricardo Aun. (Org.). Cirurgia Endovascular. 3ed.São Paulo: ICVE, 2015, v. 1, p. 477-483.

6.

FIORANELLI, A; CAFFARO, RA . Insuficiência Arterial Aguda. In: José Cesar Assef; Jacqueline Arantes Giannini Perlingeiro; José Gustavo Parreira; Silvia Cristine Soldá. (Org.). EMERGÊNCIAS CIRÚRGICAS TRAUMÁTICAS E NÃO TRAUMÁTICAS - CONDUTAS E ALGORITMOS. 2ed.Sao Paulo: Atheneu, 2013, v. 1, p. 135-141.

7.

FIORANELLI, A; RAZUK FILHO, A. . Dez Complicações. In: ROSSI MURILO DA SILVA. (Org.). Top Ten em Cirurgia Vascular. 1ed.Rio de Janeiro: DI LIVROS EDITORA LTDA, 2012, v. 1, p. 141-157.

8.

FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A. ; CASTELLI JUNIOR, V. . Úlceras Isquêmicas: tratamento endovascular no segmento infrapoplíteo. Ulceras dos Membros: Diagnósticos e Tratamentos. 2ed.São Paulo: Rubio, 2011, v. , p. 525-532.

9.

FIORANELLI, A.. Tratamento Endovascular de Artéria Carótida. In: C. Presti, Simão E., Castelli V.. (Org.). Atualização em Cirurgia Vascular e Endovascular. 1ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, v. 1, p. 275-282.

10.

FIORANELLI, A.; CASTELLI JUNIOR, V. . Fisiologia do Sistema Linfático. Cirurgia Vascular. : , 2003, v. , p. -.

11.

FIORANELLI, A.. Tratamento endovascular para aneurisma de aorta abdominal. cirurgia endovascular. sao paulo: atheneu, 2003, v. , p. -.

Resumos publicados em anais de congressos

1.



★ **FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A.** . angioplastia e stent de arteria carotida - uma opcao segura para o cirurgiao vascular. In: congresso brasileiro de de angiologia e cirurgia vascular, 2003, bahia. jornal vascular brasileiro, 2003. v. 02. p. s17-s17.

2.

★ **FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A.** . kissing stent na bifurcacao aorto-iliaca. In: congresso brasileiro de angiologia e cirurgia vascular, 2003, bahia. jornal vascular brasileiro, 2003. v. 02. p. s36-s36.

3.

★ **FIORANELLI, A.; CASTELLI JUNIOR, V.** . experiencias sobre a endarterectomia carotidea no hospital central da santa casa de sao paulo. In: congresso brasileiro de angiologia e cirurgia vascular, 2003, bahia. jornal vascular brasileiro, 2003. v. 02. p. s43-s43.

4.

★ **FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A.** . Angiografia e embolização de lesões viscerais. In: Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular, 2003, Bahia. Jornal Vascular Brasileiro, 2003. v. 02. p. s44-s44.

5.

★ **FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A.** . fatores relacionados a mortalidade nas lesoes da veia cava inferior. In: congresso brasileiro de cirurgia vascular e angiologia, 2003, bahia. jornal vascular brasileiro, 2003. v. 02. p. s46-s46.

Artigos aceitos para publicação

1.

FIORANELI, ALEXANDRE; WOLOSKE, NELSON ; GALHARDO, A ; MENDES, CA ; TEIVELIS, MP. . Successful artery revascularization in patients with critical limb ischemia improves anxiety and depression scores. JOURNAL OF VASCULAR SURGERY **JCR**, 2018.

2.

FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. . Clinical, Ultrasonographic and Histological Findings in Varicose Vein Surgery. REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA **JCR**, 2018.

Apresentações de Trabalho

1.

FIORANELLI, ALEXANDRE; BAPTISTELLA, C. D. P. A. ; Antunes, B.F.F ; SILVA, M. J. ; LEMBRANCA, L. ; Teivelis, M. P. ; WOLOSKE, N. . Revascularização arterial bem sucedida em pacientes com isquemia crítica melhora índices de ansiedade e depressão.. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Protocolo otimizado para angiotomografia computadorizada de membros inferiores usando um detector de 160. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).



3.
LUCA, N. ; **FIORANELLI, A.** ; ZIERLER, R. E. ; BURAGOSQUE, M. ; ALCANTARA, M. V. ; NASER, S. . O papel do ultrassom doppler transabdominal no diagnóstico da Síndrome da Congestão Pélvica (SCP). 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).
4.
FIORANELLI, A.; FERREIRA, M. . Aplicabilidade de técnica 'Inner Branch'. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5.
FIORANELLI, A.. Como fazer a escolha dos materiais para o tratamento endovascular da revascularização infrainguinal. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
6.
FIORANELLI, A.. Branched endografts for thoracoabdominal aneurysms. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
7.
FIORANELLI, A.. Pseudo Aneurysm. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8.
FIORANELLI, A.; CAFFARO, R. ; CASTELLI JUNIOR, V. ; RAZUK FILHO, A. . Análise Comparativa da Perviedade da Neobifurcação Aórtica através da Classificação TASC II. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
9.
FIORANELLI, A.. Tratamento endovascular para dissecção de aorta torácica tipo B de Stanford complicada: Fatores relacionados à mortalidade e seguimento em médio prazo com angiotomografia de múltiplos canais.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
10.
FIORANELLI, A.. Patência e Morbi-Mortalidade nas Revascularizações Extra-Anatômicas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11.
FIORANELLI, A.. Morbi-mortalidade precoce associada ao tratamento endovascular de aneurismas de aorta abdominal infra-renal.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
12.
FIORANELLI, A.. Úlceras Penetrantes de Aorta Torácica - Tratamento Endovascular.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).



- 13.**
- FIORANELLI, A.** Angioplastia de Artérias Vertebrais e Basilar e suas Complicações.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 14.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento Endovascular da Coarctação da Aorta: Rlato de Caso. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 15.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento Endovascular da Síndrome da veia cava superior: experiência de 11 anos.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 16.**
- FIORANELLI, A.** Fístula aortoesofágica: complicação de alta mortalidade do tratamento endovascular da dissecação de aorta descendente. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 17.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento endovascular de aneurisma de aorta abdominal roto: Ainda uma doença letal. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 18.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento endovascular da Síndrome de Quebra-nozes (nutcracker): Relato de caso. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 19.**
- FIORANELLI, A.** Histopatologia do material coletado em filtros de proteção cerebral (FPC) nas angioplastias (APT) com molde transluminal (stent). 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 20.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento endovascular da fístula entre a traquéia e a artéria inominada pós-traqueostomia. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 21.**
- FIORANELLI, A.** Perfil dos pacientes portadores de doença arterial obstrutiva periférica (DAOP) do território ilíaco relacionados à classificação do TASC II. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 22.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento do aneurisma de artéria renal: Relato de 6 pacientes submetidos a tratamento endovascular. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).



- 23.**
- FIORANELLI, A.** Análise dos fatores de risco relacionados a hipotensão após angioplastia carotídea com molde transluminal. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 24.**
- FIORANELLI, A.** Angioplastia com stent das lesões carotídeas pseudo-oclusivas com aspecto angiográfico de barbante (strings sign): É factível?. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 25.**
- FIORANELLI, A.** Análise das velocidades de fluxo ao duplex scan em relação ao tipo de stent utilizado durante acompanhamento pós-operatório das angioplastias de carótida. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 26.**
- FIORANELLI, A.** Eficácia do tratamento endovascular por embolização em trauma de órgãos parenquimatosos do abdômen. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 27.**
- FIORANELLI, A.** Síndrome do desfiladeiro cérvico-torácico: quadro clínico e resultados cirúrgicos. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 28.**
- FIORANELLI, A.** Revascularização de troncos supra-aórticos para otimização de colo proximal em aneurismas e dissecções de aorta. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 29.**
- FIORANELLI, A.** Tratamento endovascular por angioplastia de lesões em território femero-popliteo em pacientes com isquemia crítica. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 30.**
- FIORANELLI, A.** Análise da angioplastia com ou sem molde transluminal do setor aorta-ilíaco. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 31.**
- FIORANELLI, A.** Avaliação da técnica de pata de elefante (Bell-bottom) para artérias ilíacas ectasiadas nas correções endovasculares de AAA. 2007. (Apresentação de Trabalho/Outra).

32.



FIORANELLI, A. Tratamento endovascular das úlceras penetrantes de aorta torácica. 2007. (Apresentação de Trabalho/Outra).

33.

FIORANELLI, A. Estudo comparativo entre índice de Pressão Arterial e Arteriografia em Trauma Vascular Periférico. 2006. (Apresentação de Trabalho/Outra).

34.

FIORANELLI, A. Complicações isquêmicas após correção endovascular de aneurisma da aorta abdominal. 2006. (Apresentação de Trabalho/Outra).

35.

FIORANELLI, A. Proteção cerebral durante angioplastia e stent da artéria carótida: análise histológica dos debrís e correlação com imagem angiográfica. 2006. (Apresentação de Trabalho/Outra).

36.

SALITURE, F ; **FIORANELLI, A** ; RAZUK FILHO, A. ; RIBEIRO, J. A. J. ; KARAKHANIAN, W. K. ; CASTELLI JUNIOR, V. ; YAMADA, RM ; CAFFARO, RA . Frequência da estenose recorrente após implante de stent na artéria carótida. 2005. (Apresentação de Trabalho/Outra).

37.

FIORANELLI, A ; RAZUK FILHO, A. ; KARAKHANIAN, W. K. ; CASTELLI JUNIOR, V. ; VOLPIANI, G ; CAFFARO, RA . Aneurisma de aorta torácica descendente roto contido com extensão do hematoma até pele. 2005. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

38.

NOVAES, G ; RAZUK FILHO, A. ; REIS, A ; PARK, JH ; **FIORANELLI, A** ; KARAKHANIAN, W. K. ; CASTELLI JUNIOR, V. ; POZZAN, G ; MAMPARIO, G ; CAFFARO, RA . Proteção cerebral durante angioplastia e stent da artéria carótida: análise histológica dos debrís e correlação com imagem angiográfica. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

39.

SAAD, PF ; RAZUK FILHO, A. ; TELLES, GJP ; PARK, JH ; **FIORANELLI, A** ; KARAKHANIAN, W. K. ; VASCONCELOS, DC ; CAFFARO, RA . Resultados do tratamento dos endoleaks com o uso do fio guia de alma móvel na embolização do saco aneurimático. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

40.

SAAD, PF ; RAZUK FILHO, A. ; TELLES, GJP ; PARK, JH ; **FIORANELLI, A** ; KARAKHANIAN, WK ; VASCONCELOS, DC ; PIMENTAL, FC ; CAFFARO, RA . Tratamento endovascular de urgência na aorta torácica descendente. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

41.



FERREIRA, AV ; PARK, JH ; KARAKHANIAN, WH ; **FIORANELLI, A** ; SAAD, PF ; TELLES, GJP ; KARAKHANIAN, WK ; CAFFARO, RA . Tratamento endovascular de pseudoaneurisma da artéria carótida interna pós-amigdalectomia - Relato de caso. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

42.

FIORANELI, A; RAZUK FILHO, A. ; NOVAES, G ; PARK, JH ; KARAKHANIAN, WALTER KHEGAN ; RIBEIRO, J. A. J. ; FONSECA, C. ; CASTELLI JUNIOR, V. ; CAFFARO, RA . Complicações isquêmicas após correção endovascular dos aneurisma da aorta abdominal. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

43.

SALITURE, F ; **FIORANELLI, A** ; NOVAES, G ; RAZUK FILHO, A. ; KARAKHANIAN, WALTER ; CASTELLI JUNIOR, V. ; YAMADA, R. ; CAFFARO, RA . Frequência da estenose recorrente após implante de stent na artéria aorta. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Produção técnica

Redes sociais, websites e blogs

1.

FIORANELLI, A. Clinica Fioranelli. 2017. (Site).

2.

FIORANELLI, A. Clinica Fioranelli. 2017. (Rede social).

Demais tipos de produção técnica

1.

FIORANELLI, A.; WOLOSKE, N . Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2018. .

2.

FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N ; NASSER, F. . Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017. .

3.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017. (Curso de Atualização).

4.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017. (Curso de Atualização).

5.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017. (Curso de Atualização).



6.
FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017. (Curso de Atualização).
7.
FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017. (Curso de Atualização).
8.
FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. ; NASSER, F. . Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2016. .
9.
FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2016. (Curso de Atualização).
10.
FIORANELLI, ALEXANDRE. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2016. (Curso de Atualização).
11.
FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N ; NASSER, F. . Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2015. .
12.
FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N ; NASSER, F. . Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2014. .
13.
FIORANELLI, A. Pé diabético. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
14.
FIORANELLI, A. Indicações do uso de stents na ilíaca, femoral, popliteal e nas tibiais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
15.
FIORANELLI, A. Pontes femoropoplíteas: Resultados e Técnicas - IV) Próteses arteriais no território femoropoplíteo. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
16.
FIORANELLI, A. Lesões Infra-inguinais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).



17.
FIORANELLI, A. Cirurgia Endovascular: Stents, Endopróteses e Angioplastias. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
18.
FIORANELLI, A. Trama Vascular e Tratamento Endovascular: Quais as possibilidades?. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
19.
FIORANELLI, A. Dissecções da Aorta Torácica. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
20.
FIORANELLI, A. Aneurisma de Aorta Abdominal: Como escolher a melhor Endoprótese para cada situação?. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
21.
FIORANELLI, A. Aneurismas Arteriais. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
22.
FIORANELLI, A. Aneurisma da Aorta Abdominal. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
23.
FIORANELLI, A. Aneurisma da Aorta Abdominal. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
24.
FIORANELLI, A. Traumatismos Vasculares - Fisiopatologi do Trauma Vascular, Diagnóstico, Tratamento, momento da intervenção em paciente politraumatizado. 2006. .
25.
FIORANELLI, A. Cirurgia Endovascular. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
26.
FIORANELLI, A. Tratamento Intervencionista do Trauma Carotídeo-Cervical. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
27.
FIORANELLI, A. Acidente Vascular Cerebral. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).



28.
FIORANELLI, A. Conduta terapêutica no trauma periférico. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

29.
FIORANELLI, A. Aneurismas da Aorta Torácica e Abdominal. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

30.
FIORANELLI, A. Trauma Vascular I. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

31.
FIORANELLI, A. Conduta terapêutica no trauma periférico. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

32.
FIORANELLI, A. Trauma Vascular I. 2003. .

33.
FIORANELLI, A. I Curso continuado de cirurgia endovascular da SBACV Regional SP. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Demais trabalhos

1.
FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A. . fatores que influenciam na mortalidade das lesões traumáticas dos vasos ilíacos. 2002 (trabalho apresentado) .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão Mestrado

1.
FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A.; SACILOTTO, R.; RIBEIRO, J. A. J.; PASCHOA, A. F. Participação em banca de FERNANDO TRES SILVEIRA. ESTUDO DAS FRATURAS DE STENTS NA ARTERIA FEMORAL SUPERFICIAL: FATORES PRDISPONENTES E SUAS IMPLICAÇÕES. 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.



2.

FIORANELLI, A. Participação em banca de GUSTAVO JOSÉ POLITZER TELLES. AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ANEURISMAS DAS ARTÉRIAS ILÍACAS COMUNS EM PACIENTES SUBMETIDOS A TRATAMENTO ENDOVASCULAR DO ANEURISMA DE AORTA ABDOMINAL INFRARRENAL COM ENDOPRÓTESE BIFURCADA COM EXTENSÃO EM BOCA DE SINO. 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Teses de doutorado

1.

FIORANELLI, A.; ZERATTI, AE; GROSSE, J. L.; Matielo, M. F.. Participação em banca de Bruno Soriano Pignataro. Rivaroxabana no tratamento do tromboembolismo venoso em 400 pacientes com câncer ativo. 2018. Tese (Doutorado em Oncologia) - Fundação Antônio Prudente.

2.

SIMÃO, E; ZERATTI, AE; BELLEN, BV; MIRANDA JUNIOR, F; WOLOSKE, N; **FIORANELLI, A.** Participação em banca de Luiz Lanza de Azevedo. Injetor intravascular de CO2: Estudo in vivo de viabilidade inicial do dispositivo e de qualidade de imagem. 2016. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina USP.

3.

SANTOS, O. F. P.; MUNIA, M. A. S.; MONTEIRO, J. A. T.; **FIORANELLI, A.** Participação em banca de Marcelo Passos Teivelis. Custos hospitalares do reparo eletivo do aneurisma de aorta infra-renal em hospital privado no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

4.

FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N.; NASSER, F.; MONTEIRO, J. A. T.; MORALES, M. M.. Participação em banca de Marcelo Passos Teivelis. Valores hospitalares do reparo eletivo do aneurisma de aorta infra-renal em hospital privado no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

5.

FIORANELLI, A. Participação em banca de JOSÉ AUGUSTO TAVARES MONTEIRO. ESTUDO DAS PROPRIEDADES HISTOLÓGICAS E BIOMECÂNICAS DE FRAGMENTOS DA PAREDE ANTERIOR DE ANEURISMA DA AORTA ATRAVÉS DE TESTES DE DISTENSÃO UNIAXIAL E SEGUNDO VARIÁVEIS MORFOLÓGICAS E CLÍNICAS. 2011. Tese (Doutorado em Medicina (Clínica Cirúrgica)) - Universidade de São Paulo.

6.

FIORANELLI, A.; BERNARDI, W. H.; RIBEIRO, J. A. J.; KARAKHANIAN, W. K.. Participação em banca de Agamenon Hulse de Bittencourt. Relações entre Índice Tornozelo-braço e Índice de Massa Corpórea, Glicemia de Jejum e Dislipidemia em idosos do Vale do Rio



Peixe, SC, Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Qualificações de Doutorado

1.

Salvalaggio, PRO; **FIORANELLI, A**; Leal Filho, JMM. Participação em banca de Francisco Leonardo Galastri. Critérios de previsibilidade de resultado radiológico da quimioembolização transarterial hepática com microesferas carreadoras no tratamento neoadjuvante do carcinoma hepatocelular. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

2.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participação em banca de Adriano Tachibana. Otimização de protocolo de aquisição de alta velocidade para angiotomografia arterial de membros inferiores utilizando 160 fileiras de detectores.. 2017. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

3.

FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. Participação em banca de Marcelo Passos Teivelis. Custos hospitalares do reparo eletivo do aneurisma de aorta infra-renal em hospital privado no Brasil. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

4.

FIORANELLI, ALEXANDRE; Sandoli de Brito Jr, Fábio; ZERATTI, AE. Participação em banca de Cynthia de Almeida Mendes. Dióxido de Carbono como meio de contraste para a realização de angioplastias femoro-poplíteas TASC A e B.. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

5.

KARAKHANIAN, WALTER KHEGAN; CASTELLI JÚNIOR, VALTER; BERNARDI, W. H.; **FIORANELLI, ALEXANDRE**. Participação em banca de Sthefano Atique Gabriel. Efeito da terapia com corticosteroide nos biomarcadores inflamatórios sérios e na placa carotídea após endarterectomia de artéria carótida. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

6.

FIORANELLI, A; KARAKHANIAN, W. K.. Participação em banca de Stephano Atique Gabriel. Efeito da terapia com corticosteroide nos biomarcadores inflamatórios sérios e na placa carotídea após endarterectomia de artéria carótida. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

7.



Presta, C; **FIORANELLI, A**; KAUFFMAN, P; SACILOTTO, R.; NISHINARI, K; YASBEK, G.; CIRINO, L. M.; SIMÃO, E. Participação em banca de Antonio Eduardo Zeratti. Prevalência de síndrome metabólica em pacientes com claudicação intermitente e sua correlação com o nível de obstrução arterial. 2010. Exame de qualificação (Doutorando em Medicina) - Faculdade de Medicina USP.

Qualificações de Mestrado

FIORANELLI, ALEXANDRE; CASTELLI JUNIOR, V.; ASSEF, J. C.. Participação em banca de Arnaldo Cavalcanti Barreto Filho. Evolução a médio prazo dos pacientes com aorta distal estreita submetidos a correção endovascular de aneurisma de aorta abdominal com endoprótese de corpo principal de lúmen único. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

FIORANELLI, A. Participação em banca de Gustavo José Politzer Telles. AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ANEURISMAS DAS ARTÉRIAS ILÍACAS COMUNS EM PACIENTES SUBMETIDOS A TRATAMENTO ENDOVASCULAR DO ANEURISMA DE AORTA ABDOMINAL INFRARRENAL COM ENDOPRÓTESE BIFURCADA COM EXTENSÃO EM BOCA DE SINO. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Cirurgia Geral) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

FIORANELLI, A.; KARAKHANIAN, W. K.; SANTOS, V. P.; RIBEIRO, J. A. J.. Participação em banca de AQUILES TADASHI YWATA DE CARVALHO. ANEURISMA DA AORTA ABDOMINAL INFRA-RENAL: RASTREAMENTO POPULACIONAL NA REGIAO METROPOLITANA DE SALVADOR - BAHIA. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

ROVEDA JUNIOR, D.; KARAKHANIAN, W. K.; SZARF, G.; **FIORANELLI, A.** Participação em banca de ROBERTO DE MORAES BASTOS. TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MULTIDETECTOR NA AVALIAÇÃO DO TRATAMENTO ENDOVASCULAR DO ANEURISMA DA AORTA ABDOMINAL. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Medicina (Cirurgia)) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participação como Membro Titular na Comissão Julgadora no Exame de Qualificação de Mestrado do candidato Douglas da Luz. Tema: “Efeito do treinamento muscular na força muscular respiratória, capacidade funcional e qualidade de vida em pacientes com doença arterial obstrutiva periférica.” Faculdade de Ciências Médicas Santa Casa de São Paulo. São Paulo/SP; Maio/2021.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participação como Membro Titular na Comissão Julgadora no Exame de Qualificação de Doutorado do candidato Lucas Lembrança Pinheiro, com o título da tese “Avaliação da aorta torácica de brasileiros por tomografia de tórax de baixa dose: diâmetros e prevalência de aneurismas”. Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein. Outubro/2020.



FIORANELLI, ALEXANDRE. Membro Titular na Comissão Julgadora no Exame de Qualificação de Mestrado do candidato Bruno Fabricio Feio Antunes. Tema: “Sinais Tomográficos de Instabilidade em Aneurismas Abdominais Aorto-Ilíacos não devem determinar indicação Cirúrgica Isoladamente”. 2020. Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participou da banca Examinadora da Segunda Fase do Concurso de Residência Médica em Cirurgia Vascular de 2019.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participou da banca Examinadora da Segunda Fase do Concurso de Residência Médica em Cirurgia Vascular de 2019.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participou da banca Examinadora da Segunda Fase do Concurso de Residência Médica em Cirurgia Vascular de 2019.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participou da banca Examinadora da Segunda Fase do Concurso de Residência Médica em Cirurgia Vascular de 2019.

Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. Coordenador. Hospital Israelita Albert Einstein. São Paulo/SP. 2019

6º international Union of Angiology Course for Young Vascular Specialists. Participante. Praga. República Tcheca. 2018.

Reunião científica da SBACV-SP. Tema: “Tratamento cirúrgico de varizes: Procedimentos escalonados são associados com melhor qualidade de vida no pós-operatório”. Coautor. São Paulo/SP. Março/2021.

Reunião científica da SBACV-SP. Tema: “Correção endovascular de aneurisma de aorta torácica - 1355 procedimentos em 10 anos no sistema público: Uma análise descritiva da maior cidade brasileira”. Coautor. São Paulo/SP. Fevereiro/2021.

Reunião científica da SBACV-SP. Tema: “Estudo epidemiológico de 556 procedimentos de correção aberta de aneurisma aórtico toracoabdominal no sistema público de saúde na maior cidade do Brasil”. Comentador. São Paulo/SP. Novembro/2020.

Reunião científica da SBACV-SP. Tema: “Avaliação de ansiedade e depressão em pacientes portadores de aneurisma de aorta abdominal”. São Paulo/SP. Julho/2019.

Reunião mensal do departamento de cirurgia da SMCC. Tema “aneurisma de aorta abdominal roto”. 2018. Campinas/SP.



Reunião científica da seccional Campinas da SBACV-SP. Tema “aneurisma de aorta abdominal roto”. 2018. Campinas/SP.

Reunião científica da seccional Campinas da SBACV-SP. Comentador do trabalho Estudo comparativo da técnica aberta versus endovascular no aneurisma de aorta abdominal infrarrenal roto no HC UNICAMP”. 2018. Campinas/SP.

XVIII ENCONTRO SÃO PAULO DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR - INTERATIVO E VIRTUAL. Tema: “Correção híbrida de dissecação complexa de arco aórtico”. Debatedor. São Paulo/SP. Junho/2021.

XVIII ENCONTRO SÃO PAULO DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR. Tema: Tratamento da Oclusão De Stent. Outubro/2020. São Paulo/SP

XVIII ENCONTRO SÃO PAULO DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR. Tema: Dissecação aguda. Debatedor. Outubro/2020.

XVIII ENCONTRO SÃO PAULO DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR. Evento interativo e virtual. Participante. 2020. São Paulo/SP.

XVII Encontro São Paulo de cirurgia vascular e endovascular. Tema: Aneurisma de Aorta/Dissecções. Moderador. Maio. São Paulo/SP.

XVII Encontro São Paulo de cirurgia vascular e endovascular. Tema: “como tratar o endoleak tipo II”. Palestrante. Maio. São Paulo/SP.

XVII Encontro São Paulo de cirurgia vascular e endovascular. Tema: “fístula aorto-esofágica”. Categoria Poster. Maio. São Paulo/SP.

6º Controversias em cirurgia vascular e endovascular e do 5º simpósio SVS, palestrante. 2018. São Roque/SP.

FIORANELLI, A; ZERATTI, AE; GROSSE, J. L.; Matielo, M. F. Participação em banca de Bruno Soriano Pignataro. Rivaroxabana no tratamento do tromboembolismo venoso em 400 pacientes com câncer ativo. 2018. Tese (Doutorado em Oncologia) - Fundação Antônio Prudente.



Salvalaggio, PRO; FIORANELLI, A; Leal Filho, JMM. Participação em banca de Francisco Leonardo Galastri. Critérios de previsibilidade de resultado radiológico da quimioembolização transarterial hepática com microesferas carreadoras no tratamento neoadjuvante do carcinoma hepatocelular. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Participação em banca de Adriano Tachibana. Otimização de protocolo de aquisição de alta velocidade para angiotomografia arterial de membros inferiores utilizando 160 fileiras de detectores. 2017. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências da Saúde) - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

FIORANELLI, ALEXANDRE; BAPTISTELLA, C. D. P. A.; Antunes, B.F.F; SILVA, M. J.; LEMBRANCA, L.; Teivelis, M. P.; WOLOSKE, N.. Revascularização arterial bem sucedida em pacientes com isquemia crítica melhora índices de ansiedade e depressão. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

FIORANELLI, ALEXANDRE. Protocolo otimizado para angiotomografia computadorizada de membros inferiores usando um detector de 160. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

Controvérsias em Cirurgia Vascular e Endovascular. Dissecção. 2018. (Simpósio).

Reunião Científica da Seccional de Campinas/Região da SBACV-SP. Aneurisma de Aorta Abdominal Roto. 2018. (Encontro).

Reunião do Departamento de Cirurgia Vascular da SMCC. Aneurisma de Aorta Abdominal Roto. 2018. (Encontro).

20º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular - SOBRICE. 2017. (Congresso).

20º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular - SOBRICE. Tratamento endovascular do endoleak tipo I. 2017. (Congresso).

USC Visiting Observer - Keck School of Medicine. 2017. (Outra)

Participação em bancas de comissões julgadoras Concurso público

1.

FIORANELLI, A. Membro da Banca Examinadora dos candidatos ao Programa de Residência Médica em Cirurgia Vascular. 2016. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

2.

FIORANELLI, A. Membro da Banca Examinadora dos candidatos ao Programa de Residência Médica em Cirurgia Vascular. 2015. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.



3.

FIORANELLI, A. Membro da Banca Examinadora dos candidatos ao Programa de Residência Médica em Cirurgia Vascular. 2014.

4.

FIORANELLI, A. Prova Prática do Concurso de Residência Médica. 2010. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Outras participações

1.

FIORANELLI, ALEXANDRE. Banca examinadora para Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde. 2017. Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Controvérsias em Cirurgia Vascular e Endovascular. Dissecção. 2018. (Simpósio).

2.

Reuniao Científica da Seccional de Campinas/Região da SBACV-SP. Aneurisma de Aorta Abdominal Roto. 2018. (Encontro).

3.

Reuniao do Departamento de Cirurgia Vascular da SMCC. Aneurisma de Aorta Abdominal Roto. 2018. (Encontro).

4.

20º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular - SOBRICE. 2017. (Congresso).

5.

20º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular - SOBRICE. Tratamento endovascular do endoleak tipo I. 2017. (Congresso).

6.

USC Visiting Observer - Keck School of Medicine. 2017. (Outra).



- 7.
- Imersão de Aorta - Atualizações e Desafios no Tratamento da Aortas. Aneurisma de Aorta Abdominal Roto. 2016. (Outra).
- 8.
- Imersão de Aorta - Atualizações e Desafios no Tratamento da Aortas. 2016. (Outra).
- 9.
- Reunião Científica da SBACV - SP. Reparo totalmente endovascular de aneurisma toracoabdominal roto com prótese de prateleira. 2016. (Outra).
- 10.
- Reunião Científica da SBACV - SP. Resultados Preliminares da Angioplastia com Balão Farmacológico versus Implante de stent de nitinol para tratamento das lesões obstrutivas da artéria femoral superficial. 2016. (Outra).
- 11.
- Reunião Científica da SBACV-SP. Resultados preliminares da angioplastia com balão farmacológico versus implante de stent de nitinol para tratamento das lesões obstrutivas da artéria femoral superficial. 2016. (Outra).
- 12.
- Simpósio Aorta 2016. 2016. (Simpósio).
- 13.
- SIMPÓSIO AORTA 2016. Mesa Redonda - Sessão 03 - Aneurismas de Aorto-Ilíacos. 2016. (Simpósio).
- 14.
- XIV Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular e Endovascular. Quando e como os enlodais pos EVAR deve ser tratado?. 2016. (Encontro).
- 15.
- XIV Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular e Endovascular, 2016. 2016. (Encontro).
- 16.
- XIV Panamerican Congress on Vascular and Endovascular Surgery. Reparo totalmente endovascular de aneurisma toracoabdominal roto com prótese de prateleira. 2016. (Congresso).
- 17.
- 18º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. 2015. (Congresso).



- 18.**
- 18º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. Mesa Redonda VASCULAR AORTA - TEMA: EVAS: Selamento endovascular do aneurisma de rota abdominal - um novo conceito. 2015. (Congresso).
- 19.**
- 37th Charing Cross International Symposium - Vascular & Endovascular CONTROVERTEIS Uptdate, 2015. 2015. (Simpósio).
- 20.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. 2015. (Congresso).
- 21.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Aneurisma de aorta abdominal infra-renal roto: Estudo comparativo da morbimortalidade entre o tratamento cirúrgico aberto versus endovascular. 2015. (Congresso).
- 22.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Viabilidade de membro após ligadura de artéria femoral comum: relato de cinco casos. 2015. (Congresso).
- 23.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Caso clínico: Aneurisma da Aorta. 2015. (Congresso).
- 24.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Caso Clínico: Aneurisma da Aorta. 2015. (Congresso).
- 25.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Análise dos fatores de risco para oclusão de ramo ilíaco em pacientes submetidos ao implante de endoprótese de aorta abdominal. 2015. (Congresso).
- 26.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Aneurisma de artéria poplítea roto tratado com interposição de enxerto de veia safena. Relato de caso. 2015. (Congresso).
- 27.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. A técnica de kissing stent no manejo da doença aterosclerótica na bifurcação aorta-iliaca: resultados e análise de fatores que afetam a patência do tratamento. 2015. (Congresso).



- 28.**
- 41º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Estudo da frequência de profilaxia de tromboembolismo venoso em Hospital Quaternário - Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. 2015. (Congresso).
- 29.**
- Charing Cross International Symposium - Vascular & Endovascular CONTROVERTEIS Update. 2015. (Simpósio).
- 30.**
- Endolimb - Jornadas de tratamento endovascular en Patologia Vascular Periférica.EVAS - NELLIX: NEW CONCEPT. 2015. (Outra).
- 31.**
- Endovascular Advanced Symposium 2015.Session IV - Moderated Case-Based Expert-Panel Discussion-Topi: Type B Aortic Dissection. 2015. (Simpósio).
- 32.**
- Endovascular Advanced Symposium 2015.Session IV- Moderated Case-Based Expert-Panel Discussion-Topic:Type B Aortic Dissection. 2015. (Simpósio).
- 33.**
- Endovascular Advanced Symposium 2015. 2015. (Simpósio).
- 34.**
- EURO PCR 2015. EVAS - NELLIX: NEW CONCEPT. 2015. (Congresso).
- 35.**
- 17º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. 2014. (Congresso).
- 36.**
- 17º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. Aplicabilidade de técnica 'Inner Branch'. 2014. (Congresso).
- 37.**
- 17º Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. Como fazer a escolha dos materiais para o tratamento endovascular da revascularização infrainguinal. 2014. (Congresso).
- 38.**



41th Annual Vascular and Endovascular Issues, Techniques and Horizons (VEITHsymposium). 2014. (Simpósio).

39.

G12 Global Summit on Innovations in Interventions. 2014. (Outra).

40.

XI Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. 2014. (Congresso).

41.

XI Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular. 2014. (Congresso).

42.

XI Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular e XI Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. "O Estado da Arte" para o tratamento dos aneurismas do arco aórtico, da aorta torácica e toroabdominal, incluindo as dissecções tipo B. 2014. (Congresso).

43.

XI Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular e XI Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. Temas Livres de Aneurisma da Aorta Abdominal 2. 2014. (Congresso).

44.

XII Encontro de Anfibologia e Cirurgia Vascular do Conesul -.Tratamento dos Aneurismas para e justas renais com endopróteses com ramos internos. Uma alternativa fora das especificações. 2014. (Encontro).

45.

XII Encontro de Anfibologia e Cirurgia Vascular do Conesul -.Tratamento Endovascular das complicações tardias das dissecções crônicas tipo B da aorta com próteses ramificadas. 2014. (Encontro).

46.

XIII Panamerican Congress on Vascular and Endovascular Surgery. Luncheon Meeting: 1º Encontro dos Alunos do Curso de Cirurgia Endovascular da Santa Casa de São Paulo. 2014. (Congresso).

47.

X Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular e X Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. A próxima fronteira do EVAR. 2013. (Congresso).

48.

X Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular e X Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. Sessão: ?Temas Livres de Fístula Arteriovenosa e Psedoaneurisma. 2013. (Congresso).



49.

Endovascular Therapy International & Adriatic Vascular Summit. 2012. (Encontro).

50.

INTERNATIONAL CONGRESS FOR ENDOVASCULAR SPECIALISTS - ICON2012. ENDOVASCULAR TREATMENT OF AORTIC PSEUDOANEURYSM: LATE COMPLICATION OF A SURGICALLY-CORRECTED AORTIC COARCTATION. 2012. (Congresso).

51.

IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIRURGIA ENDOVASCULAR - CICE. TL5 - ANEURISMAS DA AORTA II. 2012. (Congresso).

52.

IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIRURGIA ENDOVASCULAR - CICE. 2012. (Congresso).

53.

2ª Controvérsias em Cirurgia Vascular e Endovascular. Caso Clínico: paciente com claudicação intermitente para pequenas distâncias e oclusão de aorta: Qual a melhor conduta: Angioplastia/stent ou cirurgia aberta?. 2011. (Encontro).

54.

39º CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. 2011. (Congresso).

55.

Controvérsias em Cirurgia Vascular e Endovascular. Caso clínico: paciente com claudicação intermitente para pequenas distancias e oclusão de aorta: Qual a melhor conduta: angioplastia/stent ou cirurgia aberta?. 2011. (Outra).

56.

IVº ELICTE - Encontro Litoral Catarinense de Técnicas Endovasculares. Dissecção de Aorta. 2011. (Encontro).

57.

IVº ELICTE - Encontro Litoral Catarinense de Técnicas Endovasculares. 2011. (Encontro).

58.

IVº ELICTE - Encontro Litoral Catarinense de Técnicas Endovasculares. Dica para a escolha da endoprótese no Aneurisma de aorta. 2011. (Encontro).

59.

37th Annual Vascular and Endovascular Issues, Techniques and Horizons (VEITHsymposium). 2010. (Simpósio).



60.

Curso de Cirurgia Vascular - APM, AMB, SBACVSP.Módulo II: AVC Isquêmico. 2010. (Outra).

61.

Curso de Educação Continuada em Cirurgia Vascular.Cirurgia Endovascular: Stents, Endopróteses e Angioplastias. 2010. (Outra).

62.

I Curso de Salvamento de Membros Inferiores (SALVMI) - Hospital Israelita Albert Einstein.Pontes femoropoplíteas: Resultados e Técnicas - IV) Próteses arteriais no território femoropoplíteo. 2010. (Outra).

63.

I Curso de Salvamento de Membros Inferiores (SALVMI) - Hospital Israelita Albert Einstein. 2010. (Outra).

64.

I Curso de Salvamento de Membros Inferiores (SALVMI) - Hospital Israelita Albert Einstein.Indicações do uso de stents na ilíaca, femoral, poplíteia e nas tibiais. 2010. (Outra).

65.

II Congresso de Cirurgia Geral. Cirurgia Endovascular. 2010. (Congresso).

66.

II Congresso de Cirurgia Geral da Universidade Cidade de São Paulo. Cirurgia Endovascular. 2010. (Congresso).

67.

IX Curso de Introdução à Liga de Cirurgia Vascular.Lesões Infra-inguinais. 2010. (Outra).

68.

VII Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular e VII Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. 2010. (Congresso).

69.

XXII SILAN Congresso de la Sociedad Ibero Latinoamericana de Neurorradiologia Diagnostica y Terapeutica. 2010. (Congresso).

70.

XXVIII Curso Anual de Cirurgia de Urgência.Trauma Vascular e Tratamento \endovascular: Quais as possibilidades?. 2010. (Outra).



71.
II ENDOLOGIX MEETING APRESENTAÇÃO DO NOVO SISTEMA INTUITRAK ENDOVASCULAR AAA. 2009. (Encontro).

72.
Imersão endovascular - Angioplastia de Carótida.Instrutor - Angioplastia de Carótida. 2009. (Outra).

73.
I Simpósio de Trauma do Rio de Janeiro - Inovações e Avanços no Trauma.Angioembolização nas Lesões Traumáticas. 2009. (Simpósio).

74.
I Simpósio de Trauma do Rio de Janeiro - Inovações e Avanços no Trauma.Tratamento Endovascular do Trauma de grandes vasos. 2009. (Simpósio).

75.
Liga de Iniciação à Cirurgia Vascular.Disseção de Aorta Torácica. 2009. (Encontro).

76.
Reunião Científica da Vascular - Hospital São Camilo.Princípios da Cirurgia Endovascular. 2009. (Outra).

77.
VII Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular e Endovascular. 2009. (Encontro).

78.
VII Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular e Endovascular.Doença Arterial - determinantes dos resultados precoces e tardios após tratamento endovascular nas disseções complicadas da aorta tipo B agudas e crônicas. 2009. (Encontro).

79.
XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA. Trauma Vascular I. 2009. (Congresso).

80.
XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA. Vasos das Extremidades (superiores e inferiores): Tratamento não endovascular. 2009. (Congresso).

81.
XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA. 2009. (Congresso).



82.

XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA. Vasos das Extremidades (superiores e inferiores): Tratamento não endovascular. 2009. (Congresso).

83.

XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. Patência e Morbi-Mortalidade nas Revascularizações Extra-Anatômicas.. 2009. (Congresso).

84.

XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. Tratamento endovascular para disseção de aorta torácica tipo B de Stanford complicada: Fatores relacionados à mortalidade e seguimento em médio prazo com angiotomografia de múltiplos canais.. 2009. (Congresso).

85.

XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. Morbi-mortalidade precoce associada ao tratamento endovascular de aneurismas de aorta abdominal infra-renal.. 2009. (Congresso).

86.

XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. Aneurisma da Aorta Abdominal (AAA) I. 2009. (Congresso).

87.

XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. Aneurisma de Aorta Abdominal AAA. 2009. (Congresso).

88.

35th Annula Vascular and Vascular Issues, Techniques and Horizons (VEITHsymposium). 2008. (Simpósio).

89.

4º APRENDO 2008 - Avanços em Procedimentos Endovasculares.Dissecções da Aorta Torácica. Quando e Como Tratar.. 2008. (Outra).

90.

4º APRENDO 2008 - Avanços em Procedimentos Endovasculares. 2008. (Outra).

91.

Congresso Paulista de Cirurgia, XVI Assembléia Cirúrgica do CBCSP, VII Congresso Estadual da SOBRACIL - SP. 2008. (Congresso).

92.



Congresso Paulista de Cirurgia, XVI Assembléia Cirúrgica do CBCSP, VII CONgresso Estadual da SOBRACIL - SP. Vasos das Extremidades (superiores e inferiores) tratamento não-endovascular. 2008. (Congresso).

93.

Curso de Cirurgia Vascular e Angiologia Clínica - Doenças da Aorta e Artérias Ilíacas. Aneurisma de Aorta Abdominal: Como escolher a melhor Endoprótese para cada situação?. 2008. (Outra).

94.

II Revisão da SBACV-SP para o Concurso de Obtenção do Título de Especialista em Angiologia e Cirurgia Vascular. Aneurisma de Aorta Abdominal. 2008. (Outra).

95.

II Simpósio de Atualização Cardiovascular Intervencionista para Clínicos. Doença Aterosclerótica da Artéria Carotídea. 2008. (Simpósio).

96.

II Simpósio de Atualização Cardiovascular Intervencionista para Clínicos. Doença Aneurismática de Aorta Abdominal. 2008. (Simpósio).

97.

II Simpósio de Atualização Cardiovascular Intervencionista para Clínicos. 2008. (Simpósio).

98.

Imersão Endovascular - Angioplastia de Carótida. Instrutor. 2008. (Outra).

99.

I Revisão da SBAV-SP para Concurso de Obtenção do Título de Especialista em Angiologia e Cirurgia Vascular - 2008. Aneurismas Arteriais. 2008. (Outra).

100.

VI Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular. 2008. (Encontro).

101.

VI Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular. 2008. (Encontro).

102.

34th Annual Vascular & Endovascular Issues, Techniques & Horizons Symposium Cleveland Clinic (VEITH Symposium). 2007. (Simpósio).

103.



37º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. Um show de bola com craques da cirurgia vascular. 2007. (Congresso).

104.

37º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. Características das Endopróteses - Curso de Cirurgia Endovascular. 2007. (Congresso).

105.

37º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2007. (Congresso).

106.

37º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. Planejamento de caso - Curso de Cirurgia Endovascular. 2007. (Congresso).

107.

37º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. Angioplastia infra patelar - como eu faço. 2007. (Congresso).

108.

37º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. Tratamento dos Endoleaks - S17 Complicações da Cirurgia Endovascular no Segmento Aórtico. 2007. (Congresso).

109.

3º APRENDO 2007 - "Avanços em Procedimentos Endovasculares". 2007. (Outra).

110.

3º APRENDO - Avanços m Procedimentos Endovasculares.Quais os rsultados imediatos e tardios após correção endovascular para dissecções tipo B de Stanford?. 2007. (Outra).

111.

III Congresso da Sociedade Iberoamericana de Intervenção. 2007. (Congresso).

112.

V Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular. 2007. (Encontro).

113.

V Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular.Aneurisma. 2007. (Encontro).

114.

X SoBRICE - Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. Intervenção em Trauma - Workshop 13. 2007. (Congresso).



115.

X SoBRICE - Congresso da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. 2007. (Congresso).

116.

2º APREND0 2006 - Avanços em Procedimentos Endovasculares. 2006. (Outra).

117.

2º APREND0 2006 - Avanços em Procedimentos Endovasculares. Complicações isquêmicas no tratamento endovascular dos aneurisma da aorta abdominal. 2006. (Outra).

118.

2º APREND0 2006 - Avanços em Procedimentos Endovasculares. Aneurisma da Aorta Abdominal. 2006. (Outra).

119.

33th Annual Vascular & Endovascular Issues, Techniques & Horizons Symposium Cleveland Clinic (VEITHsymposium). 2006. (Simpósio).

120.

Congresso Paulista de Cirurgia. 2006. (Congresso).

121.

Congresso Paulista de Cirurgia. Trauma Vascular. 2006. (Congresso).

122.

III Congresso Brasileiro de Cirurgia Vascular. 2006. (Congresso).

123.

III Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular. 2006. (Congresso).

124.

IV Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular. 2006. (Encontro).

125.

IX Panamerican Congress on Vascular and Endovascular Surgery. 2006. (Congresso).

126.

IX Panamerican Congress on Vascular and Endovascular Surgery. Extending Endovascular Techniques. 2006. (Congresso).

127.



Reunião Científica da SBACV-SP.Tratamento endovascular de aneurisma de aorta guiado por ecodoppler - relato de caso. 2006. (Outra).

128.

VI Festival de Medicina do Hospital Heliópolis.O Estado Atual do Tratamento Endovascular dos Aneurismas de Aorta Abdominal. 2006. (Outra).

129.

XVII Fórum Nacional da SBACV - Cirurgia Endovascular na Doença Arterial Obstrutiva Periférica.É válida a angioplastia de artéria ilíaca para o tratamento de estenose hemodinamicamente significativa com claudicação leve/moderada? - Módulo I - Setor Aorto-Ilíaco. 2006. (Outra).

130.

1º Aprendo 2005.Aneurisma da Aorta Abdominal. 2005. (Outra).

131.

1º APRENDO 2005 - "Avanços em Procedimentos Endovasculares". 2005. (Outra).

132.

36º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2005. (Congresso).

133.

IV SITE - Simpósio Internacional de Técnicas Endovasculares. 2005. (Simpósio).

134.

Simpósio Internacional de Tratamento Endovascular das Doenças da Aorta. 2005. (Simpósio).

135.

VII Encontro do Cone Sul de Cirurgia Vascular. 2005. (Encontro).

136.

31th Annual Vascular & Endovascular Issues, Techniques & Horizons Symposium Albert Einstein College of Medicine (VEITHsymposium). 2004. (Simpósio).

137.

7º Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular - ReSeccional Taubaté.Tratamento endovascular de aneurisma de aorta abdominal. 2004. (Outra).

138.



Cursos para novos representantes da Bristol-Myers Squibb-2004.Doenças Cardiovasculares. 2004. (Outra).

139.

I Congresso Brasileiro de Cirurgia Endovascular. 2004. (Congresso).

140.

I Congresso Brasileiro de Ecografia Vascular. Estado atual do diagnóstico vascular por imagem II. 2004. (Congresso).

141.

I Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular. Aneurisma de Aorta I - Sessão Plenária. 2004. (Congresso).

142.

I Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular. 2004. (Congresso).

143.

I Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular. Sessão: "Temas Livres ? Casos Complexos?". 2004. (Congresso).

144.

II Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular. 2004. (Encontro).

145.

II Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular.. Módulo II: "Correção Endovascular dos Aneurismas da Aorta?". 2004. (Encontro).

146.

Reunião Científica da SBACV-SP.Controle de danos no trauma vascular complexo. 2004. (Outra).

147.

Temas em Cirurgia Vascular.Cirurgia Endovascular no Aneurisma de Aorta-abdominal. 2004. (Outra).

148.

Temas em Cirurgia Vascular.Trauma Vascular. 2004. (Outra).

149.

X Jornada de Cirurgia Vascular da Santa Casa de Misericórdia de Santos.Traumatismo Vascular: Diagnóstico e Tratamento. 2004. (Outra).



150.

13º Encontro de Orientação Profissional.Medicina. 2003. (Encontro).

151.

AneuRx AAA Stent Graft Didactic Physician Training - Medtronic AVE Endovascular Course. 2003. (Outra).

152.

CURSO DE ADMISSAO A LIGA DE EMERGENCIA E TRAUMA DE SOROCABA. 2003. (Seminário).

153.

I Encontro São Paulo de Cirurgia Vascular. 2003. (Encontro).

154.

III Congresso da Sociedade Iberoamericana de Intervenção. 2003. (Congresso).

155.

MEDICINA DE LA SALUD U EL DEPORTE. 2003. (Simpósio).

156.

PROGRAMA DE POS GRADUACAO LATU-SENSU CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR.TRAUMA VASCULAR. 2003. (Outra).

157.

SITE - II Simpósio Internacional de Técnicas Endovasculares. 2003. (Simpósio).

158.

VII Encontro Anual da SoBRICE - Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular. 2003. (Encontro).

159.

XXI Curso Anual de Cirurgia de Urgência. 2003. (Simpósio).

160.

XXI Curso Anual de Cirurgia de Urgência.Papel da radiologia intervencionista nas fraturas de bacia. 2003. (Outra).

161.

XXXV Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. Cirurgia Endovascular - Sessão de Temas Livres. 2003. (Congresso).



162.

XXXV Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2003. (Congresso).

163.

2002 Joint Vascular Meeting - 56th Annual Meeting American Association for Vascular Surgery. 2002. (Encontro).

164.

Curso de Atualidades Cirúrgicas - Jornada de Tromboembolismo Pulmonar. 2002. (Outra).

165.

Especialidades para o Cirurgião Geral. 2002. (Outra).

166.

Jornada de Tromboembolismo Pulmonar. Métodos diagnósticos do tromboembolismo pulmonar. 2002. (Outra).

167.

Jornada de Tromboembolismo Pulmonar. Tromboembolismo Pulmonar. 2002. (Outra).

168.

Reunião Científica do Serviço de Cirurgia Vascular do Hospital do Servidor Público Estadual. Tratamento endo-luminal do aneurisma de aorta abdominal. 2002. (Outra).

169.

Reunião Científica do Serviço de Cirurgia Vascular do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo. 2002. (Encontro).

170.

XII Fórum da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2002. (Outra).

171.

XII Fórum da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. Cirurgia Endovascular - Qual o papel atual na nossa especialidade?. 2002. (Outra).

172.

XI JORNADA DE CLINICA MEDICA DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA DA SANTA CASA DE SAO PAULO. 2002. (Outra).

173.

XX Encontro Paulista de Cirurgia Vascular. 2002. (Encontro).



174.

2001 Joint Annual Meeting of American Association for Vascular Surgery and the Society for Vascular Surgery. 2001. (Encontro).

175.

IX Encontro Annual da SoBRICE. 2001. (Encontro).

176.

XXXIV Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2001. (Congresso).

177.

XVIII Encontro Paulista de Cirurgia Vascular - The International Society for Cardiovascular Surgery. 2000. (Encontro).

178.

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA DE CABECA E PESCOÇO. 1999. (Congresso).

179.

Panamerican Trauma Society X Congress. 1997. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. FIORANELLI, A. 39 Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular. 2011. (Congresso).

2. FIORANELLI, A. Curso de Cirurgia Vascular - Módulo I: Trauma Vascular. 2010. (Outro).

3. FIORANELLI, A. Curso de Cirurgia Vascular - Módulo II: AVC Isquêmico. 2010. (Outro).

4. SIMI, A. C. ; FIORANELLI, A.. 4º APRENDENDO 2008 - Avanços em Procedimentos Endovasculares. 2008. (Outro).

5. SIMI, A. C. ; FIORANELLI, A.. 3º APRENDENDO 2007 ? ?Avanços em Procedimentos Endovasculares?. 2007. (Outro).

6. SIMI, A. C. ; FIORANELLI, A.. 2º APRENDENDO 2006 ? ?Avanços em Procedimentos Endovasculares?. 2006. (Outro).

7. FIORANELLI, A.; RAZUK FILHO, A.. Curso de Atualidades cirúrgicas ? Jornada de Tromboembolismo Pulmonar. 2002. (Outro).



Educação e Popularização de C & T

Artigos**Artigos completos publicados em periódicos**

1. MENDES, CA ; MARTINS, AA ; FUKUDA, JM ; PARENTE, JB ; MUNIA, MA ; **FIORANELLI, A** ; TEIVELIS, MP ; VARELLA, AY ; CAFFARO, RA ; KUZNIEC, S ; WOLOSKEK, N. Randomized trial of radiofrequency ablation versus conventional surgery for superficial venous insufficiency: if you don't tell, they won't know. CLINICS **JCR**, v. 71, p. 650-656, 2016.

Citações: WEB OF SCIENCE " 7

2. TACHIBANA, ADRIANO ; DIAS, BIANCA OBERHUBER ; FAILLA, BRUNA BONAVENTURA ; SILVA, CAMILA DOS SANTOS ; BELCZAK, SERGIO QUILICI ; MENDES, CYNTHIA DE ALMEIDA ; **FIORANELLI, ALEXANDRE** ; WOLOSKEK, NELSON . Optimized Protocol for Fast CT Angiography of Lower Limbs Using 160-Row Detector. JOURNAL OF COMPUTER ASSISTED TOMOGRAPHY **JCR**, v. 40, p. 1-957, 2016.

3. WOLOSKEK, NELSON ; **FIORANELLI, ALEXANDRE** ; FERREIRA, MARCELO ; TACHIBANA, ADRIANO ; LEMBRANÇA, LUCAS ; OLIVEIRA, CARLOS . Endovascular Repair of Ruptured Thoracoabdominal Aortic Aneurysm with an Off-the-shelf Endoprosthesis. ANNALS OF VASCULAR SURGERY **JCR**, v. 43, p. 1-312, 2017.

Livros e capítulos

1. **FIORANELLI, ALEXANDRE**; MARQUES, C. G. . Tratamento Endovascular de Estenose da Artéria Carótida. In: Alexandre Fioranelli; Nelson Wolosker; Antonio Eduardo Zerati. (Org.). Cirurgia Vascular e Endovascular Abordagem Prática. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 359-.

2. **FIORANELLI, A**; FERREIRA, M. ; TRAVASSOS, F. B. . Correção Endovascular para Aneurismas Toracoabdominais. In: Alexandre Fioranelli; Nelson Wolosker; Antonio Eduardo Zerati. (Org.). Cirurgia Vascular e Endovascular Abordagem Prática. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 428-.

3. **FIORANELLI, A**. Dissecção da Aorta. In: Alexandre Fioranelli; Nelson Wolosker; Antonio Eduardo Zerati. (Org.). Cirurgia Vascular e Endovascular Abordagem Prática. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 531-.

4. **FIORANELLI, A**; RAZUK FILHO, A. . Dez Complicações. In: ROSSI MURILO DA SILVA. (Org.). Top Ten em Cirurgia Vascular. 1ed.Rio de Janeiro: DI LIVROS EDITORA LTDA, 2012, v. 1, p. 141-157.

Apresentações de Trabalho

1. **FIORANELLI, A.** Pseudo Aneurysm. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).



Cursos de curta duração ministrados

1. Curso de Pós-graduação em Cirurgia Vascular e Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein – Instrutor entre os dias 12 de Novembro 2020, com carga horária total de 06h.
2. Curso de Pós-graduação em Cirurgia Vascular e Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein – Instrutor entre os dias 22 de Outubro 2020, com carga horária total de 15 minutos.
3. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein – Instrutor entre os dias 02 de Maio a 18 de Outubro de 2019, com carga horária total de 45h30.
4. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein - Coordenador, entre os dias 02 de Maio a 18 de Outubro de 2019, com carga horária total de 110h.
5. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein - Coordenador entre os dias 10 de Maio a 11 de Agosto de 2018, com carga horária total de 72h.
6. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein - Instrutor, entre os dias 10 de Maio a 11 de Agosto de 2018, com carga horária total de 29h.
7. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein – Instrutor entre os dias 09 de Março a 24 de Novembro de 2017, com carga horária total de 68h30.
8. Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular - Hospital Israelita Albert Einstein - Coordenador entre os dias 09 de Março a 24 de Novembro de 2017, com carga horária total de 144h.
9. **FIORANELLI, A.** Aneurisma da Aorta Abdominal. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
10. **FIORANELLI, A.** Aneurisma da Aorta Abdominal. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
11. **FIORANELLI, A.** Aneurismas da Aorta Torácica e Abdominal. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
12. **FIORANELLI, A.** Trauma Vascular I. 2003. .
13. **FIORANELLI, A.** Traumatismos Vasculares - Fisiopatologi do Trauma Vascular, Diagnóstico, Tratamento, momento da intervenção em paciente politraumatizado. 2006. .
14. **FIORANELLI, A.** Cirurgia Endovascular. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).



15. **FIORANELLI, A.** Trauma Vascular I. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
16. **FIORANELLI, A.** Pé diabético. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
17. **FIORANELLI, A.** Indicações do uso de stents na ilíaca, femoral, poplíteia e nas tibiais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
18. **FIORANELLI, A.** Pontes femoropoplíteas: Resultados e Técnicas - IV) Próteses arteriais no território femoropoplíteo. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
19. **FIORANELLI, A.** Lesões Infra-inguinais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
20. **FIORANELLI, A.** Cirurgia Endovascular: Stents, Endopróteses e Angioplastias. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
21. **FIORANELLI, A.** Trama Vascular e Tratamento Endovascular: Quais as possibilidades?. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
22. **FIORANELLI, A.** Dissecções da Aorta Torácica. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
23. **FIORANELLI, A.** Aneurisma de Aorta Abdominal: Como escolher a melhor Endoprótese para cada situação?. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
24. **FIORANELLI, A.** Tratamento Intervencionista do Trauma Carotídeo-Cervical. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
25. **FIORANELLI, A.** Acidente Vascular Cerebral. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
26. **FIORANELLI, A.** Conduta terapêutica no trauma periférico. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
27. **FIORANELLI, A.** Conduta terapêutica no trauma periférico. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
28. **FIORANELLI, A.** I Curso continuado de cirurgia endovascular da SBACV Regional SP. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
29. **FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. ; NASSER, F. .** Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2016.
30. **FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. ; NASSER, F. .** Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2017.
31. **FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. ; NASSER, F. .** Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2015.
32. **FIORANELLI, ALEXANDRE; WOLOSKE, N. ; NASSER, F. .** Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2014. .



33. **FIORANELLI, A.**; WOLOSKER, N . Curso de Atualização em Cirurgia Endovascular. 2018.

.

34. **FIORANELLI, A.** Aneurismas Arteriais. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Redes sociais, websites e blogs

1. **FIORANELLI, A.** Clinica Fioranelli. 2017. (Site).

2.**FIORANELLI, A.** Clinica Fioranelli. 2017. (Rede social)



30/11/2021 22:22

SEI/PR - 3041652 - OFÍCIO

00001.009435/2021-42



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 985/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: : Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE FIORANELLI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Simone Sanches Freire.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 30/11/2021, às 22:21, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3041652** e o código CRC **B4E397B5** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009435/2021-42

SEI nº 3041652

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Página 49 de 50

Avulso da MSF 83/2021.

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3357640&id... 172



30/11/2021 22:22

SEI/PR - 3041652 - OFÍCIO



As Mensagens n^{os} 80 a 83, de 2021, vão à CAS.



MENSAGEM Nº 637

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Condutor de Ambulância”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 14.252, de 29 de novembro de 2021.

Brasília, 29 de novembro de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



- Mensagem nº 637, de 2021, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2017, sancionado e convertido na Lei nº 14.252, de 29 de novembro de 2021.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 4396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 4.396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que *altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.*



Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Chega para análise da Comissão de Assuntos Econômicos o PL nº 4.396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que “altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem”.

O projeto consta de apenas dois artigos. O primeiro altera o parágrafo único do art. 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência para determinar que os veículos das locadoras adaptados a essa clientela disponham de “câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio *e de acelerador*” em vez de “câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio *e de embreagem*”, como vigora hoje na Lei. O art. 2º determina um prazo de noventa dias para que a lei que vier a decorrer do projeto entre em vigor.

Na justificção que acompanha a proposta, o nobre autor argumenta que a redação atual do Estatuto está incorreta. De fato, assevera o Senador Paim, “a norma vigente impõe a oferta de um comando manual



2³

desnecessário – o de embreagem – mas não exige a oferta de um comando manual necessário – o de acelerador”, tratando-se, pois “de erro de redação, facilmente identificável e que pode ser corrigido sem prejuízo do conteúdo da Lei”.

O PL nº 4.396, de 2019, foi distribuído à CAE e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a quem cabe decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Focaremos nossa análise nas questões de mérito da proposta, deixando para a CDH, a quem compete a decisão terminativa, observar se o PL atende aos requisitos formais de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa.

Ao se analisar o texto vigente do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 2015, verifica-se claro equívoco em sua redação, conforme apontado pelo nobre Senador Paulo Paim. De fato, não faz sentido falar-se em comando de embreagem em veículos com caixa de câmbio automática, pois seu funcionamento dispensa a intervenção do usuário para além de selecionar o modo adequado (em geral representado pela letra “D”) no início do funcionamento do veículo. Assim, por esse prisma, é correta a troca de comando manual “de embreagem” por de “acelerador” no texto da Lei mencionada.

Contudo, esse ajuste não é suficiente nem para garantir a razoabilidade da norma em questão, nem para assegurar maior acessibilidade em favor das pessoas com deficiência, que é o que pretende o nobre Senador Paim.

Se, por um lado, é importante garantir a oferta de veículos acessíveis, também é verdadeiro que pessoas com deficiências distintas precisam de adaptações diferentes, havendo uma diversidade considerável de recursos para alcançar esse fim, tais como câmbio automático, manoplas, controles de aceleração e frenagem no volante, extensores de pedais e assentos de elevação, entre outros.

Seria, portanto, mais razoável estabelecer que o regulamento especifique quais e como serão feitas tais adaptações. De fato, a multiplicidade de adaptações possíveis e a eventual necessidade de combiná-

tu2021-13229



00100.129958/2021-96
SF/21772.29861-42

4

3

las uma ou mais entre si torna praticamente impossível à lei descrever um veículo que seja adaptado a vários tipos de deficiência, inclusive porque algumas delas e as respectivas adaptações necessárias são incompatíveis entre si (por exemplo, a necessidade de comandos manuais para pessoas com deficiências que afetem os membros inferiores, e de comandos acionados pelos pés para as pessoas com deficiências que afetem os membros superiores).

Além disso, o rápido avanço tecnológico no setor automotivo arrisca tornar obsoleta, em alguns anos, mesmo a correção que estamos aqui analisando. Vejam, pois, que poucos carros hoje contam com direção *hidráulica*, já que a tecnologia evoluiu para uma direção com assistência *elétrica*, que é o que a maioria dos carros novos hoje dispõe. Exigir “câmbio automático”, também, pode ser fonte de obsolescência, já que os carros elétricos (que são o futuro do setor) em geral dispensam por completo a própria caixa de câmbio, logo, não faz sentido falar-se de câmbio, seja automático ou manual, e muito menos em embreagem. Na mesma linha, com o avanço da tecnologia de automação veicular, prevê-se que os veículos, que serão autônomos, sequer contem com controles de aceleração e de frenagem.

Por essas razões, é importante deixar as minúcias tecnológicas à regulamentação, em função de sua intrínseca natureza transitória, constante evolução e necessário detalhamento, que é o que propomos ao fim de nosso relatório. Assim, neste primeiro momento, o regulamento poderá prever a necessidade do câmbio automático, mas tão logo os carros elétricos se tornem comuns, essa exigência poderá ser suprimida de maneira mais simples, sem a necessidade de aprovação das duas Casas do Parlamento.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do PL nº 4.396, de 2019, com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

EMENDA 1 - CAE

Dê-se à ementa do PL nº 4.396, de 2019, a seguinte redação:

“Altera o art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência)*, para remeter as especificações dos

tu2021-13229



4⁵

veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos à regulamentação.”

EMENDA 2 - CAE

Dê-se ao art. 1º do PL nº 4.396, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 52.** As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer um veículo adaptado, para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de vinte veículos de sua frota, na forma do regulamento.’ (NR)”

EMENDA 3 - CAE

Inclua-se um art. 3º no PL nº 4.396, de 2019, com a seguinte redação:

“**Art. 3º** Revoga-se o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



tu2021-13229





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB) Presente	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD) Presente	
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD) Presente	
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT) Presente	
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 4396/2019)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 A 3 – CAE.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 31, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 72, de 2021, que Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US\$ 75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Curitiba, no Estado do Paraná e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Oriovisto Guimarães

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 72, de 2021, da Presidência da República, que *solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”*.



SF/21293-43028-86

Relator: Senador **ORIOVISTO GUIMARÃES**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Curitiba (PR), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TB064554.



2³

Com efeito, ela será contratada a uma taxa de juros anual baseada na LIBOR semestral, acrescida de *spread* de 0,95 % ao ano. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo do empréstimo será da ordem de 2,85% ao ano, inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 4,30% ao ano, para igual *duration* de 10,60 anos.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal (CF) e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas normas regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De imediato, ressalte-se que a atual situação de endividamento do Município de Curitiba comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 14199 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 15 de setembro de 2021, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Curitiba atende os limites de endividamento definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, que, respectivamente, tratam (i) do montante da dívida consolidada dos estados e municípios, (ii) do montante anual passível de contratação de operações de crédito, e (iii) do comprometimento máximo admissível da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada.

Logicamente, foi observada também a denominada “Regra de Ouro”, que veda a realização de operações de crédito em valor superior às despesas de capital.

Adicionalmente, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Curitiba apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.



SF/21293-43028-86



SF/21293-43028-86

4

3

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do município, oferecidas como contragarantias, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício SEI nº 173764, de 2 de julho de 2021, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Destaque-se que o oferecimento das contragarantias da parte do Município de Curitiba está prevista na Lei Municipal nº 15.658, de 3 de julho de 2020, que autorizou a presente operação de crédito.

Por outro lado, vale notar também que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Curitiba, conforme verificação ocorrida na data de elaboração do referido parecer da STN, bem como não há ações judiciais em vigor que obstem a execução dessas contragarantias.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 40944, de 13 de setembro de 2021, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o município possui capacidade de pagamento “B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Dessa forma, dada essa boa situação financeira do Município de Curitiba, as contragarantias suficientes, ao lado do seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Enfatize-se que a avaliação da capacidade de pagamento do Município de Curitiba foi realizado a despeito da suspensão até então imposta às concessões de garantia da União por força da Portaria ME nº 9365, de 5 de agosto de 2021. Tutela antecipada obtida junto a Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, 6ª Vara Federal de Curitiba, impôs o imediato andamento do pleito do Município de Curitiba.

Cumpre informar que a Portaria ME nº 11.538, de 23 de setembro de 2021, revogou o art. 3º dessa Portaria nº 9.365/2021 que suspendia as análises da capacidade de pagamento dos entes subnacionais e



5
4

consequente avaliação sobre a concessão de garantias da União aos demais entes da Federação.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Curitiba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame, pois:

i) estão sendo observadas as exigências e condições definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para a prestação de garantia por parte da União, e

ii) a operação de crédito em exame atende também os requisitos previstos nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43 e na Resolução nº 40, ambas de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nelas estabelecidos, assim como as determinações contidas na LRF, como já enfatizado.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Curitiba, Estado do Paraná, encontra-se de acordo com o que preceituam a LRF e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor



SF/21293-43028-86



de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Curitiba (Paraná);

II – Credor: New Development Bank (NDB);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa de juros baseada na *LIBOR* semestral acrescida de *spread* de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano;

VI – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 7.480.000,00 (sete milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 21.985.000,00 (vinte e um milhão e novecentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 23.290.000,00 (vinte e três milhões e duzentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, 15.082.500,00 (quinze milhões, oitenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, e US\$ 7.162.500,00 (sete milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2025;



SF/21293-43028-86



VII – Comissão de Crédito: equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor não desembolsado, sendo incidente:

- (a) 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 10% (dez por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado.
- (b) 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 40% (quarenta por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (c) 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 70% (setenta por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (d) 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (e) 60 (sessenta) meses e depois disso, sobre o valor total não desembolsado do contrato de empréstimo.

VIII – Front-end fee: 0,25% do valor do financiamento, pago de uma só vez no primeiro desembolso;

IX – Prazo de Amortização: 150 (cento e cinquenta) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses, sendo que as amortizações serão realizadas semestralmente, pelo sistema de amortização constante;

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º se os montantes desembolsados no final do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo excederem, respectivamente, 10%, 40%, 70% e 90% do valor do empréstimo, a Comissão de Compromisso será nula.

§ 3º A Comissão de Compromisso deverá ser paga anualmente em até 45 dias após a contagem de cada período de 12 meses.



SF/21293.43028-86



Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba, no Estado do Paraná, na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Curitiba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

9

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB) Presente	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD) Presente	
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD) Presente	
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT) Presente	
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 72/2021)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 32, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 764, de 2019, do Senador Chico Rodrigues, que Altera a redação do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senadora Kátia Abreu

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 764, de 2019, do Senador Chico Rodrigues, que *altera a redação do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.*



Relatora: Senadora **KÁTIA ABREU**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 764, de 2019. A referida proposição, composta por dois artigos, tem o objetivo de estender as garantias de preços mínimos estabelecidas no Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, aos produtos agrícolas perecíveis e aos produtos derivados de seu processamento, bem como às agroindústrias e indústrias que adquirirem os produtos perecíveis dos agricultores familiares ou de pequenos e médios produtores rurais e promoverem o seu processamento.

Depreende-se da Justificação que o PL nº 764, de 2019, fundamenta-se no art. 1º do Decreto-Lei nº 79, de 1966, que assegura o compromisso de a União garantir os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, que forem fixados de acordo com a Lei. Destaca-se, contudo, que algumas particularidades no processamento de produtos perecíveis criam dificuldades para que esses produtos sejam compatíveis com as regras vigentes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), especialmente com as regras de armazenamento.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

O Projeto tramitou pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), oportunidade em que recebeu parecer favorável. Posteriormente, foi encaminhado à CAE, à qual cabe a decisão terminativa.

A Proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE manifestar-se sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão. Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PL nº 764, de 2019.

Em relação à **constitucionalidade** do Projeto, observa-se que a União tem competência comum com Estados, Distrito Federal e Municípios para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, nos termos do inciso VIII do art. 23 da Constituição Federal (CF). Entende-se, ademais, que a matéria veiculada não seja de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

No que diz respeito à **juridicidade**, a Proposição também é adequada, pelos seguintes motivos: a edição de lei é a forma adequada para o alcance dos objetivos pretendidos; a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotada de potencial coercitividade.

Sobre a **técnica legislativa**, entendemos que a redação não demanda reparos, uma vez que atende aos critérios da boa técnica legislativa de



SF/20550.69510-09





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Com respeito ao **mérito**, cumpre reiterar os argumentos apresentados no parecer da CRA favorável ao Projeto. Nesse sentido, destacamos que a PGPM, instituída no Brasil na década de 1950, possibilita que os preços dos produtos agrícolas por ela contemplados sejam aprovados e estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo sua formalização realizada por meio de Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O processo de definição de preços agrícolas no âmbito da PGPM, contudo, é ainda bastante complexo e moroso. De fato, observa-se que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) inicia a Proposta de Preços Mínimos, que é tomada pelo MAPA, Ministério da Economia e CMN como documento-base para a definição dos valores mínimos a praticar no ano-safra, compreendido entre julho e junho do ano seguinte.

Constata-se que decisões de política macroeconômica, restrições orçamentárias e burocracia marcada por morosidade no processo de decisão acabam por dificultar maior eficácia na execução da PGPM e definições de novas prioridades, comprometendo o conhecimento prévio dos preços nas fases de plantio, colheita e pós-colheita.

Observa-se, também, que a PGPM avança muito lentamente na expansão de suas garantias em direção a produtos perecíveis, que por sua natureza exibem maior grau de dificuldade na operacionalização do armazenamento *in natura* pelo produtor, como é o caso da uva e outras frutas, que rapidamente precisam ser encaminhadas à agroindústria para processamento mínimo e posterior acondicionamento.

É nessa conjuntura que situamos a adequação e a oportunidade do Projeto de Lei nº 764, de 2019, que consolida na legislação ordinária – acima, portanto, dos entraves burocráticos apontados – garantias de preços mínimos também aos produtos agrícolas perecíveis e aos produtos derivados de seu processamento, como também às agroindústrias e indústrias que adquirirem ou processarem os produtos perecíveis dos agricultores familiares ou de pequenos e médios produtores rurais.



SF/20550.69510-09



5 4



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

Nesse contexto, tendo por objetivo o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico vigente, entendemos oportunas as alterações promovidas pela proposta ao art. 2º do Decreto-Lei nº 79, de 1966, para estender aos produtos perecíveis e ao seu processamento as prerrogativas de preços no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 764, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/20550.69510-09





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB) Presente	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD) Presente	
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD) Presente	
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT) Presente	
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 764/2019

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. MARCIO BITTAR			
RENAN CALHEIROS				2. LUIZ DO CARMO	X		
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. JADER BARBALHO			
MARIA ELIZA	X			4. EDUARDO GOMES			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	X			5. VAGO			
FLÁVIO BOLSONARO				6. MECIAS DE JESUS	X		
ELIANE NOGUEIRA	X			7. ESPERIDÃO AMIN	X		
KÁTIA ABREU	X			8. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ ANÍBAL				1. PLÍNIO VALÉRIO	X		
FLÁVIO ARNS				2. ALVARO DIAS			
CHIQUELHO FEITOSA	X			3. VAGO			
LASIER MARTINS		X		4. LUIS CARLOS HEINZE	X		
ORIOVISTO GUIMARÃES				5. ROBERTO ROCHA			
GIORDANO				6. VAGO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR				1. ANGELO CORONEL			
OMAR AZIZ				2. ANTONIO ANASTASIA			
VANDERLAN CARDOSO	X			3. CARLOS VIANA			
IRAJÁ	X			4. NELSON TRAD			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VAGO				1. VAGO			
MARCOS ROGÉRIO				2. ZEQUINHA MARINHO			
WELLINGTON FAGUNDES				3. JORGINHO MELLO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO PAIM	X		
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO				3. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO VIEIRA				1. VAGO			
CID GOMES				2. VAGO			
ELIZIANE GAMA				3. ACIR GURGACZ			

Quórum: TOTAL 17
Votação: TOTAL 16 SIM 15 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Otto Alencar
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 764/2019)**

A COMISSÃO APROVA O PROJETO, POR 15 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 33, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 73, de 2021, que Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - RIO JUNDIAÍ LIMPO”.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador José Aníbal

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 73, de 2021, da Presidência da República, que *solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - RIO JUNDIAÍ LIMPO”.*



SF/21722.89133-50

Relator: Senador **JOSÉ ANÍBAL**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - Rio Jundiaí Limpo”, e objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do Município de Indaiatuba e a adaptação à mudança climática, por meio da ampliação dos serviços de distribuição de água potável e coleta de esgotos, da sustentabilidade no uso dos recursos hídricos e da redução da vulnerabilidade da população ao risco de estresse hídrico.

A operação de crédito externo pretendida foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), por meio da Resolução



2³

COFIEX nº 08/0138, de 18 de dezembro de 2019, e encontra-se devidamente incluída no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TB062151.

A operação será contratada com base na taxa de juros LIBOR semestral, acrescida de margem fixa a ser definida na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,30% ao ano, para uma *duration* de 8,63 anos.

O custo estimado para emissões da União em dólares dos Estados Unidos da América se situa em 3,94% ao ano, dada a mesma *duration* de 8,63 anos.

A propósito, a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro nacional (CODIP/STN) manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal (CF) e tem como objetivo verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

A atual situação de endividamento do Município de Indaiatuba – SP comporta a assunção das novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 11183, de 29 de julho de 2021, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM/STN), anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Indaiatuba – SP atende os limites de endividamento e demais exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, bem como o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que trata do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação.



Foi observada também a denominada “Regra de Ouro”, que veda a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital previstas para o ano.

Por seu turno, relativamente à concessão da garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Indaiatuba apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Conforme consignado no Ofício SEI nº 177557, de 6 de julho de 2021, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN, o Município de Indaiatuba apresenta margens financeiras em montantes suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União. Ademais, não há registro de decisões judiciais em vigor que obstem a execução de contragarantias oferecidas à União, nem compromissos honrados pela União em nome do Município de Indaiatuba, ou mesmo registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito garantida pela União.

Vale enfatizar que, nos termos da Lei nº 7.519, de 17 de dezembro de 2020, ficou o Município de Indaiatuba autorizado a contratar a presente operação de crédito e a oferecer contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

De acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 26660, de 10 de junho de 2021, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o município possui capacidade de pagamento “A”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Dessa forma, dada essa capacidade de pagamento, a suficiência das contragarantias oferecidas e o seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Indaiatuba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à



SF/21722.89133-50



5
4

Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos do § 4º do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, na redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 2009, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, e em acordo com o apontado na Exposição de Motivos nº 00284-ME, de 8 de outubro de 2021, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Indaiatuba – SP encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Indaiatuba – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

SF/21722.89133-50



Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba - Rio Jundiá Limpo”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Município de Indaiatuba – SP;

II - Credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor: até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - Juros: taxa LIBOR de 6 (seis) meses acrescida de margem fixa a ser determinada na data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI – Juros de Mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% da taxa de comissão de compromisso, em caso de atraso no pagamento dessa comissão;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 2.981.692,72 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e setenta e dois centavos) em 2021; US\$ 5.153.183,89 (cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e oitenta e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e nove centavos) em 2022; US\$ 11.184.579,38 (onze milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e trinta e oito centavos) em 2023; US\$ 8.208.280,50 (oito milhões, duzentos e oito mil, duzentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2024; e US\$ 2.472.263,51 (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e um centavos) em 2025;

VIII - Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicada sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, sendo paga semestralmente, e o primeiro pagamento realizar-



7
6

se-á até os 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato ;

IX – Comissão de Administração: até 0,70% (setenta centésimos por cento) do montante do empréstimo;

X – Prazo de Amortização: o empréstimo será pago no prazo de quinze anos, contado a partir da data de vigência do contrato, em parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, no dia 15 dos meses de março e setembro;

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Indaiatuba – SP na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Indaiatuba – SP celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Indaiatuba – SP quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e relativa aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis.

SF/21722.89133-50



8

7

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

9

~~Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE~~

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB) Presente	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD) Presente	
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD) Presente	
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT) Presente	
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 73/2021)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 34, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 6579, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Telmário Mota

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 6.579, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que *altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 6.579, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que *altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV.*

O art. 1º da Proposição altera a ementa da Lei nº 8.256, de 1991, para explicitar a inclusão do Município de Pacaraima na referida Área de Livre Comércio. O art. 2º altera o art. 1º dessa Lei com o mesmo objetivo.



2³

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

O art. 3º modifica o art. 2º da Lei nº 8.256, de 1991, desmembrando o parágrafo único em dois parágrafos nos quais são definidas as superfícies territoriais integrantes da Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV – e da Área de Livre Comércio de Bonfim – ALCB.

Por sua vez, o art. 4º estabelece que a eventual lei decorrente da aprovação do projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a justificação, a maioria das empresas que operam comercialmente na área urbana de Pacaraima possui inscrição estadual em Boa Vista. Dessa forma, essas empresas estariam se beneficiando dos favores fiscais da ALCBV no momento da aquisição de mercadorias, que são encaminhadas a Pacaraima sem que ocorra a devida compensação fiscal.

Segundo o autor, o resultado dessa situação seria uma injusta distribuição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que, quando recolhido no Posto Fiscal do Jundiá, em Roraima, favorece apenas o tesouro municipal boavistense.

Assim, os incentivos fiscais concedidos pela Lei nº 8.256, de 1991, deveriam ser estendidos a Pacaraima, município limítrofe do Município de Boa Vista, corrigindo o problema da destinação do imposto arrecadado.

A matéria foi distribuída à CDR e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme estabelece o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre *aspecto econômico*

SF/21781.18936-08





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Por se tratar de decisão terminativa, esta Comissão também deve se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a adequação regimental da proposição. Assim, cabe registrar que não foram identificados óbices quanto a esses aspectos do projeto de lei.

Do ponto de vista do impacto orçamentário e financeiro para as contas públicas federais, a proposição não representa qualquer alteração. Trata-se tão somente da redistribuição de recursos arrecadados com um tributo estadual entre municípios do mesmo estado.

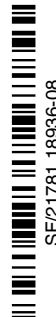
Com relação ao efeito sobre o desenvolvimento econômico da área atendida pela proposição, certamente a distribuição mais justa dos recursos arrecadados com comércio para atender a demanda do Município de Pacaraima traria benefícios para essa unidade territorial.

Assim, o mérito da proposição reside na correção de distorções na distribuição dos recursos derivados da arrecadação tributária nos municípios envolvidos, além da possibilidade de incremento da atividade econômica em Pacaraima por integrar a Área de Livre Comércio de Boa Vista. Essa mudança deverá criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico do município.

Além disso, conforme ressaltado no Parecer aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a medida estaria restaurando incentivos que foram inicialmente conferidos ao então Distrito de Pacaraima, região fronteira que fazia parte do Município de Boa Vista quando foi publicada a Lei nº 8.256, de 1991.

III – VOTO

Tendo em vista o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 6.579, de 2019.



5
4

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB) Presente	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD) Presente	
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD) Presente	
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT) Presente	
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 6579/2019

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. MARCIO BITTAR			
RENAN CALHEIROS				2. LUIZ DO CARMO			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. JADER BARBALHO			
MARIA ELIZA	X			4. EDUARDO GOMES			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	X			5. VAGO			
FLÁVIO BOLSONARO				6. MECIAS DE JESUS	X		
ELIANE NOGUEIRA	X			7. ESPERIDÃO AMIN	X		
KÁTIA ABREU	X			8. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ ANÍBAL				1. PLÍNIO VALÉRIO	X		
FLÁVIO ARNS				2. ALVARO DIAS			
CHIQUELHO FEITOSA				3. VAGO			
LASIER MARTINS	X			4. LUIS CARLOS HEINZE			
ORIOVISTO GUIMARÃES				5. ROBERTO ROCHA			
GIORDANO				6. VAGO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR				1. ANGELO CORONEL			
OMAR AZIZ				2. ANTONIO ANASTASIA			
VANDERLAN CARDOSO	X			3. CARLOS VIANA			
IRAJÁ				4. NELSON TRAD			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VAGO				1. VAGO			
MARCOS ROGÉRIO				2. ZEQUINHA MARINHO			
WELLINGTON FAGUNDES				3. JORGINHO MELLO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO PAIM	X		
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO				3. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO VIEIRA				1. VAGO			
CID GOMES				2. VAGO			
ELIZIANE GAMA				3. ACIR GURGACZ	X		

Quórum: TOTAL 14
Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Otto Alencar
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 6579/2019)**

A COMISSÃO APROVA O PROJETO, POR 13 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE LEI Nº 6579, DE 2019

Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV.

Recebido o Ofício nº 21, de 2021, da CAE, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 21/2021/CAE

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei nº 6579, de 2019, que “*Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV.*”

Atenciosamente,

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 37, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 793, de 2015, do Senador Paulo Paim, que Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão

RELATOR: Senador Flávio Arns

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 793, de 2015, do Senador Paulo Paim, que *modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.*



Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, do Senador Paulo Paim, que modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se evitar a injusta penalização dos trabalhadores dispensados, anteriormente à edição da Lei nº 8.212 e da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, de efetuar recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A proposição foi distribuída à CAS, em caráter terminativo.

Até o presente momento, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, XXIII, da Carta Magna, compete à União legislar privativamente sobre seguridade social, motivo pelo qual a disciplina



2³

de penalidades incidentes sobre a ausência de recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias aos cofres públicos encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores, razão por que aos parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Magna, é franqueado iniciar a discussão legislativa sobre o assunto.

Além disso, a normatização da multa em testilha prescinde a edição de lei complementar, motivo por que a lei ordinária afigura-se apta a inserir a proteção em foco no ordenamento jurídico nacional.

Não menos importante destacar que, nos termos dos arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar terminativamente sobre projetos de lei de autoria de senadores que versem sobre seguridade social.

Ainda sob o prisma do exame formal da proposição, calha salientar que o art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, cuja alteração é pretendida pelo PLS nº 793, de 2015, foi revogado pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. O conteúdo do referido art. 45, entretanto, foi remanejado para o art. 45-A, § 2º, do diploma de 1991. A proposição, neste particular, incorre no vício de técnica legislativa descrito no art. 12, III, c, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o que, entretanto, não obsta a sua aprovação, caso este parlamento a considere meritória.

No mérito, a proposição merece lograr aprovação.

Na linha da justificação esposada pelo autor da proposição, o Senador Paulo Paim, não é justo impor ao trabalhador que não tinha a obrigatoriedade de efetuar recolhimentos ao RGPS o pagamento de multa, para que possa efetuar a contagem recíproca de tempo de serviço.

A multa, como se sabe, destina-se a apenar o devedor que não honra tempestivamente a obrigação pecuniária que o liga ao credor, não havendo, assim, fundamento lógico para a sua incidência, quando inexistente o seu fato gerador, qual seja, o dever de efetuar os mencionados recolhimentos.

mq2019-12251



Por se tratar, assim, de proposição que isenta o referido trabalhador de injusta punição, a sua aprovação é recomendável.

Apenas três emendas de redação merecem ser feitas.

A primeira é no sentido de estabelecer que o conteúdo do § 7º que se busca inserir no art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, revogado pela Lei Complementar nº 128, de 2008, seja alocado no art. 45-A do citado diploma legal, mediante a inserção de um § 4º em seu bojo.

A segunda emenda relaciona-se ao art. 2º da proposição. Ao contrário do que consta no aludido dispositivo, o art. 96 que se busca alterar é da Lei nº 8.213, de 1991 (consoante esposado na ementa da proposição), e não da Lei nº 8.212, de 1991, referida no *caput* do citado art. 2º. Além disso, já existe um parágrafo único no art. 96 da Lei nº 8.213, de 1991, motivo por que a alteração que se pretende fazer nele deve ser inserida em um § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º.

A última emenda é necessária para adaptar a ementa da proposição ao conteúdo da primeira e segunda emendas.

III – VOTO

Pelo exposto, opina-se pela aprovação do PLS nº 793, de 2015, com as seguintes emendas

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 45-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

‘**Art. 45-A.**
.....

§ 4º A multa a que se refere o § 2º deste artigo não se aplica ao tempo de atividade rural exercido pelos segurados mencionados na alínea a do inciso I ou no inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, em período anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social.’ (NR)”

mq2019-12251



4⁵**EMENDA Nº - CAS**

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 2º** O art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

‘**Art. 96.**
.....
.....

§ 2º A multa a que se refere o inciso IV deste artigo não se aplica ao tempo de serviço anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social.’ (NR)”

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, a seguinte redação:

“Modifica o art. 45-A da Lei nº 8.212 e o art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço, o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



mq2019-12251



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 793/2015 e emendas, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROSE DE FREITAS				1. RENAN CALHEIROS			
EDUARDO GOMES				2. DARIO BERGER			
MARCELO CASTRO				3. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
NILDA GONDIM	X			4. MECIAS DE JESUS	X		
LUIS CARLOS HEINZE				5. KÁTIA ABREU			
ELIANE NOGUEIRA				6. EDUARDO BRAGA			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IZALCI LUCAS				1. ROBERTO ROCHA			
FLÁVIO ARNS	X			2. LASIER MARTINS	X		
EDUARDO GIRÃO				3. VAGO			
MARA GABRILLI	X			4. RODRIGO CUNHA			
GIORDANO				5. VAGO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO				1. NELSINHO TRAD			
LUCAS BARRETO				2. IRAJÁ			
ANGELO CORONEL				3. OTTO ALENCAR			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. ZEQUINHA MARINHO			
MARIA DO CARMO ALVES	X			2. ROMÁRIO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ZENAIDE MAIA	X			1. PAULO ROCHA			
PAULO PAIM	X			2. ROGÉRIO CARVALHO			
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO VIEIRA				1. FABIANO CONTARATO			
LEILA BARROS	X			2. RANDOLFE RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Sérgio Petecão
Presidente





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

~~Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CAS~~**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 11h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Rose de Freitas (MDB)		1. Renan Calheiros (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		2. Dário Berger (MDB)	
Marcelo Castro (MDB)		3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Luis Carlos Heinze (PP)		5. Kátia Abreu (PP)	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	6. Eduardo Braga (MDB)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Izalci Lucas (PSDB)		1. Roberto Rocha (PSDB)	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
Eduardo Girão (PODEMOS)		3. VAGO	
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	4. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	5. VAGO	
PSD			
Sérgio Petecão (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Irajá (PSD)	
Angelo Coronel (PSD)	Presente	3. Otto Alencar (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jayme Campos (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	Presente	2. Romário (PL)	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Zenaide Maia (PROS)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Paulo Paim (PT)	Presente	2. Rogério Carvalho (PT)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)		1. Fabiano Contarato (REDE) Presente	
Leila Barros (CIDADANIA)	Presente	2. Randolfe Rodrigues (REDE) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Davi Alcolumbre



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 793/2015)

NA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO E AS EMENDAS Nº 1-CAS, 2-CAS E 3-CAS, RELATADOS PELO SENADOR FLÁVIO ARNS.

30 de Novembro de 2021

Senador SÉRGIO PETECÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 38, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2017, do Senador Randolfe Rodrigues, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão

RELATOR: Senadora Zenaide Maia

30 de Novembro de 2021



Minuta

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, EM DECISÃO TERMINATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2017, do Senador Randolfe Rodrigues, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.*

Relatora: Senadora **ZENAIDE MAIA****I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 9, de 2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.*

O projeto é composto de quatro artigos.

O art. 1º torna obrigatório que o rótulo ou a embalagem de refrigerantes contenha advertências acerca dos malefícios decorrentes de seu consumo abusivo. O § 1º do *caput* determina que *órgão competente do Poder Executivo* regulamente a forma e o conteúdo dos rótulos e embalagens dentro do prazo de 180 dias da aprovação do projeto. Por sua vez, o § 2º dispõe que, no caso de não haver regulamentação da lei no prazo previsto no § 1º, o rótulo ou embalagem do refrigerante deverá conter, de forma “legível e ostensivamente destacada”, texto de advertência ocupando pelo menos 30% da área de sua superfície, contendo uma das frases que alertam sobre risco de “diabetes, obesidade e osteoporose” (inciso I) e de “cárie, doenças cardiovasculares, gastrite e envelhecimento



2³

precoce” (inciso II) e que o produto é “prejudicial à saúde de seus filhos” (inciso III).

O art. 2º estabelece que o descumprimento das disposições do art. 1º implicam infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e demais disposições aplicáveis. Já o art. 3º proíbe a venda e a distribuição gratuita de refrigerantes em estabelecimentos de educação básica.

Por fim, o art. 4º, cláusula de vigência, prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos quanto ao § 2º do art. 1º após transcorridos cento e oitenta dias do prazo final estabelecido no § 1º do art. 1º.

Na justificação, o autor elenca os potenciais malefícios do uso abusivo de bebidas açucaradas, como a obesidade e o diabetes, por exemplo. Destaca que, em geral, a população não tem acesso às informações sobre esses riscos, ao passo que, em muitos casos, campanhas publicitárias – muitas vezes direcionadas à população infantil – estimulam o consumo desses produtos associando-os a estilo de vida saudável e afortunado. Diante disso, julga que as medidas propostas em seu projeto reduzirão o acesso aos refrigerantes e, por conseguinte, contribuirão para diminuir a incidência e a prevalência de doenças como obesidade, diabetes e cardiopatias.

Anteriormente, a proposição foi aprovada sem alterações pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 9, de 2017, será apreciado terminativamente pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que *regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota*.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

fv2021-12422



SF/21925.91106-06



Como se trata de decisão terminativa, cabe a esse Colegiado analisar os aspectos formais da matéria. A esse respeito, não observamos inconformidades de juridicidade ou de regimentalidade.

Todavia, no § 1º do art. 1º, a obrigatoriedade imposta a *órgão competente do Poder Executivo* de regulamentar a matéria é inconstitucional, haja vista que atenta contra o princípio da independência dos Poderes, consignado no art. 2º da Constituição Federal.

Além disso, há também um problema de técnica legislativa. O projeto em análise pretende regulamentar tema extensamente abordado em outra norma legal, qual seja, o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que *institui normas básicas sobre alimentos*. Nos termos de seu art. 55, as disposições desse diploma atingem também as bebidas de qualquer tipo ou procedência. Ademais, seu Capítulo III regulamenta os aspectos atinentes à rotulagem.

Portanto, uma lei avulsa sobre matéria já prevista em norma legal – como é o caso do projeto em análise – contraria a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*, cujo inciso IV do art. 7º estabelece que o *mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei*.

Ademais, julgamos que as especificidades relativas à forma e ao conteúdo dos rótulos devem ser deixadas para regulamento. Isso se justifica por se tratar de assunto técnico e, assim, fugir ao escopo de uma lei. Nesse sentido, é mais recomendável que o tema seja regulado em norma infralegal, que, diferentemente de uma lei, é passível de ajustes e aprimoramentos tempestivos.

Em relação ao mérito, concordamos com a iniciativa em tela. De fato, o consumo excessivo de bebidas açucaradas tem relação de causalidade com afecções crônicas que contribuem para os altos índices de mortalidade e de morbidade da população, como é o caso do sobrepeso e da obesidade, que são problemas cujas prevalências vêm aumentando em praticamente todas as faixas etárias no Brasil e em vários países do mundo.

A obesidade infantil é um problema de saúde pública mundial. Segundo o Ministério da Saúde, 3 a cada 10 crianças de 5 a 9 anos estão



acima do peso no Brasil. Segundo o Atlas Mundial da Obesidade e a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil estará na 5ª posição no *ranking* de países com o maior número de crianças e adolescentes com obesidade em 2030, com apenas 2% de chance de reverter essa situação se nada for feito.

De fato, a situação do País é alarmante. O Atlas da Obesidade Infantil publicado em 2019 pelo Ministério da Saúde avaliou os números do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) referentes às crianças atendidas no âmbito da atenção primária à saúde. Observou-se que 18,9 dos menores de 2 anos de idade estão com excesso de peso e 7,9% têm obesidade; 32% dessa população consomem bebidas adoçadas. Já na população com idade entre 2 e 4 anos, 14,3% estavam com excesso de peso e 7,8%, com obesidade. Por sua vez, das crianças entre 5 e 9 anos de idade, 29,3% estavam com excesso de peso (16,1% com sobrepeso; 8,4% com obesidade; e 4,8% com obesidade grave); 63% dessas crianças consumiam bebidas adoçadas.

Segundo dados publicados, em 2020, pela *Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria*, anualmente, no Brasil, o consumo de bebidas açucaradas é responsável por causar excesso de peso em mais de setecentas mil crianças e em mais de dois milhões de adultos. Está também associado ao óbito de cerca de doze mil pessoas em decorrência das comorbidades, como diabetes *mellitus* (mais de um milhão de casos ao ano), doenças cardíacas (137 mil casos ao ano) e doenças cerebrovasculares (91 mil casos ao ano). Segundo o referido Instituto, no Brasil, o *sistema de saúde gasta R\$ 2,995 bilhões de reais, por ano, no cuidado a doenças provocadas pelo consumo de bebidas açucaradas*.

Já o posicionamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) assinala que, embora a OMS recomende que a ingestão de açúcar não deva exceder 5% do valor diário de calorias, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 apontaram que o consumo de açúcar por crianças e adolescentes brasileiros ultrapassa 17% do valor diário de calorias.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 (PeNSE), entre os alimentos ultraprocessados consumidos no dia anterior, 40,8% dos adolescentes de 13 a 17 anos referiram consumir refrigerantes (40,8%) e cerca de 1 em cada quatro adolescentes referiu consumo de bebidas achocolatada (25,4%) ou refresco em pó (24,8%) ou sucos de frutas industrializados (24,7%) em 2019. O consumo de duas ou mais



SF/21925.91106-06



bebidas ultraprocessadas foi ainda mais frequente entre os adolescentes mais jovens, entre 13 a 15 anos (40,5%) do que entre aqueles de 16 a 17 anos (36,3%)

Embora esses dados não sejam tão recentes, eles parecem ainda refletir o comportamento atual, tendo em vista que o mencionado Atlas da Obesidade Infantil, de 2019, evidenciou que parcela significativa da população infantil brasileira tem o hábito de consumir bebidas adoçadas. Relatório do Idec informa também que, segundo levantamento publicado em 2014 pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), o consumo *per capita* de refrigerantes no Brasil é de 90 litros ao ano.

Está bem estabelecido que o excesso de peso contribui para o aparecimento do diabetes *mellitus* do tipo 2, da hipertensão arterial sistêmica e da dislipidemia, que são importantes fatores de risco para as doenças cardiovasculares, que são as causas recordistas de mortalidade no Brasil. Nesse sentido, ações para a prevenção e o tratamento da obesidade infantil são importantes, pois quanto mais precoce for a intervenção melhor o prognóstico e, conseqüentemente, menor o risco de complicações na fase adulta.

Devemos registrar que a desnutrição – habitualmente associada ao baixo peso – também acomete as crianças com sobrepeso e obesidade. Isso se explica pelo fato de que suas dietas, por conterem predominantemente gorduras, açúcares e calorias vazias, têm quantidades insuficientes de fibras, proteínas, vitaminas e minerais.

Não custa lembrar que a desnutrição afeta intensamente a saúde das crianças. Em curto prazo, prejudica o sistema imunológico, aumentando a frequência de quadros infecciosos agudos como, por exemplo, resfriado, gripe e pneumonia. Em longo prazo, interfere na capacidade de manter a concentração e gera alterações de humor, o que impacta negativamente o seu desenvolvimento físico e mental.

No que tange ao tratamento do excesso de peso, são limitados os recursos para intervir na obesidade infantil. A indisponibilidade de opção medicamentosa faz que essa população, grosso modo, conte apenas com medidas de estímulo à alimentação saudável e à atividade física. Depreende-se que o projeto em comento é uma forma de estimular uma dieta mais saudável mediante a restrição do *marketing* de refrigerantes e do acesso a esses produtos no âmbito das escolas que provêm ensino básico.



7
6

Não custa lembrar que se trata de ações endossadas pelas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a prevenção e o tratamento da obesidade infantil. Note-se ainda que algumas unidades da Federação já proíbem a venda de refrigerantes no âmbito de seus estabelecimentos de ensino. É o caso, por exemplo, do Distrito Federal e da Paraíba.

Desse modo, somos da opinião de que o projeto em análise é bastante pertinente. Porém, a matéria necessita de ajustes para sanar as inconformidades apresentadas anteriormente neste Relatório. Propomos ainda uma alteração para incluir, entre os produtos atingidos pelo projeto, todos os tipos de refrigerantes (inclusive *diet*, *light*, zero e sem açúcar), ante as suspeitas, cada vez maiores, de que os adoçantes também oferecem risco à saúde, ou, pelo menos, não trazem quaisquer benefícios nutricionais quando consumidos regularmente.



SF/21925.91106-06

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2017, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2017

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que *institui normas básicas sobre alimentos*, para regulamentar a rotulagem de refrigerantes e para proibir a comercialização ou distribuição desses produtos em estabelecimentos de ensino básico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com os seguintes arts. 19-B e 61-A:

fv2021-12422



8

7

“**Art. 19-B.** O rótulo dos refrigerantes de qualquer natureza conterá obrigatoriamente advertências sobre os malefícios que o seu consumo abusivo pode provocar à saúde, na forma do regulamento.”

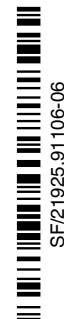
“**Art. 61-A.** Ficam vedadas a venda e a distribuição gratuita de refrigerantes de qualquer natureza em estabelecimentos de ensino básico públicos e privados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



fv2021-12422



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PLS 9/2017, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROSE DE FREITAS				1. RENAN CALHEIROS			
EDUARDO GOMES				2. DARIO BERGER			
MARCELO CASTRO				3. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
NILDA GONDIM	X			4. MECIAS DE JESUS	X		
LUIS CARLOS HEINZE				5. KÁTIA ABREU			
ELIANE NOGUEIRA	X			6. EDUARDO BRAGA			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IZALCI LUCAS				1. ROBERTO ROCHA			
FLÁVIO ARNS	X			2. LASIER MARTINS			
EDUARDO GIRÃO				3. VAGO			
MARA GABRILLI	X			4. RODRIGO CUNHA			
GIORDANO				5. VAGO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO				1. NELSINHO TRAD			
LUCAS BARRETO				2. IRAJÁ			
ANGELO CORONEL				3. OTTO ALENCAR			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS				1. ZEQUINHA MARINHO			
MARIA DO CARMO ALVES	X			2. ROMÁRIO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ZENAIDE MAIA	X			1. PAULO ROCHA			
PAULO PAIM	X			2. ROGÉRIO CARVALHO			
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO VIEIRA				1. FABIANO CONTARATO			
LEILA BARROS	X			2. RANDOLFE RODRIGUES	X		

Quórum: TOTAL 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Sérgio Petecão
Presidente





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

~~Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CAS~~**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 11h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Rose de Freitas (MDB)		1. Renan Calheiros (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		2. Dário Berger (MDB)	
Marcelo Castro (MDB)		3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Luis Carlos Heinze (PP)		5. Kátia Abreu (PP)	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	6. Eduardo Braga (MDB)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Izalci Lucas (PSDB)		1. Roberto Rocha (PSDB)	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
Eduardo Girão (PODEMOS)		3. VAGO	
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	4. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	5. VAGO	
PSD			
Sérgio Petecão (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Irajá (PSD)	
Angelo Coronel (PSD)	Presente	3. Otto Alencar (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jayme Campos (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	Presente	2. Romário (PL)	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Zenaide Maia (PROS)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Paulo Paim (PT)	Presente	2. Rogério Carvalho (PT)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)		1. Fabiano Contarato (REDE) Presente	
Leila Barros (CIDADANIA)	Presente	2. Randolfe Rodrigues (REDE) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

11

Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CAS**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 11h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Davi Alcolumbre



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 9/2017)

NA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO), CONFORME RELATÓRIO DA SENADORA ZENAIDE MAIA. DISPENSADO O TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ART. 14 DO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 8, DE 2021.

30 de Novembro de 2021

Senador SÉRGIO PETECÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 793, DE 2015

Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.

Recebidos os Ofícios nºs 46 e 47, de 2021, da CAS, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que os Projetos sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 46/2021/CAS

Brasília, 30 de novembro de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 793, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório”, com as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS.

Cordialmente,

SENADOR SÉRGIO PETECÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 47/2021/CAS

Brasília, 30 de novembro de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica”, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Cordialmente,

SENADOR SÉRGIO PETECÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 17, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, que Altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, da Presidência da República, que *altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.*



SF/21987.31039-99

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 23, de 2021, de autoria da Presidência da República. A proposição apresenta sete artigos, dos quais o último constitui a cláusula de vigência, com a emenda constitucional entrando em vigor na data de sua publicação. O art. 1º da PEC nº 23, de 2021, trata de alterações aos arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal (CF).

No art. 100 da CF, são modificados os §§ 9º, 11 e 14 e incluídos os §§ 20 e 21. O § 9º passa a prever que, mediante comunicação da Fazenda Pública ao Tribunal de origem, o valor de eventuais débitos inscritos em dívida ativa contra o credor do requisitório será depositado à conta do juízo responsável pela ação de cobrança, que decidirá pelo seu destino definitivo, sem que haja interrupção no pagamento do precatório.



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

O § 11 possibilita ao credor de créditos líquidos e certos, nos termos de lei do correspondente ente devedor, com autoaplicabilidade no caso da União, poder escolher utilizar o crédito que tem direito a receber para: i) quitar débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa do ente devedor, inclusive de suas autarquias e fundações; ii) comprar imóveis públicos disponíveis para venda; iii) pagar outorga de delegações de serviços públicos junto ao ente devedor; iv) adquirir participação societária do ente devedor; e v) comprar direitos do ente devedor postos à cessão, inclusive, no caso da União, antecipação de valores a serem recebidos a título do excedente em óleo em contratos de partilha de petróleo.

O § 14 fixa que a cessão de precatórios produzirá efeitos após a comunicação por petição ao Tribunal de origem e ao ente da Federação devedor. Já o novo § 21 autoriza qualquer ente da Federação devedor de precatório, desde que autorizado pelo outro ente público credor, a utilizar o crédito decorrente do precatório para amortizar dívidas vencidas e vincendas do credor de precatório relativas: i) a refinanciamentos de dívidas não tributárias; ii) a contratos em que houve a prestação de garantia do devedor de precatório ao credor; iii) a parcelamentos tributários; e iv) a obrigações decorrentes do descumprimento de prestação de contas ou de desvio de recursos.

O novo § 22 determina que a amortização recém-comentada será imputada primeiramente às parcelas mais antigas nas dívidas vencidas e equanimemente às prestações nas dívidas vincendas, sem alteração da duração original dos respectivos contratos.

Por sua vez, a modificação do art. 160 da CF trata do mesmo assunto dos dois novos parágrafos recém apresentados, impondo que os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos e as renegociações de dívidas de qualquer espécie devem conter cláusulas autorizando a União a deduzir dos montantes a serem repassados aos demais entes, pelos fundos de participação de rendas ou pelo sistema de pagamento de precatórios, as parcelas por estes não pagas àquela.

No art. 167 da CF, são acrescentados os §§ 7º e 8º, para disciplinar a securitização de recebíveis da dívida ativa. O § 7º afasta as regras constitucionais de vinculação de receitas de impostos dos valores



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

arrecadados pelos entes da Federação em processos de securitização de recebíveis da dívida ativa. O § 8º restringe a securitização a direitos decorrentes de créditos inscritos em dívida ativa em data anterior à da securitização e classificados como de difícil recuperação pelo órgão de cobrança, a partir de metodologia aprovada pelo tribunal de contas competente, caso não haja metodologia de classificação já aplicada pelo ente, anterior ao exercício de 2022.

O art. 2º da PEC nº 23, de 2021, trata de alterações aos arts. 101 e 107 e de acréscimos dos novos arts. 107-A, 115, 116 e 117 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O art. 101 do ADCT passa a vigorar acrescido de novo § 5º para estipular que os recursos de empréstimos contratados pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios para quitar débitos do regime especial de precatórios poderão ser destinados, por meio de atos do Poder Executivo, exclusivamente ao pagamento de precatórios por acordo direto com os credores nos termos das respectivas leis das entidades devedoras.

No art. 107 do ADCT, é alterado o inciso II do § 1º e são incluídos os novos §§ 12 a 15. No primeiro caso, a correção anual dos limites de despesas primárias dos Poderes e órgãos da União ocorrerá com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro a dezembro do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

No segundo caso, são explicadas as regras de operacionalização da mudança citada, quais sejam: i) o projeto de lei orçamentária anual (PLOA) será elaborado com a variação efetiva do IPCA de janeiro a junho e a variação estimada de julho a dezembro; ii) o Poder Executivo enviará mensalmente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a estimativa da taxa de correção do Teto de Gastos junto com outros parâmetros macroeconômicos; iii) o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e órgãos sobre a diferença entre a projeção e a efetiva apuração da taxa de correção do Teto de Gastos; e iv) as emendas ao PLOA ou aos projetos que o mudem relacionadas com a correção de erros ou omissões de despesas obrigatórias só serão admitidas com o intuito de incorporar o impacto da variação de parâmetros macroeconômicos informados pelo Poder Executivo ou de atos legais supervenientes ao envio do PLOA ao Congresso Nacional.



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

O novo art. 107-A trata do regime temporário de pagamento de sentenças judiciais, propondo que, até o exercício de 2036, vigorará limite anual para as despesas relativas às sentenças judiciais para fins de alocação na proposta orçamentária, equivalente ao valor pago no exercício de 2016 corrigido pelas mesmas regras de correção do Teto de Gastos. Após a subtração da projeção para a despesa com requisições de pequeno valor desse limite, chega-se ao limite para a expedição de precatórios em cada exercício. Os precatórios não expedidos por falta de margem terão prioridade para expedição nos exercícios seguintes, observada a ordem cronológica.

Facultativamente o credor do precatório não expedido ou expedido, mas não incluído na proposta orçamentária de 2022, poderá optar pelo recebimento de seu crédito com renúncia de 40% até o final do exercício seguinte por meio da celebração de acordo direto perante os juízes de conciliação de condenações contra a Fazenda Pública. Ademais, do limite geral para quitação de sentenças judiciais e do Teto de Gastos serão excluídos os precatórios pagos com desconto e aqueles utilizados em compensação de dívidas com a União ou na compra de bens desta.

Também do limite geral descrito será excluída a atualização monetária dos precatórios inscritos no exercício. Por sua parte, os precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) terão precedência de pagamento em relação às prioridades constantes do art. 100 da CF, salvo os precatórios expedidos em favor dos idosos, deficientes físicos e portadores de doença grave, devendo ser quitados em três parcelas anuais e sucessivas, a partir do ano seguinte ao de sua expedição, à proporção, respectivamente, de 40%, 30% e 30%.

O novo art. 115 do ADCT permite o parcelamento de contribuições previdenciárias e demais débitos dos municípios vencidos até 31 de outubro último junto aos seus respectivos regimes próprios de previdência social, ainda que parcelados anteriormente, em 240 prestações mensais no máximo.

Para tal, os municípios precisam de autorização em lei própria, com o cumprimento dos seguintes requisitos: i) adoção de regras de elegibilidade, de cálculo e de reajustamento das aposentadorias por



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

incapacidade permanente para o trabalho e por tempo de contribuição com idade mínima, assim como das pensões por morte, assemelhadas às aplicáveis aos servidores públicos federais do regime próprio; ii) restrição do rol de benefícios dos regimes próprios às aposentadorias e à pensão por morte; iii) adequação da alíquota da contribuição dos servidores, de modo que ela não seja inferior à vigente para os servidores federais; e iv) instituição de regime de previdência complementar e conformidade do órgão gestor do regime próprio.

O novo art. 116 do ADCT possibilita o parcelamento de contribuições previdenciárias, assim como de eventuais multas por infração de obrigações acessórias, dos municípios junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com vencimento até 31 de outubro último, no prazo máximo de 240 prestações mensais, mesmo que parceladas anteriormente ou em fase de execução ajuizada. Os débitos do novo parcelamento, que não incluem eventuais valores prescritos ou atingidos pela decadência, terão redução de 40% das multas de mora, de ofício e isoladas, de 80% dos juros de mora, de 40% dos encargos legais e de 25% dos honorários advocatícios.

O valor de cada prestação do parcelamento sofrerá a incidência de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, entre o mês subsequente ao da consolidação do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento. Os municípios com regimes próprios previdenciários somente poderão aderir ao parcelamento de débitos com o RGPS se comprovarem atendimento das quatro condições já expostas necessárias para o parcelamento de dívidas junto aos seus regimes próprios. Ademais, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) fixarão os critérios do parcelamento e disponibilizarão as devidas informações aos municípios sobre as dívidas passíveis de parcelamento.

O novo art. 117 do ADCT propõe que os parcelamentos a que se referem os arts. 115 e 116 recém-descritos devem ser formalizados até 30 de junho de 2022. A formalização ficará condicionada à vinculação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios para o pagamento das prestações devidas em cada parcelamento, sob a seguinte ordem de preferência: i) prestação de garantia ou de contragarantia à União ou pagamento de débitos para com ela; ii) pagamento de prestações parceladas



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

devidas ao RGPS; e iii) pagamento de prestações parceladas devidas ao respectivo regime próprio previdenciário.

O art. 3º da PEC nº 23, de 2021, dispõe sobre a limitação de encargos ao prever que, em todas as discussões e condenações que envolvam a Fazenda Pública, o que abrange todos os tipos de precatórios, o índice da taxa Selic acumulado mensalmente será o fator a ser aplicado uma única vez para fins de atualização monetária, compensação da mora e remuneração do capital.

O art. 4º da PEC nº 23, de 2021, estabelece que os limites de despesas primárias resultantes da modificação do critério de atualização desses limites serão aplicáveis a partir do exercício de 2021, sendo que, em 2021, o aumento dos limites ficará restrito a até R\$ 15 bilhões, a ser destinado apenas para o atendimento de despesas de vacinação contra a covid-19 ou relativas a ações emergenciais e temporárias de caráter socioeconômico. As despesas que integrem esse montante serão atendidas por créditos extraordinários e financiadas por meio de operações de crédito, as quais serão contratadas como exceção ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, conhecida como “regra de ouro”.

O art. 5º da PEC nº 23, de 2021, prescreve que as modificações ao regime de pagamento de precatórios se aplicam a todos os requisitos expedidos que constem dos orçamentos fiscal e da seguridade social de 2022 em diante.

O art. 6º da proposição, por sua vez, revoga o art. 108 do ADCT, que se refere à possibilidade de o Presidente da República propor, a partir do exercício financeiro de 2026, uma única vez por mandato presidencial, projeto de lei complementar para modificação do método de correção do Teto de Gastos.

Em 22 de novembro último, houve a realização de debate temático no Plenário Virtual sobre a proposição, em que, além da participação de diversos Senadores, participaram como convidados: a Sr^a Ana Claudia Castro Borges, Consultora-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal; o Sr. Esteves Colnago, Secretário de Orçamento do Ministério da Economia; o Sr. Felipe Scudeler Salto, Diretor-



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal; o Sr. Ricardo Alberto Volpe, Consultor de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; e a Sr^a Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de 2011 a 2016.

Foram apresentadas à Proposta quarenta emendas de autoria de Senadoras e Senadores no âmbito desta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ).

II – ANÁLISE

A PEC nº 23, de 2021, vem à CCJ para oferta de parecer em atendimento ao disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal. Atende, assim, às exigências relativas à regimentalidade, não havendo óbice a opor, dado que a proposição está sendo submetida à regular tramitação nesta Casa.

A técnica legislativa é adequada, não exige reparos, estando a construção da proposição, suas divisões internas, articulação e linguagem inteiramente compatíveis com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998. Todavia, para fins de clareza redacional, ofereceremos ao final três sugestões de adequação ao texto enviado pela Câmara dos Deputados.

Quanto à constitucionalidade, não se registram eventos de inconstitucionalidade formal por lesão às limitações circunstanciais e às limitações processuais ou formais. São mantidas híginas, igualmente, as limitações materiais expressas ao poder reformador do Congresso Nacional, inexistindo qualquer lesão, mesmo que oblíqua, ao art. 60, § 4º, da Carta da República.

Quanto ao mérito, é indiscutível a necessidade de abertura de espaço fiscal dentro do Teto de Gastos para abrigar um novo programa social robusto, tanto em termos do tamanho do público-alvo atendido quanto em termos do valor mensal dos benefícios disponibilizados às famílias. Caso aprovada, a proposição em exame contribuirá para que o número de famílias que serão atendidas pelo Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, salte de 14,6 milhões para 17 milhões. O aumento de 16,4% na cobertura do Auxílio Brasil significará que



9
8**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

a fila de espera de pessoas inscritas no Cadastro Único, mais conhecido como CadÚnico, e aptas a receber apoio financeiro assistencial do governo federal seja zerada. Com isso, cerca de 50 milhões de brasileiros, quase um quarto da população, terão apoio governamental para fugir da pobreza ou da extrema pobreza.

Outrossim, a aprovação da matéria permitirá que haja aumento no valor dos benefícios mensais pagos às famílias. Com o Programa Bolsa Família, o tíquete médio era de R\$ 186,68; com o Programa Auxílio Brasil, é atualmente de R\$ 224,41. Com maior espaço fiscal, será possível majorar substancialmente o tíquete médio do novo apoio assistencial e, além disso, implantar um piso de R\$ 400 mensais por beneficiário. Não há dúvidas de que o novo arcabouço social que se desenha amenizará as agruras financeiras atuais de contingente expressivo da população, impactando positivamente na redução da desigualdade de renda, que é um problema observado no País há longo tempo e necessita de soluções. O Auxílio Brasil, contudo, como se sabe, não se limita a apenas isso.

O Auxílio Brasil promove o enfrentamento da pobreza em dois momentos distintos, mas perfeitamente interligados. A curto prazo, o programa repassará recursos imprescindíveis à sobrevivência digna das pessoas. A longo prazo, em virtude do cumprimento de suas condicionalidades, ajudará que as crianças se tornem adultos com mais habilidades produtivas e, assim, saiam do ciclo de pobreza. É seguro dizer que o gasto social é condição necessária para que o País cresça economicamente a taxas mais altas hoje, por ativar a demanda interna, e amanhã, por ampliar a produtividade da força de trabalho. Todavia, é preciso que o gasto social se realize com respaldo em um conjunto de regras fiscais que preserve a confiança dos agentes econômicos na sustentabilidade da dívida pública, para que não aconteça um desarranjo permanente nos níveis gerais de preços, que, certamente, poria a perder toda a efetividade da política social que se busca ampliar.

A PEC nº 23, de 2021, possibilita a ampliação de espaço para a execução de gasto social com a preservação dos fundamentos do Teto de Gastos, que é a âncora que baliza a política fiscal. O aumento de despesa na área social continuará computado no limite de despesas primárias do Poder Executivo. Destarte, o efeito da proposição sobre o endividamento público será pouco expressivo em 2021 e 2022. Conforme os dados divulgados



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

recentemente pelo Ministério da Economia em apresentação sobre a matéria, a aprovação da PEC nº 23, de 2021, aumentaria apenas marginalmente nestes dois anos o citado endividamento. Com efeito, a dívida bruta do governo geral (DBGG) seria de 80,8% do produto interno bruto (PIB) em 2021 e de 80% do PIB em 2022 no cenário sem a aprovação da PEC, e de 81% em termos do PIB tanto em 2021, quanto em 2022 no cenário com a aprovação da PEC.

É preciso reconhecer ainda que a alteração principal da matéria em relação ao Teto de Gastos, concernente à alteração da sua base de correção, é plenamente justificável. É compreensível que a correção do limite total de gastos primários acompanhe o mesmo período de referência para a correção das despesas primárias associadas ao salário mínimo, como os benefícios previdenciários, o abono salarial e os benefícios assistenciais de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). Hoje os limites de despesas primárias são fixados antes de se conhecer com exatidão qual será o tamanho das despesas vinculadas ao salário mínimo para o exercício financeiro seguinte.

A PEC nº 23, de 2021, também contém outros aspectos meritórios. Comento alguns a seguir. Em primeiro lugar, a redação atual do § 11 do art. 100 da CF somente faculta ao credor a escolha da compensação para a compra de imóveis públicos do ente devedor. A nova redação permite que o credor tenha mais opções para usufruir do seu direito creditório. A possibilidade de aquisição de ações de empresas estatais com os créditos de requisitórios lembra as opções de o trabalhador poder aplicar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em fundos de investimento dedicados à gestão de ações da Petrobras e da Vale do Rio Doce, que puderam ser exercidas em 2000 e 2002, respectivamente. No geral, as hipóteses de compensação têm efeito positivo sobre o cumprimento do Teto de Gastos no âmbito federal, pois a compensação de débitos e créditos evita o pagamento de despesa com sentenças judiciais, que, por ser despesa primária, reduz o espaço fiscal para a assunção de outras despesas de mesma natureza.

Em segundo lugar, ao implicar um relativo acerto de contas entre posições credoras e devedoras que não estejam em dia envolvendo os entes da Federação, os novos §§ 21 e 22 do art. 100, combinados com o art. 160, todos da CF, contribuem para preservar a higidez do pacto federativo.



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

As novas regras buscam minimizar o risco moral associado à falta de empenho de alguns entes em equilibrar as suas finanças, que foi agravado recentemente pelas decisões judiciais provisórias contrárias à execução de contragarantias oferecidas à União em caso de inadimplência contratual, sob o argumento de que as retenções de valores pela União impactariam negativamente a execução de políticas públicas primordiais à população. Desse modo, evita-se a geração de encargos não pagos, que seriam transferidos para os futuros governantes.

Em terceiro lugar, o acréscimo de novo § 5º ao art. 101 do ADCT pode ser benéfica às finanças dos entes regionais e locais. A liquidação de precatórios vencidos com desconto superior aos encargos das operações de crédito que disponibilizarão a fonte de recursos para essa liquidação reduz o endividamento público. Isso visto que, nos termos do art. 30, § 7º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), os precatórios não quitados durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada do ente da Federação para fins de aplicação dos limites dessa dívida, quais sejam: de 200% da receita corrente líquida (RCL), no caso dos estados e do DF, e de 120% da RCL, no caso dos municípios

Em quarto lugar, a previsão contida no novo art. 116 do ADCT ajuda as finanças municipais gradualmente, mas sem criar uma renúncia de receita vultuosa de forma instantânea para a União, a ponto de inviabilizar o ajuste fiscal em curso. Consoante a Confederação Nacional dos Municípios, a dívida previdenciária dos municípios, de R\$ 104 bilhões junto ao RGPS, será reduzida em R\$ 36,3 bilhões, por causa do perdão de juros e multas dos débitos. O estoque administrado pela RFB cairá de R\$ 78 bilhões para R\$ 52,1 bilhões. Já o estoque administrado pela PGN passará de R\$ 26 bilhões para R\$ 15,6 bilhões. O novo parcelamento permitirá que os municípios em dificuldade financeira tenham alívio de liquidez para cumprir com as suas obrigações sociais perante a população local e com os demais credores.

A despeito do inegável urgência e oportunidade da proposição, permitimo-nos oferecer emendas que, em nosso sentir, aprimoram seu conteúdo. Ao longo dos trabalhos desta Relatoria, coube-nos debruçar de forma minuciosa sobre as sugestões materializadas nas diversas emendas apresentadas à matéria, que consubstanciam propostas dotadas de inegável mérito. Com vistas ao consenso necessário à aprovação dessa relevante

SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

matéria, envidamos esforços no sentido de atender, na medida do possível, a maior parte dos pleitos dos ilustres senadores, bem como de construir um texto consistente e que incorpore avanços em relação à proposição aprovada na Câmara dos Deputados.

Estabelecemos, em primeiro lugar, um complemento à regra de que os precatórios referentes ao Fundef deverão ser pagos em três parcelas anuais e sucessivas, a partir do ano seguinte ao da sua expedição. A fim de conferir um caráter de maior previsibilidade ao recebimento desses recursos pelos entes federados, garantindo-lhes a possibilidade de melhor planejar os investimentos a serem realizados com essa receita, incorporamos preceito que estabelece que as parcelas anuais desses precatórios do Fundef deverão ser pagas segundo um cronograma específico, qual seja, 40% do montante até o dia 30 de abril, 30% até 31 de agosto e o restante até 31 de dezembro.

A respeito ainda dos recursos a serem recebidos a título de precatórios do Fundef, nossa preocupação concentrou-se também em evitar que os expressivos recursos a serem pagos pela União fossem destinados a novas despesas obrigatórias de caráter continuado, que passassem, num futuro próximo, a onerar as finanças de estados e municípios. Até porque, em muitas situações, a receita será de elevada magnitude, mas terá caráter extraordinário, não cabendo seu direcionamento a gastos de natureza permanente, a bem da observância do princípio da responsabilidade fiscal. Propomos, nesse contexto, que as receitas devam ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério, em linha com o propósito do antigo Fundef. Mais ainda, definimos que ao menos 60% dos recursos devam ser repassados aos profissionais do magistério, inclusive aposentados e pensionistas, na forma de abono, vedada sua incorporação na remuneração, aposentadoria ou pensão.

Propomos, ademais, a supressão do § 15 do art. 100 do ADCT, na forma proposta pela PEC. Apesar de sua boa intenção, a vedação a emendas que tratem de despesas obrigatórias inviabilizaria a competência do Congresso Nacional de proceder a ajustes e correções na proposta de lei orçamentária. Além disso, a dificuldade de conceituação desse tipo de dispêndio poderia levar à blindagem de partes da proposta orçamentária, bastando apenas considerá-las como despesa obrigatória.



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**

Um outro aperfeiçoamento em relação à proposta proveniente da Câmara dos Deputados diz respeito à prerrogativa constitucional do Congresso Nacional de controle e acompanhamento dos gastos públicos. Não nos escapou o tema do contínuo crescimento das despesas da União com pagamentos de decisões judiciais. Para se ter uma ideia, em 2010, foram pagos R\$ 14,3 bilhões no programa orçamentário de cumprimento de sentenças judiciais, o que equivalia a 0,35% do PIB. Para 2022, a conta dos dispêndios de natureza primária envolvendo precatórios e RPVs alcançou surpreendentes R\$ 89,1 bilhões, ou 0,95% do PIB projetado. Os valores para cumprimento de sentenças judiciais encaminhados para 2022 representam aumento nominal de 78,7% em relação ao total pago no exercício de 2020 (R\$ 49,9 bilhões) e de 60,2% sobre o valor autorizado para 2021 (R\$ 55,6 bilhões). Os dados revelam que esse item de despesa alcança crescente magnitude dentro do orçamento público, chegando ao ponto de pressionar o atendimento de importantes demandas sociais e de investimento público.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de o Congresso Nacional acompanhar institucionalmente e de forma propositiva o conjunto de atos que originam essas obrigações pecuniárias. Propomos, nessa linha, que o Congresso Nacional promova, por meio de comissão mista, uma avaliação dos atos e procedimentos geradores desses débitos de natureza judicial. A comissão deverá atuar em cooperação com o Conselho Nacional de Justiça, podendo requisitar informações e documentos de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Uma vez concluídos os trabalhos dessa comissão, seus resultados deverão ser encaminhados aos órgãos competentes.

Por outro lado, um dos pontos que dominaram os debates sobre a PEC nº 23, de 2021, foi a necessidade de incorporação ao texto constitucional das possíveis destinações do espaço fiscal gerado pela alteração do critério de cálculo do teto de gastos. Muitos senadores pretenderam, legitimamente, explicitar a principal motivação para a necessária mudança do critério, ou seja, viabilizar o financiamento de um programa de transferência de renda robusto, que assegure à população carente o recebimento do mínimo necessário a uma vida digna. A fim de atender esses pleitos, encaminhamos um texto que define que, no exercício de 2022, o espaço fiscal produzido pela mudança temporal aplicada no cálculo do teto de gastos seja direcionado:



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

- 1) à ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza, de forma precípua ao Programa Auxílio Brasil;
- 2) ao atendimento dos limites individualizados e sublimites que decorram do novo cálculo do teto de gastos, que abrangem os limites individualizados dos Poderes e órgãos autônomos e o mínimo a ser gasto com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 3) às outras despesas da Seguridade Social, contemplando as áreas da Saúde, da Previdência e da Assistência Social.

Avançamos ainda mais nessa seara, diante da necessidade de prever, no arcabouço constitucional, um programa perene de enfrentamento à pobreza. Propomos, assim, a inclusão de alguns dispositivos para deixar claro que o Auxílio-Brasil terá um caráter permanente, não obstante não possamos desde logo definir suas fontes de financiamento a partir do exercício de 2023. Nesse particular, introduzimos preceito no art. 203 da Constituição Federal, que trata da Assistência Social, para estipular como objetivo da política pública assistencial a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Além disso, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inserimos comando destinado ao legislador com vistas à fixação, até 31 de dezembro de 2022, dos limites, condições e normas de acesso do programa que viabilize o atendimento do novo objetivo incorporado ao art. 203 da Constituição Federal. A lei em tela fica dispensada da observância de limitações legais quanto à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que enseje aumento de despesa. Trata-se de medida salutar que deverá facilitar a aprovação de uma lei que assegure, de forma permanente, os recursos necessários ao programa de transferência de renda destinado às famílias mais carentes.

Promovemos, ainda, uma mudança no prazo atual de apresentação dos precatórios a serem incluídos no orçamento do ano seguinte. O texto atual da Constituição prescreve a obrigatoriedade de inclusão, no orçamento, das dotações necessárias ao pagamento de precatórios apresentados pelo Poder Judiciário até 1º de julho de cada ano. Com vistas a permitir que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias,



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo até o dia 15 de abril, possa prever em seu anexo de riscos fiscais o montante a ser autorizado para pagamento no exercício seguinte, ajustamos o termo final para apresentação dos precatórios para 2 de abril. Essa providência vem no sentido de conferir maior previsibilidade ao processo de elaboração orçamentária, de modo a mitigar o risco de surpresas como o ocorrido em relação ao crescimento desmedido dessas despesas para o orçamento de 2022.

Finalmente, com a finalidade de melhorar a clareza e a coesão do texto enviado pela Câmara dos Deputados, em atendimento aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, procederemos a algumas adequações redacionais.

A primeira delas é no § 11 do art. 100 proposto pela PEC. Sua finalidade é deixar claro que a faculdade reservada ao credor para realizar o chamado encontro de contas entre o particular e o Poder Público abrange os créditos próprios, mas também os adquiridos de terceiros. A aquisição de créditos de terceiros, expressamente autorizada no mesmo art. 100, coloca o adquirente na condição de credor, devendo ficar claro seu amplo direito de utilização desses valores nas mesmas condições que os credores originais.

A segunda se limita à inclusão, para corrigir erro material, do pontilhado logo após o *caput* do art. 107 do ADCT. Se não o fizemos, restariam revogados os incisos daquele artigo, que delimita e especifica os órgãos que se submetem a cada limite do chamado teto de gastos.

Por último, também é necessário esclarecer melhor o sentido e alcance do § 8º do art. 107-A que se pretende acrescentar ao ADCT. A ideia era dar prioridade ao pagamento dos precatórios relacionados com o Fundef, mas sem prejudicar o sistema já existente no próprio art. 100 da CF, que dá absoluta prioridade aos débitos de natureza alimentar. Assim, restabelecemos a coesão do sistema, e evitamos interpretações que terminassem prejudicando os estados e municípios e até os próprios beneficiários da prioridade do § 2º. Aproveitamos, ainda, para corrigir o texto truncado que terminou sendo aprovado na Câmara dos Deputados.



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO****III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2001, e, no mérito, por sua **aprovação**, com o acolhimento total ou parcial das emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36 e 39, na forma das emendas abaixo, rejeitando-se as demais emendas, e com as seguintes adequações redacionais:

- 1) Insira-se a expressão “que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros” logo após a expressão “líquidos e certos” no § 11 do art. 100 da Constituição Federal, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021;
- 2) Insiram-se os pontos de separação logo após o *caput* do art. 107 do ADCT, na forma proposta pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021;
- 3) No § 8º do art. 107-A do ADCT, na forma proposta pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021, onde se lê “daqueles destinados a idosos, a deficientes físicos e a portadores de doença grave, e”, leia-se “dos débitos de que trata o §2º do mesmo artigo, devendo”.

EMENDA Nº - CCJ

Inclua-se, no art. 107-A, a ser acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021, o seguinte § 9º:

“Art. 107-A.

.....

§ 9º O pagamento das parcelas dos precatórios a que se refere o § 8º será feito, a cada ano, em três parcelas, da seguinte forma:

I – 40% (quarenta por cento) do montante até 30 de abril;

II – 30% (trinta por cento) do montante até 31 de agosto;



SF/21987.31039-99





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

III – 30% (trinta por cento) do montante até 31 de dezembro.”

EMENDA Nº - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. As receitas que os Estados e Municípios receberem a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), deverão ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério, conforme destinação originária do Fundo.

Parágrafo único. Da aplicação de que trata o *caput*, no mínimo 60% (sessenta por cento) deverá ser repassado aos profissionais do magistério, inclusive aposentados e pensionistas, na forma de abono, vedada a incorporação na remuneração, aposentadoria ou pensão.

EMENDA Nº - CCJ

Suprima-se o § 15 do art. 107 do ADCT, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021.

EMENDA Nº - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. No prazo de um ano a contar da promulgação desta Emenda Constitucional, o Congresso Nacional promoverá, por meio de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos, fatos e procedimentos geradores dos precatórios e sentenças judiciais contrárias à Fazenda Pública da União.

§ 1º A Comissão atuará em cooperação com o Conselho Nacional de Justiça e com o auxílio do Tribunal de Contas da União, podendo requisitar informações e documentos de órgãos e entidades



SF/21987.31039-99



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**

da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º O exame de que trata o *caput*:

I - apurará o desempenho dos órgãos do Poder Executivo responsáveis pela representação judicial e pelo acompanhamento dos riscos fiscais decorrentes das ações judiciais em curso;

II - segregará por tipo de precatórios ou risco fiscal, com ênfase nos de maiores valores e naqueles relacionados a benefícios previdenciários, trabalhistas, assistenciais e a servidores.

§ 3º Apurados os resultados, o Congresso Nacional encaminhará suas conclusões aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Regionais Federais, bem como ao Procurador-Geral da República, para a prática de atos de sua competência.



SF/21987.31039-99

EMENDA Nº - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. No exercício de 2022, o aumento dos limites de que trata o *caput* do art. 4º desta Emenda Constitucional deverá ser destinado ao atendimento das seguintes despesas:

I – ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza;

II – atendimento dos limites individualizados e sublimites que decorram da aplicação do disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

III – saúde, previdência e assistência social.

EMENDA Nº - CCJ

Inclua-se, no *caput* do art. 203 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 23, de 2021, o seguinte inciso VI e, por conseguinte, inclua-se, no ADCT, na forma do art. 2º da PEC, o seguinte art. 118:

“Art. 1º





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

.....
‘**Art. 203.**
.....

VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.’
(NR)”

“**Art. 2º**
.....

‘**Art. 118.** Os limites, condições, normas de acesso e demais requisitos com vistas ao atendimento do disposto no inciso VI do art. 203 da Constituição Federal serão determinados, na forma da lei, até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. A lei de que trata o *caput* fica dispensada da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.”

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 100 da Constituição Federal, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021:

“**Art. 1º**
.....

‘**Art. 100.**
.....

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

.....’ (NR)”

Sala das Comissões,



20

19



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO (AO PARECER DE PLENÁRIO À PEC Nº 23, DE 2021)

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 23, de 2021, da Presidência da República, que altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Depois da apresentação do meu relatório, houve um grande esforço desta relatoria, em contato com as lideranças da Casa, com o Governo, de construção de um texto que alcançasse maior consenso entre as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores.

Para tanto, procedemos a alterações pontuais no voto anteriormente proferido, várias de natureza meramente redacional, com o fim aperfeiçoar e aprimorar a proposta. Nesse trabalho, contudo, mantivemos, como norte, o objetivo de garantir espaço fiscal para as ações sociais de amparo aos brasileiros, bem como de manutenção das regras de responsabilidade fiscal que consideramos importantes conquistas do povo brasileiro.

Como todos sabem, estamos diante de uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes, exigindo dos governos e da sociedade esforços de grandes proporções.



SF/21418.73645-24



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Segundo dados recentes do IBGE, o rendimento médio mensal do brasileiro sofreu queda recorde em 2020, atingindo o menor valor em oito anos. No período mais agudo da pandemia, ampliou-se o número de famílias que passaram a depender dos programas sociais do governo, sobretudo do Auxílio Emergencial, elevando de 0,7% para 24% a proporção de domicílios que dependia desse tipo de ajuda, além de outros benefícios. Na região Nordeste, o índice de pessoas vivendo dos programas sociais, aposentadorias e pensões foi maior do que aquelas que viviam da renda de trabalho.

O amparo a essas famílias, portanto, tem de ser nosso foco e objetivo maior. O espaço fiscal a ser criado deve ter a dimensão dessa crise e das necessidades dos brasileiros.

Por outro lado, nosso voto reafirma o compromisso do governo com o controle dos gastos e a sustentabilidade da dívida pública. Considerando os impactos da PEC 23, o cenário que se apresenta é de déficit de -1,5% do Produto Interno Bruto em 2022, o menor em sete anos, fazendo do governo atual o primeiro nas últimas duas décadas a entregar uma despesa em relação ao PIB menor do que recebeu. Ademais, o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica apontam para o aumento estrutural da arrecadação em R\$ 110 bilhões – recursos mais do que suficientes para financiar o Auxílio Brasil.

São estas, pois, as alterações pontuais que propomos:

i) inclusão de linha pontilhada entre o *caput* e o § 5º do art. 100 da Constituição Federal (CF), na forma da redação proposta no meu relatório anterior;

ii) estabelecimento de que o disposto no § 5º do art. 100 da CF, na forma da redação proposta no meu relatório anterior, inicie a sua vigência em 2022. A LDO do próximo ano já foi aprovada, não sendo possível aplicar o prazo ali previsto retroativamente para alcançar precatórios apresentados após o dia 2 de abril de 2021.

iii) determinação de que o disposto no § 11 do art. 100 da CF, na forma da redação proposta pelo art. 1º da PEC, entre em vigor em 2022, com o Poder Executivo federal sendo obrigado a regulamentar os aspectos operacionais



SF/21418.73645-24



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

do acerto de contas entre a União e os credores privados em até noventa dias após o início dessa vigência. Sem isso, a faculdade de o credor compensar crédito de precatório com débitos junto ao devedor do precatório poderá não ser exercida por aquele em um prazo razoável.

iv) exclusão da expressão “nos limites dos montantes que lhe são próprios,” do inciso I do § 11 do art. 100 da CF. Essa mudança apenas garante que haja coerência interna na nova redação do § 11 do mencionado artigo.

v) esclarecimento de que não só a lei inicial que trate da redução da vulnerabilidade socioeconômica das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, mas também a sua regulamentação inicial, deverão ser publicadas até 31 de dezembro de 2022 para estarem dispensadas da observância das regras legais de geração de despesas.

Esta modificação objetiva deixar claro que a regulamentação inicial da lei que tratará do cumprimento do novo inciso VI do art. 203 da CF e somente ela estará livre das limitações legais quanto à criação, expansão e aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa. Com isso, novos aumentos futuros dos valores dos benefícios do Programa Auxílio Brasil precisariam indicar como fonte de custeio a redução permanente de despesa ou o aumento permanente de receita.

vi) previsão de que o estado que tiver descumprido o art. 4º da Lei Complementar (LCP) nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e não firmar nenhum termo aditivo referido no art. 4º-A da mesma lei complementar poderá restituir mensalmente os valores diferidos à União até o final do contrato de renegociação com encargos de adimplência caso adotem os mecanismos de ajuste fiscal de que tratam o art. 167-A da CF.

Esta modificação acata a Emenda nº 45, de autoria do Senador Carlos Fávaro, apenas com ajustes redacionais para adequá-la à técnica legislativa. Ela determina que o estado que descumprir o teto de gastos estadual deverá obrigatoriamente adotar, durante o período de restituição dos valores à União, as medidas do art. 167-A da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que são inspiradas no Novo Regime Fiscal. A mudança não altera em nada o marco jurídico dos



SF/21418.73645-24



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

precatórios ou do Teto de Gastos Federais, e seu impacto é neutro para a União, porque os recursos lhes serão devolvidos com encargos de adimplência, como permite a LCP nº 156, de 2016, com o mérito de agregar aos estados o dever de introduzir diretriz fiscal de contenção do crescimento das despesas primárias correntes.

vii) ajustes redacionais em emenda de nossa autoria, inspirada em sugestões dos Senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin, de instituir Comissão Mista que fará análise dos atos, fatos e procedimentos geradores dos precatórios e sentenças judiciais contrárias à Fazenda Pública da União. Aprimoramos a redação, a partir de sugestões diversas, para direcionar melhor o escopo da comissão, a fim de alcançar seus objetivos e trazer resultados palpáveis às contas públicas, e evitar que sejam impostas à comissão atribuições estranhas às competências do Poder Legislativo, em prejuízo ao princípio da separação de poderes.

viii) substituição do termo “expedição” por “pagamento” quanto ao limite anual para expedição de precatórios, de que tratam os §§ 1º a 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma proposta pelo art. 2º da PEC.

Essa modificação corrige uma falha da versão da PEC aprovada pela Câmara dos Deputados, qual seja, o limite anual para a expedição de precatórios. A operacionalização desse limite não é trivial nem indispensável para a limitação de pagamento de sentenças judiciais que se pretende vigorar até 2036.

Pelo Brasil afora, existem mais de oitenta varas federais. É verdade que, por meio de um sistema unificado nacionalmente, o Poder Judiciário federal conseguiria controlar o preenchimento do limite para expedição de precatórios, que atualmente são pagos no exercício seguinte.

Porém, o limite de expedição em um exercício guarda relação com a proposta orçamentária, que só é conhecida, em tese, em 31 de agosto, quando o projeto de lei orçamentária é enviado ao Congresso Nacional. Não haveria como o Poder Judiciário limitar a expedição de precatórios nos primeiros oito meses do ano na ausência de um limite conhecido.



SF/21418.73645-24



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

A versão da PEC aprovada na Câmara dos Deputados comete o equívoco de confundir a expedição com o pagamento, mas os dois atos ocorrem em exercícios divergentes. Por isso, tampouco seria adequado limitar a expedição de um determinado ano com base no orçamento do mesmo ano. Nesse caso, o limite de pagamento no ano seguinte não necessariamente seria igual ao montante expedido no ano anterior.

Assim, é adequado limitar anualmente somente o pagamento de precatórios, para evitar interferência no funcionamento do Poder Judiciário federal e trazer racionalidade ao novo regime temporário de quitação de sentenças judiciais federais.

II – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2001, e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das emendas nºs 3, 4, 13, 15, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39, 45, 48 e 51, na forma das emendas a seguir, rejeitando-se as demais emendas, e com as seguintes adequações redacionais:

- 1) Insira-se a expressão “que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros” logo após a expressão “líquidos e certos” no § 11 do art. 100 da Constituição Federal, retirando-se a expressão “nos limites dos montantes que lhe são próprios” no inciso I do § 11 do referido artigo, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021;
- 2) Insiram-se os pontos de separação logo após o *caput* do art. 107 do ADCT, na forma proposta pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021.



SF/21418.73645-24





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

EMENDA Nº 66 - CCJ

Deem-se a seguinte redação aos §§ 1º a 3º e § 8º do art. 107-A, a ser acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021:

“Art. 107-A.

§ 1º O limite para o pagamento de precatórios corresponderá, em cada exercício, ao limite previsto no *caput* deste artigo, reduzido da projeção para a despesa com o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, que terão prioridade no pagamento.

§ 2º Os precatórios que não forem pagos em razão do previsto neste artigo terão prioridade para pagamento em exercícios seguintes, observada a ordem estabelecida no art. 100 da Constituição Federal.

§ 3º É facultado ao credor de precatório que não tenha sido pago em razão do disposto neste artigo, além das hipóteses previstas no § 11 do art. 100 da Constituição Federal e sem prejuízo dos procedimentos previstos nos §§ 9º e 21 do referido artigo, optar pelo recebimento, mediante acordos diretos perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Pagamento de Condenações Judiciais contra a Fazenda Pública Federal, em parcela única, até o final do exercício seguinte, com renúncia de 40% (quarenta por cento) do valor desse crédito.

.....

§ 8º Os pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal serão realizados na seguinte ordem:

I – obrigações definidas em lei como de pequeno valor, previstas no § 3º do art. 100 da Constituição Federal;

II – precatórios de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, o até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor;

III – demais precatórios de natureza alimentícia até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor;

IV – demais precatórios de natureza alimentícia além do valor previsto no inciso III;

V – demais precatórios;



SF/21418.73645-24





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

EMENDA Nº 67 - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. _____. Os precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União aos Estados e os Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) serão pagos em três parcelas anuais e sucessivas, da seguinte forma:

I – 40% no primeiro ano;

II – 30% no segundo ano;

III – 30% no terceiro ano.

§ 1º O pagamento das parcelas dos precatórios a que se refere o *caput* deste artigo será feito, a cada ano, em três parcelas, da seguinte forma:

I – 40% (quarenta por cento) do montante até 30 de abril;

II – 30% (trinta por cento) do montante até 31 de agosto;

III – 30% (trinta por cento) do montante até 31 de dezembro.

§ 2º Não se incluem no limite estabelecido no art. 107-A nem na base de cálculo e nos limites estabelecidos no art. 107, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as despesas para os fins de que trata este artigo.”

EMENDA Nº 68 - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. As receitas que os Estados e Municípios receberem a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), deverão ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério, conforme destinação originária do Fundo.

Parágrafo único. Da aplicação de que trata o *caput*, no mínimo 60% (sessenta por cento) deverá ser repassado aos profissionais do magistério, inclusive aposentados e pensionistas, na forma de abono, vedada a incorporação na remuneração, aposentadoria ou pensão.

SF/21418.73645-24





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

EMENDA Nº 69 - CCJ

Suprima-se o § 15 do art. 107 do ADCT, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021.

EMENDA Nº 70 - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. No prazo de um ano a contar da promulgação desta Emenda Constitucional, o Congresso Nacional promoverá, por meio de Comissão mista, exame analítico dos atos, fatos e políticas públicas com maior potencial gerador dos precatórios e sentenças judiciais contrárias à Fazenda Pública da União.

§ 1º A Comissão atuará em cooperação com o Conselho Nacional de Justiça e com o auxílio do Tribunal de Contas da União, podendo requisitar informações e documentos de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, buscando identificar medidas legislativas a serem adotadas com vistas a trazer maior segurança jurídica no âmbito federal.

§ 2º O exame de que trata o *caput* analisará os mecanismos de aferição de risco fiscal e de prognóstico de efetivo pagamento de valores decorrentes de decisão judicial, segregando esses pagamentos por tipo de risco, priorizando-se os temas que possuam maior impacto financeiro.

§ 3º Apurados os resultados, o Congresso Nacional encaminhará suas conclusões aos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, para a adoção de medidas de sua competência.

EMENDA Nº 71 - CCJ

Inclua-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. No exercício de 2022, o aumento dos limites de que trata o *caput* do art. 4º desta Emenda Constitucional deverá ser destinado ao atendimento das seguintes despesas:



SF/21418.73645-24



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza;

II – atendimento dos limites individualizados e sublimites que decorram da aplicação do disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

III – saúde, previdência e assistência social.

EMENDA Nº 72 - CCJ

Inclua-se, no *caput* do art. 203 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 23, de 2021, o seguinte inciso VI e, por conseguinte, inclua-se, no ADCT, na forma do art. 2º da PEC, o seguinte art. 118:

“Art. 1º

.....

‘Art. 203.

.....

VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.’ (NR)”

“Art. 2º

.....

‘Art. 118. Os limites, condições, normas de acesso e demais requisitos com vistas ao atendimento do disposto no inciso VI do art. 203 da Constituição Federal serão determinados, na forma da lei e respectivo regulamento, até 31 de dezembro de 2022.

§ 1º A lei de que trata o *caput* e a regulamentação respectiva fica dispensada da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

§ 2º Não se aplica às eventuais alterações da lei e da regulamentação de que trata este artigo a dispensa a que se refere o § 1º.”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

EMENDA Nº 73 - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 100 da Constituição Federal, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021:

“Art. 1º

.....

‘Art. 100.

.....

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

.....’ (NR)”

EMENDA Nº 74 - CCJ

Insira-se, onde couber, na PEC nº 23, de 2021, o seguinte artigo:

Art. ____. Os entes da Federação que tiverem descumprido a medida prevista no art. 4º, da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e que optarem por não firmar termo aditivo na forma do que prevê o art. 4º-A da referida lei complementar poderão restituir à União os valores diferidos por força do prazo adicional proporcionalmente à quantidade de prestações remanescentes dos respectivos contratos, aplicados os encargos contratuais de adimplência e desde que adotem, durante o prazo de restituição dos valores para a União, as medidas previstas no art. 167-A da Constituição Federal.

EMENDA Nº 75 - CCJ

Dê-se ao art. 7 da PEC nº 23, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor:



SF/21418.73645-24



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – a partir de 2022 para o disposto no § 11 do art. 100 da Constituição Federal, constante no art. 1º desta Emenda Constitucional, devendo o Poder Executivo Federal regulamentar, em até noventa dias contados da entrada em vigência desta Emenda Constitucional, os aspectos operacionais referentes ao disposto no citado parágrafo;

II – a partir de 2022 para a alteração no § 5º do art. 100 da Constituição Federal, constante no art. 1º desta Emenda Constitucional;

III – na data de sua publicação, para os demais dispositivos.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

21

Reunião: 17ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)		2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)		5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)		6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	Presente
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 17ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Relatório à PEC 23/2021

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA	X			1. EDUARDO GOMES	X		
RENAN CALHEIROS				2. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
SIMONE TEBET		X		3. MARCIO BITTAR	X		
FERNANDO BEZERRA COELHO	X			4. LUIZ DO CARMO			
JADER BARBALHO				5. ROSE DE FREITAS			
MECIAS DE JESUS	X			6. FLÁVIO BOLSONARO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
ELIANE NOGUEIRA	X			8. DANIELLA RIBEIRO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLÍNIO VALÉRIO	X			1. ROBERTO ROCHA			
CHIQUEINHO FEITOSA				2. JOSÉ ANÍBAL		X	
JORGE KAJURU		X		3. GIORDANO	X		
ORIOVISTO GUIMARÃES		X		4. LASIER MARTINS		X	
MARCOS DO VAL				5. ALVARO DIAS			
SORAYA THRONICKE				6. EDUARDO GIRÃO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. NELSONHO TRAD			
LUCAS BARRETO	X			2. CARLOS VIANA			
OMAR AZIZ				3. CARLOS FAVARO	X		
VANDERLAN CARDOSO	X			4. SÉRGIO PETECÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE				1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM		X		1. FERNANDO COLLOR			
TELMÁRIO MOTA	X			2. HUMBERTO COSTA			
ROGÉRIO CARVALHO		X		3. JACQUES WAGNER			
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO VIEIRA		X		1. ELIZIANE GAMA			
WEVERTON		X		2. CID GOMES			
FABIANO CONTARATO		X		3. VAGO			

Quórum: TOTAL 27
Votação: TOTAL 26 SIM 16 NÃO 10 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Davi Alcolumbre
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PEC 23/2021)

NA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA, COM O ACOLHIMENTO TOTAL OU PARCIAL DAS EMENDAS NOS 3, 4, 13, 15, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39, 45, 48 E 51, NA FORMA DAS EMENDAS NºS 66-CCJ A 75-CCJ, COM AS ADEQUAÇÕES REDACIONAIS PROPOSTAS E REJEITANDO AS DEMAIS EMENDAS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 18, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 12, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Carlos Portinho

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 12, de 2021, do Supremo Tribunal Federal, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.*

SF/21295.62244-94

Relator: Senador **CARLOS PORTINHO**

Por intermédio do Ofício “S” nº 12, de 2021, esta Comissão recebe para exame a indicação de MAURO PEREIRA MARTINS para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça, para mandato referente ao biênio 2021/2023, de acordo com o que dispõe o art. 103-B, *caput* e inciso IV, da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dar curso à sabatina do indicado e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, deste Colegiado. Uma vez encerrada esta tarefa, a indicação deve ser encaminhada ao Plenário do Senado Federal, para a deliberação final.

O Senado Federal recebeu, em conformidade com as disposições regimentais, uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* do indicado, que aponta ter logrado o título de bacharel em Direito em 1990,





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2005, obteve o título de Mestre em Direito, pela Universidade Estácio de Sá.

O indicado foi aprovado no ano 1991, em concurso público para o cargo de Defensor Público, no Estado do Rio de Janeiro, função que exerceu até dezembro de 1993. Nesta data, ingressou na magistratura, após aprovação em 1º lugar no concurso público para a Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro.

Atuou em várias comarcas do Estado, como Petrópolis, Casimiro de Abreu e Silva Jardim, Magé e a própria Capital, tendo percorrido todas as competências legais no primeiro grau de jurisdição, com competência cível, criminal, de família, de órfãos e sucessões, de fazenda pública e empresarial. Ademais, em pesquisa na internet, constata-se que o indicado também exerceu a função de Juiz Eleitoral.

Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por merecimento, em 2012. Atuou em diversas Câmaras Cíveis, estando, atualmente, com assento efetivo na 19ª Câmara Cível, integrando, ainda, o Conselho da Magistratura.

Ao longo de sua carreira, o indicado também exerceu funções de docência na área jurídica, tendo ingressado no magistério no ano de 2002. Lecionou Direito Civil na Universidade Estácio de Sá até 2004, quando ingressou como professor adjunto da Escola da Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro.

Integrou a Banca Examinadora do XLVIII Concurso para ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, em direito empresarial.

Na seara administrativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o indicado foi Coordenador da Comissão Estadual dos Juizados Especiais (COJES) – no biênio 2019/2020, Membro da Comissão de Políticas Institucionais para eficiência operacional e qualidade dos serviços judiciais (COMAQ) – no biênio 2019/2020, Coordenador da Comissão de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais dos Grandes Eventos



SF/21295.62244-94





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

(CEJESP) – nos biênios de 2015/2017 e 2017/2019 e, também, fez parte da Comissão de Regimento Interno do Tribunal de Justiça – no biênio de 2015/2017.

Publicou o capítulo “A Alienação de Ativos na Falência e a Regulação dos Preços nos Leilões Judiciais”, na obra “Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência” (Luis Felipe Salomão – org., São Paulo, Atlas, 2021), e o capítulo “O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo CPC”, na obra “O Novo Processo Civil Brasileiro – Temas Relevantes – Estudos em Homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux” (Aluisio Gonçalves de Castro Mendes – org., Rio de Janeiro, Editora GZ, 2018).

Com respeito às distinções honrosas, foi agraciado com o Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 2013; com a Medalha Tiradentes, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Resolução nº 365, de 2017; e com a Medalha Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em 2007.

Atendendo ao que dispõe o inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declaração em que informa não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que seja ocupante de cargo de provimento em comissão. Declarou, ainda, que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativo/disciplinar.

Apresentou declaração asseverando que nunca exerceu, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em conformidade com o que demanda o art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2, do RISF.

O indicado atendeu, também, ao item 3 dessa alínea ao apresentar declaração quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, devidamente acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.



SF/21295.62244-94





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

O indicado declara, ainda, que não é membro do Poder Legislativo de qualquer unidade federada, nem possui cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, que seja membro do Poder Legislativo de nenhuma das esferas da Federação.

O indicado apresentou declaração em que assevera não existirem, em qualquer grau de jurisdição, ações em que figure como réu, tampouco procedimentos de natureza administrativa-disciplinar. Figura, como autor, no Processo nº 0291608-92.2020.8.19.0001, em tramitação perante a 32ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, relativa ao direito de vizinhança.

Com respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea “b”, item 5, do RISF, o indicado informa ter atuado como desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como assevera não ter participado em conselhos de administração de empresa estatal ou em cargos de direção de agência reguladora.

Registramos, por fim, que o indicado incluiu na documentação apresentada a esta Casa uma argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que busca demonstrar ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNJ.

Em vista do apresentado, julgamos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Desembargador **MAURO PEREIRA MARTINS** para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

Senador CARLOS PORTINHO



SF/21295.62244-94





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 12/2021 - MAURO PEREIRA MARTINS - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
EDUARDO BRAGA (MDB)	votou	1. Eduardo Gomes (MDB)	votou
RENAN CALHEIROS (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
SIMONE TEBET (MDB)	votou	3. Marcio Bittar (PSL)	
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	votou	4. Luiz do Carmo (MDB)	
JADER BARBALHO (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS)	votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	
ESPERIDIÃO AMIN (PP)	votou	7. Luis Carlos Heinze (PP)	votou
ELIANE NOGUEIRA (PP)	votou	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB)	votou	1. Roberto Rocha (PSDB)	votou
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM)	votou	2. José Aníbal (PSDB)	
JORGE KAJURU (PODEMOS)	votou	3. Giordano (MDB)	não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)		4. Lasier Martins (PODEMOS)	não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS)	votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	
SORAYA THRONICKE (PSL)	votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	
PSD			
ANTONIO ANASTASIA (PSD)	votou	1. Nelsinho Trad (PSD)	não computado
LUCAS BARRETO (PSD)	votou	2. Carlos Viana (PSD)	
OMAR AZIZ (PSD)	votou	3. Carlos Fávaro (PSD)	
VANDERLAN CARDOSO (PSD)	votou	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)	votou	1. Zequinha Marinho (PSC)	não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM)	votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
JORGINHO MELLO (PL)	não computado	3. Carlos Portinho (PL)	votou
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
PAULO PAIM (PT)		1. Fernando Collor (PROS)	
TELMÁRIO MOTA (PROS)	votou	2. Humberto Costa (PT)	
ROGÉRIO CARVALHO (PT)	votou	3. Jaques Wagner (PT)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
WEVERTON (PDT)	votou	2. Cid Gomes (PDT)	votou
FABIANO CONTARATO (REDE)	votou	3. VAGO	

Votação:

TOTAL 26 SIM 25 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 4 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 12, de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 12, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. MAURO PEREIRA MARTINS, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Carlos Portinho, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 12/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO DESEMBARGADOR MAURO PEREIRA MARTINS, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NO BIÊNIO 2021/2023, EM VAGA DESTINADA A DESEMBARGADOR DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 25 VOTOS FAVORÁVEIS E 1 VOTO CONTRÁRIO.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 19, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 13, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULRO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

30 de Novembro de 2021





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o ofício nº 13, de 2021, do Supremo Tribunal Federal, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz Estadual.*

**Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA**

Esta Comissão recebe para exame a indicação do Dr. RICHARD PAULO PAE KIM, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada a Juiz Estadual, para mandato referente ao biênio 2021/2023, de acordo com o que dispõem os incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promover a sabatina do indicado e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, deste Colegiado. Uma vez encerradas essas tarefas, a indicação será encaminhada ao Plenário do Senado Federal, onde receberá a deliberação final.

Em conformidade com as disposições regimentais, nos foi enviada uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* do indicado, também disponível na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), aponta que ele se tornou bacharel em Direito em 1990, pela Universidade de São Paulo (USP).





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Em 1997, obteve o título de Mestre em Direito na mesma Casa, sob a orientação do Professor Doutor José Afonso da Silva, em dissertação acerca da Desapropriação Urbanística.

O Doutorado, também pela USP, foi obtido em 2002. A tese defendida sob o título “Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas” foi orientada pela Professora Dra. Odete Medauar. De 2008 a 2010, o indicado seguiu suas pesquisas de pós-doutorado em políticas públicas, administração e sistemas educacionais, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Entre 2015 e 2017, promoveu atividades de pesquisa e desenvolvimento na Faculdade de Direito da USP, sobre os temas da Reforma Política e do Direito Eleitoral.

Na docência na área jurídica, o indicado esteve vinculado à Universidade Metodista de Piracicaba de 2008 a 2020, nos programas de graduação e Mestrado em Direito da instituição. Foi também professor da Universidade Paulista de 1998 a 1999, quando ingressou no magistério, logo após a conclusão do mestrado, e também no período de 2002 a 2007.

Quanto à sua trajetória profissional, o indicado foi aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil em 1990 e exerceu advocacia privada até seu ingresso na magistratura, em 1993, na carreira de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo (TS/SP). Assumiu as funções de Juiz Substituto da Circunscrição Judiciária da Comarca de Ribeirão Preto, São Paulo, tendo sido promovido no ano seguinte, 1994, ao cargo de Juiz de Direito da Comarca de Jacupiranga.

Em 1995, foi deslocado para a Comarca de Campinas e promovido a Juiz de Direito da 4ª Vara Cível. Em 2002 foi removido para a Vara da Infância e da Juventude. Em 2015, passou a exercer o cargo de Juiz de Direito Titular I da 32ª Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo e em 2017, removido novamente para a Comarca de Campinas, desta vez para exercer o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, onde ainda se encontra exercendo suas funções judicantes.

Paralelamente à sua atuação no TJ/SP, o indicado já desempenhou funções em outros órgãos do Poder Judiciário. No Supremo Tribunal Federal (STF), foi Juiz Auxiliar e Juiz instrutor no gabinete do Ministro Dias Toffoli, de 2013 a 2017. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atuou como Juiz Auxiliar do Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho no ano 2018. Ainda, prestou serviços junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

como Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica até setembro de 2020.

Desde 14 de setembro de 2020, vem cumulando as atividades de Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas com a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral Eleitoral, onde assessora o Ministro Luís Felipe Salomão.

Quanto à sua profícua produção bibliográfica, o Dr. RICHARD PAULO PAE KIM apresenta diversos artigos em periódicos, capítulos em livros e publicações em anais de congressos. Ainda, já organizou mais de dez obras, também atuando como membro de corpo editorial e revisor de diversos periódicos especializados nas ciências jurídicas.

Com respeito às distinções honrosas, foi agraciado com a Medalha Mello Mattos, da ABRAMINJ - Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, e a Medalha Ministro Célio Silva, do COPEJE - Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral, em 2020. Em 2019, recebeu o Diploma de Honra ao Mérito, da Câmara Municipal de São Paulo e da Associação Brasileira dos Coreanos; o Troféu Dom Quixote de la Mancha, da Revista Justiça & Cidadania e Confraria Dom Quixote; e o Grau de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP. Nos anos de 2004 a 2018 houve ainda outras diversas condecorações, das quais destacamos o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, do TRE/SP e o Diploma de Mérito Jurídico, da Câmara Municipal de Campinas, apenas à título de exemplificação.

Atendendo ao que dispõe o inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declaração em que informa não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário que seja ocupante de cargo de provimento em comissão. Declarou ainda a inexistência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas e privadas, vinculadas à sua atividade profissional, com exceção de sua esposa, Dra. Patrícia Suárez Pae Kim, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, titular da 1ª Vara Criminal de Campinas, São Paulo.

Quanto ao Congresso Nacional e ao Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, declarou não possuir cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, que seja membro desses Poderes, bem como que sua irmã,



SF/21816.77766-14





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Dra. Mariana Elizabeth Pae Kim, ocupa cargo de provimento efetivo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Declarou, ainda, que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativa/disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele.

Apresentou declaração asseverando que nunca exerceu, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em conformidade com o que demanda o art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2, do RISF.

O indicado atendeu, também, ao item 3 dessa alínea ao apresentar declaração quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, devidamente acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Em respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea b, item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, declara que atuou nos seguintes juízos e tribunais nos últimos cinco anos, contados retroativamente do ano de sua indicação:

1. Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral Eleitoral, do TSE, de 14 de setembro de 2020 até a presente data;
2. Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, do Conselho Nacional de Justiça, de 14 de setembro de 2018 até 10 de setembro de 2020;
3. Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, do TSE, de 8 de fevereiro de 2018 até 13 de setembro de 2018;
4. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, do TJ/SP, de 30 de novembro de 2017 até a presente data;
5. Juiz Instrutor do Gabinete do Ministro Dias Toffoli, do STF, de 8 de novembro de 2015 até 7 de novembro de 2017;





6

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

6. Juiz de Direito Titular da 32ª Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo, do TJ/SP, de 2 de julho de 2015 até 29 de novembro de 2017.

Por fim, declarou que nunca participou de conselhos de administração de empresas estatais ou de cargos de direção de agências reguladoras.

Registramos que em sua argumentação escrita o indicado demonstrou, de forma sucinta, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNJ.

Em vista do apresentado, julgamos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Dr. RICHARD PAULO PAE KIM para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21816.77766-14





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





Senado Federal

9

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 13/2021 - RICHARD PAULO PAE KIM - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) votou
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 25 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 2 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 13, de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 13, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. RICHARD PAULO PAE KIM, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Antonio Anastasia, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 13/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO JUIZ DE DIREITO RICHARD PAULO PAE KIM, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NO BIÊNIO 2021/2023, EM VAGA DESTINADA A JUIZ ESTADUAL, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 25 VOTOS FAVORÁVEIS E 1 VOTO CONTRÁRIO.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 20, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 14, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

30 de Novembro de 2021





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “s” nº 14, de 2021 (Ofício TST.GP nº 130, de 25/08/2021, da Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na origem) que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.*



SF/21933.80242-42

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

A Excelentíssima Senhora Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício TST.GP nº 130, de 25 de agosto de 2021 (Ofício “S” nº 14, de 2021), o nome de Sua Excelência o Senhor LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso III do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Cabe a esta CCJ, de acordo com a citada Resolução, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o indicado encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, a seguir brevemente relatado.

Nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, o indicado graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo frequentado cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização em diversos ramos das ciências jurídicas.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Tornou-se Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) há quinze anos, em fevereiro de 2006, tendo iniciado sua carreira na magistratura trabalhista em 1987, quando foi nomeado Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e alçado, em 1998, a Desembargador do referido Tribunal.

Antes de integrar aquela Corte como Ministro, foi convocado, em caráter excepcional e transitório, por diversas vezes, entre 1999 e 2004, para substituir seus Ministros.

Nos anos que antecederam o seu ingresso na magistratura trabalhista, exerceu a advocacia, foi oficial de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e assessorou o Ministro Luiz Phillippe Vieira de Melo do TST.

Atualmente, o indicado ocupa o cargo de Vice-Presidente do TST, eleito que foi para o biênio 2020/2022.

Sua Excelência ministrou aulas e cursos em instituições de ensino jurídico voltados para a magistratura e justiça trabalhistas e participou de diversas bancas e comissões examinadoras para o ingresso na magistratura e no ministério público trabalhistas, tendo, ainda, participado de diversos eventos, congressos, seminários e proferido conferências.

Integrou diversas diretorias, conselhos de instituições e grupos de trabalho vinculados ou associados aos objetivos da justiça do trabalho.

A obra bibliográfica do autor compreende a produção e organização de livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos sobre matéria jurídica, especialmente, do âmbito da Justiça do Trabalho.

Sua Excelência recebeu diversas condecorações, conforme consta do seu extenso currículo.

Conforme disposto no art. 383, I, “b”, do RISF, o indicado informou que o seu irmão, Caio Luiz de Almeida Vieira de Melo, exerceu cargos públicos vinculados a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Sua Excelência informou, ainda, que não ocupou, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Também não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Sua Excelência apresentou, em documentação anexa, certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, que atestam não haver qualquer pendência, informando, ademais, também inexistirem ações judiciais em que o indicado figure como parte, em qualquer grau de jurisdição.

Declara, ademais, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Em argumentação escrita demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando estarmos fornecendo às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 14/2021 - LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) votou
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 25 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 1 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 14, de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.”*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 14, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Antonio Anastasia, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 14/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NA VAGA DESTINADA AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 25 VOTOS FAVORÁVEIS E 1 VOTO CONTRÁRIO.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 21, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 15, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Chiquinho Feitosa

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 15, de 2021 (nº 402/2021, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

SF/21169.66786-01

Relator: Senador **CHIQUELHO FEITOSA**

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Senhor Daniel Carnio Costa, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor, no biênio de 2021 a 2023, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada a juiz indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

A indicação é feita com amparo no art. 130-A, IV, da Constituição. O CNMP, órgão ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, tem sua composição e competências reguladas no citado artigo da Carta Magna, sendo seus integrantes nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

As regras a serem observadas na apreciação, pelo Senado Federal, das indicações de membros do CNMP estão previstas no art. 383 do





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e na Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, *a*, do RISF, e no art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 2005, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido em Jaboticabal, no Estado de São Paulo, o Senhor Daniel Carnio Costa graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1997, e concluiu mestrado pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp) em 2008. Obteve, em 2013, o título de Doutor em direitos difusos e coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). E, em 2016, o título de *Master of Comparative Law* pela *Cumberland School of Law* da *Samford University*, nos Estados Unidos da América. No ano de 2014, iniciou estágio pós-doutoral em Direito na Universidade de Paris 1 (*Panthéon-Sorbonne*), interrompido em 2018. Seus trabalhos de conclusão, na pós-graduação, abordaram temas como as ações coletivas para reparação de danos individuais, a análise comparativa do direito falimentar no Brasil e nos Estados Unidos, e as tutelas de urgência *ex officio* no processo coletivo.

O indicado mantém ou já manteve vínculo com as seguintes instituições de ensino superior, na qualidade de docente, coordenador ou pesquisador: Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), Fadisp, Escola Paulista da Magistratura, USP, PUC/SP, Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, Universidade Nove de Julho (Uninove) e Fundação Getúlio Vargas. No magistério, atuou sobretudo nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Empresarial.

Integra a Academia Paulista de Magistrados, a Academia Paulista de Direito e o conselho científico do *International Journal of Insolvency Law*.

Possui vasta produção bibliográfica, sendo organizador, autor ou coautor de diversas obras, dentre as quais destacamos: Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências; Sistema Brasileiro de Insolvência Transnacional; Recuperação Judicial de Empresas - A Jurisprudência do STJ Interpretada à Luz da Reforma; Recuperação de Empresas e Falência - Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência; Insolvência Empresarial - Temas Essenciais; Tutelas de Urgência (individuais e coletivas) - Teoria Geral; Danos Individuais e Ações Coletivas; Execução no Processo Civil Brasileiro. Sua produção inclui também a autoria de algumas dezenas de



SF/21169.66786-01





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

capítulos em obras coletivas, bem como de artigos em periódicos nacionais e estrangeiros.

Igualmente prolífica é sua atividade como palestrante e como orientador ou membro de bancas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

Foi admitido na magistratura do Estado de São Paulo em 1998, em virtude da aprovação em concurso público, ocupando desde 2011 o cargo de Juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Entre 2018 e 2020, atuou como juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e hoje exerce a função de juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

É membro da *Judicial Insolvency Network* e do comitê judicial do *International Insolvency Institute*, além de presidente e fundador do Fórum Nacional dos Juízes de Competência Empresarial. Em 2018, foi escolhido jurista do ano pela Ordem dos Economistas do Brasil.

Em observância ao art. 383, I, *b*, do RISF e ao art. 5º, II a IV, da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações de que:

- (i) não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- (ii) não atua e jamais atuou como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- (iii) sua situação é regular perante os fiscos federal, estadual e municipal;
- (iv) não existem ações judiciais em que figure como autor ou réu, tampouco procedimento administrativo disciplinar instaurado contra ele;
- (v) nos últimos cinco anos, atuou: (i) durante todo o período, como juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo; (ii) no biênio de 2018 a 2020, como juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; e (iii) desde 2020, como juiz auxiliar da Presidência do STJ;
- (vi) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, do Distrito Federal ou de Município, tampouco é cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de membro do Poder Legislativo.

As declarações de que tratam os itens *iii* e *iv* se fazem acompanhar de certidões negativas expedidas pela Secretaria da Receita



SF/21169.66786-01





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelos Governos do Distrito Federal, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, pela Justiça Federal da 1ª e da 3ª Região, pelos Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo e do Distrito Federal e Territórios, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 10ª Regiões.

Já em cumprimento ao art. 383, I, *c*, do RISF, o indicado apresentou argumentação escrita sucinta que expõe sua experiência profissional, sua formação acadêmica e afirma sua afinidade intelectual para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP.

Fornecidas tais informações, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21169.66786-01





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 15/2021 - DANIEL CARNIO COSTA - CNMP

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) votou
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 24 NÃO 2 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 3 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 15, de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 15, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. DANIEL CARNIO COSTA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional Do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Chiquinho Feitosa, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 15/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR DANIEL CARNIO COSTA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP, NA VAGA INDICADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 130-A, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 24 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 VOTOS CONTRÁRIOS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 22, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 65, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHIA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Eduardo Gomes

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Mensagem (SF) nº 65, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Doutora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.*

SF/21636-45987-47Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

Esta Comissão recebe para exame a indicação do Dra. MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, com sede em Curitiba, Paraná, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira, decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promover a sabatina da indicada e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Uma vez encerradas essas tarefas, a indicação será encaminhada ao Plenário do Senado Federal, onde receberá a deliberação final.



2³

Em conformidade com as disposições regimentais, nos foi enviada uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* da indicada, apresentado no padrão Lattes do CNPQ, aponta que ela se tornou bacharel em Direito em 1989, pela Universidade Federal do Paraná. Em 2012, obteve o título de Mestre em Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), sob a orientação do Professor Doutor André Ramos Tavares, em dissertação acerca do Conselho Nacional de Justiça como instrumento de efetividade na Constituição de 1988.

O Doutorado, também pela PUC/SP, foi obtido em 2019. A tese defendida sob o título “Políticas públicas judiciárias: uma abordagem multidimensional no estudo do acesso à justiça” foi orientada pelo Professor Dr. Antônio Carlos Mendes.

Quanto à sua trajetória profissional, o currículo da indicada traz como marco o ano de 1992, quando iniciou seu vínculo como Juíza Titular da 15ª Vara do Trabalho. Em 2019, foi promovida a Desembargadora do Trabalho. Cabe destaque, contudo, ao biênio 2009-2011, quando a indicada foi conselheira do Conselho Nacional de Justiça e presidiu a Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania.

Quanto à sua profícua produção bibliográfica, a Dra. MORGANA DE ALMEIDA RICHA apresenta diversos artigos em periódicos, capítulos em livros e publicações em anais de congressos, com notória participação como conferencista e palestrante. Ainda, organizou a obra “Conciliação e Mediação: Estruturação da Política Judiciária Nacional.” e promoveu diversos eventos, com destaque para o Fórum Internacional - Direitos Humanos e a Organização Internacional do Trabalho, ocorrido em 2014.

Com respeito às distinções honrosas, foi agraciada com a Ordem do Mérito do Judiciário no Pará, grão-mestre, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 2015; com a Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, grau grã-cruz, Regional do Trabalho da 9ª Região e com a Ordem do Mérito “Jus et Labor”, Tribunal Regional da 8ª Região, ambos em 2011; e com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, condecoração de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar, em 2010; apenas à título de exemplificação adstrita à última década.



SF/21636-45987-47



A indicada apresentou declaração para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela Resolução nº 41, de 2013, informando que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Apresentou declaração asseverando que nunca exerceu, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em conformidade com o que demanda o art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2, do RISF.

A indicada atendeu, também, ao item 3 dessa alínea ao apresentar declaração quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, devidamente acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Em respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 do Regimento Interno do Senado Federal, declara que atua como Magistrado do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, há 29 (vinte e nove) anos.

À luz do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, informa que é autora no PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5036456-26.2021.4.04.7000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR), junto ao Juízo Federal da 6ª Região. Em seguida, informou a inexistência de outras demandas judiciais em que figure como parte, seja como autora ou ré, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Já para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, informou que não atuou, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Registramos que em sua argumentação escrita a indicada demonstra, de forma sucinta, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo a que fora indicada.



SF/21636-45987-47



4⁵

Em vista do apresentado, julgamos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação da Dra. MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

MSF 65/2021 - MORGANA DE ALMEIDA RICHA - TST

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
EDUARDO BRAGA (MDB)	votou	1. Eduardo Gomes (MDB)	votou
RENAN CALHEIROS (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
SIMONE TEBET (MDB)	votou	3. Marcio Bittar (PSL)	
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	votou	4. Luiz do Carmo (MDB)	
JADER BARBALHO (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS)	votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	
ESPERIDIÃO AMIN (PP)	votou	7. Luis Carlos Heinze (PP)	votou
ELIANE NOGUEIRA (PP)	votou	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB)	votou	1. Roberto Rocha (PSDB)	votou
CHIQUEINHO FEITOSA (DEM)	votou	2. José Aníbal (PSDB)	
JORGE KAJURU (PODEMOS)	votou	3. Giordano (MDB)	não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)		4. Lasier Martins (PODEMOS)	não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS)	votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	
SORAYA THRONICKE (PSL)	votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	
PSD			
ANTONIO ANASTASIA (PSD)	votou	1. Nelsinho Trad (PSD)	não computado
LUCAS BARRETO (PSD)	votou	2. Carlos Viana (PSD)	
OMAR AZIZ (PSD)	votou	3. Carlos Fávaro (PSD)	
VANDERLAN CARDOSO (PSD)	votou	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)	votou	1. Zequinha Marinho (PSC)	não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM)	votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
JORGINHO MELLO (PL)	votou	3. Carlos Portinho (PL)	não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
PAULO PAIM (PT)		1. Fernando Collor (PROS)	
TELMÁRIO MOTA (PROS)	votou	2. Humberto Costa (PT)	
ROGÉRIO CARVALHO (PT)	votou	3. Jaques Wagner (PT)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
WEVERTON (PDT)	votou	2. Cid Gomes (PDT)	votou
FABIANO CONTARATO (REDE)	votou	3. VAGO	

Votação:

TOTAL 26 SIM 23 NÃO 3 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 7 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a MSF nº 35 de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.”*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre a MSF nº 65, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome da Sra. MORGANA DE ALMEIDA RICHA, para *exercer o cargo* de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, com 23 (vinte e três) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Eduardo Gomes, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 65/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NA VAGA DECORRENTE DO FALECIMENTO DO MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, NOS TERMOS DO ART. 111-A, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 23 VOTOS FAVORÁVEIS E 3 VOTOS CONTRÁRIOS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



MENSAGEM Nº 65, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Concluída a instrução da matéria, a Mensagem será deliberada oportunamente pelo Plenário.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 16, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador José Aníbal

30 de Novembro de 2021



RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 16, de 2021 (nº 401, de 2021, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

SF/21242.93588-76

Relator: Senador **JOSÉ ANÍBAL**

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Ofício “S” nº 16, de 2021 (nº 401, de 2021, na origem), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo STJ.

A matéria acha-se regida, no âmbito do Senado Federal, pelo art. 383 de seu Regimento Interno e pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Compete a esta Comissão, nos termos constitucionais, legais e regimentais mencionados, proceder à sabatina do indicado, para posterior deliberação do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e ao art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*.



2³

MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS nasceu em 6 de novembro de 1973, em Manaus, capital do Estado do Amazonas.

É vasta e exitosa sua **experiência profissional**.

Logo após a graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 1993-1996), iniciou sua trajetória profissional como advogado concursado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), em 1997. Em 1998, com cerca de dois anos de formado, foi aprovado, em concurso público, para o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Amazonas, atuando em comarcas do interior do Estado e tendo contato com a realidade difícil da população. Permaneceu como Promotor de Justiça por três anos e meio.

Em 2001, com apenas cinco anos de formado, foi aprovado no concurso para Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo sido nomeado para a Seção Judiciária do Distrito Federal. Atuou em Brasília/DF até 2006, quando foi promovido a juiz titular na recém-criada Vara Federal de Ji-Paraná, em Rondônia. Após, foi removido para atuar na Seção Judiciária do Amazonas, onde exerceu a função de Vice-Diretor do foro da Seção Judiciária, em 2009, e Diretor do foro, em 2010. Nesse período, teve a oportunidade de atuar, como juiz suplente e, depois, como juiz titular, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas (TRE/AM). Em 2012, foi convocado para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, onde ficou até 2013, quando foi convocado pelo Ministro Felix Fischer para exercer a função de juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ficando responsável por matérias administrativas, especialmente as ligadas ao Conselho da Justiça Federal (CJF).

Posteriormente, foi convocado como magistrado instrutor no Gabinete do Ministro Humberto Martins, do STJ. Em 2014, passou a atuar na 9ª Vara Federal do Distrito Federal, com competência cível, onde é titular até presente data. É importante acrescentar que, entre agosto de 2018 e agosto de 2020, atuou como juiz auxiliar na Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a gestão do Ministro Humberto Martins. Também no CNJ, integrou o Comitê de Cooperação Judiciária e o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão. Em agosto de 2020, sob a presidência do Ministro Humberto Martins, assumiu o cargo de Secretário-Geral do Conselho da Justiça

SF/21242.93588-76



Federal, órgão encarregado da supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Em quase vinte anos de magistratura federal, o juiz MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS teve a oportunidade de atuar em situações as mais diversas, desde as comarcas no interior do Estado do Amazonas e de Rondônia, passando por seções judiciárias de grande porte, como a do Distrito Federal, até órgãos de cúpula do Poder Judiciário, como o STJ e o CNJ, onde a visão estratégica e a perspectiva de coordenação e supervisão sobressaem.

Paralelamente à sua atuação profissional, o juiz federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS conferiu **grande ênfase à sua formação acadêmica**. Concluiu o mestrado em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2011-2013), tendo defendido a dissertação intitulada *“Precaução e intervenção mínima: a proporcionalidade na tutela penal do meio ambiente”*. É doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), desde 2017.

Nos últimos vinte anos, teve dois livros publicados, três capítulos de livros, além de diversos artigos em periódicos especializados, que abarcam temas variados do Direito, como: direitos humanos e fraternidade; tutela penal do meio ambiente e o princípio da proporcionalidade; soberania popular, democracia e jurisdição; responsabilidade civil do Estado; direito digital; a questão da prova ilícita no Direito Penal; além de questões sobre a lógica jurídica, argumentação e racionalidade.

Tendo presentes as exigências da legislação específica, o indicado informou que não exerce atividade político-partidária. Igualmente declarou não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e não possuir cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, que seja membro do Poder Legislativo de qualquer ente federado.

Atendendo às determinações do art. 383 do RISF e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado declarou que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e que inexistem ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição.



SF/21242.93588-76



4⁵

O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado, também, de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Declarou não possuir parentes que exerçam atividades públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Declarou, ainda, não ter participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

Declarou ter atuado nos seguintes juízos: de 2014 até a presente data, é Juiz Titular da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal; entre 2007 e 2014, foi Juiz Titular da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas; entre 2006 e 2007, foi Juiz Titular da Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná (RO); e entre 2001 e 2006, foi Juiz Federal Substituto na 20ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o CNJ.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Senhor MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS para exercer o relevante cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecção (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 16/2021 - MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) votou
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 24 NÃO 2 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 5 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 16, de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 16, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador José Aníbal, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 16/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO JUIZ FEDERAL MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NO BIÊNIO 2021/2023, NA VAGA INDICADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 24 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 VOTOS CONTRÁRIOS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 18, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Omar Aziz

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 18, de 2021 (nº 782/2021, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.*



SF/21939.51384-08

Relator: Senador **OMAR AZIZ**

Por intermédio do Ofício “S” nº 18, de 2021, é submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, VIII, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Consoante o art. 103-B, VIII, da Lei Maior, cabe ao TST indicar um juiz de Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para compor o CNJ e, conforme o § 2º do mesmo artigo, cabe ao Senado Federal aprovar o nome do indicado, por maioria absoluta.

Por seu turno, o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações da presente natureza, obedecido o rito prescrito no art. 383, também da carta regimental.

Em consonância com o supracitado art. 383, em seu inciso I, alínea *a*, a indicada encaminhou o seu *curriculum vitae*.



2³

A Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA é natural do Município de São Paulo. A sua **formação acadêmica** inclui o Bacharelado em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Extensão Universitária com Curso de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; também Curso de Especialização em Direito do Trabalho na *Università Degli Studi Di Modena e Reggio Emilia*; e Mestrado em Direito Político e Econômico, com área de concentração em Direito do Trabalho, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo a sua dissertação sido apresentada e aprovada no ano de 2001, com tema “A Transação Extrajudicial no Direito Individual do Trabalho.”

Quanto à sua **experiência profissional**, cabe destacar que a indicada ingressou na magistratura trabalhista no ano de 1990, como Juíza do Trabalho Substituta, mediante concurso de provas e títulos, tendo sido promovida em 1993, por merecimento, para o cargo de Juíza Presidente da 14ª Vara do Trabalho de São Paulo.

No ano de 2004 se tornou Desembargadora do TRT da 2ª Região (que abrange a Cidade de São Paulo e as regiões de Guarulhos, Osasco, ABC paulista e Baixada Santista), também promovida por merecimento. A partir de 2008 passou a exercer a Presidência da 9ª Turma desse Tribunal. Em 2012 assumiu a Presidência da Seção Especializada em Dissídios Individuais II, do TRT 2ª Região; em 2016 passou a exercer o cargo de Corregedora Regional do Tribunal.

Entre os anos de 2018 e 2020 exerceu a Presidência da 6ª Turma do TRT da 2ª Região e desde 2020 exerce a Presidência da Seção Especializada em Dissídios Individuais II, do referido Tribunal. Cabe ainda registrar que, atendendo a convocação, atuou junto à 8ª Turma do TST, no período de 12/5/2014 a 18/12/2015.

Cumpre, ademais, consignar que a Doutora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA tem exercido expressiva **atividade acadêmica**, na docência das disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade Presbiteriana Mackenzie, bem como a chefia do Núcleo Temático de Direitos Humanos, Sociais e da Cidadania dessa Universidade.

Ademais, tem exercido a docência: na Escola da Magistratura do TRT da 2ª Região, onde atuou também como Coordenadora, Vice-Diretora e Conselheira; e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ministrando disciplinas nos



SF/21939.51384-08



Cursos Nacionais de Formação inicial de magistrados da Justiça do Trabalho.

De outra parte, devemos anotar que a ilustre indicada para o CNJ é autora de **estudos especializados** na sua área de atuação profissional, de que registramos os seguintes trabalhos publicados: “Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico” – Anais das Jornadas de Direito e Processo do Trabalho em Homenagem ao Professor Valentin Carrion, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2000; “O Direito do Trabalho na Sociedade Contemporânea”, Coordenação, Editora LTr, 2001; “Constitucionalismo Social – Estudos em Homenagem ao Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Coordenação, Editora LTr, 2003; Políticas Públicas de Inserção no Mercado de Trabalho x Vínculo de Emprego”, obra coletiva Estado e Economia, Estudos em Homenagem a Ademar Pereira, Editora Saraiva, 2011.

Cumpre também fazer referência à participação atuante da Doutora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA em diversos **congressos, encontros, simpósios**, de âmbito local, nacional e internacional, relacionados à sua área de atuação profissional, inclusive como palestrante.

Devemos igualmente anotar a participação da magistrada indicada em bancas examinadoras de concursos para ingresso na Magistratura do Trabalho, bem como em entidades representativas da classe.

Cabe, ainda, registrar que a Doutora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, ao longo de sua carreira, tem sido agraciada com **honrarias**, entre as quais destacamos a “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do TST, no grau Comendador; a “Ordem do Mérito de Dom Bosco” e o Grande Colar do Mérito Judiciário do TRT da 15ª Região.

Cumpre, por fim, relatar que, atendendo às determinações do art. 383 do RISF, a ilustre indicada apresentou declarações requeridas, a saber:

a) nos termos do art. 383, I, *b*, 1, do RISF, declaração de que há parente seu, conforme identificado, que exerce atividade privada vinculada à sua atividade profissional;

b) nos termos do art. 383, I, *b*, 5, e § 2º, do RISF, declaração de que não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;



SF/21939.51384-08



5
4

c) nos termos do art. 383, I, *b*, 2, e § 2º, do RISF, declaração que não participa nem participou, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

d) nos termos do art. 383, I, *b*, 3, e § 3º, do RISF, declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos em âmbito federal, estadual e municipal, tendo anexado certidões correspondentes;

e) nos termos do art. 383, I, *b*, 4, e § 2º, do RISF, declaração de que não figura como ré em qualquer ação judicial, e de que figura como autora em ação judicial em tramitação, conforme certidão anexa;

f) nos termos do art. 383, I, *b*, 5, do RISF, declaração de que atua como magistrada do TRT da 2ª Região desde 27/06/1990;

g) nos termos do art. 383, I, *c*, do RISF, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicada;

h) nos termos do art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaração de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos suficientes para deliberar a respeito do nome da Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA para o elevado cargo para o qual foi indicada.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 18/2021 - JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) votou
CHIQUELHO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 24 NÃO 2 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 8 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 18 de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 18, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome da Sra. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Omar Aziz, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 18/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA DESEMBARGADORA JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NA VAGA DESTINADA AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISOS VIII E IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 24 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 VOTOS CONTRÁRIOS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 17, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senadora Soraya Thronicke

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 17, de 2021, do Superior Tribunal de Justiça, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.*



SF/21699.77885-36

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Trata-se de apreciar a indicação da Sra. Salise Monteiro Sanchotene, desembargadora federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça, CNJ, como conselheira, no biênio de 2021 até 2023.

A indicação é realizada, nos termos legais e constitucionais, mediante o Ofício “S” nº 17, de 2021, do Superior Tribunal de Justiça, STJ, (Ofício STJ/GP nº 401/2021, na origem).

Nessa mesma oportunidade, a indicada encaminha ao Senado Federal o seu currículo, assim como os demais documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2015, que trata do processo de apreciação das indicações de membros do Conselho Nacional de Justiça por esta Casa.

Os membros do Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Constituição, serão nomeados pelo Presidente da República após sua indicação ser aprovada pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal. O mandato de Conselheiro do CNJ é de dois anos, e é admitida uma recondução.



2³

Nos termos da citada Resolução nº 7, de 2015, cabe a esta Comissão examinar a indicação, e, nesse processo, proceder à sabatina do indicado. Cabe ao indicado, por seu turno, fornecer a esta Casa todos os documentos que a Resolução especifica, o primeiro deles o *curriculum vitae*.

Passamos a sumariar o currículo da Sra. Salise Monteiro Sanchotene, cuja indicação ao CNJ ora se aprecia:

Salise Monteiro Sanchotene, desembargadora federal, é Vice Corregedora da Justiça Federal na 4ª Região, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, junto ao Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, Distrito Federal, até 2010; Juíza Auxiliar convocada para integrar o Gabinete Institucional da Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 2007/2008; Juíza Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2005; Juíza Federal da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal de Porto Alegre. Antes, fora servidora pública da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul entre 1990 e 1993.

A indicada é doutora em Direito Público e Filosofia Jurídica pela Universidade Autônoma de Madrid, com tese aprovada com grau máximo de avaliação (*Sobresaliente Cum Laude por Unanimidad*), no ano de 2017 sobre o “O direito de uso de informação privilegiada, um estudo comparado entre a Espanha e o Brasil”.

É especialista, *latu sensu*, em direito penal, pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em convênio com a Universidade de Brasília, no ano de 1998. Foi estudante do curso de psicologia na Universidade Luterana do Brasil, sita em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Salise Monteiro Sanchotene é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, curso realizado de 1984 a 1988.

Desempenhou diversas tarefas de natureza administrativa no âmbito da Justiça Federal como chefe do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 4ª Região e membro suplente da Comissão de Vitaliciamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

ar2021-14480

SF/21699.77885-36



00100.129958/2021-96
SF/21699.77885-36

4

3

Também participou, como Presidente, do Grupo Jurídico do Encontro Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA entre os anos de 2007 e 2010, além de Vice-Presidente da Escola de Magistratura Federal, ESMAFE, entre 2003 e 2005.

Hoje é conselheira titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário.

Demais disso, é membro da Comissão de Aprimoramento da Gestão de Bens Apreendidos em processos criminais da Justiça Federal, do Conselho da Justiça Federal, neste caso, desde 2019. Nesse campo, é coautora, junto com o desembargador federal Wladimir Passos de Freitas e o juiz de direito Júlio César Ferreira de Melo, do Manual dos Bens Apreendidos, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2011.

É professora de processo penal e Coordenadora Pedagógica da mesma disciplina na Escola da Magistratura da Justiça Federal. É autora de diversos artigos jurídicos publicados na imprensa especializada, e participou de inúmeros cursos e seminários, na condição de palestrante.

O currículo da indicada é acompanhado das declarações exigidas na Resolução nº 7, de 2005, como a de que não é cônjuge, companheira ou parente, em linha direta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal.

Nesse mesmo contexto, encaminha as certidões negativas a que se refere a legislação de regência do processo de indicação de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Para tanto, informa a sua situação de regularidade quanto ao Fisco, nos planos federal, estadual e municipal, conforme as certidões que anexa. E indica as ações judiciais de que participa na condição de autora. Informa ainda não participar ou ter participado, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

A indicada fez juntar também aos autos as certidões negativas exigidas regimentalmente, tais como a de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União; de débitos estaduais, e de débitos de tributos municipais.

ar2021-14480



4⁵

Finalmente, nos termos do art. 383, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Casa a Argumentação Escrita, em que descreve sua trajetória e reafirma sua candidatura ao cargo de que aqui se trata.

Em face de todo o exposto, entendo que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de informações suficientes e se encontra em condições de votar a indicação da Senhora Salise Monteiro Sanchotene para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



ar2021-14480





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 17/2021 - SALISE MONTEIRO SANCHOTENE - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) votou
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) não computado
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 23 NÃO 3 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 6 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 17 de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 17, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome da Sra. SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, com 23 (vinte e três) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senadora Soraya Thronicke, Relatora



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 17/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA DESEMBARGADORA FEDERAL SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NO BIÊNIO 2021/2023, NA VAGA INDICADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 23 VOTOS FAVORÁVEIS E 3 VOTOS CONTRÁRIOS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 19, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Giordano

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Giordano

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 19, de 2021 (nº 782, de 2021, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.*



Relator: Senador **GIORDANO**

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Ofício “S” nº 19, de 2021 (nº 782, de 2021, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz do Trabalho ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo TST.

A matéria acha-se regida, no âmbito do Senado Federal, pelo art. 383 de seu Regimento Interno e pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Compete a esta Comissão, nos termos constitucionais, legais e regimentais mencionados, proceder à sabatina do indicado, para posterior deliberação do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e ao art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*.



2³

Tratamos, inicialmente, neste relatório, da **experiência profissional do indicado**.

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO nasceu em 12 de abril de 1967, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Ingressou na magistratura do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ), em 16 de novembro de 1993, três anos após a sua graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1985-1990). Permaneceu como Juiz do Trabalho substituto ao longo dos seis primeiros anos. Em 1º de julho de 1999, alcançou a titularidade da 33ª Vara do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, mediante promoção pelo critério de antiguidade. Em 16 de fevereiro de 2004, obteve remoção para a 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti (RJ), onde atualmente exerce a magistratura como Juiz do Trabalho Titular. Registre-se, ademais, que entre março de 2015 e fevereiro de 2021, atuou como Juiz Auxiliar da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (TRT-RJ). É membro do Conselho Consultivo Unificado do TRT/RJ desde 2017 e foi membro do Conselho Cultural Pedagógico do TRT/RJ, de 2009 a 2012.

Além de atuar na magistratura trabalhista, o indicado exerce, paralelamente, a docência, tendo ingressado como professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1998. Desde março de 2016, é Professor Titular de Sociologia Jurídica e integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) desde sua fundação em 1999. Foi Professor Visitante na *University of Illinois at Urbana-Champaign* (2006), na *Université Paul Valéry – Montpellier III* (2009 e 2010), no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (bolsa “Um mês no CES”, 2011), na *Université de Nantes* (2016) e na *Université de Paris X – Nanterre* (2017-2021), assim como residente do *Institut d’Études Avancées* de Nantes (2012-2013).

A formação acadêmica do Juiz do Trabalho ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO chama a atenção por sua solidez e qualidade. Tem pós-doutorado pela *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC, Argentina, 2015) e pelo *Institut d’Études Avancées de Nantes* (IEA, França, 2013). É doutor em Ciência Política pela *Université de Montpellier I* (1997) e tem mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ, 1993). Possui, ainda, pós-graduação *lato sensu*

SF/21033.79800-32



(Especialização) em Administração Judiciária pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ, 2006).

É muito extensa a sua produção acadêmica. É autor de seis livros, e organizador de outros seis. É autor de cerca de cinco dezenas de capítulos de livros e de cerca de sete dezenas de artigos publicados em periódicos especializados, tratando dos mais diversos temas no âmbito do Direito Trabalhista, do Direito do Estado, da Ciência Política, da Sociologia do Direito, da magistratura, do ensino do Direito, entre outros temas de grande densidade e relevância. Possui cerca de duas dezenas de trabalhos publicados em anais de eventos, e, ainda, cerca de três dezenas de artigos publicados em jornais e revistas, além de outra centena de trabalhos técnicos.

Como professor, orientou cerca de três dezenas de dissertações de mestrado, cerca de uma dezena de teses de doutorado, e cerca de quatro dezenas de trabalhos de conclusão de curso de graduação e de iniciação científica.

A análise desse vasto acervo de informações relativas ao indicado permite constatar sua dedicação à atividade intelectual e profissional que, nos últimos anos, tem se concentrado no estudo da sociologia do Poder Judiciário, buscando compreender sua importância para a construção de uma cidadania ativa.

Em sua declaração, exigida pelas regras regimentais do Senado Federal, o indicado demonstra querer contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, sempre preocupado em assegurar um efetivo acesso à Justiça.

Tendo presentes as exigências da legislação específica, o indicado informou que não atuou, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado, também, de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Informou, ainda, que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.



SF/21033.79800-32



5
4

Declara não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou ter cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, como membro desses Poderes

Informou, em atenção à legislação específica de regência, que não ocupou, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

Declarou que atua como Magistrado da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti desde 16 de fevereiro de 2004.

Atendendo às determinações do art. 383 do RISF e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado declarou que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e que existem ações judiciais em que figura como autor (três processos) e como réu (1 processo, em que foi celebrado acordo a ser equacionado ainda em 2021), cuja relação se encontra em anexo.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o CNJ.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Senhor ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO para exercer o relevante cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	Presente
Renan Calheiros (MDB)		2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Simone Tebet (MDB)	Presente	3. Marcio Bittar (PSL)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	4. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Jader Barbalho (MDB)		5. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	6. Flávio Bolsonaro (PL)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	7. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	8. Daniella Ribeiro (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	2. José Aníbal (PSDB)	Presente
Jorge Kajuru (PODEMOS)	Presente	3. Giordano (MDB)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	4. Lasier Martins (PODEMOS)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	5. Alvaro Dias (PODEMOS)	Presente
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	6. Eduardo Girão (PODEMOS)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Lucas Barreto (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Omar Aziz (PSD)	Presente	3. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	4. Sérgio Petecão (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre (DEM)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Marcos Rogério (DEM)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Jorginho Mello (PL)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	Presente
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Paim (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Humberto Costa (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Jaques Wagner (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Weverton (PDT)	Presente	2. Cid Gomes (PDT)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	3. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 18ª Reunião, Extraordinária, da CCJ**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar

Dário Berger

Jayme Campos

Angelo Coronel

Leila Barros

Marcelo Castro

Paulo Rocha





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação de membros do TST, CNJ e CNMP

OFS 19/2021 - ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO - CNJ

Início da Votação: 30/11/2021 03:40:58

Fim da Votação: 30/11/2021 05:34:28

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
EDUARDO BRAGA (MDB) votou	1. Eduardo Gomes (MDB) votou
RENAN CALHEIROS (MDB)	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
SIMONE TEBET (MDB) votou	3. Marcio Bittar (PSL)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB) votou	4. Luiz do Carmo (MDB)
JADER BARBALHO (MDB)	5. Rose de Freitas (MDB)
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS) votou	6. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	7. Luis Carlos Heinze (PP) votou
ELIANE NOGUEIRA (PP) votou	8. Daniella Ribeiro (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB) votou	1. Roberto Rocha (PSDB) não computado
CHIQUEIRO FEITOSA (DEM) votou	2. José Aníbal (PSDB)
JORGE KAJURU (PODEMOS) votou	3. Giordano (MDB) votou
ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS)	4. Lasier Martins (PODEMOS) não computado
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	5. Alvaro Dias (PODEMOS)
SORAYA THRONICKE (PSL) votou	6. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Nelsinho Trad (PSD) não computado
LUCAS BARRETO (PSD) votou	2. Carlos Viana (PSD)
OMAR AZIZ (PSD) votou	3. Carlos Fávaro (PSD)
VANDERLAN CARDOSO (PSD) votou	4. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM) votou	1. Zequinha Marinho (PSC) não computado
MARCOS ROGÉRIO (DEM) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
JORGINHO MELLO (PL) votou	3. Carlos Portinho (PL) não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
PAULO PAIM (PT)	1. Fernando Collor (PROS)
TELMÁRIO MOTA (PROS) votou	2. Humberto Costa (PT)
ROGÉRIO CARVALHO (PT) votou	3. Jaques Wagner (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)	1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
WEVERTON (PDT) votou	2. Cid Gomes (PDT) votou
FABIANO CONTARATO (REDE) votou	3. VAGO

Votação:

TOTAL 26 SIM 22 NÃO 4 ABSTENÇÃO 0

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 30/11/2021

30/11/2021 17:36:26

Página 9 de 10



PARECER Nº , DE 2021

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 19, de 2021, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho”*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 30 de novembro de 2021, apreciando o relatório sobre o Ofício “S” nº 19, de 2021, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Giordano, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 19/2021)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JUIZ DO TRABALHO ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, NA VAGA DESTINADA AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISOS IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 22 VOTOS FAVORÁVEIS E 4 VOTOS CONTRÁRIOS.

30 de Novembro de 2021

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



OFÍCIO Nº 16, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

OFÍCIO Nº 17, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

OFÍCIO Nº 19, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Concluída a instrução das matérias, os Ofícios serão deliberados oportunamente pelo Plenário.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 21, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 49, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senadora Nilda Gondim

30 de Novembro de 2021



RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 49, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.*



Relatora: Senadora **NILDA GONDIM**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Pedro Miguel da Costa e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata indicado.

O Senhor Pedro Miguel da Costa e Silva, nascido no ano de 1966 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, é filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva. Graduiu-se em História pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Ingressou em segundo lugar



2³

[Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (Medalha de Bronze)] no processo seletivo do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr), que concluiu em 1991 e obteve o Prêmio Rio Branco (Medalha Vermeil), outorgado ao primeiro colocado no referido Curso.

O indicado assumiu o posto de Terceiro-Secretário em 1992. Tornou-se Segundo-Secretário em 1996. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2018. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do IRBr (2005) com a tese “A Petrobras na Bolívia: seu impacto sobre as relações bilaterais e a política externa brasileira”.

Ao longo de sua carreira, desempenhou relevantes funções. Dentre elas merecem destaque os cargos de assessor da Assessoria Especial da Presidência da República (2005/09); de ministro-conselheiro nas embaixadas de Madrid (2009/14) e Ottawa (2014/17); de diretor do Departamento Econômico do MRE (2017/19); de subsecretário-geral da Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe (2019); e de secretário da Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas (2019 até o momento).

Ainda em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a União Europeia (UE) o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

Referido bloco representa uma união política e econômica formada por 27 estados membros. Sua área é de 4.233.262 km² e sua população é estimada em 447 milhões de habitantes. Cuida-se de entidade de caráter supranacional. Os Estados membros são nações soberanas, mas compartilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados de interesse coletivo possam ser tomadas no plano europeu.

O Brasil foi pioneiro no estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia) e o primeiro país latino-americano a fazê-lo. O relacionamento

SF/21795.11010-49

mg2021-14576



bilateral, que data de 1960, passou por diversas fases, mas sempre manteve destacada importância no panorama da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a UE e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

Em 2019, foram retomados importantes mecanismos de diálogo bilateral (Sociedade de Informação e Economia Digital, Político de Alto Nível e Direitos Humanos). A despeito das restrições relacionadas à pandemia, houve em 2020 expressivo contato com autoridades europeias de alto nível em temas centrais do relacionamento bilateral (direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, segurança cibernética e drogas ilícitas). Para além disso, a crise sanitária motivou interesse para a cooperação



SF/21795.11010-49



5
4

bilateral nesse domínio, bem assim para a necessidade de se robustecer o processo de recuperação econômica e social pós-pandemia em ambas as regiões.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 12º parceiro comercial. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo quando da entrada em vigor do acordo comercial entre Mercosul e UE.

Verifica-se, entre janeiro e setembro de 2021, a retomada do fluxo de comércio bilateral, em comparação a 2020, com crescimento de 28,9% na corrente de comércio (USD 55,9 bilhões), que apresenta ligeiro superávit a favor do Brasil (USD 48,3 milhões). Exportamos principalmente farelos de soja e rações (10%); óleos brutos de petróleo (9,7%); soja (9,3%); e café torrado (8,9%). Importamos medicamentos e farmacêuticos (7,3%); outros medicamentos (6,3%); e óleo combustíveis (5,8%). Os produtos básicos representam 44% do total de nossas exportações para a UE e os produtos manufaturados figuram em 95% das importações originárias do bloco europeu.

Por fim, destaca-se a entrada em operação, em 1º de junho de 2021, do cabo transatlântico submarino “Ella Link”. Cuida-se do primeiro projeto de ligação direta de fibra ótica de alta capacidade entre a América do Sul e a Europa (Fortaleza/CE – Sines/Portugal).

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

mg2021-14576



6

5

, Relatora



SF/21795.11010-49

mg2021-14576





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





Senado Federal

9

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 49/2021 - PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA - UNIÃO EUROPEIA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 49/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR EXTRAORDINÁRIO E PLENIPOTENCIÁRIO, CHEFE DA MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA, EM BRUXELAS, REINO DA BÉLGICA, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 22, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 74, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

30 de Novembro de 2021





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 74, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.*



SF/21008.93494-58

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polónia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

O Senhor Haroldo de Macedo Ribeiro, filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasceu em Belo Horizonte/MG, em 1962.

Antes de ingressar na carreira diplomática, Haroldo de Macedo Ribeiro graduou-se como bacharel em Direito pela Universidade Federal de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Minas Gerais em 1985 e pós graduou-se como Mestre em Direito Constitucional pela mesma Universidade no ano de 1990.

Saindo da vida acadêmica, Haroldo de Macedo Ribeiro ingressa no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), de onde sai para seu primeiro posto como Primeiro-secretário em 1992. Em 1994, frequentou o *Panthéon-Assas* da *Université Paris II*, como viagem-prêmio por suas notas no Curso de Preparação. Completando resumidamente esse percurso de formação, registre-se que o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro se tornou especialista em Integração Europeia pelo *Collège d'Europe*, em Bruges, na Bélgica, em 1997 e, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve sua tese aprovada com louvor, intitulada “Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros”.

Na carreira, ascendeu a Segundo-secretário em 1996 e a Primeiro-secretário em 2003. Galgou os postos de Conselheiro em 2007, Ministro de segunda classe em 2011, e Ministro de primeira classe em 2017. Todas as promoções por merecimento.

O ilustre embaixador que ora arguimos é autor de vasta obra publicada no Brasil, na Itália e na França, da qual mencionamos aqui os títulos sobre contenciosos e solução de controvérsias no direito internacional.

Como reconhecimento aos seus honrosos serviços ao Brasil, o diplomata fez jus distinguidas condecorações. Em Minas Gerais, recebeu a Medalha de Honra da Ordem da Inconfidência, em 2013, e a Medalha Mérito Consular, em 2018. No âmbito nacional, foi galardoado com a Comenda da Ordem do Mérito da Defesa, em 2013; a Medalha Mérito Tamandaré, em 2016; a Medalha Mérito Santos-Dumont, em 2017; a Medalha do Pacificador, em 2017; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, em 2018; e o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2018.

O Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos, de 2004 a 2006; coordenador do Departamento Econômico, entre 2006 e 2007; assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, de 2007 a



SF/21008.93494-58





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

2008; Conselheiro e Ministro de segunda classe na Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, entre 2008 e 2011; assessor e chefe de gabinete do Gabinete do Ministro de Estado e do Gabinete do Secretário-Geral de Relações Exteriores, nos anos de 2011 a 2018; e, finalmente, Embaixador junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde 2019 até o presente.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Polônia o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918, fato sempre lembrado com simpatia pelos poloneses. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses. Ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro.

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses (em torno de 2 milhões de pessoas), que migraram entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US\$ 1,4 bilhão, registrando queda de 4,4%. As exportações brasileiras somaram US\$ 826 milhões (- 2,9%), as importações US\$ 619 milhões (-6,5%), e o saldo comercial US\$ 207 milhões.

Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre (29%), farelo de soja (28%) e motores (19%) e, de importação, medicamentos veterinários (15%), partes de veículos (11%) e borrachas sintéticas (5,5%). De janeiro a agosto de 2021, houve incremento de 33% no fluxo de comércio bilateral em comparação ao mesmo período do ano anterior, com exportações de US\$ 631 milhões (+19,7%) e importações de US\$ 620 milhões (+50%), resultando em superávit brasileiro de US\$ 11 milhões.



SF/21008.93494-58





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Questões de defesa e segurança têm recebido tratamento prioritário do governo polonês em sua política externa. Apesar do caráter incipiente da relação bilateral em defesa, há grande potencial para sua dinamização. No que diz respeito ao Brasil, a aproximação é favorecida pela atuação de adidos de defesa em Varsóvia e Brasília desde 1999 e pela vigência, desde 2016, de Acordo Quadro bilateral em matéria de Defesa, assinado em 2010.

Quanto à assistência consular, informa-se que os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw. A comunidade brasileira é pequena, se comparada àquela residente em outros países europeus. Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros. No início de 2021, a Embaixada do Brasil em Varsóvia estimava em 3.000 o número de brasileiros residentes da Polônia.

São essas as considerações que se podem fazer a neste Relatório, não podendo ser adiantado, nesse termo, a expressão do voto.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21008.93494-58





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 74/2021 - HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO - POLÔNIA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 74/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA POLÔNIA, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 75, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Carlos Viana

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 75, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.*



Relator: Senador **CARLOS VIANA**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.



O Senhor José Mauro da Fonseca Costa Couto, filho de Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto e Maria Lucia da Fonseca Costa Couto, nasceu em 27 de maio de 1959 em Assunção/Paraguai, sendo brasileiro de acordo com art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Em 1979, graduou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro/RJ. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Boston (*Boston University*), Estados Unidos da América. Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1980. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1988 e o Curso de Altos Estudos em 2000, ambos pelo Instituto Rio Branco.

Sempre por merecimento, ascendeu na carreira a Segundo-Secretário em 1983; a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro em 1996; a Ministro de Segunda Classe em 2003; e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se: subchefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1996/1997); conselheiro e cônsul-geral adjunto no Consulado-geral em Miami (1997/2001); conselheiro na Embaixada em Tóquio (2001/2003); assessor especial no Gabinete do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior (2003/2011); assessor especial do Ministério de Integração Nacional (2011/2014); embaixador na Embaixada em Cartum (2014/2018); e cônsul-geral no Consulado-Geral em Munique (desde 2018).

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Sérvia e sobre Montenegro, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esses países, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A República da Sérvia é um país europeu situado nos Bálcãs, sem litoral marítimo, cuja capital é Belgrado. Faz fronteira com Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia do Norte, Montenegro e Romênia. Sua população é estimada em sete milhões de habitantes, e aloca diferentes religiões e minorias étnicas. O idioma oficial é o sérvio. O país, que constitui uma república parlamentarista, é candidato oficial à adesão à União Europeia (UE).



SF/21056.93379-09



O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado – mesmo na condição de observador – e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999. O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006). Para além disso, merece referência o fato de o Brasil não reconhecer a independência da província do Kosovo.

Em 2020, o intercâmbio chegou, segundo dados do Ministério da Economia, a USD 51 milhões, sendo USD 23,9 milhões referentes às exportações brasileiras e USD 27,1 milhões de importações. Exportamos sobretudo café, minérios de ferro, sucos de laranja e importamos tripas artificiais, pneus e alimentos para cães e gatos.

Em relação aos investimentos bilaterais, não há registro de investimento sérvio no Brasil. O laboratório brasileiro EMS participou da privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika, em 2017. Trata-se do primeiro grande investimento brasileiro no mercado local. O negócio visa a impulsionar a expansão internacional da fabricante de genéricos brasileira em novos mercados do Sudeste Europeu.

Já sobre Montenegro, registre-se como relevante para os fins desse relatório o que se segue. A União Estatal da Sérvia e de Montenegro foi criada em 2003, por meio de acordo bilateral com duração prevista de três anos. Em 2006, Montenegro exerceu o seu direito à independência, proclamando-a formalmente em 3 de junho. O Brasil reconheceu o país em 14 de junho, estabelecendo relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro desse mesmo ano. A Embaixada do Brasil em Belgrado (Sérvia) é responsável por representar, cumulativamente, o governo brasileiro junto a Montenegro.

Podgorica, com população de 156.169 habitantes, ocupa 10,4% do território de Montenegro, abriga 29,9% de sua população e é o centro administrativo, econômico, cultural e educacional do país.

Em razão da recente independência de Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes. Montenegro adota, desde 2009, dispensa de



vistos para cidadãos brasileiros. Desde julho de 2016, o Brasil também dispensa a exigência de vistos de curta duração para cidadãos montenegrinos, com base no Entendimento Recíproco, estabelecido por troca de notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro (2016).

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol do ingresso do país na União Europeia (UE). As negociações de adesão iniciaram-se em junho de 2012 e ainda estão em curso.

Em termos gerais, Montenegro pode ser classificado como um país de economia de pequena escala, baseada no livre comércio, altamente dependente do financiamento externo. Sua atividade econômica concentra-se nos setores de turismo, energia, construção civil (*resorts* turísticos de luxo), serviços e agricultura.

Quanto ao comércio bilateral Brasil-Montenegro, dados fornecidos por Montenegro indicam que, em 2020, esse país importou produtos do Brasil no valor de EUR 8,37 milhões, centrado em carnes e derivados, café cru e outros produtos primários.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 75/2021 - JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO - SÉRVIA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 75/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA SÉRVIA E, CUMULATIVAMENTE, EM MONTENEGRO, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 78, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Zequinha Marinho

30 de Novembro de 2021



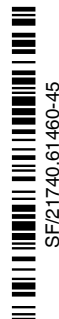
2



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 78, de 2021, do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.*



SF/21740.61460-45

RELATOR: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma, o Senhor Presidente da República submeteu o nome da Senhora Sônia Regina Guimarães Gomes, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca. Para tanto, o Itamaraty, atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminhou currículo da diplomata, do qual extraímos os dados que se seguem.

A indicada, que nasceu em 25 de junho de 1961 na cidade de São Paulo/SP, é filha de Luiz Gomes Fernandes e Sônia Guimarães Gomes. Graduiu-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1982. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1986. Ainda no IRBr frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997 e o Curso de Altos Estudos (CAE),



2³

em que teve aprovada, no ano de 2007, a tese “Filmar no Brasil: a atuação do Itamaraty no estímulo à exportação dos serviços de produção audiovisual”.

Foi nomeada Terceira-secretária em 1987, sendo, subsequentemente, promovida a Segunda-secretária em 1994; e, sempre por merecimento, a Primeira-secretária em 2002; a Conselheira em 2007; a Ministra de segunda classe em 2009; e a Ministra de primeira classe em 2017.

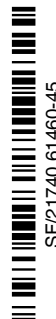
Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de cônsul-adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles (2004/07); ministra-conselheira comissionada na Embaixada em Praia (2007/10); chefe da Divisão de Serviços Gerais (2010/14); diretora do Departamento de Administração (2014); coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério das Relações Exteriores [MRE (2014)]; e chefe do Escritório Financeiro em Nova York (desde 2018).

Também em atendimento ao preceito regimental referido, o MRE elaborou relatório sobre a República Tcheca, do qual destacamos as informações seguintes.

Localizada na Europa Central, a República Tcheca surge da divisão pacífica da então Tchecoslováquia, em 1993. Seu território com área de 78.867 km² é formado pela parte ocidental do antigo país. A capital, Praga, é tradicional centro de cultura e artes da Europa. Nesse sentido, recebe expressivo afluxo de turistas. Com uma das economias mais desenvolvidas do ex-bloco socialista, o país fabrica produtos alimentícios, bebidas e eletrodomésticos. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente USD 26 mil. O país se tornou membro da União Europeia em 2004.

Brasil e República Tcheca mantêm relações ininterruptas desde 1920, ano em que a antiga Tchecoslováquia instalou legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil em 1921. O fim do regime comunista seguido do chamado “divórcio de veludo”, que resultou em dois novos Estados (Repúblicas Tcheca e Eslovaca), adensou a agenda bilateral. O Brasil é considerado interlocutor estratégico na América do Sul para assuntos políticos e econômicos-comerciais.

No tocante ao comércio bilateral, o fluxo atingiu USD 491 milhões em 2020. Esse número representou queda de 19,8% em relação ao



SF/21740.61460-45



4

3

ano anterior. Historicamente, o saldo comercial é deficitário para o Brasil. No ano referido, exportamos USD 45 milhões e importamos USD 447 milhões. Nossa pauta está centrada em produtos semiacabados de ferro ou aço, máquinas-ferramentas para trabalhar metais; e móveis e suas partes. Importamos acessórios de veículos automotivos, equipamentos de telecomunicações e borrachas sintéticas.

O domínio da cooperação em defesa ganhou importante dinamismo com a parceria entre a Embraer e a Aero Vodochody para o desenvolvimento do cargueiro militar KC-390. Some-se a esse contexto a circunstância de ambas as forças aéreas terem optado pela aquisição de caças Gripen, de origem sueca, para equiparem suas respectivas forças.

Em relação à comunidade de brasileiros em território tcheco, ela é estimada em cerca de mil pessoas, que são atendidas pela seção consular da Embaixada em Praga. Ainda na esfera da dimensão humana, cabe registrar que residem no Brasil cerca de meio milhão de tchecos e descendentes. Entre eles o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, cujos bisavós maternos imigraram para terras brasileiras em 1823.

É o relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 78/2021 - SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES - REPÚBLICA TCHECA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:

TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 78/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL NA REPÚBLICA TCHECA, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 50, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Chico Rodrigues

30 de Novembro de 2021



RELATÓRIO Nº DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 50, de 2021, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, *nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.*



RELATOR: Senador **CHICO RODRIGUES**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino, nasceu a 28 de dezembro de 1961 em Goiânia/GO. Graduado em Economia e pós-graduado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), o indicado ingressou na carreira diplomática em 1986.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1986, sendo, subsequentemente, promovido, sempre por merecimento, a Segundo-Secretário em 1991; a Primeiro-Secretário em 1997; a Conselheiro em 2003;



2³

a Ministro de segunda classe em 2007; e a Ministro de primeira classe em 2014.

No Brasil, entre outras funções, foi assessor do Ministro da Fazenda (1996/98); diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2009/14); secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda (2015/16); presidente do Conselho de Administração do “Banco dos BRICS” (*New Development Bank*), com sede em Xangai, na China (2015/16); Membro do Conselho de Administração da Caixa Vida e Previdência (2015/16) e do Conselho Deliberativo da FUNCEF (2015/16).

No Exterior, foi conselheiro chefe do Setor Econômico da Embaixada em Nova Delhi (2004/07); embaixador em Bratislava (2016/19); e embaixador em Bogotá (desde 2019).

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Finlândia, do qual destacamos as informações seguintes.

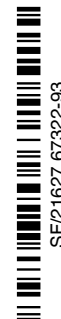
A Finlândia é um país europeu com cerca de 340 mil km² e 5,5 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente USD 49 mil. É um dos países mais inovadores, de maior estabilidade econômica e com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do mundo. Tornou-se membro da União Europeia em 1995.

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relacionamento cordial. O fluxo de visitas bilaterais de alto nível que tinha se intensificado nos últimos anos sofreu com as restrições impostas pela pandemia de COVID.

A agenda bilateral, no entanto, segue seu curso com prioridades centradas na cooperação em temas educacionais; ciência, tecnologia e inovação; energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; defesa; promoção de comércio, investimentos e negócios; e diálogo político.

Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil expressivo potencial de investimentos, que já são significativos em alguns setores, como os de celulose e telecomunicações.

Com relação ao comércio, o Brasil tem sido o principal parceiro comercial da Finlândia na América. Em 2020, o fluxo de comércio entre os dois países foi de USD 794 milhões, com aumento de 15,9% em relação ao ano de 2019. Exportamos o equivalente a USD 294 milhões e importamos



SF/21627.67322-93



4

3

USD 500 milhões. Houve, portanto, um saldo negativo desfavorável ao nosso país de USD 206 milhões. O Brasil exporta, principalmente, minério de cobre, café não torrado e ferro-gusa. Importamos, sobretudo, produtos manufaturados diversos, papel, adubos ou fertilizantes químicos e medicamentos.

Sobre a comunidade brasileira na Finlândia, ela é estimada em cerca de 2.000 pessoas. Esse contingente, que tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, é atendido tanto pelo setor consular da embaixada em Helsinque quanto por consulados honorários em Tampere e Turku.

É o relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 50/2021 - LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO - FINLÂNDIA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:

TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 50/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA FINLÂNDIA, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 59, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Marcos do Val

RELATOR ADHOC: Senador Antonio Anastasia

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL****RELATÓRIO Nº , DE 2021**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 59, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.*



SF/21868.58452-60

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

O Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, filho de João Tabajara de Oliveira, nasceu em 4 de março de 1957 no Rio de Janeiro-RJ.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Pelo Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1995 e o Curso de Altos Estudos em 2007, quando defendeu a tese “Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana”.

Sempre por merecimento, ascendeu na carreira a Segundo-Secretário em 1988; a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2013.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de chefe, substituto, da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, entre 1996 e 1999; Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre 2003 e 2006; Conselheiro na Missão junto à OEA, de 2006 a 2008; Ministro-Conselheiro na Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, de 2008 a 2011; diretor do Departamento de América Central e Caribe, entre 2011 e 2013; assessor especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2013 a 2015; assessor especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016; diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, de 2016 a 2018; Subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte, de 2018 a 2019; e Embaixador em Estocolmo, de 2019 até o presente.

O Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira recebeu distinguidas comendas no Brasil e no exterior, entre as quais anotamos aqui: Comendador da Ordem de São Gregório Magno, do Vaticano; Ordem do Mérito Santos-Dumont; Grão Mestre da Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; e Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário



SF/21868.58452-60





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Áustria o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A Áustria é uma República Federal democrática que se localiza na Europa Central. O país faz fronteira com a Alemanha e a República Tcheca ao Norte; com a Itália e a Eslovênia ao Sul; com a Hungria e a Eslováquia ao Leste; e com a Suíça e Liechtenstein a Oeste. O território austríaco ocupa 83.879 quilômetros quadrados, e a sua população compreende 8,9 milhões de habitantes. A língua oficial federal é o alemão.

País que detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento, renda per capita e coesão social no mundo, a Áustria destaca-se, no conjunto da UE, por sua economia forte, com base industrial sólida e atuação em setores tecnológicos de ponta, como máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metalmecânica, farmacêutica e química, entre outros.

As relações Brasil-Áustria são cordiais. Há amplo espaço para a cooperação em foros internacionais, em razão da mencionada convergência de valores. No plano econômico, deve-se sublinhar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada em 10 mil nacionais. Há aproximadamente 3.800 austríacos residentes no Brasil.

Constitui aspecto relevante do relacionamento bilateral no plano econômico o fato de ser a Áustria um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBD), segundo dados do BACEN. Até 2013, o país ocupava a primeira posição. Em 2020, encontra-se em sétimo lugar, com estoque de US\$ 12 bilhões.

A cooperação cultural é outro elemento importante. Em outubro de 2013, foi assinado memorando de entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o *Kunsthistorisches Museum (KHM)* - Museu de História da Arte) e o *Weltmuseum Wien* (antigo Museu de



SF/21868.58452-60





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Etnologia). O acervo do Weltmuseum Wien, cujo material foi recolhido pela expedição científica austríaca que acompanhara a arquiduquesa Leopoldina ao Brasil, constitui, possivelmente, a mais importante coleção de etnologia sobre o País no exterior.

Quanto ao comércio bilateral, a Áustria foi o 86º parceiro comercial no ranking nacional brasileiro de exportações (representou 0,06% do total) em 2020, e 33º em termos de importações (representou 0,5%). Houve redução de 13% no intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria em relação a 2019. As exportações brasileiras (US\$ 114 milhões) reduziram-se em 24%, e as importações (US\$ 852 milhões) decresceram 12%. Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2020, foram sucos de frutas ou vegetais (30%), motores de pistão (11%) e veios de transmissão, manivelas e engrenagens (8,5%). Os produtos importados da Áustria, por sua vez, foram sobretudo medicamentos e produtos farmacêuticos (12%), medicamentos veterinários (8,7%) e bebidas não alcoólicas (7,7%).

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21868.58452-60





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 59/2021 - NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA - ÁUSTRIA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 59/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ÁUSTRIA, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 61, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senadora Soraya Thronicke

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 61, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.*



SF/21941.65658-30

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor Agemar de Mendonça Sanctos é filho de Agemar da Rocha Sanctos e Nea de Mendonça Sanctos e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 15 de dezembro de 1951.



2³

Ingressou na carreira diplomática em 1978, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr). Ainda no âmbito do referido Instituto, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996); bem como o Curso de Altos Estudos (2001), oportunidade em que defendeu a tese “Nova diplomacia consular: o cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América”.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1978, ascendeu a Segundo-Secretário em 1980; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1995; a Ministro de Segunda Classe em 2005; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Foi chefe de gabinete do Ministro Extraordinário dos Esportes (1995); cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Boston (1996); conselheiro na Embaixada em Quito (1999); assessor do Departamento de Promoção Comercial (2003); chefe da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (2005); encarregado de negócios no Escritório da Representação em Ramala (2006); embaixador na Embaixada em Malabo (2007); diretor de relações institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (2010/16); embaixador na Embaixada em Ierevan (desde 2017).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre Belize, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Belize é um pequeno país da América Central, com apenas 22,9 mil km² e 430 mil habitantes. O inglês é sua língua oficial. Seu produto interno bruto (PIB) pelo poder de compra é estimado em US\$ 2.56 bilhões (2020). Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,716, o que o coloca como 110º na lista de 189 nações ranqueadas.

O país está situado no nordeste da América Central, entre a Guatemala, o México e o Mar do Caribe. Com cerca de 400 quilômetros de litoral, o turismo é sua principal atividade econômica. Cuida-se do único país de colonização inglesa no istmo centro-americano, e ficou conhecido, no período colonial, como “Honduras Britânica”. Belize obteve sua independência em 1981. O principal tema da agenda externa de Belize



consiste em uma disputa territorial com a Guatemala, que reivindica pouco mais da metade do território belizenho.

Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional, com a instalação da embaixada do Brasil em Belmopan, que completou a rede diplomática brasileira na América continental.

A cooperação técnica bilateral está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 2005 e promulgado em novembro de 2008. Até o momento, contudo, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre o Brasil e Belize. Em 2010, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) cancelou o projeto “Apoio Técnico para a Implantação de Bancos de Leite Humano em Belize” devido a problemas de estrutura no hospital que receberia o banco de leite. Em 2014, a ABC suspendeu a programação de projetos de cooperação com Belize nas áreas de agricultura e saúde, em vista das dificuldades enfrentadas pelo governo belizenho na mobilização de recursos humanos para dar seguimento às iniciativas.

A economia belizenha é marcada pela importância do turismo, pelo alto nível de abertura comercial e pela dependência do setor externo. Belize exporta principalmente produtos agrícolas e recursos naturais.

A corrente bilateral de comércio foi da ordem de US\$ 9,2 milhões em 2019 e 7 milhões em 2020. Historicamente os saldos têm sido favoráveis ao Brasil. O reduzido tamanho do mercado belizenho, os custos e dificuldades de transporte marítimo e a concorrência de exportadores mexicanos, chineses e norte-americanos são os principais obstáculos para a dinamização do comércio bilateral.

As exportações brasileiras para Belize são resultado, sobretudo, de iniciativas de comerciantes locais que buscam, no Brasil, produtos como mármore, sapatos, toalhas, entre outros. Muitos produtos brasileiros chegam a Belize triangulados via terceiros países, como EUA e México. Já as exportações de Belize concentram-se em produtos primários como banana e crustáceos.

A embaixada do Brasil em Belmopan presta apoio à comunidade brasileira no país, estimada em 55 pessoas.

São essas as considerações que se podem fazer a neste Relatório, não podendo ser adiantado, nesse termo, a expressão do voto.

mg2021-14537



4⁵

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



mg2021-14537





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 61/2021 - AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS - BELIZE

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:

TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 61/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL EM BELIZE, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 77, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Esperidião Amin

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 77, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.*

SF/21844.58750-09

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Márcia Donner Abreu, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata indicada.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

A senhora Márcia Donner Abreu, nascida em 19 de maio de 1961, na cidade de Florianópolis/SC, é filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu. É bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro/RJ. Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1987, ano em que ingressou na Carreira no posto de Terceira-Secretária.

A indicada tornou-se Segunda-Secretária em 1993. Chegou a Primeira-Secretária em 2000; a Conselheira em 2004; a Ministra de Segunda Classe em 2008; e a Ministra de Primeira Classe em 2019. Todas as ascensões por merecimento. Foi aprovada no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do IRBr em 2005 com a tese “Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as negociações multilaterais agrícolas”.

Ao longo de sua carreira, desempenhou relevantes funções. Merecem destaque os cargos Primeira-secretária e Conselheira na Embaixada em Washington, de 2001 a 2005; Conselheira na Embaixada em Pequim, entre 2005 e 2007; Chefe da Divisão de Negociações Extrarregionais do MERCOSUL-II, de 2007 a 2009; Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em Paris, de 2009 a 2012; Representante Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas Internacionais em Genebra, entre 2012 e 2018; Embaixadora em Astana, cumulativa com a embaixada no Turcomenistão e na República do Quirguistão, entre 2018 e 2019; Subsecretária de Cooperação Internacional, Cultura e Promoção Comercial, em 2019; Secretária de Comunicação e Cultura, de 2019 a 2020; e Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, desde 2020.

Ainda em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Coreia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/21844.58750-09





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) estabeleceram relações diplomáticas em 1959. O Brasil foi o 8.º país do mundo e o 1.º latino-americano a reconhecer oficialmente o país.

A Coreia é a 10ª economia do mundo (PIB de US\$ 1,63 trilhões), com extraordinária história de superação e construção de uma sociedade moderna, próspera e estável após a ocupação japonesa (1910-1945) e a Guerra da Coreia (1950-53). Em pouco mais de seis décadas, transformou-se em um país desenvolvido, cuja história de sucesso está calcada em três bases: investimento em educação, os valores de harmonia social herdados do confucionismo e aposta decidida no planejamento econômico e no comércio internacional.

A Coreia rivaliza com o Japão na posição de 2º parceiro comercial do Brasil na Ásia. Em 2020, a corrente bilateral alcançou US\$ 7,8 bilhões. O Brasil foi o 2º parceiro da Coreia na América Latina, atrás do México.

O comércio tende a ser deficitário para o Brasil. Os principais produtos exportados em 2020 foram petróleo cru, farelo de soja, minério de ferro, milho e álcool. Os principais produtos importados foram componentes de equipamentos eletrônicos e da indústria de petróleo e gás, partes e acessórios para veículos, medicamentos e produtos farmacêuticos, bem como equipamentos de telecomunicações.

As exportações brasileiras para a Coreia do Sul no primeiro semestre de 2021 foram as maiores já registradas. Pela primeira vez, desde 1997, houve superávit favorável ao Brasil (no valor de US\$ 129,6 milhões). Com o resultado, a Coreia do Sul tornou-se o quinto destino das vendas brasileiras para o exterior (2,08% do total), após China, EUA, Argentina e Países Baixos.

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Coreia atingiu US\$ 5,51 bilhões no primeiro semestre de 2021, com perspectivas positivas até o final deste ano.

A Coreia mantém estoque de investimentos no Brasil de US\$ 7,2 bilhões. Estima-se que haja mais de 400 empresas coreanas instaladas no país, a



SF/21844.58750-09

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

exemplo da Hyundai/KIA (setor automobilístico), Samsung e LG (eletrônicos), Hana Micron (semicondutores) e POSCO (siderurgia).

Propalada como o primeiro país a adotar, comercialmente, o serviço de transmissão de dados digitais de quinta geração (abril de 2019), a Coreia detém, atualmente, a maior proporção mundial de usuários da tecnologia 5G e a maior velocidade média oferecida ao consumidor no mundo. O governo coreano acredita que a nova tecnologia, por seu potencial de criar "efeito cascata" no segmento das telecomunicações, em termos de maiores investimentos, deve desempenhar o papel de motor do crescimento econômico da Coreia nos anos vindouros.

Em 2023, a imigração coreana ao Brasil completará 60 anos. O primeiro grupo de 109 pioneiros partiu da cidade de Busan, em dezembro de 1962, aportando em Santos, em fevereiro de 1963. O contingente populacional de coreanos, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 60 mil pessoas. O Brasil abriga a maior comunidade de sul-coreanos na América Latina, a terceira maior população coreana fora da Ásia e a décima primeira no mundo.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/21844.58750-09





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 77/2021 - MÁRCIA DONNER ABREU - COREIA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 77/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA MÁRCIA DONNER ABREU, MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA COREIA, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 48, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senadora Daniella Ribeiro

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 48, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.*



SF/21035.99265-23

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor João Mendes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Para tanto e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho João Invenção Pereira e Antonia Mendes Pereira e nasceu em Brasília no dia 18 de agosto de 1965. Graduiu-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987). Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr).



2³

Foi promovido a Segundo-Secretário em 1996; a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2010 e a Ministro de Primeira Classe em 2017. Em 2005, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “A iniciativa para a integração da infraestrutura regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: conselheiro na Embaixada em Lisboa (2004/07); chefe da Divisão de Integração Regional (2007/09); chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2009/10); coordenador-geral da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul (2010/12); diretor do Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional (2012/16); chefe de Cerimonial (2016/18); e côsul-geral no Consulado-Geral em Miami (desde 2018).

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Dentre elas sobressai a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que reflete os excelentes serviços prestados pelo indicado para a diplomacia e as relações internacionais brasileiras.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Bélgica e o Luxemburgo, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Reino da Bélgica, localizado no noroeste da Europa, ocupa a 14ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O país apresenta, também, elevado índice de industrialização. Importa recordar, também, que Bruxelas é tanto a capital política do Reino quanto administrativa da União Europeia (UE), bem como sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O Norte é a região mais próspera do país e onde vivem comunidades flamengas (Flandres). Já o Sul é habitado pelos valões, de língua francesa (Valônia). Há, ainda, pequena parte da população, no Leste, que fala alemão. Esse pluralismo constitui por vezes motivo de tensão entre a população, estimada em 11,52 milhões de habitantes, e ameaça a unidade do Reino.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam à independência, quase concomitante, de ambos os países. Nessa trajetória,



vale destacar, do ponto de vista político, a visita do Rei Alberto I ao Brasil em 1920 e, da perspectiva econômica, o papel desempenhado no ramo siderúrgico pela Companhia Belgo-Mineira. Desde então, verificamos crescente aproximação tendo em conta a consonância de sentimentos no tocante a temas internacionais importantes (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente) e a complementariedade de suas economias.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Bélgica foi o 17º maior destino das exportações brasileiras e em 22º no ranking das importações. Dados de 2020. De um lado, o mercado belga é importante para nossos produtos; de outro, o país é, por conta da sua localização e estrutura de transporte, relevante porta de acesso para outras áreas da Europa. As trocas comerciais, que somaram US\$ 4,10 bilhões no ano passado, seguem superavitárias para o Brasil. Exportamos produtos básicos e *commodities* e importamos produtos de maior valor agregado.

Em relação aos assuntos consulares, calcula-se em cerca de 48 mil o número de brasileiros na Bélgica. Para seu atendimento, nossos nacionais contam o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas.

Sobre o Grão-Ducado de Luxemburgo, importa destacar que se trata de nação autônoma desde de 1830. O país é ardoroso defensor da cooperação entre os Estados europeus. Foi, nesse sentido, um dos seis Estados criadores da então Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Nos dias de hoje, a Cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas os Tribunais de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores rendas *per capita* do mundo, o Grão-Ducado compensou o declínio da siderurgia, base da economia até os anos 1970, com sua conversão em importante centro financeiro internacional. Na atualidade, sua praça bancária gerencia cerca de US\$ 4 trilhões. Outro aspecto a convidar nossa atenção é a circunstância de o país manter importantes laços com a língua portuguesa. Esse contexto é fruto de forte migração de portugueses para o país nos anos 1960. Na hora atual, os luso-luxemburgueses representam cerca de 16% da população. Em relação à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 7.000 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.



SF/21035.99265-23



4⁵

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 48/2021 - JOÃO MENDES PEREIRA - BÉLGICA

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 48/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOÃO MENDES PEREIRA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO DA BÉLGICA E, CUMULATIVAMENTE, NO GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 69, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Nelsinho Trad

30 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

RELATÓRIO Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 69, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.*



SF/21437.75441-49

Relator: Senador NELSINHO TRAD

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, o Presidente da República submete ao exame desta Casa a indicação que faz do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado nasceu em 18 de março de 1953, em Porto Alegre/RS. É filho de Paulo Alfredo Pingret de Carvalho e Maria Marcondes de Carvalho. Formou-se em Direito pelo Centro Universitário UDF, de Brasília (1980). Ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco (IRBr) no ano de 1975. Também nessa instituição realizou o Curso de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982) e o Curso de Altos Estudos (1997), quando apresentou e teve aprovada a tese “Do fracasso de Bicese à esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança”.

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1976 e Segundo-Secretário em 1993. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1985, a Conselheiro em 1992, a Ministro de Segunda Classe em 1998 e a Ministro de Primeira Classe em 2003.

Dentre as funções por ele desempenhadas, destacam-se: Conselheiro na Missão junto à ONU (1993/98); Chefe da Divisão de Integração Regional (1998/99); Diretor-Geral da Direção-Geral de Integração Latino-Americana (1999/2003); Diretor do Departamento de Integração (2003/07); Representante Especial junto à FAO (2007/10); Embaixador em Caracas (2010/13); Subsecretário da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (2013/18); e Embaixador em Viena (desde 2018).

Ainda em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre República do Paraguai. O documento traz informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

As relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai foram estabelecidas em 1844. Desde então, o relacionamento passou por momentos de maior ou menor aproximação. No momento presente, a agenda bilateral contempla como principais eixos o compartilhamento de infraestrutura comum, a cooperação energética e fronteiriça, bem como o combate a ilícitos transnacionais. Esse contexto é favorecido pela relação próxima entre os dois presidentes, que já se encontraram presencialmente seis vezes desde 2019. O comércio bilateral, por sua vez, se desenvolve sob as normas do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Compartilhamos com o Paraguai 1.339 quilômetros de fronteira, sendo que 700 quilômetros correspondem à chamada “fronteira seca”, sem barreiras naturais entre os dois países. Nesse espaço, é importante mencionar a hidrelétrica de Itaipu. Essa usina, situada na divisa dos dois países, responde por aproximadamente 11% da energia consumida no Brasil e por 88,5% do consumo paraguaio.

SF/21437.75441-49





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

No campo econômico, somos tradicionalmente o principal parceiro comercial do Paraguai. No ano passado, absorvemos aproximadamente 31% das exportações paraguaias e fornecemos cerca de 22,5% de suas importações. Historicamente, o comércio bilateral é superavitário para o Paraguai, quando contabilizada a exportação de energia. Das exportações brasileiras, 96% são produtos industrializados. Já as importações concentram-se em produtos básicos.

Observamos, por fim, que o Paraguai tem a segunda maior comunidade brasileira no exterior, estimada em 240 mil pessoas no ano de 2020. Esses nacionais se dedicam, em grande parte, a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil. O contingente referido representa a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior (superado apenas pelas comunidades nos Estados Unidos da América e Portugal).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21437.75441-49





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)		1. Dário Berger (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Eduardo Girão (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	Presente
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Paulo Rocha

Davi Alcolumbre





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 69/2021 - JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO - PARAGUAI

Início da Votação: 30/11/2021 09:42:27

Fim da Votação: 30/11/2021 02:45:29

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	2. Marcio Bittar (PSL) votou
JARBAS VASCONCELOS (MDB) votou	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
NILDA GONDIM (MDB) votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP) votou	5. Daniella Ribeiro (PP) votou
KÁTIA ABREU (PP) votou	6. Eliane Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Chiquinho Feitosa (DEM) votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS) votou	4. Giordano (MDB) não computado
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD) votou	1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD) votou	2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD) votou	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM) votou	1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC) votou	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT) votou	1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT) votou	2. Telmário Mota (PROS) não computado
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
CID GOMES (PDT)	1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 30/11/2021



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 69/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO PARAGUAI, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional



MENSAGEM Nº 48, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

MENSAGEM Nº 49, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

MENSAGEM Nº 50, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

MENSAGEM Nº 59, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do



Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

MENSAGEM Nº 61, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

MENSAGEM Nº 69, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

MENSAGEM Nº 74, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

MENSAGEM Nº 75, DE 2021



Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

MENSAGEM Nº 77, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

MENSAGEM Nº 78, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

Concluída a instrução das matérias, as Mensagens serão deliberadas oportunamente pelo Plenário.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 11, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2016, do Senador Romário, que Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Weverton

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2016, do Senador Romário, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.



SF/19942.47461-30

Relator: Senador WEVERTON

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2016, inscreve no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), a obrigação de serem observados os princípios do desenho universal, quando da aquisição, pela pessoa com deficiência, de um imóvel financiado, direta ou indiretamente, pelo poder público. A alteração entrará em vigor 90 dias após a publicação da Lei.

O autor informa que a alteração proposta constará do texto do projeto que resultou no Estatuto da Pessoa com Deficiência, por ele relatado. Entretanto, foi vetado pela ex-Presidente Dilma Rousseff, sob o argumento de que poderia encarecer as unidades habitacionais e de que estas poderiam ser adaptadas caso necessário. O Senador Romário considera, no entanto, que o desenho universal já integra o direito brasileiro desde a edição da Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), e que o custo de construção é irrisório em comparação com o de adaptação.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.



2³

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CI opinar sobre a matéria. Em se tratando de deliberação terminativa, também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão analisados.

Não se enxergam óbices de constitucionalidade. Trata-se do exercício de competência concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal a “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” (Constituição Federal, art. 24, inciso XIV), não existindo reserva de iniciativa em favor de outros Poderes. Não encontramos nenhum óbice quanto à juridicidade ou à técnica legislativa.

No mérito, acolhemos enfaticamente os argumentos do autor. O desenho universal é condição de dignidade e tratamento isonômico aos beneficiários da política habitacional. A recusa do Poder Executivo em implantá-lo nos projetos de sua responsabilidade é parte de um contexto mais amplo de abordagem meramente quantitativa da temática habitacional, que resultou em gravíssimas falhas verificadas nos empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, conforme atestado, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Conjuntos mal construídos, distantes da malha urbana, sem infraestrutura, comércio, serviços e transporte foram, em muitos casos, abandonados pelos beneficiários e tomados por vândalos e invasores.

O projeto em análise contribui para resgatar a dignidade não apenas das pessoas com deficiência, mas de toda a população brasileira, que precisa ser tratada não como objeto, mas como sujeito das políticas públicas nacionais.



SF/19942.47461-30



4

3

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Votação terminativa dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
DÁRIO BERGER				2. JARBAS VASCONCELOS			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. MARCELO CASTRO			
EDUARDO GOMES				4. KÁTIA ABREU			
ESPERIDIÃO AMIN	X			5. JADER BARBALHO			
ELMANO FERRER				6. LUIS CARLOS HEINZE			
MECIAS DE JESUS	X			7. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GIORDANO				1. RODRIGO CUNHA			
IZALCI LUCAS				2. SORAYA THRONICKE			
ROBERTO ROCHA				3. PLÍNIO VALÉRIO	X		
VAGO				4. LASIER MARTINS	X		
VAGO				5. ORIOVISTO GUIMARÃES			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANGELO CORONEL				1. CARLOS FAVARO	X		
CARLOS VIANA				2. OTTO ALENCAR			
LUCAS BARRETO				3. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGERIO				1. CHICO RODRIGUES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
JAYME CAMPOS	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO ROCHA			
FERNANDO COLLOR				2. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ				1. RANDOLFE RODRIGUES			
WEVERTON	X			2. ALESSANDRO VIEIRA	X		

Quórum: TOTAL 12Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votouSenador Dário Berger
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 30/11/2021

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 279/2016)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO TERMINATIVAMENTE, EM TURNO ÚNICO, O PLS 279/2016, COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2016

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.

Recebido o Ofício nº 89, de 2021, da CI, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





Senado Federal
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 89/2021-CI/PRES

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação do PLS 279/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2016, de autoria do Senador Romário, que “altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal”.

Respeitosamente,

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 “B” – Fone: (61) 3303.4607 – Fax: (61) 3303.3286
Anexo II - Senado Federal 70.165-900 – Brasília - DF





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 4009, de 2021, do Senador Telmário Mota, que Estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senadora Kátia Abreu

30 de Novembro de 2021





Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 4.009, de 2021, do Senador Telmário Mota, que dispõe *estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica.*



Relator: Senadora **KÁTIA ABREU**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 4.009, de 2021, encontra-se nesta Comissão para deliberação em caráter terminativo.

O PL nº 4.009, de 2021, promove alterações na legislação do setor elétrico com vistas a promover maior segurança ao tráfego aéreo, diante de instalações de transmissão de energia elétrica.

O art. 1º do PL dispõe de critérios para sinalização de linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica. O art. 2º trata dos suportes das respectivas linhas de transmissão, que deverão ser sinalizados com pintura em cores que possibilitem a pilotos de aeronaves a identificação do risco inerente da exposição a essas linhas. O art. 3º dispõe sobre requisitos específicos que devem ser observados em casos de deflexões das linhas supramencionadas, quando tiverem ângulos iguais ou superiores a 30º (trinta graus). O art. 4º possibilita que as concessionárias e permissionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica utilizem placas de advertência de forma complementar aos requisitos estabelecidos no art. 2º do PL. O art. 5º requer que as linhas de transmissão utilizem esferas com cores de advertência de forma a permitir a sinalização para o tráfego aéreo em suas adjacências. Finalmente, o art. 6º trata do início da vigência da lei e seus efeitos, qual seja, 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.





Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo previsto pelo § 1º do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e cabe reforçar que o PL será analisado apenas, pela CI, de forma terminativa.

II – ANÁLISE

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) opinar sobre matérias pertinentes a “transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes” e “outros assuntos correlatos”. Ou seja, o assunto do PL tem estreita ligação com as competências desta Comissão.

Antes do mérito, é pertinente avaliar a constitucionalidade do PL nº 4.009, de 2021. Sobre essa questão, o PL trata de matéria de competência privativa da União, ou seja, energia elétrica, e não incorre em vício de iniciativa que ofenda os arts. 61 e 64 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

Já quanto às questões envolvendo injuridicidade e observância da boa técnica legislativa, a proposição não incorre em vícios ou defeitos. Além disso, não impacta o orçamento e mostra-se adequada sob a óptica orçamentária-financeira. Assim, atende aos respectivos requisitos de análise.

No que tange ao mérito, a proposta traz obrigações para empresas do setor de energia elétrica que confere maior segurança às atividades do transporte aéreo de cargas e de passageiros, contribuinte para afastar o risco de demandas judiciais, muitas vezes injustificáveis, mas geradoras de custos de transação para todos os potenciais implicados.

Há, sem sombra de dúvida, importantes contribuições do PL nº 4.009, de 2021, para o aumento da segurança no transporte aéreo e, também, para a redução de riscos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Contudo, um aperfeiçoamento do PL parece oportuno, como o de conceder o nome da lei que decorra da sua aprovação de Lei Marília



SF/21568.29392-18



4

3

**Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU**

Mendonça, famosa cantora falecida recentemente em razão de acidente de aéreo decorrente de colisão de avião com redes de transmissão de energia elétrica, o que causou grande comoção na população brasileira.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, jurisdição e adequação orçamentária-financeira da proposição, bem como pela aprovação do PL nº 4.009, de 2021, com a inclusão da expressão “Lei Marília Mendonça” na sua ementa, nos termos da emenda apresentada a seguir.

**EMENDA Nº - CI**

(Ao PL 4.009, de 2021)

Dê-se à ementa da matéria a seguinte redação:

“Aprova a Lei Marília Mendonça, que estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Votação terminativa dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
DÁRIO BERGER				2. JARBAS VASCONCELOS			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. MARCELO CASTRO			
EDUARDO GOMES				4. KÁTIA ABREU			
ESPERIDIÃO AMIN	X			5. JADER BARBALHO			
ELMANO FERRER				6. LUIS CARLOS HEINZE			
MECIAS DE JESUS	X			7. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GIORDANO				1. RODRIGO CUNHA			
IZALCI LUCAS				2. SORAYA THRONICKE			
ROBERTO ROCHA				3. PLÍNIO VALÉRIO	X		
VAGO				4. LASIER MARTINS	X		
VAGO				5. ORIOVISTO GUIMARÃES			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANGELO CORONEL				1. CARLOS FAVARO	X		
CARLOS VIANA				2. OTTO ALENCAR			
LUCAS BARRETO				3. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGERIO				1. CHICO RODRIGUES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
JAYME CAMPOS	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO ROCHA			
FERNANDO COLLOR				2. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ				1. RANDOLFE RODRIGUES			
WEVERTON	X			2. ALESSANDRO VIEIRA	X		

Quórum: TOTAL 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 30/11/2021

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Dário Berger
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 4009/2021)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO EM DECISÃO TERMINATIVA O PL 4009/2021, COM A EMENDA Nº 1/CI, COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



PROJETO DE LEI Nº 4009, DE 2021

Estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica.

Recebido o Ofício nº 90, de 2021, da CI, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





Senado Federal
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 90/2021-CI/PRES

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação do PL 4009/2021, com emenda

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, com a emenda nº 1/CI, o Projeto de Lei nº 4009, de 2021, de autoria do Senador Telmário Mota, que “estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica”.

Respeitosamente,

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 13, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 3598, de 2019, da Senadora Leila Barros, que Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Alessandro Vieira

RELATOR ADHOC: Senador Lasier Martins

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 3.598, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano.



Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 3.598, de 2019, encontra-se nesta Comissão para deliberação em caráter terminativo.

O PL contém cinco artigos. O primeiro descreve o objetivo da proposição, a saber: *altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano.*

O art. 2º acresce o § 4º ao art. 41 dessa lei para determinar que as cidades para as quais a elaboração de Plano Diretor é obrigatória devem elaborar plano de mobilidade que promova integração dos modais de transporte automotor, ferroviário, metroviário e ciclovário.

O art. 3º promove a inserção do inciso VIII ao art. 42-B. Esse novo inciso inclui no rol dos elementos mínimos contidos no projeto específico, a ser elaborado por municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano, o planejamento de transporte urbano com veículos automotores, ferroviário, metroviário e ciclovário, proporcionando sua integração, com vistas a melhorar a mobilidade.



2³

O art. 4º inclui o art. 45-A na lei para determinar que a construção de ciclovias, ciclorrotas, ciclofaixas e bicicletários com recursos públicos deve ser precedida de audiência pública onde seja mostrado o traçado, localização e características técnicas do projeto.

O art. 5º é a cláusula de vigência, que será de 180 dias a partir da data de publicação da lei.

A autora da proposição pondera que a medida irá promover o desenvolvimento do ciclismo como forma de transporte individual e a integração de todos os modais de transporte urbano para garantir efetiva mobilidade na cidade.

Para a Senadora, as alterações na Lei nº 10.257, de 2001, pretendem: melhorar o planejamento urbano por meio do planejamento de mobilidade e transporte; obrigar que no planejamento urbano das cidades haja integração dos modais automotor, ferroviário, metroviário e cicloviário; e propiciar maior participação da sociedade na implantação de ciclovias, ciclofaixas e bicicletários.

Finalmente, de acordo com a autora, o projeto valoriza a preservação da vida e segurança dos cidadãos, garante o uso de novos meios de transporte, promove a implantação do modal cicloviário e favorece o planejamento e integração de modais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar.

Antes do mérito, é necessário avaliar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, incluída a boa técnica legislativa, do PL nº 3.598, de 2019, diante do fato de a CI se manifestar em caráter terminativo.

Consideramos que a proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. Em conformidade com o disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal (CF), compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes, tema da proposição. Ademais, a



proposição não trata de temas de iniciativa privativa do Presidente da República contidos no art. 61, § 1º, da CF. No quesito da regimentalidade, não há impedimento, pois, o PL é aderente às normas regimentais desta Casa.

Quanto a técnica legislativa, proponho que o projeto em análise, além de alterar a Lei nº 10.257, de 2001, altere também a Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018, que institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB).

Em relação ao mérito, concordamos com a posição da autora, ressaltando a importância de promovermos a integração dos modais de transporte e a construção de ciclovias em termos que atendam efetivamente a necessidade pública.

Entretanto, entendemos que, para melhor atingir o objetivo do artigo 4º da proposição, é mais vantajoso alterar a Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018, que institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB), no que tange aos dispositivos relativos ao planejamento e participação popular para construção de ciclovias.

Em relação ao art. 3º, que trata da integração modal no planejamento da ampliação do perímetro urbano, sugerimos uma alteração redacional do inciso inserido ao art. 42-B da Lei nº 10.257, de 2001.

Por esses motivos, optamos por elaborar um substitutivo com as alterações citadas.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.598, de 2019, e, no mérito, pela sua **aprovação, na forma do seguinte substitutivo:**

EMENDA Nº (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018, para ampliar a participação popular no processo de implantação de infraestruturas destinadas à circulação de bicicletas, bem como para determinar a compatibilização do Plano de Mobilidade Urbana com a ampliação do perímetro urbano.



SF/19872.28310-46



4⁵

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º.**

Parágrafo único.

VI- a participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação das ações de melhoria do sistema de mobilidade cicloviária realizadas com recursos públicos

Art. 5º. :

§ 1º ~~Parágrafo único.~~

§ 2º O processo de planejamento para implantação de ciclovias e a promoção do transporte cicloviário de que trata o § 1º deste artigo, deve contemplar a realização de audiência pública na qual serão apresentados e debatidos elementos técnicos do projeto como localização, traçado, seções transversais, interseções viárias, sinalização, cronogramas e ações de conscientização e mitigação de riscos programados junto a pedestres, ciclistas e motoristas. ” (NR)

Art. 2º. O Art. 42-B da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“**Art. 42-B.**

VIII - planejamento integrado de transporte urbano, inclusive por meio de veículos não motorizados, com vistas a melhorar a mobilidade.

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

SF/19872.28310-46



6

5

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Votação terminativa dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
EDUARDO BRAGA				1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
DÁRIO BERGER				2. JARBAS VASCONCELOS			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. MARCELO CASTRO			
EDUARDO GOMES				4. KÁTIA ABREU			
ESPERIDIÃO AMIN	X			5. JADER BARBALHO			
ELMANO FERRER				6. LUIS CARLOS HEINZE			
MECIAS DE JESUS	X			7. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
GIORDANO				1. RODRIGO CUNHA			
IZALCI LUCAS				2. SORAYA THRONICKE			
ROBERTO ROCHA				3. PLÍNIO VALÉRIO	X		
VAGO				4. LASIER MARTINS	X		
VAGO				5. ORIOVISTO GUIMARÃES			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
ANGELO CORONEL				1. CARLOS FAVARO	X		
CARLOS VIANA				2. OTTO ALENCAR			
LUCAS BARRETO				3. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
MARCOS ROGERIO				1. CHICO RODRIGUES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
JAYME CAMPOS	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO ROCHA			
FERNANDO COLLOR				2. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
ACIR GURGACZ				1. RANDOLFE RODRIGUES			
WEVERTON	X			2. ALESSANDRO VIEIRA	X		

Quórum: TOTAL 12
Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Dário Berger
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 3598/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO EM TURNO ÚNICO O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PL 3598/2019 (EMENDA Nº 1/CI), COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 14, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2015, do Senador Cristovam Buarque, que Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Lasier Martins

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PARECER Nº DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 712 de 2015, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.*



RELATOR: Senador LASIER MARTINS

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 712 de 2015, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.*

O art. 1º do projeto altera a Lei nº 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), para definir o conceito de “oferta interna de energia” e incluir dentre os objetivos da PNMC o aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia para no mínimo 60% em 2040. O art. 2º veicula a cláusula de vigência.

O autor justifica que o projeto almeja manter o país na vanguarda do setor energético e estabelecer uma meta ousada de substituição de energia oriunda do petróleo e seus derivados por aquela produzida por fontes renováveis, com baixa emissão de gás de efeito estufa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental inicial. Em 10/5/2016, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) opinou favoravelmente à matéria, nos termos de substitutivo. Perante a CI, não foram oferecidas emendas.





3

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno desta Casa, compete à CI se manifestar sobre o conteúdo do presente projeto de lei. Como se trata de decisão terminativa, analisaremos também a admissibilidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade, cabe à União legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI, CF), não havendo iniciativa reservada sobre o tema (art. 61, § 1º, CF). Não há no projeto vícios de juridicidade nem de regimentalidade e as falhas de técnica legislativa foram corrigidas no substitutivo que apresentamos ao final, inclusive com aperfeiçoamento da ementa do projeto.

No mérito, vale ressaltar que, em 27/9/2015, o Brasil apresentou ao Secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima sua pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC, em inglês). Houve o compromisso de diminuir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% até 2030, tendo 2005 como ano-base.

Embora represente um avanço em relação a anos passados, há que se reconhecer que os compromissos assumidos não foram tão ambiciosos. Por exemplo, estabeleceu-se a meta de elevar para 45% a participação da energia renovável na matriz brasileira, o que não é desafiador, uma vez que esse percentual, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), já foi em média de cerca de 45% entre 2004 e 2009. O percentual só ficou abaixo dessa média, nos últimos anos, em razão de uma política de preços artificialmente baixos de derivados de petróleo. Em relação à produção de energia por meio das fontes eólica, solar e de biomassa, a contribuição foi de quase 28% do total da matriz energética brasileira em 2014. Portanto, o compromisso assumido, de aumentar essa proporção para entre 28% e 33% do total da matriz energética ou 23% do total de produção de eletricidade até 2030, é também bastante conservador.

É razoável prever um aumento da participação mínima das fontes renováveis na oferta interna de energia, a fim de se sinalizar para uma matriz energética cada vez mais limpa, indicando que há vontade política de fazer o país seguir no rumo da economia de baixo carbono. Tal sinalização constituirá poderoso estímulo aos investidores, inclusive estrangeiros, que quiserem entrar nesse mercado ou ampliar os empreendimentos existentes. Saber que o rumo está traçado dará a todos muito mais segurança de investir e maior garantia de retorno.



SF/19225.23366-59





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

Para o país, a ampliação do mercado de energias renováveis, com maior consumo e produção, trará enormes vantagens. Serão criados mais empregos, haverá maior absorção de tecnologia, áreas mais isoladas serão dinamizadas graças ao acesso maior e mais barato à energia, sem falar no importante impacto quanto à redução de emissão de carbono e de poluição.

No entanto, a proposição merece alguns reparos, para dar-lhe maior aderência à realidade e aos instrumentos já existentes na legislação do setor, os quais também caminham na direção de ampliar a participação das fontes renováveis.

O esforço de manter uma característica renovável já é prescrito no sistema legal brasileiro na forma de princípios maximizadores, como é o caso da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cujo art. 1º elenca, dentre os objetivos da Política Energética Nacional, o incremento à participação de biocombustíveis na matriz energética nacional; o incentivo ao seu caráter limpo, renovável e complementar à fonte hidráulica; e a mitigação das emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes.

Vale lembrar também que a ampliação da oferta interna de energia segue um planejamento elaborado para o setor, sistematizado em dois documentos referenciais: o Plano Nacional de Energia (PNE) e o Plano Decenal de Energia (PDE). O PNE 2030, atualmente em vigor, prevê uma participação de 45% de fontes renováveis na oferta interna de energia para 2030. Da mesma forma, o PDE 2024, hoje em vigência, estima ser viável alcançar um percentual de 45% de participação na oferta interna das fontes de energia renovável em 2024.

Considerando as possibilidades em que se situa o planejamento energético do país, nos parece inviável elevar esse percentual já a 60%, como proposto no projeto, pois isso excede a capacidade técnica e tecnológica do país de alcançar essa meta e pode onerar a oferta interna de energia.

Por essas razões, defendemos a inclusão, dentre os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, de um objetivo permanente de participação crescente das fontes renováveis na oferta interna de energia, com metas que serão detalhadas pelo PNE, sem qualquer fixação de percentual em legislação federal.

Oferecemos ainda aperfeiçoamento para que a lei considere três frentes de ação para alcançar esse objetivo: 1) a redução das emissões das energias fósseis utilizando tecnologias de baixo carbono; 2) a introdução





5

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

competitiva de energias renováveis; e 3) a promoção da eficiência energética em todas as formas e uso de energia.

Por fim, concordamos com a proposta do substitutivo da CMA, no sentido da adoção da definição internacional de oferta interna de energia, conceito usado pelo próprio Ministério de Minas e Energia.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 712 de 2015, na forma do substitutivo a seguir.

EMENDA Nº – CI (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712 DE 2015

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer objetivos de maximização da participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos 2º e 4º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

XI – oferta interna de energia: soma do consumo final de energia do País, das perdas na distribuição e armazenagem, e das perdas nos processos de transformação.” (NR)

“Art. 4º

.....

IX – ao aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia, promovendo:

a) a utilização de tecnologias de baixo carbono e a redução das emissões das energias fósseis;



SF/19225.23366-59



6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

- b) a introdução competitiva de energias renováveis; e
- c) a eficiência energética em todas as formas e usos de energia.

§ 1º (renumeração do parágrafo único)

§ 2º O Plano Nacional de Energia (PNE) disporá sobre as metas a serem buscadas para o aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia, nos termos do inciso IX do *caput*. ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Votação terminativa dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
DÁRIO BERGER				2. JARBAS VASCONCELOS			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. MARCELO CASTRO			
EDUARDO GOMES				4. KÁTIA ABREU			
ESPERIDIÃO AMIN	X			5. JADER BARBALHO			
ELMANO FERRER				6. LUIS CARLOS HEINZE			
MECIAS DE JESUS	X			7. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GIORDANO				1. RODRIGO CUNHA			
IZALCI LUCAS				2. SORAYA THRONICKE			
ROBERTO ROCHA				3. PLÍNIO VALÉRIO	X		
VAGO				4. LASIER MARTINS	X		
VAGO				5. ORIOVISTO GUIMARÃES			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANGELO CORONEL				1. CARLOS FAVARO	X		
CARLOS VIANA				2. OTTO ALENCAR			
LUCAS BARRETO				3. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGERIO				1. CHICO RODRIGUES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
JAYME CAMPOS	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO ROCHA			
FERNANDO COLLOR				2. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ				1. RANDOLFE RODRIGUES			
WEVERTON	X			2. ALESSANDRO VIEIRA	X		

Quórum: TOTAL 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 30/11/2021

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Dário Berger

Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 712/2015)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESSA DATA, A COMISSÃO APROVA, EM TURNO ÚNICO, O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS Nº 712/2015 (EMENDA Nº 2/CI).

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



PROJETO DE LEI Nº 3598, DE 2019

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2015

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

Recebidos os Ofícios nºs 91 e 92, de 2021, da CI, comunicando a aprovação dos Substitutivos, em turno suplementar.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 91/2021-CI/PRES

Brasília, 30 de novembro de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação, em turno único, de Substitutivo ao PL 3598/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 1/CI (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 3598, de 2019, que “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano”.

Será dispensada a apreciação da matéria em turno suplementar, nos termos do artigo 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8/2021.

Respeitosamente,

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 B – Fone: (61) 3303.4607
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 92/2021-CI/PRES

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação, em turno único, de Substitutivo ao PLS 712/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 2/CI (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2015, que “altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040”.

Será dispensada a apreciação da matéria em turno suplementar, nos termos do artigo 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8/2021.

Respeitosamente,

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 B – Fone: (61) 3303.4607
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 15, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, do Senador Flexa Ribeiro, que Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Lasier Martins

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre as emendas apresentadas em turno suplementar ao substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.*



SF/19533.74593-27

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Volta ao exame desta Comissão, em turno suplementar, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 702, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Após a aprovação, por esta Comissão, de substitutivo integral (Emenda nº 1 – CI) ao projeto em análise, foram-lhe oferecidas a Emenda nº 2 – S de autoria do Senador Valdir Raupp e as Emendas nºs 3 – S e 4 – S, ambas de autoria do Senador Pedro Chaves.

A Emenda nº 1 – CI (Substitutivo) destinou-se a, além do propósito original do projeto, priorizar os contornos, anéis, arcos viários, rodovias perimetrais ou variantes em detrimento das travessias urbanas, como forma de segregar o trânsito local do rodoviário e, além disso, determinar como requisito urbanístico para aprovação de novos loteamentos a não conexão direta das vias locais com rodovias e vias de trânsito rápido.

A Emenda nº 2 – S, de autoria do Senador Valdir Raupp, destina-se a alterar a redação proposta para o novo inciso V do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que trata dos requisitos urbanísticos para





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

aprovação de loteamentos, para que o tráfego entre vias locais, em loteamentos, e as vias de trânsito rápido ou rodovias seja feito necessariamente através de vias coletoras.

Na justificação, o Senador Valdir Raupp destaca o propósito de evitar o risco de insegurança jurídica, por considerar a redação da Emenda nº 1 – CI demasiado vaga para aplicação segura pelas autoridades municipais de planejamento urbano.

A Emenda nº 3 – S, de autoria do Senador Pedro Chaves, destina-se a alterar a redação proposta para o novo art. 19-A da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro, de 2011, para vincular a segregação de que trata o PLS a estudos, técnicos e econômicos, articulados com o poder público municipal e estadual, atrelados a processos de licenciamento ambiental.

A Emenda nº 4 – S, também de autoria do Senador Pedro Chaves, destina-se a alterar a redação proposta para o novo inciso V do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para restringir apenas a conexão direta das rodovias **federais** com o tráfego das vias locais, em loteamentos, excluindo do âmbito do projeto as rodovias estaduais, municipais e mesmo as vias de trânsito rápido da abrangência da competência municipal.

Na Justificação, argumenta o nobre Senador Pedro Chaves que o Governo já vem adotando soluções, caso a caso, que evitam as travessias urbanas, inclusive em rodovias já existentes, e que a fixação de um cronograma não seria oportuna, bem como considera que o projeto deve restringir-se tão somente às rodovias federais.

A matéria tramitará apenas nesta Comissão, em turno suplementar, onde deverá obter decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Nos termos dos art. 282 e 283 do Regimento Interno do Senado Federal, sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei em turno único, será ele submetido a turno suplementar quando poderão ser oferecidas emendas nas comissões competentes, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.



SF/19533.74593-27





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

Não observamos na Emenda nº 2 quaisquer vícios de ordem constitucional, pois, assim como no caso da proposição original, compete privativamente à União, nos termos do art. 22, IX e XI, da Carta Magna, legislar, respectivamente, sobre diretrizes da política nacional de transportes, e sobre trânsito e transporte, não estando a matéria dentre as de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Também em relação à juridicidade, não observamos quaisquer reparos a serem feitos.

No mérito, a Emenda nº 2 afasta a dúvida que poderia haver na administração municipal quanto a que tipo de via poderia conectar o loteamento urbano às vias de trânsito rápido e rodovias, se vias arteriais e também coletoras ou apenas estas. Contudo, entendemos oportuno corrigir a redação, apenas para substituir o termo “vias de tráfego rápido” por “vias de trânsito rápido” em harmonia com a redação do Código de Trânsito Brasileiro e em obediência à lógica expressa no art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da redação das leis.

Em razão de termos acatado a Emenda nº 2 é que rejeitamos a Emenda nº 4. Destacamos além disso, que não seria possível, nem lógico, restringir a competência municipal de evitar conexões perigosas entre vias locais e rodovias somente se a rodovia em questão for federal.

No mérito, em razão de aspectos técnicos de similaridade entre vias de trânsito rápido e rodovias, notadamente, quanto à velocidade de máxima de circulação dos veículos, é que também não existe razão em excluir da competência municipal as vias de trânsito rápido. Aliás, à luz dos conceitos e definições do CTB, as vias de trânsito rápido não devem possuir acesso direto aos lotes lindeiros, enquanto as vias arteriais podem ter acesso direto a esses lotes. Assim, também a fim de afastarmos dúvidas quanto à competência municipal rejeitamos a Emenda nº 4.

Quanto a Emenda nº 3, não duvidamos que o governo esteja inserindo nos programas de exploração das concessões rodoviárias soluções de segregação para o tráfego local. Ocorre, no entanto, que por essa perspectiva, intervenções de melhoria estariam sendo realizadas em somente dez mil quilômetros dos cerca de sessenta mil quilômetros de rodovias federais. A grande maioria das rodovias federais não está sob gestão privada, nem estará em futuro imediato. Assim, consideramos necessário manter a obrigação do





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

Executivo fixar um cronograma para atendimento da solução mais adequada, sem a necessidade de pormenorizar e engessar no texto legal a forma como se dará a solução, caso a caso. Por essas razões, rejeitamos a referida emenda.

Com a obtenção da clareza na segregação de fluxos e sua efetiva aplicação, esperamos observar o incremento na produtividade nacional, pois as rodovias não mais sofrerão da interferência com a malha urbana (o que acarreta restrição de sua velocidade operacional), porém, melhor que isso, nós esperamos ver diminuídas as perdas humanas em acidentes nas estradas em decorrência dos mal resolvidos conflitos de trânsito com o ambiente urbano.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, com a redação dada pela Emenda nº 1 - CI, bem como pela aprovação da emenda nº 2 – S, na forma da subemenda que ora apresentamos, e pela **rejeição** das Emendas nº 3 – S e 4 – S, todas desta comissão.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 2 – S (De redação)

(Turno Suplementar)

Substitua-se na redação do inciso V do art. 4º previsto na Emenda nº 2 – S ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, o termo “vias de tráfego rápido” por “vias de trânsito rápido”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19533.74593-27





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Votação terminativa dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
DÁRIO BERGER				2. JARBAS VASCONCELOS			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. MARCELO CASTRO			
EDUARDO GOMES				4. KÁTIA ABREU			
ESPERIDIÃO AMIN	X			5. JADER BARBALHO			
ELMANO FERRER				6. LUIS CARLOS HEINZE			
MECIAS DE JESUS	X			7. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GIORDANO				1. RODRIGO CUNHA			
IZALCI LUCAS				2. SORAYA THRONICKE			
ROBERTO ROCHA				3. PLÍNIO VALÉRIO	X		
VAGO				4. LASIER MARTINS	X		
VAGO				5. ORIOVISTO GUIMARÃES			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANGELO CORONEL				1. CARLOS FAVARO	X		
CARLOS VIANA				2. OTTO ALENCAR			
LUCAS BARRETO				3. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGERIO				1. CHICO RODRIGUES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
JAYME CAMPOS	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO ROCHA			
FERNANDO COLLOR				2. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ				1. RANDOLFE RODRIGUES			
WEVERTON	X			2. ALESSANDRO VIEIRA	X		

Quórum: TOTAL 12Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votouSenador Dário Berger
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 30/11/2021

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 702/2015)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO EM TURNO SUPLEMENTAR O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS 702/2015 (EMENDA Nº 1/CI), COM A EMENDA Nº 2/S/CI (OFERECIDA NO TURNO SUPLEMENTAR), NA FORMA DA SUBEMENDA À EMENDA Nº 2/S/CI.

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2015

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Recebido o Ofício nº 94, de 2021, da CI, comunicando a aprovação do Substitutivo, em turno suplementar.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 94/2021-CI/PRES

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação, em turno suplementar, de substitutivo e emenda ao
PLS 702/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno suplementar, o Substitutivo (Emenda nº 1/CI) ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas”, com a Emendas nº 2/S/CI (na forma de Subemenda à Emenda nº 2/S/CI), oferecida em turno suplementar.

Respeitosamente,

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 “B” – Fone: (61) 3303.4607 – Fax: (61) 3303.3286
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 16, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 3258, de 2019, da Senadora Daniella Ribeiro, que Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Acir Gurgacz

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.258, de 2019, da Senadora Daniella Ribeiro, que *altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.*



SF/19715.57345-95

Relator: Senador **ACIR GURGACZ****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.258, de 2019, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que *altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.*

O PL conta com dois artigos. O primeiro altera a Lei nº 12.587, de 2012, para conferir o direito das mulheres, idosos e das pessoas com deficiência a solicitar o desembarque fora dos pontos de parada do transporte coletivo no período noturno. O segundo artigo é o prazo de vigência da lei resultante do projeto, que será de quinze dias após sua publicação oficial.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Na justificção, a autora do projeto argumenta que o transporte coletivo noturno pode representar risco à integridade física, especialmente de mulheres, idosos e pessoas com deficiência. A autora afirma ainda que diversas cidades brasileiras inclusive já legislaram sobre o tema, como São Paulo, João Pessoa e Campina Grande.

O PL tramitou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo recebido parecer favorável, na forma do substitutivo apresentado.





SENADO FEDERAL

3

Para corrigir possível inconstitucionalidade do texto, a Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) modifica a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, por entender que este é o compêndio legal mais adequado ao tema, além de conferir aos entes responsáveis pela prestação do serviço a competência para regulamentar a matéria.

Após tramitação na CDH, a matéria foi distribuída à CI, em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres e, por força da tramitação terminativa nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Iniciemos, pois, pela análise de constitucionalidade. Nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Assim, o Congresso Nacional e quaisquer de seus membros têm competência para a iniciativa de proposição. Ademais, a proposição não se insere no rol das iniciativas privativas do Presidente da República fixado pelo § 1º do art. 61 da Carta Magna.

O projeto não apresenta problemas de regimentalidade. Quanto à juridicidade e técnica legislativa, concordamos com as ponderações da CDH. A Lei nº 12.587, de 2012, trata apenas de diretrizes gerais da Política Nacional de Mobilidade Urbana e, portanto, não é adequado modificá-la para tratar da operação dos veículos de transporte coletivo.

Para não ferir a competência dos entes federados para tratar de seus respectivos transportes coletivos, a CDH corretamente propôs alteração para sanar os problemas de constitucionalidade apontados. Ao alterar a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, o projeto apenas inclui o direito da população mais vulnerável de solicitar o desembarque fora dos pontos oficiais de parada no período noturno sem, contudo, entrar em seus pormenores, que continuam na competência de quem organiza esse transporte.

O substitutivo apresentado mantém as alterações propostas pela autora na Lei nº 12.587, de 2012, para incluir entre as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, a competência para estabelecer políticas que aumentem a segurança do usuário do transporte público, especialmente no período noturno.

No mérito, o projeto merece prosperar na medida em que cria uma política pública que vai aumentar a segurança da parcela mais vulnerável do usuário do transporte público em todas as esferas.



4



SENADO FEDERAL

Faz-se necessário apenas corrigir um possível erro de digitação da emenda e alterar o termo “idosas” para “idosos”, de maneira que toda essa parcela da população seja contemplada.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** da matéria, na forma da Emenda nº 1 – CDH, com a seguinte subemenda que apresentamos:

SUBEMENDA Nº

(à Emenda nº 1 – CDH)

Substitua-se, onde houver, no Substitutivo da CDH ao Projeto de Lei nº 3.258, de 2019, o termo “idosas” por “idosos”.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO



SF/19715.57345-95





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Votação terminativa dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO			
DÁRIO BERGER				2. JARBAS VASCONCELOS			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. MARCELO CASTRO			
EDUARDO GOMES				4. KÁTIA ABREU			
ESPERIDIÃO AMIN	X			5. JADER BARBALHO			
ELMANO FERRER				6. LUIS CARLOS HEINZE			
MECIAS DE JESUS	X			7. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GIORDANO				1. RODRIGO CUNHA			
IZALCI LUCAS				2. SORAYA THRONICKE			
ROBERTO ROCHA				3. PLÍNIO VALÉRIO	X		
VAGO				4. LASIER MARTINS	X		
VAGO				5. ORIOVISTO GUIMARÃES			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANGELO CORONEL				1. CARLOS FAVARO	X		
CARLOS VIANA				2. OTTO ALENCAR			
LUCAS BARRETO				3. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGERIO				1. CHICO RODRIGUES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
JAYME CAMPOS	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO ROCHA			
FERNANDO COLLOR				2. TELMÁRIO MOTA	X		
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ				1. RANDOLFE RODRIGUES			
WEVERTON	X			2. ALESSANDRO VIEIRA	X		

Quórum: TOTAL 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 30/11/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Dário Berger
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 3258/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO EM TURNO ÚNICO O SUBSTITUTIVO AO PL 3258/2019 (EMENDA Nº 1/CDH/CI), COM SUBEMENDA APRESENTADA PELO RELATOR À EMENDA Nº 1/CDH/CI.

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



PROJETO DE LEI Nº 3258, DE 2019

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

Recebido o Ofício nº 93, de 2021, da CI, comunicando a aprovação do Substitutivo, em turno suplementar.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 93/2021-CI/PRES

Brasília, 30 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação, em turno único, de Substitutivo ao PL 3258/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 1/CDH/CI (Substitutivo, com Subemenda à Emenda nº 1/CDH/CI), ao Projeto de Lei nº 3258, de 2019, que “altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno”.

Será dispensada a apreciação da matéria em turno suplementar, nos termos do artigo 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8/2021.

Respeitosamente,

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 B – Fone: (61) 3303.4607
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 17, DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 1, de 2020, que Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Jayme Campos

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 1, de 2020, da Presidência da República, que *encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018.*

SF/20367.49893-02

Relator: Senador **JAYME CAMPOS**

I – RELATÓRIO

Chega para análise exclusiva desta Comissão a Mensagem (MSF) nº 1, de 2020, da Presidência da República, que “encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018”.

Como bem elucida a ementa, trata-se de encaminhar ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades de 2018 da ANAC, em cumprimento ao que determina a lei de criação daquela Agência.

Segundo o próprio Relatório, seu conteúdo está estruturado da seguinte forma:

“Parte I – A ANAC: apresenta o perfil institucional da Agência, com informações sobre o histórico, localização, competências, estrutura organizacional, entre outras.

Parte II – Resultados do Setor: exhibe a evolução de alguns indicadores do setor aéreo ao longo dos últimos anos.

Partes III, IV e V – Regulamentação, Certificação e Outorga, Fiscalização: apresenta o resultado das principais atividades da ANAC no que tange aos macroprocessos finalísticos da Agência.

Partes VI e VII - Relações Institucionais e Gestão Interna: mostra a atuação da ANAC junto ao Congresso e a fóruns internacionais, além das ações ligadas à transparência e participação



2³

social. Apresenta também os pilares da gestão interna da Agência: estratégia, pessoas, orçamento e finanças, tecnologia da informação e controle interno.”

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise da presente matéria.

A Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em seu art. 8º, inciso XL, estabelece que:

“Art. 8º Cabe à ANAC adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade, competindo-lhe:

.....
XL - elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;
.....”

Portanto, do ponto de vista formal, cabe registrar que o Poder Executivo cumpriu a determinação contida no mencionado inciso XL do art. 8º da Lei de criação da ANAC. Isto é, enviou ao Congresso Nacional o relatório de atividades da ANAC, conforme determina aquela Lei.

É digno de nota que esse envio somente se deu em novembro do ano passado, para um relatório que trata das atividades de 2018. Entretanto, como a Lei não impõe nenhum prazo para tal, formalmente, não há o que se questionar.

Por fim, quanto ao conteúdo em si do Relatório, destacamos as seguintes informações (lembremos que elas são referentes ao ano de 2018):

- houve discreto aumento no número de passageiros transportados em relação a 2017, e que;

tu2020-02094

SF/20367.49893-02



4

3

- igualmente, houve discreto aumento da tarifa média praticada em relação a 2017 (passou de R\$ 370,54, para R\$ 374,12);

De resto, naquele ano, não houve concessão de novos aeroportos, apenas estudos e preparação para as licitações ocorridas no ano de 2019.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor da MSF nº 1, de 2020, e proceda ao seu posterior arquivamento.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



tu2020-02094





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Marcelo Castro (MDB)	
Eduardo Gomes (MDB)		4. Kátia Abreu (PP) Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Jader Barbalho (MDB)	
Elmano Férrer (PP)		6. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	7. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA) Presente	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Giordano (MDB)	Presente	1. Rodrigo Cunha (PSDB)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	2. Soraya Thronicke (PSL) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	3. Plínio Valério (PSDB) Presente	
VAGO		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
VAGO		5. Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	
PSD			
Angelo Coronel (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD) Presente	
Carlos Viana (PSD)	Presente	2. Otto Alencar (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	Presente	3. Vanderlan Cardoso (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Marcos Rogério (DEM)		1. Chico Rodrigues (DEM) Presente	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Jayme Campos (DEM)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Rocha (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Weverton (PDT)	Presente	2. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Nelsinho Trad



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 1/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELO CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

30 de Novembro de 2021

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



MENSAGEM Nº 1, DE 2020

Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018.

Concluída a instrução da matéria, tendo sido conhecida pela CI, a Mensagem vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 10, DE 2021

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei nº 5325, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, que Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

PRESIDENTE: Senador Reguffe

RELATOR: Senador Jorginho Mello

RELATOR ADHOC: Senador Styvenson Valentim

30 de Novembro de 2021



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

PARECER Nº , DE 2021



Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei nº 5.325, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, que *altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.*

Relator: Senador **JORGINHO MELLO**

I – RELATÓRIO

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 5.325, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, que “altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica”.

O PL nº 5.325, de 2019, possui dois artigos.



2³

O art. 1º veda à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a inclusão, ainda que parcial, nas tarifas praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica, das perdas não técnicas, sejam tais tarifas destinadas a remunerar o uso da rede de distribuição ou a comercialização de energia elétrica.

O segundo artigo estabelece a cláusula de vigência da Lei, a saber, a data de sua publicação.

Na Justificação do PL, o seu autor, o Senador Zequinha Marinho, aponta que: (i) as “elevadas tarifas de energia elétrica no Brasil têm comprometido a qualidade de vida da população brasileira, principalmente da parcela de menor poder aquisitivo das Regiões Norte, reduzindo o acesso a equipamentos necessários aos cuidados com a saúde, à educação, à alimentação e ao lazer”; (ii) “uma das principais causas das elevadas tarifas, principalmente na Região Norte, é a chamada perda não técnica”.

O Senador Zequinha Marinho argumenta ainda que: “as perdas não técnicas estão diretamente associadas à gestão comercial das distribuidoras de energia elétrica”; e que “o consumidor de energia elétrica não pode combater o roubo de energia elétrica”, “não tem culpa pelos problemas na medição e de faturamento” e “não tem elementos para gerir os riscos da atividade de distribuição e comercialização de energia elétrica”. Dessa forma, o autor da proposição defende que “não é possível transferir o ônus da incompetência dessas empresas ao consumidor”. Por isso, o PL “impede a ANEEL, na definição das tarifas praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica, de transferir para o consumidor qualquer perda não técnica da área atendida por essas empresas”.

O PL foi distribuído à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo previsto pelo § 1º do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), nos termos do art. 102-A do



RISF, dentre outras atribuições, opinar sobre matérias pertinentes à prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos (alínea “c” do inciso II).

Conforme explicitado em sua Justificação, nos termos da síntese apresentada no Relatório, o PL nº 5.325, de 2019, versa sobre a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, almejando torná-lo mais eficiente. Assim, resta claro a aderência do objeto da proposição à competência da CTFC acima mencionada.

No que se refere à constitucionalidade, cabe mencionar que a Constituição Federal (CF) prevê, em seu art. 21, inciso XII, alínea “b”, que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. Já em seu art. 48, a CF estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, o PL nº 5.325, de 2019, não trata de matérias de competência exclusiva do Presidente da República explicitadas no art. 61 da CF. Dessa forma, o tema tratado pelo PL nº 5.325, de 2019, orbita no campo de atuação material e legislativa do Poder Legislativo da União estabelecido pela Constituição Federal.

Também não há óbice em relação à juridicidade e técnica legislativa. Importante mencionar, ainda, que a proposição não promove aumento de despesa ou diminuição de receita do Orçamento Geral da União (OGU) e atende aos preceitos das normas orçamentárias vigentes.

No mérito, é indiscutível a necessidade de aprovação do PL nº 5.325, de 2019, conforme o Senador Zequinha Marinho aponta, com profundidade, na Justificação da proposição.

No setor elétrico, há dois tipos de perdas: as técnicas e as não técnicas. As perdas técnicas são inerentes à transmissão e à distribuição de energia elétrica; envolvem questões físicas, relacionadas à transformação da energia elétrica em energia térmica nos condutores, perdas nos núcleos dos transformadores, etc. Já as perdas não técnicas, diretamente associadas à gestão comercial da distribuidora, abrangem todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, etc.

Conforme apontado pela Justificação do PL nº 5.325, de 2019, as perdas (técnicas e não técnicas) representaram, em 2019, 10% do valor das



tarifas das distribuidoras de energia elétrica, excluindo os tributos. No Estado do Pará, essa parcela atingiu 16,7% e, no Estado do Amazonas, 28,2%.

O fato de as perdas, principalmente aquelas ditas não técnicas, pesarem na composição das tarifas de energia elétrica exige uma atuação do Parlamento no sentido de incentivar as distribuidoras a se esforçarem para reduzi-las. São essas empresas que podem averiguar se há erros de medição, se há furto de energia elétrica e se há consumidores sem equipamento de medição. Nesse contexto, é inquestionável a necessidade de as distribuidoras de energia elétrica se esforçarem para reduzir perdas de energia elétrica, principalmente aquelas associadas a ilícitos. Trata-se de iniciativa que beneficia a todos os brasileiros.

Nesse contexto, fica claro o mérito do PL nº 5.325, de 2019. Identificamos, todavia, a oportunidade de aperfeiçoá-lo. Devemos reconhecer que o combate às perdas não técnicas é complexo e que é praticamente impossível reduzi-las a zero. O custo para alcançar esse objetivo seria proibitivo e acabaria onerando as tarifas dos consumidores de energia elétrica. Diante disso, o que as boas práticas regulatórias indicam é o estabelecimento pelo órgão regulador de um limite para as perdas, a partir do qual a prestadora do serviço arca com os prejuízos.

O limite regulatório mencionado no parágrafo anterior tem como desafio o de equilibrar o necessário incentivo ao combate às perdas e o custo associado. Para tanto, um arranjo possível é o regulador realizar comparações entre empresas e, a partir disso, definir (a) um nível de perdas técnicas e não técnicas que podem ser incorporadas às tarifas e (b) uma trajetória de redução que as empresas devem perseguir. Dessa forma, uma empresa incorre em prejuízo se tem mais perdas do que o permitido pela Aneel. Caso tenha menos perdas, aumenta seu lucro. A perspectiva de ter mais ganhos e evitar prejuízos motiva as empresas a buscarem formas de combater as perdas.

Considerando o exposto, propomos emenda que institui o mecanismo abordado no parágrafo anterior em lugar de vedar qualquer repasse de perdas não técnicas para as tarifas de energia elétrica. A emenda em questão altera o §8º a ser inserido no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1995, e suprime o §9º, que também seria inserido nesse artigo.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.325, de 2019, pela sua adequação



SF/21948.80722-99



orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.325, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CTFC
(ao PL nº 5.325, de 2019)

Suprima-se o § 9º e dê-se a seguinte redação ao § 8º do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1995, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.325, de 2019:

“Art. 1º

‘Art. 3º

§ 8º No exercício da competência de que trata o inciso V do art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, prevista no caput deste artigo, a ANEEL não poderá incluir nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica a cobertura das perdas não técnicas de energia elétrica que excederem os níveis regulatórios estabelecidos.’ (NR)”

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2021.

Senador Reguffe, Presidente

Senador Styvenson Valentim, Relator "ad hoc"





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CTFC**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13**COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Renan Calheiros (MDB)	
Dário Berger (MDB)	Presente	2. VAGO	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. VAGO	
Eliane Nogueira (PP)		4. VAGO	
VAGO		5. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Rodrigo Cunha (PSDB)	Presente	2. Roberto Rocha (PSDB)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)		3. Eduardo Girão (PODEMOS)	
Reguffe (PODEMOS)	Presente	4. Styvenson Valentim (PODEMOS)	Presente
PSD			
Irajá (PSD)		1. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
VAGO		2. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. Jorginho Mello (PL)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. José Serra	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Paulo Rocha (PT)	Presente	1. Humberto Costa (PT)	
Telmário Mota (PROS)	Presente	2. Rogério Carvalho (PT)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		1. Fabiano Contarato (REDE)	Presente
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	2. VAGO	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CTFC

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 14h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Zequinha Marinho



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 5325/2019)

REUNIDA A CTFC NA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30/11/2021, FOI DESIGNADO RELATOR "AD HOC" O SENADOR STYVENSON VALENTIM. APÓS LEITURA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA APROVAÇÃO DO PROJETO COM A EMENDA Nº 1-CTFC.

30 de Novembro de 2021

Senador REGUFFE

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1076, DE 2021

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que “Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018”.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2021

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que “Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018”.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto do Poder Executivo nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 — que regulamenta matéria trabalhista —, por meio de seu art. 186, restringiu o recebimento do benefício do vale-refeição, assegurado pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), apenas aos empregados que recebam até cinco salários mínimos por mês.

Ao fazê-lo, usurpa a competência do Congresso Nacional, o qual, ao aprovar a Lei nº 6.321/76, não fez tal restrição e a quem exclusivamente competiria, por meio do regular processo legislativo





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

estabelecer critérios de restrição ou ampliação, dentro dos ditames orçamentários, do programa.

Dessa forma, cabe a este Congresso Nacional, por meio do poder que lhe confere a Constituição Federal, sustar o ato do Poder Executivo que exorbita do poder regulamentar e, dessa forma, corrigir essa injustiça que o atual Governo comete contra os trabalhadores, ao usurpá-los de direitos adquiridos, sem ao menos passar pelo crivo de seus representantes legislativos eleitos.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres Congressistas à aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
MDB-PB



SF/21945.39910-33



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto nº 9.580, de 22 de Novembro de 2018 - DEC-9580-2018-11-22 - 9580/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9580>
- Decreto nº 10.854 de 10/11/2021 - DEC-10854-2021-11-10 - 10854/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2021;10854>
 - art186
- Lei nº 6.321, de 14 de Abril de 1976 - Lei do Programa de Alimentação do Trabalhador;
Lei do PAT - 6321/76
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6321>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4221, DE 2021

Institui o bônus creche para a matrícula de crianças em instituições privadas ou comunitárias de educação infantil.

AUTORIA: Senadora Maria Eliza (MDB/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARIA ELIZA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Institui o bônus creche para a matrícula de crianças em instituições privadas ou comunitárias de educação infantil.



SF/21954.11293-72

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o atendimento em creches para crianças de até 48 meses incompletos de idade, mediante a concessão do bônus creche para pagamento de mensalidades em creches privadas ou comunitárias.

Art. 2º A União, os Municípios e o Distrito Federal, em regime de colaboração, no caso de inexistência nas redes públicas de vagas suficientes para atendimento da demanda por creche, poderão fazer a transferência de recursos, nesta Lei denominados de bônus creche, às famílias com crianças de até 48 meses incompletos de idade, que atendam aos requisitos eletivos do art. 3º, com vistas a assegurar a matrícula dessas crianças em creches privadas ou comunitárias.

Parágrafo único. Os recursos transferidos por criança corresponderão a noventa por cento do valor da mensalidade de creche em tempo integral na respectiva instituição de ensino, conforme planilha de custo, não podendo, em um ano, serem superiores ao valor anual mínimo por aluno (VAAF-MIN) definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 3º Fazem jus ao benefício bônus creche as crianças até 48 meses incompletos de idade oriundas de famílias que recebam renda familiar per capita mensal de até 1,5 salário mínimo, inscritas em Programas Sociais



do Governo Federal ou em outro instrumento de identificação de famílias de baixa renda que vier a substituí-lo, com prioridade para famílias monoparentais.

Parágrafo único. É permitida a ampliação do público atendido, com base em critérios de renda e vulnerabilidade social definidos em regulamento.

Art. 4º Os recursos a que se refere o art. 2º serão transferidos mensalmente, diretamente às instituições credenciadas, como forma de pagamento de matrícula autorizada, na forma do regulamento.

Art. 5º A União, de acordo com a disponibilidade orçamentária, fica obrigada a apoiar financeiramente os Municípios e o Distrito Federal na implementação do bônus creche por meio do financiamento de até oitenta por cento do valor de seus custos, já compreendido o desconto de trata o artigo 7º, IV, desta Lei, cabendo ao respectivo ente a complementação dos recursos necessários.

§ 1º Os recursos serão transferidos mensalmente pela União aos Municípios e ao Distrito Federal e depositados em conta específica, com vistas a custear as despesas previstas nesta Lei.

§ 2º Com vistas a financiar o disposto no *caput* deste artigo a União utilizará, além de outros recursos orçamentários, os provenientes das seguintes fontes:

I – destinados à educação nos termos da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013;

II – alienação de imóveis da União ou de rendimentos de fundos integralizados com esses imóveis;

III – alienação de participação societária da União em empresas.

§ 3º Os Municípios utilizarão como fonte de financiamento de sua parcela do bônus creche, além de outros recursos orçamentários, os provenientes do disposto no art. 28 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§ 4º Os recursos utilizados pela União, pelos Municípios e pelo Distrito Federal no financiamento do bônus creche poderão ser



contabilizados para fins do cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 6º Os Municípios e o Distrito Federal firmarão, junto à União, pedido de adesão ao bônus creche, comprometendo-se a assumir os custos adicionais de cada matrícula, realizar o credenciamento das creches, cumprir com as demais exigências relativas ao monitoramento e controle, bem como realizar a busca ativa de crianças em idade de serem atendidas, nos termos definidos em regulamento.

Art. 7º As instituições de ensino prestadoras do serviço de creche em tempo integral se credenciarão junto ao órgão responsável pela gestão do bônus creche e ficam obrigadas a atender às seguintes condições:

I – regularidade de funcionamento nos termos das normas próprias dos sistemas de ensino;

II – cumprimento das diretrizes e bases da educação nacional e demais normas dos sistemas de ensino no atendimento da etapa da creche;

III – regularidade de funcionamento nos termos da legislação edilícia e tributária de cada ente;

IV – garantia de desconto mínimo de dez por cento do valor da mensalidade.

§ 1º Não é permitida a devolução de parte do valor ou de eventuais descontos, aos beneficiários.

§ 2º A concessão de eventuais descontos na mensalidade deve ser comunicada imediatamente ao órgão gestor para adequação do valor do bônus creche ao valor da respectiva mensalidade.

Art. 8º É assegurado à mãe, ou ao responsável, o direito à escolha da creche e à transferência da matrícula, a qualquer tempo, para outra instituição de ensino credenciada, após prévia comunicação ao órgão gestor do bônus creche.

Parágrafo único. As mães, os pais ou responsáveis ficam obrigados a garantir a frequência escolar das crianças beneficiadas, além do cumprimento de outras condicionalidades exigidas na forma do regulamento.



SF/21954.11293-72



Art. 9º A utilização dos recursos pelos beneficiados ou pelas instituições de ensino em desacordo com o disposto nesta Lei importará na suspensão imediata do benefício, bem como na responsabilização civil e criminal dos envolvidos, na forma da Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em meu discurso de posse como Senadora pelo Estado de Rondônia, anunciei a continuação aqui no Senado Federal de uma batalha a que tenho me dedicado: a da educação. Na ocasião, afirmei que iria trabalhar pela valorização do papel educacional das mães do Bolsa Família em ações coordenadas e conjugadas para romper o ciclo da pobreza.

Nessa direção, aparece como absoluta prioridade a ampliação do atendimento na educação infantil, especialmente no segmento da creche. De fato, conforme tem sido fartamente demonstrado pela ciência, os cuidados realizados na primeira infância têm impacto duradouro na vida das pessoas, com reflexos positivos na comunidade e na sociedade mais abrangente, inclusive na produtividade futura da economia.

Assim, a ampliação do atendimento na educação infantil é uma necessidade urgente, por razões que são conhecidas tanto sob o ponto de vista das crianças, como das famílias, especialmente das mães.

Nos termos da Constituição Federal (art. 208, I), a creche é de oferecimento obrigatório pelo Estado, embora seja de matrícula facultativa para as famílias (art. 208, IV). Nesse sentido, o Estado tem a obrigação constitucional de oferecer educação infantil gratuita nos estabelecimentos oficiais.

Assim, era de se esperar que nosso país já tivesse universalizado o atendimento da demanda manifesta de creche, cumprindo, na pior hipótese, as Metas do Plano Nacional de Educação. Isso, no entanto, não é o caso ainda, infelizmente.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na idade adequada para creche (0 a 3 anos) o percentual de atendimento é muito baixo (35,7%), enquanto o número de crianças sem atendimento é de 3,7 milhões. Quando



SF/21954.11293-72



esses dados são desagregados por renda, a situação fica pior, uma vez que 51% das crianças de famílias do quintil mais rico da população têm acesso à creche, o que ocorre com somente 26,2% das do quintil mais pobre, demonstrando que a média geral de atendimento pode ser enganosa e que creche no Brasil ainda é basicamente um privilégio dos mais ricos.

Historicamente, o governo Federal tem criado programas com vistas a apoiar os Municípios, entes responsáveis pela educação infantil nos termos do § 2º do art. 211 da Constituição Federal (cerca de 71,4% das matrículas), para aumentar suas redes de atendimento, mas essas ações ainda são insuficientes e mostram as dificuldades de se atender a demanda apenas por meio das redes públicas.

Nesse sentido, propomos que União, Municípios e Distrito Federal atuem em colaboração para financiar a matrícula de crianças de famílias que recebam renda familiar per capita mensal de até 1,5 salário mínimo, inscritas em Programas Sociais do Governo Federal em creches privadas ou comunitárias. De acordo com nossa proposta, os recursos devem ser transferidos diretamente às entidades credenciadas, ficando as famílias responsáveis pela matrícula e pela frequência.

Observe-se, ademais, que nossa proposta assegura o direito de escolha às famílias (notadamente às mães) das creches em que matricularão seus filhos, dentre as credenciadas pelo Poder Público como participantes do bônus creche, nome que demos à iniciativa.

Nos termos da proposição, a União financiará oitenta por cento dos custos da política, enquanto os respectivos entes complementarão os demais vinte por cento necessários. De forma a definir um limite para os valores a serem transferidos por criança, estabelecemos que o bônus creche não poderá, anualmente, atingir uma soma que seja superior ao valor anual mínimo por aluno (VAAF-MIN) definido nacionalmente nos termos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a Lei que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Apenas para efeito de informação, o VAAF-MIN para o ano de 2021, estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/ME nº 3, de 24 de maio de 2021, é de R\$ 3.755,59 (três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).



I

A proposição também define regras gerais para o público elegível ao benefício do bônus creche, estabelece as obrigações do Poder Público, das instituições de ensino e das mães, pais ou responsáveis e aponta a necessidade de regulamentação para definição de outras questões operacionais.

Trata-se, portanto, de uma inovação na forma de oferecimento de educação infantil, chamando a iniciativa privada para garantir o direito à educação das crianças de até 48 meses incompletos de idade. O espírito de nossa proposição é o do cuidado e da educação da primeira infância, princípio basilar das sociedades democráticas.

Pelas razões aduzidas, solicitamos dos nobres pares a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senadora MARIA ELIZA



jq2021-14440



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art211_par2

- art212

- Lei nº 12.858, de 9 de Setembro de 2013 - LEI-12858-2013-09-09 - 12858/13

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12858>

- Lei nº 14.113 de 25/12/2020 - LEI-14113-2020-12-25 - 14113/20

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14113>

- art28





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4223, DE 2021

Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.

SF/21509.32564-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de telessaúde, executados por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º Entende-se por telessaúde as ações e serviços de prevenção e controle de doenças ou agravos à saúde, e de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde executados à distância por profissionais de saúde e mediados por tecnologias de informação e comunicação.

§ 2º A telessaúde também pode ser utilizada para fins de ensino e pesquisa em saúde.

Art. 2º Na execução das ações e na prestação de serviços de telessaúde serão observadas as normas expedidas pelos órgãos de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), de coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e de regulação da assistência suplementar à saúde, nos respectivos âmbitos de atuação.

Art. 3º As ações e serviços de telessaúde serão desenvolvidos em observância aos padrões de ética profissional, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I – é direito do usuário ou de seu representante legal decidir livremente sobre sua participação em práticas de telessaúde;

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

II – é assegurada ao profissional de saúde autonomia plena para decidir sobre o uso da telessaúde, podendo indicar o serviço presencial sempre que entender necessário.

Parágrafo único. O emprego da telessaúde, desde o primeiro contato, é decisão que compete apenas ao profissional de saúde e ao usuário.

Art. 4º Ao usuário das ações e serviços de telessaúde são garantidos:

- I – o respeito à privacidade e à intimidade;
- II – a confidencialidade das informações de saúde;
- III – o registro e o acesso às suas informações de saúde;
- IV – o consentimento livre e esclarecido.

Art. 5º Para o exercício de suas atividades por meio da telessaúde, é suficiente a inscrição do profissional no conselho regional de origem, não sendo necessárias inscrições secundárias.

Art. 6º As pessoas jurídicas que prestam serviços de telessaúde devem ter sede em território brasileiro e estar inscritas no conselho profissional do Estado onde estão sediadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de que trata o *caput* contarão com a responsabilidade técnica de profissional regularmente inscrito no conselho profissional do Estado onde estão sediadas.

Art. 7º As pessoas jurídicas que comercializam produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, podem oferecer serviços de telessaúde, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

§ 1º O prestador de serviço de saúde pode oferecer atendimento por telessaúde no âmbito dos planos privados de assistência à saúde a que estiver vinculado, nos termos desta Lei.

§ 2º Os serviços de que tratam o *caput* e o § 1º seguirão os padrões normativos e éticos usuais do atendimento presencial, inclusive em

SF/21509.32564-40

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

relação à contraprestação financeira, que não poderá ser inferior à do serviço prestado presencialmente.

§ 3º É vedado à pessoa jurídica de que trata o *caput* impedir ou dificultar o acesso ao atendimento presencial, caso este seja a opção do profissional de saúde ou do usuário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O termo telessaúde pode ser conceituado como o uso de tecnologias de informação e comunicação para o acesso remoto a serviços de saúde, incluindo consultas com médicos e outros profissionais de saúde, e para o provimento de serviços de educação e de pesquisa em saúde.

A regulamentação da telessaúde não é recente, mas sempre se manteve na esfera infralegal. Nesse sentido, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou, em 2002, a Resolução nº 1.643, que *define e disciplina a prestação de serviços através da Telemedicina*. Posteriormente, essa norma foi substituída pela Resolução nº 2.227, de 2018, também do CFM, que *define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias*. Todavia, por falta de amplo debate e em face das controvérsias que gerou entre os médicos à época, esta Resolução foi revogada, sendo restaurados os efeitos da Resolução de nº 1.643, de 2002.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a telessaúde já vem sendo implementada desde 2007, mediante a publicação de Portaria nº 35, de 4 de janeiro de 2007, do Gabinete do Ministério da Saúde, que *institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Telessaúde*. A ampliação dos serviços remotos no SUS foi justificativa para a publicação da Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011, que *redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes)*. Registre-se que essa norma foi incorporada pela Portaria de

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as *normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde*.

Mais recentemente, os planos de implementação de serviços de telessaúde no Brasil ganharam força com a eclosão da pandemia de covid-19, que motivou a implantação de medidas de distanciamento social, e inviabilizou, muitas vezes, o acesso do paciente à assistência na modalidade presencial.

Nesse cenário, a necessidade de manutenção do seguimento clínico de pacientes com afeições crônicas – diabetes *mellitus*, hipertensão arterial sistêmica, doenças reumatológicas e cânceres, entre outras –, bem como a segurança da consulta médica remotamente realizada, justificaram ações mais efetivas para a regulamentação de serviços de telessaúde.

Nesse cenário, foi aprovada a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que *dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)*. Acreditamos que a rápida aprovação desse diploma foi possível pelo fato de os debates acerca da telessaúde no Brasil já terem avançado nos últimos anos. Entretanto, o caráter provisório dos efeitos dessa lei, deixa claro que é necessária a aprovação de novo diploma legal para a permanente regulamentação da telessaúde.

Desse modo, apresentamos projeto de lei para dar respaldo legal aos serviços de telessaúde no Brasil, não somente no SUS, mas também no âmbito da saúde suplementar – estabelecendo que as operadoras de planos de saúde podem oferecer serviços de telessaúde, desde que não causem impedimentos ou dificuldades de acesso ao atendimento presencial, caso seja a opção do profissional de saúde ou do usuário –, bem como fixar seus princípios gerais e promover a sua regulamentação.

Certamente, essa iniciativa contribuirá para que a sociedade aproveite, ainda mais, o potencial benefício do uso das tecnologias de informação e comunicação na área de saúde. Acreditamos que, com isso, será ampliado o acesso à assistência remota para pessoas que vivem em

SF/21509.32564-40

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

localidades distantes e para aquelas cujo atendimento presencial é, por algum motivo, difícil ou inviável.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**



Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde - 9656/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>
- art1_par1_inc1
- Lei nº 13.989, de 15 de Abril de 2020 - LEI-13989-2020-04-15 - 13989/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13989>
- urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2018;2227
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2018;2227>



O Projeto de Lei nº 4223, de 2021, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de despesas do Programa Cisternas.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de despesas do Programa Cisternas.



SF/21866.24478-50

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º**

.....

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas:

I – que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

II – relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade;

III – do Programa Cisternas, de que tratam os arts. 11 a 16 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

IV - ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

No mesmo tempo em que observamos uma das maiores secas da História do Brasil, percebemos que o Governo Federal vem sistematicamente mingando as ações do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas, criado em 2013 justamente para minimizar os sofrimentos decorrentes da imprevisibilidade das chuvas e consequentes períodos de longa estiagem.

Instituído pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, especialmente pelos arts. 11 a 16 desta norma legal, o Programa Cisternas vem sendo objeto de limitação de recursos pelo Poder Executivo, conforme amplamente divulgado pelos diversos canais da grande mídia nacional.

Para o ano de 2021, foram aprovados R\$ 32 milhões para o Programa Cisternas, mas apenas R\$ 500 mil foram empenhados, que correspondem a apenas 1,5% da dotação orçamentária e são oriundos de emendas parlamentares, mas nada foi efetivamente gasto, registrando-se o pior desempenho desde sua implementação.

Para evitar que tal situação perdure, estamos propondo impedir a limitação das despesas do Programa Cisternas, utilizando um instrumento legal similar ao aprovado recentemente pelo Congresso Nacional e sancionado na Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2021, qual seja, propomos uma nova redação ao § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que já prevê alguns casos nos quais são proibidas limitações de despesas. Propomos que tais casos sejam listados em incisos com a inclusão de um inciso específico para o Programa Cisternas.

Diante da gravidade da crise híbrida que o País enfrenta e considerando que o Programa Cisternas é uma referência internacional entre políticas públicas de promoção ao acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, entendemos ser o momento altamente oportuno para o seu fortalecimento e não para o completo abandono que se observa.



SF/21866.24478-50





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Sabemos que o Programa Cisternas foi desenvolvido prioritariamente para a região do semiárido brasileiro e que a gravíssima crise hídrica atual concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, mas não temos dúvidas quando à relevância do Programa e seu caráter meritório diante do reconhecimento internacional, podendo facilmente adaptar-se às mais diversas regiões.

Por tais razões, apresentamos este Projeto de Lei Complementar com a certeza de que contamos com amplo apoio dos nobres integrantes do Poder Legislativo Federal.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO



SF/21866.24478-50



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - art9_par2
- Lei Complementar nº 177 de 12/01/2021 - LCP-177-2021-01-12 - 177/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2021;177>
- Lei nº 12.873, de 24 de Outubro de 2013 - LEI-12873-2013-10-24 - 12873/13
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12873>



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 67, DE 2021

Autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Curitiba (Paraná);

II – Credor: New Development Bank (NDB);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa de juros baseada na *LIBOR* semestral acrescida de *spread* de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano;

VI – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 7.480.000,00 (sete milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 21.985.000,00 (vinte e um milhão e novecentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 23.290.000,00 (vinte e três milhões e duzentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, 15.082.500,00 (quinze milhões, oitenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, e US\$ 7.162.500,00 (sete milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2025;



VII – Comissão de Crédito: equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor não desembolsado, sendo incidente:

- (a) 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 10% (dez por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado.
- (b) 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 40% (quarenta por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (c) 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 70% (setenta por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (d) 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (e) 60 (sessenta) meses e depois disso, sobre o valor total não desembolsado do contrato de empréstimo.

VIII – Front-end fee: 0,25% do valor do financiamento, pago de uma só vez no primeiro desembolso;

IX – Prazo de Amortização: 150 (cento e cinquenta) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses, sendo que as amortizações serão realizadas semestralmente, pelo sistema de amortização constante;

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º se os montantes desembolsados no final do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo excederem, respectivamente, 10%, 40%, 70% e 90% do valor do empréstimo, a Comissão de Compromisso será nula.

§ 3º A Comissão de Compromisso deverá ser paga anualmente em até 45 dias após a contagem de cada período de 12 meses.



SF/21293.43028-86



Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba, no Estado do Paraná, na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Curitiba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 72, de 2021, da Presidência da República, que *solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.*



SF/21293-43028-86

Relator: Senador **ORIOVISTO GUIMARÃES**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Curitiba (PR), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TB064554.



Com efeito, ela será contratada a uma taxa de juros anual baseada na LIBOR semestral, acrescida de *spread* de 0,95 % ao ano. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo do empréstimo será da ordem de 2,85% ao ano, inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 4,30% ao ano, para igual *duration* de 10,60 anos.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal (CF) e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas normas regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De imediato, ressalte-se que a atual situação de endividamento do Município de Curitiba comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 14199 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 15 de setembro de 2021, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Curitiba atende os limites de endividamento definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, que, respectivamente, tratam (i) do montante da dívida consolidada dos estados e municípios, (ii) do montante anual passível de contratação de operações de crédito, e (iii) do comprometimento máximo admissível da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada.

Logicamente, foi observada também a denominada “Regra de Ouro”, que veda a realização de operações de crédito em valor superior às despesas de capital.

Adicionalmente, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Curitiba apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.



SF/21293.43028-86



Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do município, oferecidas como contragarantias, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício SEI nº 173764, de 2 de julho de 2021, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Destaque-se que o oferecimento das contragarantias da parte do Município de Curitiba está prevista na Lei Municipal nº 15.658, de 3 de julho de 2020, que autorizou a presente operação de crédito.

Por outro lado, vale notar também que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Curitiba, conforme verificação ocorrida na data de elaboração do referido parecer da STN, bem como não há ações judiciais em vigor que obstem a execução dessas contragarantias.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 40944, de 13 de setembro de 2021, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o município possui capacidade de pagamento “B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Dessa forma, dada essa boa situação financeira do Município de Curitiba, as contragarantias suficientes, ao lado do seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Enfatize-se que a avaliação da capacidade de pagamento do Município de Curitiba foi realizado a despeito da suspensão até então imposta às concessões de garantia da União por força da Portaria ME nº 9365, de 5 de agosto de 2021. Tutela antecipada obtida junto a Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, 6ª Vara Federal de Curitiba, impôs o imediato andamento do pleito do Município de Curitiba.

Cumpre informar que a Portaria ME nº 11.538, de 23 de setembro de 2021, revogou o art. 3º dessa Portaria nº 9.365/2021 que suspendia as análises da capacidade de pagamento dos entes subnacionais e



SF/21293.43028-86



consequente avaliação sobre a concessão de garantias da União aos demais entes da Federação.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Curitiba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame, pois:

i) estão sendo observadas as exigências e condições definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para a prestação de garantia por parte da União, e

ii) a operação de crédito em exame atende também os requisitos previstos nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43 e na Resolução nº 40, ambas de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nelas estabelecidos, assim como as determinações contidas na LRF, como já enfatizado.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Curitiba, Estado do Paraná, encontra-se de acordo com o que preceituam a LRF e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor



SF/21293.43028-86



de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Curitiba (Paraná);

II – Credor: New Development Bank (NDB);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa de juros baseada na *LIBOR* semestral acrescida de *spread* de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano;

VI – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 7.480.000,00 (sete milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 21.985.000,00 (vinte e um milhão e novecentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 23.290.000,00 (vinte e três milhões e duzentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, 15.082.500,00 (quinze milhões, oitenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, e US\$ 7.162.500,00 (sete milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2025;



SF/21293-43028-86



VII – Comissão de Crédito: equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor não desembolsado, sendo incidente:

- (a) 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 10% (dez por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado.
- (b) 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 40% (quarenta por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (c) 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 70% (setenta por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (d) 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo menos montante desembolsado;
- (e) 60 (sessenta) meses e depois disso, sobre o valor total não desembolsado do contrato de empréstimo.

VIII – Front-end fee: 0,25% do valor do financiamento, pago de uma só vez no primeiro desembolso;

IX – Prazo de Amortização: 150 (cento e cinquenta) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses, sendo que as amortizações serão realizadas semestralmente, pelo sistema de amortização constante;

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º se os montantes desembolsados no final do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo excederem, respectivamente, 10%, 40%, 70% e 90% do valor do empréstimo, a Comissão de Compromisso será nula.

§ 3º A Comissão de Compromisso deverá ser paga anualmente em até 45 dias após a contagem de cada período de 12 meses.



SF/21293-43028-86



Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba, no Estado do Paraná, na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Curitiba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21293-43028-86





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

9

~~Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE~~

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB) Presente	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) Presente	
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP) Presente	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD) Presente	
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD) Presente	
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD) Presente	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT) Presente	
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



DECISÃO DA COMISSÃO**(MSF 72/2021)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 68, DE 2021

Autoriza o Município de Indaiatuba – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Indaiatuba – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba - Rio Jundiá Limpo”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Município de Indaiatuba – SP;

II - Credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);



III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor: até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - Juros: taxa LIBOR de 6 (seis) meses acrescida de margem fixa a ser determinada na data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI – Juros de Mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% da taxa de comissão de compromisso, em caso de atraso no pagamento dessa comissão;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 2.981.692,72 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e setenta e dois centavos) em 2021; US\$ 5.153.183,89 (cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e oitenta e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e nove centavos) em 2022; US\$ 11.184.579,38 (onze milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e trinta e oito centavos) em 2023; US\$ 8.208.280,50 (oito milhões, duzentos e oito mil, duzentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2024; e US\$ 2.472.263,51 (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e um centavos) em 2025;

VIII - Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicada sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, sendo paga semestralmente, e o primeiro pagamento realizar-



SF/21722.89133-50



se-á até os 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato ;

IX – Comissão de Administração: até 0,70% (setenta centésimos por cento) do montante do empréstimo;

X – Prazo de Amortização: o empréstimo será pago no prazo de quinze anos, contado a partir da data de vigência do contrato, em parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, no dia 15 dos meses de março e setembro;

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Indaiatuba – SP na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Indaiatuba – SP celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Indaiatuba – SP quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e relativa aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis.



SF/21722.89133-50



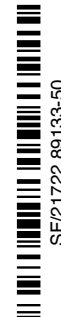
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

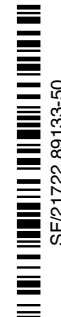
, Presidente

, Relator



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 73, de 2021, da Presidência da República, que *solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - RIO JUNDIAÍ LIMPO”.*



Relator: Senador **JOSÉ ANÍBAL**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - Rio Jundiaí Limpo”, e objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do Município de Indaiatuba e a adaptação à mudança climática, por meio da ampliação dos serviços de distribuição de água potável e coleta de esgotos, da sustentabilidade no uso dos recursos hídricos e da redução da vulnerabilidade da população ao risco de estresse hídrico.

A operação de crédito externo pretendida foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), por meio da Resolução



COFIEX nº 08/0138, de 18 de dezembro de 2019, e encontra-se devidamente incluída no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TB062151.

A operação será contratada com base na taxa de juros LIBOR semestral, acrescida de margem fixa a ser definida na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,30% ao ano, para uma *duration* de 8,63 anos.

O custo estimado para emissões da União em dólares dos Estados Unidos da América se situa em 3,94% ao ano, dada a mesma *duration* de 8,63 anos.

A propósito, a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro nacional (CODIP/STN) manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal (CF) e tem como objetivo verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

A atual situação de endividamento do Município de Indaiatuba – SP comporta a assunção das novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 11183, de 29 de julho de 2021, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM/STN), anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Indaiatuba – SP atende os limites de endividamento e demais exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, bem como o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que trata do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação.



SF/21722.89133-50



Foi observada também a denominada “Regra de Ouro”, que veda a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital previstas para o ano.

Por seu turno, relativamente à concessão da garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Indaiatuba apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Conforme consignado no Ofício SEI nº 177557, de 6 de julho de 2021, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN, o Município de Indaiatuba apresenta margens financeiras em montantes suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União. Ademais, não há registro de decisões judiciais em vigor que obstem a execução de contragarantias oferecidas à União, nem compromissos honrados pela União em nome do Município de Indaiatuba, ou mesmo registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito garantida pela União.

Vale enfatizar que, nos termos da Lei nº 7.519, de 17 de dezembro de 2020, ficou o Município de Indaiatuba autorizado a contratar a presente operação de crédito e a oferecer contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

De acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 26660, de 10 de junho de 2021, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o município possui capacidade de pagamento “A”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Dessa forma, dada essa capacidade de pagamento, a suficiência das contragarantias oferecidas e o seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Indaiatuba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à



Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos do § 4º do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, na redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 2009, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, e em acordo com o apontado na Exposição de Motivos nº 00284-ME, de 8 de outubro de 2021, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Indaiatuba – SP encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Indaiatuba – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

SF/21722.89133-50



Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba - Rio Jundiá Limpo”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Município de Indaiatuba – SP;

II - Credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor: até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - Juros: taxa LIBOR de 6 (seis) meses acrescida de margem fixa a ser determinada na data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI – Juros de Mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% da taxa de comissão de compromisso, em caso de atraso no pagamento dessa comissão;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 2.981.692,72 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e setenta e dois centavos) em 2021; US\$ 5.153.183,89 (cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e oitenta e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e nove centavos) em 2022; US\$ 11.184.579,38 (onze milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e trinta e oito centavos) em 2023; US\$ 8.208.280,50 (oito milhões, duzentos e oito mil, duzentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2024; e US\$ 2.472.263,51 (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e um centavos) em 2025;

VIII - Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicada sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, sendo paga semestralmente, e o primeiro pagamento realizar-



se-á até os 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato ;

IX – Comissão de Administração: até 0,70% (setenta centésimos por cento) do montante do empréstimo;

X – Prazo de Amortização: o empréstimo será pago no prazo de quinze anos, contado a partir da data de vigência do contrato, em parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, no dia 15 dos meses de março e setembro;

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Indaiatuba – SP na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Indaiatuba – SP celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Indaiatuba – SP quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e relativa aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis.



SF/21722.89133-50



Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

9

~~Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE~~**Data:** 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD)	Presente
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT)	Presente
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT)	Presente





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 73/2021)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



MENSAGEM Nº 73, DE 2021

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - RIO JUNDIAÍ LIMPO”.

Encerrada a instrução da matéria, que concluiu pela apresentação do Projeto de Resolução nº 68, de 2021 (apresentado como conclusão do Parecer nº 33, de 2021-CAE).

O Projeto ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2021 a 8/12/2021.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2314, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento do Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja, bem como a apresentação de condolências à sua família em nome de seu irmão Walfrido Ferreira de Azambuja Júnior.

JUSTIFICAÇÃO

Na manhã de sábado (27) faleceu o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Nery Sá e Silva Azambuja, aos 62 anos.

Nery, foi fundador e primeiro Diretor da Escola Superior da Advocacia de Mato Grosso do Sul (ESA/MS), além de professor assistente da PUC/SP. Atuava, como professor titular da UCDB desde o ano de 1984 até a presente data, tendo ministrado as disciplinas de Processo Civil, Direito Civil, Direito Agrário, Filosofia do Direito e Ética. Em 13 de fevereiro de 2012 tomou posse como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, assumindo o cargo de Vice-Presidente no dia 4 de dezembro do mesmo ano. Em 5 de dezembro de 2014 foi empossado ao cargo de Presidente do Egrégio TRT da 24ª Região, para o biênio 2015/2016.

Nery Azambuja tinha um extenso currículo voltado à educação. Sua história foi marcada pela honestidade, humildade e fraternidade.

Minhas condolências à família.

Descanse em Paz!



Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja, bem como a apresentação de condolências à sua família em nome de seu irmão Walfredo Ferreira de Azambuja Júnior.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2021.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Líder do PSD





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2316, DE 2021

Retirada de tramitação do PL nº 4157/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 4157/2021, que “dispõe sobre a coleta de dados referentes à prática de violência contra a população homoafetiva”.

JUSTIFICAÇÃO

Solicito a retirada de tramitação do PL 4157, de 2021 para complementação da matéria

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2021.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2317, DE 2021

Voto de aplauso à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), pela sua atuação representando estudantes secundaristas brasileiros, que hoje são mais de 40 milhões de brasileiras e brasileiros, em seus 74 anos de existência.

JUSTIFICAÇÃO

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que completa 74 anos em 2021, entidade de máxima representação das e dos estudantes secundaristas brasileiros, representa mais de 40 milhões de brasileiras e brasileiros, matriculados no Ensino Fundamental, Médio, Pré-Vestibular, Técnico e EJA, Ensino de Jovens e Adultos.

Durante a pandemia da COVID-19 enfrentou um dos momentos mais desafiadores da história da entidade, a crise sanitária requereu da UBES muita resiliência e responsabilidade.

Enquanto entidade representativa, não se furtou do desafio e da missão em lutar por uma Educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda no primeiro semestre de 2020, formulou o Plano Emergencial para Educação em tempos de pandemia que se desdobrou em nossa Nota Técnica sobre Educação em Tempos de Pandemia “Vida, Pão, Vacina e Educação”, a qual entregou para mais de uma dezena de Secretários Estaduais de Educação.



Lançou também a campanha Merenda Pra Geral, para manter as escolas abertas para garantir a alimentação dos estudantes por saber, que muitos jovens, tem sua única refeição digna em nutrientes e calorias dentro da escola.

Criou a campanha Internet Pra Geral, onde, a partir dela foram protagonistas na construção do que veio a se tornar a Lei da Conectividade, a qual garantiu Internet e aparelhos para navegar para mais de 18 milhões de estudantes credenciadora no CadÚnico e 1,5 milhão de professores. A conectividade foi um dos maiores empecilhos na garantia do acesso à Educação para a juventude brasileira

Conquistou, também, a aprovação e constitucionalização do Novo Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, garantindo sua constitucionalização, um importante marco para a ampliação da dignificação do investimento na educação pública brasileira. Sua luta pelo financiamento da educação básica remonta há quase duas décadas onde construiu e aprovou o FUNDEF, o qual veio a se desdobrar, na agora Lei, do FUNDEB.

Nesse período, lutou diariamente pela defesa do ENEM, conquistou seu adiamento, num dos momentos mais graves da Pandemia, mobilizou os mais diversos setores da sociedade, garantiu no STF, a isenção irrestrita no ENEM 2021 para todos aqueles que tinham o direito, por reconhecer que os mais prejudicados com a taxa abusiva em meios a crise econômica que nosso país enfrenta.

Mais recentemente, com a retomada as aulas presenciais, deu um dos passos mais importantes no combate à evasão e abandono escolar foi a construção do PL da Dignidade Menstrual, onde o artigo proposto pela UBES que garantia a distribuição de absorventes em escolas públicas foi vetado, mas que seguirá para o Congresso e lutaremos arduamente para derrubar o veto e a construção e discussão do Sistema Nacional de Educação, que será um grande avanço na implementação



SF/21559.15848-28 (LexEdit)



das metas do PNE e um novo olhar de participação e compromisso dos entes federados com a educação brasileira.

A atual Presidenta, Rozana Barroso, é a segunda mulher negra a presidir a UBES, nasceu no interior do Rio de Janeiro, em Campos dos Goytacazes e sonha em ser a primeira da família a entrar na Universidade. É por Rozana e tantas e tantos outros que lutam por uma educação que seja a altura das nossas necessidades e dos nossos sonhos.

Uma Educação pública gratuita e de qualidade é a engrenagem principal para a superação da crise econômica e para consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento, onde a potência do povo brasileiro seja valorizada, com desenvolvimento de ciência e pesquisa para garantir a soberania de nosso país e para que o Brasil possa caminhar com as suas próprias pernas.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2021.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

SF/21559.15848-28 (LexEdit)



Término de Prazos



Encerrou-se em 29 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 4028, 5227 e 5718, de 2019; e 3682, de 2020.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela CE, as matérias vão à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se em 29 de novembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2017.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
PATRIOTA - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Aníbal* (S)
Bloco-MDB - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
PSD - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-DEM - Chiquinho Feitosa* (S)
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-PSL - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-CIDADANIA - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-DEM - Marcos Rogério**
Bloco-MDB - Maria Eliza** (S)

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Maria Eliza.	MDB / RO
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-6 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Aníbal.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcio Bittar.	PSL / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN

PSD - 12

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Rodrigo Pacheco.	MG
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Chiquinho Feitosa.	DEM / CE
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

PDT/CIDADANIA/REDE - 8

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
PSD.	12
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PDT/CIDADANIA/REDE.	8
PATRIOTA.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Humberto Costa** (PT-PE)	Nilda Gondim* (MDB-PB)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Irajá** (PSD-TO)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chiquinho Feitosa* (DEM-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Aníbal* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (CIDADANIA-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (PSL-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria Eliza** (MDB-RO)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (MDB-SP)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23 Líder Mailza Gomes - PP (55) Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,45) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65) Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (46) Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (43) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17 Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62) Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71) Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,67) Styvenson Valentim (68) Líder do PSDB - 6 Izalci Lucas (22,24,37,56) Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58) Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)	PSD - 12 Líder Nelsinho Trad - PSD (48) Vice-Líderes Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (53)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11 Líder Wellington Fagundes - PL (9) Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40,76) Zequinha Marinho (10,18) Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (42) Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40,76) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Zenaide Maia - PROS (44) Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,50) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (77) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)	CIDADANIA - 3 Líder Alessandro Vieira - CIDADANIA (41)
		PDT - 3 Líder Cid Gomes - PDT (61)
		REDE - 2 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)
PATRIOTA - 1 Líder Flávio Bolsonaro - PATRIOTA (74)	Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (52) Vice-Líder Kátia Abreu (73)	Minoria Líder Jean Paul Prates - PT (47)
Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (21) Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,40,76)	Oposição Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)	Bancada Feminina Líder Simone Tebet - MDB (72)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRRD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisito Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)
77. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.
RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

Prazo final prorrogado: 10/11/2021

Prazo final prorrogado: 10/12/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,19)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,16,19)	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽³⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽³⁾
(11)	2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(11,12)

Notas:

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).
11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva

Telefone(s): 61 3303 3508



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senador Diego Tavares (PP-PB) ^(2,4,5)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).
4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁵⁾

RELATOR: Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽¹⁵⁾

Instalação: 28/10/2021

Prazo final: 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(10,11,12)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽¹⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁹⁾
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,4)	1. Senador Carlos Fávaro ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ^(2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽³⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾	1.

Notas:

1. Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
2. Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
3. Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
4. Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passar a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
5. Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
6. Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
7. Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
8. Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
9. Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
10. Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
11. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB).



12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP)
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE).



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(2,7,8,9)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP). ([DSF de 19/02/2021, p. 11](#))
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD). ([DSF de 20/02/2021, p. 36](#))
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 380](#))
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021). ([DSF de 02/03/2021, p. 6](#))
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP). ([DSF de 10/06/2021, p. 155](#))
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 12/04/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ^(7,10,13)	2. ^(7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ^(3,11,12)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁴⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁶⁾	1.
VAGO ^(6,13)	

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

**. Em razão da fusão do Bloco Parlamentar PSDB/PSL com o Partido PODEMOS, o Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL passa a ter 3 vagas de titular e 2 vagas de suplente neste colegiado.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).
12. Em 27.10.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-BLVANG).
13. Em 10.11.2021, o Senador Jorge Kajuru passa a compor a comissão, como membro titular, pelo Podemos (Memo. nº 58/2021-GLPODEMOS).
14. Em 18.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-BLPRD).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3510



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72)	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,18,54,57,72)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72)	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57,72)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,42,44,54,65,72)
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) (8,54,57,72,75)	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72)	5. VAGO (9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (4,57,59,72)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59,72)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (12,51,69,70)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (12,51,79)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia (2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. Senador Carlos Viana (2,25,49)
Senador Carlos Fávaro (61,78)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,47)	1. VAGO (15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. VAGO (56,58,77)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58,76,77)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB).
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS).
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB).
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS).
74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS).



75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB).

76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania(Of. nº 6/2021-GLCID).

77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID).

78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD).

79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(51,53,54)	6. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 93/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).



47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).

48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).

52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).

55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS).

2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Prazo final: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS).

2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89,115,116)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,112)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,112)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (94,108,109)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (6,84,118)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87,110,111)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,105)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (14,43,78,99,102,105,106)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,54,83)	1. Senador Nelsinho Trad (2,83,113)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100,114,117)
Senador Vanderlan Cardoso (97,114,117)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁰⁷⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (65,88,95,98,104,119)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (88,95,98,119)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (22,23,48,49,88)	3. VAGO (21,24,88,104)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Férrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL). ([DSF de 23/11/2019, p. 99](#))
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 20/11/2019, p. 147](#))
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 23/11/2019, p. 102](#))
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 26/11/2019, p. 60](#))
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 73](#))
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI). ([DSF de 10/12/2019, p. 91](#))
49. Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 196](#))
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 71](#))
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSEININD). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 257](#))
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 260](#))
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 78](#))
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 24](#))
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 8](#))
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 10](#))
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 21](#))
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 362](#))
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 378](#))
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/02/2021, p. 385](#))
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 334](#))
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 335](#))
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP). ([DSF de 25/02/2021, p. 351](#))
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND). ([DSF de 25/02/2021, p. 342](#))
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 350](#))
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD). ([DSF de 26/02/2021, p. 93](#))
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/02/2021, p. 97](#))
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 110](#))
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/05/2021, p. 26](#))
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD). ([DSF de 14/05/2021, p. 138](#))
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 45](#))
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 46](#))
107. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.



108. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
109. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
110. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021. ([DSF de 11/08/2021, p. 210](#))
111. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 55](#))
112. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB). ([DSF de 20/08/2021, p. 121](#))
113. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD). ([DSF de 25/08/2021, p. 137](#))
114. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD). ([DSF de 14/09/2021, p. 41](#))
115. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB). ([DSF de 16/09/2021, p. 116](#))
116. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB). ([DSF de 23/09/2021, p. 360](#))
117. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD). ([DSF de 28/09/2021, p. 52](#))
118. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 47](#))
119. Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) ^(7,44,59)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
VAGO ^(55,57)	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
Senador Carlos Viana ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))

5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).)
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).



43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾

Instalação: 13/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ^(16,17,37,43,46)
VAGO ^(10,23,27,29,35,42)	3. VAGO ^(17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁵³⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,21,38,54)
Senador Otto Alencar ^(2,38)	2. Senador Carlos Viana ^(2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP).

54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD).

55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,3)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁴⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,31,48)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,12,48)
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (12,48)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9,12,13,15,19,35,36,41,43)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (12,17,19)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,21)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (14)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (26,48)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (23,31)	5. VAGO (28,34)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,45)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,25,32,46)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,45)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,45,54)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (24,46)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (37,46)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (10,25,46)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,24,46,53)
PSD	
Senador Irajá (1,39,40,42,44)	1. Senador Carlos Fávaro (1,2,44,59)
VAGO (1)	2. VAGO (1,30,33)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (22)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20,38,52,58)	2. Senador Romário (PL-RJ) (56)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,47)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,16,47)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,47)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,47)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,50,55,60)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,27,29,50,51)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,50,51)	2. VAGO (18)

Notas:

* A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))8. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))11. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
13. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
15. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
16. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
17. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
18. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
19. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
20. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
22. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
23. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
24. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
25. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
26. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
27. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
28. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 71](#))
29. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 195](#))
30. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
31. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
32. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
33. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
34. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
35. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
36. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
37. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
38. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
39. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
40. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
41. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
42. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 263](#))
43. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
44. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 87](#))
45. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 9](#))
46. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 26](#))
47. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 12](#))
48. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 10](#))



49. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
50. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 366](#))
51. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 372](#))
52. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
53. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021). ([DSF de 04/03/2021, p. 331](#))
54. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021). ([DSF de 05/03/2021, p. 123](#))
55. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 207](#))
56. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
57. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
58. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG). ([DSF de 05/08/2021, p. 740](#))
59. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD). ([DSF de 12/08/2021, p. 112](#))
60. Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ^(9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(59,60)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,44)	2. Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) ^(13,44,61)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(19,24,43)	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,42)	1. Senador Lucas Barreto ^(2,31,42)
Senador Nelsinho Trad ^(2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão ^(2,28,42)
Senador Carlos Viana ⁽⁴⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁸⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁸⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(11,47)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (MDB-SP) ^(5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45)
^(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48)
Senador Carlos Viana ^(2,34)	2. Senador Otto Alencar ^(2,34)
Senador Lucas Barreto ^(2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).



46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(43,44)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 80](#))
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 11](#))
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 13](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 27](#))
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 8](#))
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 367](#))
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 375](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 383](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR). ([DSF de 25/02/2021, p. 361](#))
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB). ([DSF de 05/03/2021, p. 124](#))
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,32,44,48)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))



13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 23.05.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB).



Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) ^(9,40,42,49)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Sérgio Petecão ^(2,3,36,50)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. Senador Carlos Viana ^(2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT).
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB).
50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD).



Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33031120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽²²⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 85](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 17](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 33](#))



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA). ([DSF de 01/06/2021, p. 6](#))
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴¹⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2311

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

